UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

CARINE FELKL PREVEDELLO

Televisões universitárias público-estatais no interior do Brasil: um breve eco da pluralidade rumo à digitalização

São Leopoldo
2013

CARINE FELKL PREVEDELLO

Televisões universitárias público-estatais no interior do Brasil: um breve eco da pluralidade rumo à digitalização

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos para obtenção do título de Doutor em Comunicação

Área de Concentração: Processos Midiáticos

Linha de Pesquisa: Mídia e Processos Audiovisuais

Orientadora: Profa. Dra. Suzana Kilpp

São Leopoldo
2013

P944t Prevedello, Carine Felkl.
Televisões universitárias público-estatais : um breve eco da pluralidade rumo à digitalização no interior do Brasil / por Carine Felkl Prevedello. – 2013.
215 f.: il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2013.

"Orientação: Profª. Drª. Suzana Kilpp".

1. Televisão – Estações educativas. 2. Comunicação e tecnologia. 3. Teses. I. Título.

CDU: 654.1:37

Catalogação na Publicação:
Bibliotecário Thiago Lopes da Silva Wyse - CRB 10/2065

CARINE FELKL PREVEDELLO

"TELEVISÕES UNIVERSITÁRIAS PÚBLICO-ESTATAIS: UM BREVE ECO DA PLURALIDADE RUMO À DIGITALIZAÇÃO NO INTERIOR DO BRASIL"

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Aprovada em 06 de março de 2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sérgio Augusto Soares Mattos – UFRB

Prof. Dr. Flávio Antônio Camargo Porcello – UFRGS

Profa. Dra. Cristiane Finger Costa – PUCRS

Profa. Dra. Denise Maria Cogo – UNISINOS

Profa. Dra. Suzana Kilpp – UNISINOS

Ao professor Valério Cruz Brittos, orientador desta tese desde o seu princípio até junho de 2012, pela generosidade e grandeza com que me acolheu, e em homenagem à trajetória que construiu, um legado que dissemina a paixão pelo debate e a luta pela democratização da Comunicação no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Preciso dizer que estou aqui para celebrar. Esta celebração não se resume a um período de quatro anos dedicados a este trabalho, mas à trajetória que a defesa desta Tese coroa. Uma construção de dez anos dedicados à formação em pós-graduação, onde todas as fases constituíram-se nas muitas faces de uma obra alicerçada em várias mãos, em dedicação e abnegação durante jovens e belos anos da minha vida.

Aos meus pais, Onélio e Mara, por sustentarem o esteio necessário a uma formação humana fortalecida nos princípios da honestidade, da coragem e da autonomia.

Aos professores da Universidade Federal de Santa Maria, especialmente Rogério Koff, Adair Peruzzollo e Marcia Franz Amaral, que me ajudaram a descobrir o interesse e o talento para a pesquisa, desde muito cedo. À professora Suzana Kilpp, pelo cuidado e critério no acompanhamento final e defesa desta tese.

Ao meu mentor intelectual e espiritual, Sergio Assis Brasil, pela orientação, proteção e presença nas diversas decisões e nos mais difíceis caminhos.

Àqueles que confiaram e possibilitaram o esforço de conjugar trabalho e pós-graduação: Fabiano Pereira, Martha Marchezan e João Motta, muito obrigada.

Ao meu namorado, companheiro e marido Ivo Luiz Cassol Júnior, pelo apoio, pela infraestrutura, pelo incentivo, cuidado e amor, sem os quais muitos obstáculos não teriam sido vencidos.

Às minhas lindas e amadas filhas, Ana Clara e Bibiana, pela compreensão, paciência luz e inspiração permanente para lutar por um futuro e por uma vida sempre melhor e mais bonita para todos nós.

Este é o encerramento do ciclo de uma vida dedicada à melhor formação que pudemos juntos buscar, agregando dedicação ao trabalho, amor pela família, respeito pelos limites de todos e – ainda assim – uma luta incessante para superá-los e chegar ao melhor resultado, frente a todos os demais esforços. Esta é uma vitória de todos nós! Muito obrigada!

"...os processos técnicos podem chegar a ser obstáculos ou ameaças para a democratização da comunicação.
Mas, ao mesmo tempo, esses novos serviços podem conduzir também a algumas estruturas descentralizadas e mais democráticas."

Relatório McBride, 1983

RESUMO

PREVEDELLO, Carine Felkl. 2013. **Televisões universitárias público-estatais no interior do Brasil: um breve eco da pluralidade rumo à digitalização.** 215 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

Às vésperas dos 70 anos, a televisão aberta, com quase a totalidade de abrangência nos domicílios brasileiros, entrará na fase de transmissão digital. Esta mudança de paradigma – ancorada pela superficial discussão pública e sustentada por pesquisas financiadas pelos interesses mercadológicos –, poderia significar uma inversão da dicotomia genuína da televisão no país, que mantém as emissoras comerciais nos canais abertos, em contraposição aos canais de acesso público disponibilizados na televisão por assinatura. As televisões ligadas às universidades, inseridas no campo de canais de acesso público, deram origem a um segmento representativo no país, que, junto às TVs comunitárias e educativas consistiria em um núcleo capaz de fomentar a produção de conteúdo local, contribuindo para a pluralidade da oferta de produtos audiovisuais e, consequentemente, para a democratização da Comunicação no Brasil. A partir da identificação dessa potencialidade nas emissoras ligadas às universidades federais, estaduais ou regionais públicas, associando a essas instituições o caráter de financiamento e finalidade públicos, como produtoras de conteúdo local ou regionalizado alinhado à pluralidade e à democratização audiovisual, a tese propõe uma investigação sobre as TVs universitárias público-estatais nas cidades do interior do Brasil. A avaliação da preparação para a convergência digital nas oito TVs universitárias público-estatais do interior do Brasil confirma as limitações técnicas características deste setor no país, as dificuldades de financiamento, a escassa inserção no debate político da mudança tecnológica que atinge o espectro audiovisual brasileiro, e as tímidas experiências relacionadas à interatividade. A pesquisa confirma, por outro lado, a associação deste grupo com a prioridade pelo conteúdo local, e raros casos de cenários avançados em direção à digitalização em um campo marcado pela escassez de investimentos. Entretanto, o horizonte concreto para a ampliação do espaço das TVs, tanto universitárias, quanto mais amplamente o conjunto das emissoras público-estatais, no novo paradigma da televisão digital no Brasil permanece refém de definições políticas que não apresentam perspectivas para a reversão da atual dicotomia presente na fase analógica.

Palavras-chave: Televisões universitárias; digitalização; democratização

ABSTRACT

Celebrating 70 years of existence in Brazil, open television, covering almost the totality of Brazilian homes, will enter the phase of digital broadcasting. This change in paradigm – anchored by the superficial public discussion and sustained by researches financed by market interests – could mean an inversion in the genuine dichotomy of television in the country, which maintains the commercial broadcasters in open channels, in opposition to public access channels available on cable TV. Televisions related to universities, inserted in the field of public access channels, gave birth to a representative segment in the country, which, along with community TV stations and educational ones, would consist in a center that is able to foment the production of local content, contributing to the plurality in the offer of audiovisual products and, consequently, to the democratization of communication in Brazil. By identifying this potentiality in broadcasters related to federal, state or regional universities, associating to these institutions the character of public financing and goal that produce local or regional content aligned to audiovisual plurality and democratization, this thesis proposes an investigation on public state university televisions in inland cities of Brazil. The evaluation of the preparation to digital convergence in eight stations public state university televisions in inland cities of Brazil confirms the technical limitation that characterizes this sector in the country, the difficulties in financing, the scarce insertion in the political debate on technological change that reaches the Brazilian audiovisual spectrum and the timid experiences related to interactivity. This research confirms, on the other hand, the direct association of this group to the priority of local content, identifying the profile of institutional promotion and rare cases of advanced scenarios towards digitization in a field marked by experimentation and lack of investment. However, the concrete horizon to amplify the space of televisions, either the ones related to universities or the more general group of public state broadcasters in the new paradigm of digital television in Brazil, remains hostage of political definitions that do not present perspectives to reverse the current dichotomy present in the analogical phase.

Keywords: university televisions; digitization; democratization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Penetração dos principais meios nos domicílios brasileiros.....51
Gráfico 2 – Evolução do acesso a TV por assinatura por classes sociais.....52
Gráfico 3 – Razão entre o total de televisões universitárias em operação antes e depois de 1995 em relação ao total de TVUs.....69

LISTA DE TABELAS

1 – *Corpus* - Os oito canais de televisão universitária público-estatal fora das capitais.....29
2 - Desenvolvimento Metodológico 31
3 - Cobertura geográfica das cinco maiores redes de televisão no Brasil.....49
4 - As 10 principais redes de televisão aberta no Brasil.....52
5 - Os 10 maiores grupos nacionais de mídia.....53
6 - Evolução da audiência nacional das grandes redes de TV.....53
7 - Penetração da TV no Brasil por plataforma.....73
8 – Universidades públicas nas cidades do interior do Brasil.....101
9 – Núcleos audiovisuais ligados a universidades públicas fora das capitais.....102
10 - Sistemas de transmissão nos núcleos audiovisuais de universidades públicas fora das capitais.....104
11 - Televisões universitárias nas capitais brasileiras.....105
12 - As oito emissoras de televisão universitária público-estatal fora das capitais.....107
13 – Descrição dos programas da TV UFU.....113
14 – Descrição dos programas da TV Viçosa.....117
15 – Descrição dos programas da FURB TV.....122
16 - Descrição dos programas da TV Campus.....126
17 - Descrição dos programas da TV FURG.....131
18 – Descrição dos programas da TVU UFLA.....135
19 (I) – Descrição dos programas da Unitevê UFF 140
19 (II) – Descrição dos programas da Unitevê UFF.....141
20 – Descrição dos programas da TV UESB.....146
21 – Descrição dos programas da Rede USP de TV USP.....150
22 – Descrição dos programas da TV Unicamp.....155
23 – Níveis de avaliação das TVs universitárias público-estatais.....157
24 – Programas de Conteúdo Local nas TVs universitárias público-estatais no interior..160
25 – Sistemas de transição das TVs universitárias público-estatais no interior do Brasil para o canal aberto.....165
26 – Modelos de Convergência nas TVs universitárias público-estatais no interior....167

SUMÁRIO

Introdução.....14

1. Televisão e Economia Política da Comunicação

1.1. Economia Política da Comunicação e a análise da televisão 33

1.2. A dicotomia entre as emissoras privadas e as televisões público-estatais.....38

1.3. Televisão no Brasil: laços econômicos, políticos e centralidade social.....44

1.4. Os oligopólios frente ao crescimento da TV por assinatura.....50

1.5. Política e Comunicação: as concessões e o espaço das TVs não comerciais.....55

2. Televisão universitária no Brasil

2.1. Origem e contexto contemporâneo.....64

2.2. TV por assinatura: a barreira da abrangência.....73

2.3. Televisão universitária e TV pública.....75

2.4. O conceito político de TV universitária.....78

2.5. TVs universitárias público-estatais como espaço de democratização.....82

2.6. Os diferentes modelos de transmissão e produção.....87

2.7. SBTVD: diretrizes e o lugar das TVs universitárias.....90

3. O contexto da convergência digital nas TVs universitárias público-estatais

3.1. TVs universitárias público-estatais no interior do Brasil: do contexto conjuntural à definição do *corpus*.....100

3.2. Contexto estrutural-político e a preparação para a convergência.....108

3.2.1. A pioneira em transição gradativa: TV UFU.....110

3.2.2. Comunitária com pretensão regional: TV Viçosa.....114

3.2.3. Um canal institucional em três plataformas: FURB TV.....120

3.2.4. A mais consistente programação própria: TV Campus.....123

3.2.5. Consciente do perfil estratégico: TV FURG.....128

3.2.6. Investimento, pluralidade e distorções: TV UFLA.....132

3.2.7. A visão pragmática das universitárias: Unitevê.....136

3.2.8. Local e regional: a força da TV UESB.....142

3.3. Dois casos diferenciados.....147
3.3.1. Rede USP de TV: a tentativa da regionalização,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,147
3.3.2. TV Unicamp: o único circuito interno no campus.....151

4. Modelos e Perspectivas

4.1. Modelos de Convergência.....157
4.2. A questão do financiamento.....169
4.3. Conteúdo local: entre o imaginado e o possível.....174
4.4. Perspectivas políticas: Canal da Cidadania e Operador de Rede Nacional de Televisão Pública Digital.....177

5. Considerações Conclusivas.....190

Referências.....201

Anexos.....212

Introdução

A defesa da pluralidade na oferta de conteúdos audiovisuais no Brasil reconhece, na característica de lógica estrutural da televisão no país, a necessidade de superação da dicotomia visceral que opõe oligopólios – e a evidente finalidade ou interesse comercial em espaço de grande audiência –, às emissoras estatais, educativas e/ou públicas – dissociadas do perfil mercantil e mantidas em espaço segmentado –, contradição esta que impede ao sistema instituído a possibilidade de garantir, de forma democrática, a representatividade de interesses diversos.

Ainda que o debate que se apresenta esteja relacionado, obrigatoriamente, à trajetória da televisão no Brasil, iniciada na década de 1950, o período histórico específico sobre o qual se assenta o objeto em análise situa-se na regulamentação das operações da televisão a cabo, realizada em 1995[1]. Ao instituir os canais básicos de utilização gratuita, a Lei nº 8977 define o impulso decisivo à consolidação do segmento reconhecido como o "campo público"[2] de emissoras no país. Um grupo formado pelas TVs universitárias, comunitárias, educativas e ligadas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que tem em comum, como premissa – mas não como regra – a dissociação do interesse comercial, e o compromisso em oferecer visibilidade e novas versões de setores tradicionalmente marginalizados das coberturas das grandes redes de comunicação. Ainda que seja possível, em função disso, reconhecer o avanço da legislação na busca por diversidade audiovisual, a contradição inerente ao sistema de transmissão e concessões no país permanece: conteúdos comerciais localizados em TV aberta, detentora de ampla audiência, enquanto conteúdos ligados ao campo público concentram-se na televisão por assinatura, que se mantém com índices de audiência segmentada.

---

[1] BRASIL. Lei no. 8977, de 6 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o serviço de TV a cabo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 9 jan. 1995. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br /CCIVIL/leis/ L8977.htm]. Acesso em: 10 jan. 2010.

[2] Termo adotado desde a Carta de Brasília, documento final do 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado entre 8 e 11 de maio de 2007, em Brasília, mas não fundamentalmente incorporado por este trabalho. O conceito de campo é uma referência evidente à apropriação das reflexões de Pierre Bourdieu, considerando o campo como a instituição de um setor social dotado de uma habilidade ou competência específica, reconhecido em sua autoridade nessa área, e formado por um grupo de forças políticas em constante disputa por poder simbólico. BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico.** 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

Na perspectiva histórica, a criação da Lei da TV a cabo coincide com a consolidação do capitalismo global como sistema econômico de efetivas repercussões culturais. Para a Comunicação, os anos 1990 indicam o início da fase conhecida como da *Multiplicidade da Oferta*, quando há, na televisão, "uma explosão de canais por assinatura, além de novos modelos televisivos disponibilizados na internet".[3] No Brasil, as mudanças econômicas, o ingresso das transnacionais diversificando a oferta de produtos comunicacionais, a segmentação dos canais televisivos – especialmente na TV a cabo –, marcaram uma etapa de busca por novas receitas frente à estagnação na demanda. Uma fase em que a televisão por assinatura surgiu, agregando inovações e estimulando a cultura da programação individualizada, mas em seguida enfrentando também resistência entre o público brasileiro, o que só seria superado cerca de 10 anos depois de sua fundação.

Brittos e Simões[4] lembram que "as empresas precisavam buscar novos focos. A regionalização dos investimentos publicitários foi uma das tendências desse período (...) O mesmo ocorreu com as TVs por assinatura, que investiram em canais regionalizados e focalizaram públicos segmentados". Entre as características do avanço da segmentação na TV por assinatura está a busca de valorização dos conteúdos locais:

> A regionalização aparece como estratégia importante de crescimento também para a TV paga, pois as novas concessões a serem outorgadas pelo governo vão destinar-se a cidades do interior do país, já que as capitais contam com esse serviço. A tendência do setor aponta para a maior segmentação e regionalização da programação.[5]

É também neste processo, de constante evolução tecnológica, que surge o contexto de convergência, entendida como um conjunto de transformações profundas por que passam as relações entre produtores e consumidores de conteúdos midiáticos, que têm apresentado novas perspectivas e possibilidades, especialmente para os veículos que trabalham o audiovisual. À migração para a internet, já em curso, somam-se novos movimentos de inserção do telespectador no processo de produção. De acordo com a reflexão desenvolvida por Jenkins, a convergência deve ser vista como um fenômeno relacionado "ao fluxo de conteúdos através das múltiplas plataformas de

[3] BRITTOS, Valério. Digitalização, democracia e diversidade na fase da multiplicidade da oferta. In: BRITTOS, Valério (Org.). **Digitalização, diversidade e cidadania:** convergências Brasil e Moçambique. São Paulo: Annablume, 2009. p.17-29, p. 20.
[4] BRITTOS, Valério e SIMÕES, Denis Gerson. **Para entender a TV digital:** tecnologia, economia e sociedade no século XXI. São Paulo: Intercom, 2011. p.21-22.
[5] BORELLI, Silvia; PRIOLLI, Gabriel. **A deusa ferida:** por que a Rede Globo não é mais a campeã absoluta de audiência. São Paulo: Summus, 2000. p.107.

mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação".[6]

Trata-se, portanto, de um fenômeno não apenas técnico, relacionado à imbricação da Comunicação com a Informática e à conseqüente renovação tecnológica dos sistemas técnicos através dos quais circulam os conteúdos: a diversidade de opções de reprodução audiovisual ocasiona também uma ampliação dos modelos de negócio com reflexos diretos nos hábitos de consumo dos telespectadores. A interatividade e a autonomia oferecidas ao receptor tornam-se novas facetas da relação entre os polos de produção e recepção, entremeados pela oportunidade de aperfeiçoamento da qualidade das imagens oferecidas e da associação a diversos serviços possibilitados através da internet.

> As necessidades acabam impulsionando as inovações. Nesse contexto é que eclode a digitalização, como um dos instrumentos de readequação da televisão ao cenário tecnológico, mercadológico e social, buscando adaptar o meio a uma nova cultura de consumo de bens simbólicos, em que a convergência e a interatividade são temas em pauta. A formulação de novas estratégias de ação, com múltiplos diálogos com outros meios, com destaque para a internet, segue um processo de construção de novas alianças com os hábitos do consumidor, adequando-se a eles de um lado e buscando fidelizá-los, de outro.[7]

Agrega-se a esse fenômeno um marco considerado paradigmático para as telecomunicações no Brasil: a digitalização das transmissões nos canais abertos de televisão, a partir de 2016. Ao mesmo tempo em que as transmissões são feitas com tecnologia que confere melhor qualidade à imagem, agregando possibilidade de multiprogramação e interatividade,[8] a convergência digital impõe a necessidade de migração das TVs para outras plataformas, ou seja, a veiculação pela internet e para mídias móveis, como o telefone celular.

Entretanto, muito além da mudança tecnológica, relacionada à digitalização como a superação de um padrão técnico de operação da televisão no Brasil, o contexto da convergência pressupõe a revisão das lógicas estabelecidas pelo público telespectador com a mídia: os fenômenos sociais atravessados pela transição tecnológica determinam os novos hábitos e projetam um horizonte de perspectivas, mercado, oferta e usos culturais. Sobre essa questão, são centrais as concepções de Mosco[9] e Herreros[10],

---

[6] JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência.** 2ª ed. São Paulo: Alphe, 2009. p. 27
[7] BRITTOS e SIMÕES, op.cit., p.26
[8] As características do sistema digital de transmissão e do Sistema Brasileiro de Televisão Digital serão discutidas detalhadamente no Capítulo IV.
[9] MOSCO, Vincent. **La economía política de la comunicación**. Barcelona: Editorial Bosch, 2009.

situando a complexidade dos fatores relacionados a um período de transição tecnológica, em que – transversalmente às modificações técnicas – alteram-se substancialmente as formas de relacionamento com a mídia, tanto no uso quanto no imaginário coletivo, enquanto os atores sociais e os interesses em jogo incidem sobre as oportunidades que se apresentam.

Entre os canais básicos de utilização gratuita criados com a Lei da TV a cabo, um dos grupos que apresenta crescimento mais expressivo é o das TVs universitárias. Trata-se de um segmento que reúne pelo menos 92 instituições operando canais por assinatura, abertos ou *on-line* no Brasil,[11] em diferentes sistemas de transmissão e de gerenciamento, comportando um uso compartilhado entre instituições de ensino superior estatais (universidades federais, estaduais ou regionais) e privadas, ou sem finalidade lucrativa. Excluindo-se as universidades com fins comerciais, e mesmo as que não apresentam esse objetivo, ou se mantém filantrópicas, por trabalharem o auto-investimento com capacidade autônoma de gerar patrimônio, desenvolve-se, para o interesse de análise deste trabalho, um conceito de TV universitária público-estatal,[12] que se aplica às emissoras ligadas a instituições vinculadas, mantidas e exploradas pelo Estado: as TVs de universidades federais, estaduais ou regionais administradas e financiadas pelos Estados ou municípios.

É em torno desse contexto e de seus pontos de conflito, tendo como base teórica a avaliação da Economia Política da Comunicação (EPC), que esta tese propõe uma análise do lugar das televisões universitárias público-estatais frente à convergência digital. Agregando-se o significado simbólico de ter sido uma emissora ligada a instituição federal de ensino superior (IFES) a primeira televisão educativa no país, e o fato de estarem associadas a núcleos produtores de ensino, pesquisa e extensão com orçamento e finalidades públicas, credita-se às TVs universitárias vinculadas a instituições estatais um dos segmentos potenciais para a democratização audiovisual no Brasil.

---

[10] CEBRIÁN HERREROS, Mariano. **Modelos de televisión:** generalista, temática y convergente com internet. Barcelona: Paidós, 2004.

[11] De acordo com levantamento feito pela Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU) para a UNESCO, até 2004, eram 85 instituições operando 73 canais. Segundo pesquisa realizada para este trabalho, o número de instituições com núcleos de produção audiovisual no Brasil é de pelo menos 92, considerando entre elas as transmissões por internet. Entretanto, devido às divergências conceituais e metodológicas, os dados quantitativos não serão confrontados. Os números reunidos por este trabalho estão apresentados detalhadamente no Capítulo III. PEIXOTO, Fabiana; PRIOLLI, Gabriel (orgs.). **A televisão universitária no Brasil:** os meios de comunicação nas instituições universitárias da América Latina e Caribe. São Paulo: UNESCO, 2004. p.4

[12] Apresentado no Capítulo II.

> O entendimento da democratização da comunicação passa pela capacidade deproporcionar meios de acesso, controle, gestão e produção de comunicação por parte da sociedade, visando torná-la consciente de suas capacidades e mais esclarecida a respeito de seus assuntos de interesse. O desenvolvimento de políticas e meios democráticos de comunicação torna-se um aspecto determinante para entender cenários e tendências possíveis. [13]

Entre os fatores relacionados pelo mesmo autor (CABRAL, 2005) à efetivação da democratização da comunicação estão os níveis de participação, pluralidade, horizontalidade, interação e dialogicidade. Destacamos como aplicável ao debate que pretendemos empreender o elemento da pluralidade, "que envolve a inclusão de setores anteriormente destituídos de possibilidades ou condições de acessar ou veicular seus conteúdos". [14]

O conceito de TV pública, alvo de permanentes discordâncias frente ao embate entre as noções do público, privado e estatal, por ser central à discussão proposta neste trabalho, será entendido, portanto, na perspectiva do debate da democratização da comunicação no Brasil, defendendo-se a pluralidade de atores e conteúdos, que favoreça a diversidade cultural característica do país, bem como o fortalecimento das instituições público-estatais como espaço de independência do interesse mercadológico e de abertura ao controle público. As ponderações de Valente, que elabora a noção de Aparelho Midiático Público (AMP),[15] serão consideradas para a delimitação conceitual das TVs universitárias ligadas a instituições estatais como emissoras públicas. Entretanto, por avaliarmos como pertinente também o debate do conceito de público frente ao estatal, exigindo-se, para a definição de emissora pública um modelo de gestão democrático e autônomo, independente de gestões políticas, e de financiamento dissociado da dependência exclusivamente estatal, adotaremos para as TVs universitárias a denominação híbrida, já citada, de TVs público-estatais.

Os AMPs são definidos como agentes não-capitalistas, capazes de incluir em sua estrutura administrativa representantes, e, portanto, interesses das classes subalternas na disputa de poder e de condição econômica, organizados segundo um modelo de financiamento divergente do comercial, mas atrelados às funções de propaganda estatal.

---

[13] CABRAL, Adilson. Apropriação social das TICs: para afirmar a comunicação como um direito humano. **XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Intercom: Rio de Janeiro (UERFJ), 2005.

[14] CABRAL, Op.cit., p.11

[15] VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. **TV pública no Brasil:** A criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UNB). Brasília: UNB, 2009.

Esses veículos são vistos como "porta-voz dos interesses gerais e elemento neutro de regulação[16]", por atuarem em concorrência aos agentes comerciais, mas mantendo como condicionamento a vinculação ao Estado e à função de propaganda estatal. Na medida em que contempla a dimensão estatal, e ao mesmo tempo reconhece a necessidade de uso e reprodução ideológicos dos valores institucionais, é um conceito que se aplica às TVs universitárias atreladas a instituições de ensino estatais. Importante delinear, entretanto, que a compreensão conceitual não elimina o reconhecimento das distorções características dessas emissoras enquanto possibilidade ideológica de democratização em oposição à reprodução dos padrões hegemônicos.

A estruturação dos meios de comunicação no Brasil, fruto de um desenvolvimento histórico e de uma afirmação no modelo capitalista, carrega em si um dilema característico: o conflito entre o interesse público e o interesse privado, aqui entendido como a finalidade comercial, quer seja, o caráter capitalista das instituições inseridas na indústria cultural.[17] De um lado, observam-se conglomerados de mídia, calcados em poder econômico em escala industrial, resultantes em um conjunto de características conjunturais relacionadas ao modo de produção e aos objetivos simbólicos da empresa e dos produtos, o que define aquilo que a EPC adota como padrão tecno-estético.

Esse é um conceito essencial para os estudos em Comunicação: reúne designações acerca do modo de fazer junto às demarcações estratégicas através das quais o produto pretende fazer-se reconhecer, o que agrega o mais relevante dos poderes – o simbólico –, que incide na circulação da produção de sentidos. A partir da leitura de Bolaño[18], com influência da elaboração original de Leroy, o padrão tecno-estético será reconhecido como a definição para as determinações estruturais, culturais e técnicas incidentes sobre o modo de produção, de forma a estabelecer um perfil de reconhecimento público e de resistência à entrada de novos atores no mercado em questão.

Ao defender uma reelaboração dessa reflexão, Kalikoske[19] apresenta uma

[16] VALENTE, op.cit., p.49.
[17] Ainda que não seja discutido em profundidade neste trabalho, reconhece-se a permanência do conceito de Indústria Cultural, originalmente cunhado por Adorno e Horkheimer, mas especialmente atualizado por Bolaño para os estudos de Economia Política da Comunicação, como o entendimento da instituição das empresas de Comunicação enquanto organizações capitalistas, inseridas em uma escala de produção de bens simbólicos dominada, no Brasil, pelo sistema de oligopólio.
[18] BOLAÑO, César. **Indústria cultural, informação e capitalismo.** São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.
[19] KALIKOSKE, Andres. Padrões tecno-estéticos e hegemonia televisiva no Brasil. **XI Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul**. São Paulo: Intercom, 2010.

proposta de taxonomia, que estabelece as categorias de padrão tecno-estético hegemônico, anacrônico, emergente, periférico e alternativo. Localizam-se as TVs universitárias, neste caso independentemente de seu caráter público ou privado, no limiar entre os padrões periférico e alternativo, por duas características fundamentais: a distância das grandes audiências e dos financiamentos consistentes (alinhadas ao primeiro), e ao mesmo tempo a produção experimental, amadora e desvinculada da busca pela lucratividade (características do padrão alternativo).

Os oligopólios da comunicação, que se constituem em setores de produção cultural dominados por um pequeno grupo de empresas, pela capacidade de capilaridade na abrangência e na disseminação de valores agregados, acabam instituindo um padrão tecno-estético considerado hegemônico, ou seja, um conjunto de valores culturais predominantes e reconhecidos como o perfil adequado ou mais amplamente aceito. Em contraponto, os conteúdos audiovisuais de padrão alternativo, que não possuem finalidade mercantil direta, relacionam-se a emissoras estatais e comunitárias, caracterizadas pela estrutura insuficiente para fazer frente à competição com as grandes emissoras. Contribuindo para o agravamento da situação, está a incoerente organização atual do espectro audiovisual brasileiro, que concentra a programação de interesse comercial em transmissão de grande audiência – a televisão aberta –, e relega o espaço da programação de interesse público à obrigatoriedade de transmissão pelas operadoras de televisão a cabo, com abrangência segmentada.[20]

Murdock já apontou a incompatibilidade genuína reconhecida pelos economistas políticos críticos entre a propriedade privada dos veículos de comunicação e a natureza de interesse público característica dos serviços ofertados por esse setor.[21] É esse um dos marcos essenciais da vertente teórica através da qual se propõe a presente discussão, que traz como foco prioritário o estudo da produção e da discussão política do sistema de transmissão das televisões universitárias público-estatais como alternativa à grade audiovisual hegemônica, em um período de transição para as mídias digitais. A iminência do paradigma digital na televisão brasileira de sinal aberto, a transmissão pela internet e celulares e as novas relações com o receptor apresentam uma oportunidade de rediscussão e, portanto, de reorganização das concessões e operações de canais televisivos. Trata-se, conforme aponta Brittos, de uma fase de modificação tecnológica,

[20] A noção de interesse público será discutida a seguir, no Capítulo II, junto à discussão das conceituações de emissoras públicas, estatais, comerciais e de Aparelhos Midiáticos Públicos.
[21] MURDOCK, Graham. Transformações continentais: capitalismo, comunicação e mudança na Europa. In: SOUSA, Helena (Org.). **Comunicação, economia e poder**. Porto: Porto, 2006. p. 13-28.

onde “movimentos não-hegemônicos podem habilitar-se a ocupar novos espaços junto à sociedade”.[22]

Diante da incipiente investigação acerca das televisões universitárias no país, e considerando o contexto de convergência, torna-se estratégico um mapeamento das emissoras em operação nas instituições de ensino superior do Brasil. Mas – para muito além disso – é relevante para o campo da Comunicação avaliar em que medida ocorre o reconhecimento desses canais de televisão como espaços privilegiados de produção de conteúdos que representem alternativa ao padrão hegemônico. A iniciativa do Governo Federal em estruturar canais digitais em sinal aberto, com espaço para veiculação de produção regionalizada e de finalidade cultural e comunitária, expressa no decreto que organiza o Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD),[23] evidencia a necessidade da democratização no acesso a produções diferenciadas e demarca a valorização dos conteúdos de temática local. Outra iniciativa recente é o Operador de Rede Pública, uma plataforma única de transmissão digital que seria oferecida às TVs públicas, educativas e estatais como forma de diminuir os custos e facilitar a adaptação para a nova tecnologia, possibilitando a migração para mídias móveis, como o telefone celular.

De acordo com informações divulgadas pela TV Brasil,[24] a plataforma seria disponibilizada através de uma parceria público-privada e teria um alcance inicial de 60% dos domicílios brasileiros. Entretanto, desde 2011[25], não há definição do Governo sobre a coordenação e o financiamento deste projeto, que congregaria as transmissões da TV Brasil, emissoras legislativas, TV Justiça, e os canais da Educação (MEC), Cultura (MinC) e Cidadania (Minicom), considerados pelo Executivo federal como o campo das televisões públicas do país. Nessa perspectiva, estariam excluídas pontualmente as emissoras ligadas a universidades, à exceção daquelas vinculadas aos canais do MEC e do MinC.

---

[22] BRITTOS, Valério Cruz. Televisão e barreiras: as dimensões estética e regulamentar. In: JAMBEIRO, Othon; BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério (Orgs). **Comunicação, informação e cultura**: dinâmicas globais e estruturas de poder. Salvador: Edufba, 2004. p.15-42. p. 39.

[23] BRASIL. Decreto no. 5.820, de 29 de junho de 2006. Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T,... e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 jun. 2006. Disponível em: [http:// ww.planalto.gov.br/ civil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm]. Acesso em: 17 abr. 2010.

[24] TV BRASIL. **Conselho Curador da EBC debate implantação do Operador de Rede Pública de TV**. In: Seção Novidades, TV Brasil. Disponível em: [http://www.tvbrasil.org.br/novidades/?p=171]. Acesso em 22 set. 2010.

25 EBC. TVs e entidades do Campo Público cobram definição governamental sobre Operador Único da Rede Publica Digital. In: **EBC**. Disponível em: [http://www.ebc.com.br/content/tvs-e-entidades-do-campo-p%C3%BAblico-cobram-defini%C3%A7%C3%A3o-governamental-sobre-operador%C3%BAnico-da-rede]. Acesso em 19 maio 2012.

É importante pontuar, entretanto, que a Lei da TV a cabo, que gerou oportunidade concreta à estruturação dos canais de televisão universitários, também evidenciou um conflito equivalente ao característico da gênese dos meios de comunicação no Brasil. As instituições de ensino privadas, e mesmo as sem finalidade lucrativa, por possuírem maior capacidade de investimento e autonomia de gerenciamento, somadas à necessidade de repercussão social, aproveitaram esse espaço de forma imediata, constituindo-se hoje – em algumas das mais importantes capitais do país, e mesmo no interior dos Estados –, nos principais núcleos produtores e coordenadores das grades de televisão universitária. Já as instituições vinculadas a universidades estatais, pela dificuldade de reunir recursos específicos para a aquisição de equipamentos e com um quadro de recursos humanos restrito na área de Comunicação, caminham a passos mais lentos. Na Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU), a principal entidade representativa do setor, das 51 emissoras associadas, 38 são vinculadas a universidades privadas, filantrópicas ou sem finalidade lucrativa.

A situação não é diferente nas instituições localizadas fora do eixo das capitais, onde a produção de conteúdo local passa a adquirir uma importância fundamental, por apresentar alternativa ao escasso tempo de inserção nas grades de redes estaduais, que retransmitem uma grade de abrangência nacional. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o Grupo RBS, repetidor da Globo, destina pouco mais de 10 minutos de programação para notícias locais em seus dois telejornais diários, que totalizam mais de uma hora ambos. Em municípios de grande porte, como Caxias do Sul, Pelotas e Santa Maria, as televisões universitárias (UCS TV, TV UCPel e TV Campus, da UFSM), passam a constituir-se em opção para os telespectadores que buscam conteúdo que retrate a realidade local. Também nas cidades interioranas, somente através dessa preliminar referência aos três municípios, as instituições privadas já lideram as operações de produção e transmissão. Entre as 27 universidades federais localizadas em municípios fora das capitais,[26] 12 possuem núcleos produtores de audiovisual, sendo oito emissoras transmitindo em TV a cabo (três delas simultaneamente em canal aberto), e quatro apenas pela internet. Já entre as 17 universidades estaduais sediadas no interior, são oito emissoras, acrescentando-se ainda

[26] De acordo com relação disponibilizada pelo Ministério da Educação. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portal do MEC**: Seção Universidades. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.html]. Acesso em 20 set.2010.

duas emissoras ligadas a universidades regionais mantidas com recursos públicos e administradas por instituição estatal (TV FURB, de Blumenau, Estado de Santa Catarina, e TV Unitau, da Universidade de Taubaté, em São Paulo).[27]

Entre as cinco grandes redes de televisão comercial no Brasil (Globo, Record, SBT, Rede TV! E Band), somando-se às TVs educativas estaduais que operam integradas à TV Brasil, a ênfase ao conteúdo local permanece marginalizada. De acordo com dados de pesquisa realizada anualmente pelo Grupo Cepos[28], todas essas emissoras, conjuntamente, oferecem um total de 226 programas destinados à cobertura local. A TV Bandeirantes é a que apresenta o maior número de programas (56), seguida da rede pública da TV Brasil (48). Nas regiões do país, as capitais da Bahia (Salvador) e do Amazonas (Manaus) são as que concentram a produção local, em comparação às demais capitais pesquisadas (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Curitiba). A temática predominante é a do Jornalismo (96 noticiários locais), seguida da Religiosidade (30 programas). Outro dado significativo identifica o avanço da tecnologia digital de produção: 60% da programação de conteúdo local nestas capitais é transmitida em sinal digital standard, além de 64,6% ser produzida pelas próprias emissoras, sem parceria ou cedência de horários a produtoras independentes.

No caso da Globo, importante salientar ainda que o percentual mais expressivo de produção local corresponde à programação do Estado do Rio de Janeiro (9% do total do país), sede da emissora, que concentra, consequentemente, a origem de dezenas de programas produzidos e exibidos em escala nacional, e que desconsidera – evidentemente – as peculiaridades regionais. Independente dessa característica da maior rede comercial, a rede de TVs público-estatais também prioriza as produções locais no eixo central do país, mantendo o maior índice de programas com este perfil no Estado de São Paulo.

Esses dados permitem concluir que, tanto no campo das emissoras público-estatais quanto das comerciais, o conteúdo local ainda é uma temática distante a ambos os grupos, enquanto a adaptação à digitalização parece avançar em todas as TVs. Nas televisões universitárias, avaliar a convergência digital implica relacionar a estruturação operacional desses canais diante dos conglomerados de mídia e as oportunidades de

[27] Os dados sobre as televisões universitárias público-estatais no Brasil serão detalhados no Capítulo III.
[28] A pesquisa sobre conteúdo local é realizada pelo Grupo Comunicação, Economia Política e Sociedade (CEPOS), sediado na Unisinos durante seis anos – a partir de 2012 vinculado à UFS –, e considera as redes de televisão presentes nas cinco capitais com maior renda per-capita nas cinco regiões brasileiras, acrescidas de São Paulo.

recolocação em um novo paradigma. Entre os sistemas de transmissão vigentes ainda na fase analógica, as televisões universitárias estão constituídas em diversas configurações, existindo desde concessões de canais educativos abertos para emissoras público-estatais (TVU UFPE) e filantrópicas, mas com uso comercial (Ulbra TV, em Porto Alegre), passando pelo compartilhamento de canal a cabo – previsão da Lei 8977 –, até a inserção eventual em canais públicos.

A investigação do perfil das programações produzidas pelos canais universitários é uma questão a ser pesquisada. A partir da associação das instituições públicas de ensino superior à defesa do interesse público, há uma presunção de que a produção dessas emissoras estaria alinhada ao compromisso com o conteúdo local. É uma hipótese a ser confirmada. Assim como a idéia inicial de que as produções das televisões universitárias atenderiam a um objetivo de pluralidade de programação pretendido pela estruturação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD).

Tem-se como variáveis, para identificação do objeto de pesquisa, as questões centrais do caráter público-estatal das emissoras e da programação com prioridade pela temática local. Associando a finalidade pública às instituições estatais, sejam elas federais ou estaduais, e a relevância do conteúdo local à produção das emissoras situadas fora das capitais, dirige-se a discussão da convergência digital às televisões universitárias público-estatais em municípios do interior das unidades federativas brasileiras. Considerando-se a limitação de espaço local nas grades das repetidoras estaduais comerciais, as emissoras com programas que estejam alinhados às discussões de interesse do município passam a ter potencial privilegiado de audiência, reduzido, entretanto, pela permanência na TV a cabo. A transição tecnológica tem apresentado alternativas, com várias dessas emissoras estruturando canais de transmissão ao vivo pela internet, ou sítios para postagens permanentes de conteúdo audiovisual. Ao mesmo tempo, movimentos políticos têm garantido negociações para a migração para canais educativos em televisão aberta analógica, o que indica a pretensão de instituir-se como alternativa à programação hegemônica.

A questão da prioridade pela temática local, embora possa ser melhor verificada nos municípios do interior em relação às capitais, visto que, neste caso, a área de abrangência atinge de forma global a todos os veículos, é um compromisso a ser verificado. Acredita-se na possibilidade de haver, nas universidades de municípios do interior, uma identificação direta com as pautas de interesse local pela inserção das atividades da instituição na própria cidade. Nas capitais, o cotidiano do município-sede,

que é a capital, está retratado tanto pelas emissoras comerciais quanto público-estatais, e se constitui na mesma área de abrangência e atuação da grade estadual, ainda que as temáticas possam ser trabalhadas sob diferentes enquadramentos.

Há uma série de restrições que ainda dificultam a consolidação dos canais universitários público-estatais como emissoras de televisão, e isso passa pela carência de investimentos em atualização tecnológica, ausência de recursos humanos com habilidades específicas para o setor e falta de uma política estratégica para a área de Comunicação nas instituições. Todo esse contexto inviabiliza também uma inserção imediata na convergência digital, ainda que a criação de canais de veiculação pela internet tenha sido um dos sistemas de transmissão a ser verificado com expressiva freqüência em universidades ainda sem operações via cabodifusão. Através das possibilidades oferecidas pela internet como meio digital, pela transmissão por aparelhos móveis e pela instalação do SBTVD, há uma conjuntura de reacomodação dos canais de acesso público. Interessa especificamente a este trabalho saber em que condições estão estruturadas as televisões universitárias para usufruir deste momento como uma oportunidade histórica para avançar em pluralidade de conteúdo e valorização das temáticas de interesse local.

Diante disso, questiona-se, como problemática fundamental:

a) Considerando-se os níveis estrutural-técnico (investimento em equipamentos, inserção na internet), de recursos humanos (treinamento e capacitação), e político (inserção no debate e na estruturação do SBTVD), com que instrumentos organiza-se o contexto estrutural-político das TVs universitárias público-estatais fora das capitais brasileiras de forma a delinear o cenário de preparação para a convergência digital?

b) Na programação desses canais, que definições identificam conteúdo local nas grades de produção e no reconhecimento – através dos diretores – da relevância da produção dos canais universitários para o resguardo da programação local?

c) O SBTVD, através da instituição de canais para uso compartilhado das televisões estatais, educativas e públicas, contemplará espaço para transmissão regionalizada da programação dos canais universitários, e que possibilidades apresenta o Operador de Rede Pública para o avanço na recolocação das TVs universitárias no espectro da televisão digital?

d) Na discussão da convergência, que iniciativas indicam adaptação de conteúdos e formatos às novas plataformas de veiculação, e a atualização às

possibilidades de interatividade, seja na fase de criação, implantação ou prospecção para execução posterior?

Apresenta-se, adicionalmente, hipóteses de trabalho para responder às questões anteriormente citadas:

a) Com exceções, a exemplo de canais ligados a centros caracterizados por maior volume de investimentos (como a TV USP, em São Paulo, e UFV, em Viçosa), e de canais criados recentemente, já no processo de convergência (como o da UFOP), as televisões universitárias não têm sido contempladas com recursos para modernização da estrutura de produção que atenda ao novo padrão de TV digital. Uma limitação relacionada especialmente à alta definição, o que pode determinar a desvantagem de exibição em relação aos canais comerciais na iminência do novo sistema, e que não deve ser resolvida com a instituição do Operador de Rede Pública. Quanto aos níveis de recursos humanos e político, as dificuldades parecem ser ainda maiores, com escassas oportunidades de atualização específica para os servidores, disseminação da relação com produtoras independentes, prejudicando o comprometimento com um projeto, e desconhecimento generalizado acerca das mudanças no processo de produção e transmissão.

b) É provável que a preocupação com a definição de uma linha editorial pautada por um perfil representativo da realidade local seja recorrente para um número expressivo de diretores e/ou coordenadores das televisões universitárias, visto que se trata de instituições de interesse público localizadas em cidades interioranas, onde o tempo de produção local é reduzido nas grades das emissoras comerciais.

c) A previsão inicial, de acordo com as manifestações públicas do Ministério das Comunicações, é de que as televisões universitárias compartilhem um canal de abrangência nacional (da Cidadania, ou da Cultura) com outras emissoras, e continuariam a ter seu espaço segmentado através da televisão por assinatura, minando a idéia de transmissão generalizada em sinal aberto. Não há nenhum indicativo de que exista, para os canais de televisões universitárias, a possibilidade de seguirem o mesmo caminho dos canais de televisão aberta, que terão a migração automática para o espectro digital, ainda acrescida vantagem de um aumento de canais para exibição de multiprogramação. O Operador de Rede Pública apenas viabilizaria a antena de transmissão para os canais compartilhados.

d) Em princípio, parece haver um desconhecimento generalizado quanto às possibilidades operacionais do SBTVD. Ainda assim, paralela à inserção no Sistema, é

possível visualizar diferentes alternativas de reconstrução das relações com o público através da internet e do uso de conteúdos enviados pelos telespectadores, um movimento alinhado ao contexto de convergência e de ampliação do acesso a atores não-hegemônicos.

A partir, portanto, de um objetivo geral que propõe investigar, em nível estrutural-político, a organização dos canais televisivos das universidades públicas fora das capitais brasileiras, reconhecidos como alternativa para a democratização audiovisual, diante de contexto de convergência e ao processo de implantação do SBTVD, somam-se as pretensões específicas de:

- investigar o perfil de programação dos canais de televisão das universidades públicas nos municípios interioranos, procurando definir um conjunto de valores e variáveis que possibilite o estudo das características de tematização do conteúdo local;
- examinar a convergência a partir da inserção na internet e no SBTVD, as possibilidades operacionais em termos de interatividade a serviço do telespectador, e as formas de gerenciamento desses mecanismos por redes de televisão;
- estudar a viabilidade política e técnica da veiculação da programação das TVs universitárias em canal aberto, independente da evolução da convergência digital;
- examinar os recursos humanos e técnicos disponíveis nos canais universitários, e avaliar a necessidade de investimentos para o processo de convergência digital.

Investigar de que forma as TVs universitárias estarão inseridas no processo de convergência, em que nível estão adaptadas à fase de transição para o paradigma digital, e as intenções que apresentam enquanto emissoras para uma recolocação no espectro é avaliar as chances de uma programação voltada para as peculiaridades regionais estabelecer-se com maior amplitude de abrangência no país. A estruturação do SBTVD, e mesmo a convergência das TVs universitárias para a internet ou para um sistema que lhes permita a operação em canal aberto em nível regional, tornam-se iniciativas relevantes na implantação de uma televisão com controle público e democrático no Brasil.

No aspecto metodológico, a análise da realidade concreta, sob o ponto de vista da Economia Política da Comunicação, já esteve limitada pela prioridade aos grandes fenômenos como ponto de partida da investigação. Na perspectiva dos estudos relacionados aos processos midiáticos, a conjuntura macro-estrutural, na qual está envolvido o contexto formado pelos grandes conglomerados de mídia e suas relações com o aspecto sócio-cultural do consumo e da identidade contemporânea, é central para

a contextualização dos fenômenos analisados. Entretanto, Marx, quando tratou dessa questão, ressaltou a relevância do entendimento micro-estrutural, anterior à análise conjuntural, para que as caracterizações e indicações surgidas desse exame sejam definidoras de uma compreensão que se encarregará, logo adiante, de empreender o estudo relacional:

> O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também, o ponto de partida da intuição e da representação. No primeiro caso, a representação plena é volatilizada numa determinação abstrata; no segundo caso, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento.[29]

Dissecar, portanto, o objeto, ou o fenômeno em análise, para que suas múltiplas determinações delineiem minimamente sua conformação, torna-se a base metodológica do método materialista-dialético marxista. Trata-se de um exame aprofundado das dimensões apresentadas pelos processos midiáticos, relacionando-os com o contexto cultural, político, econômico e social em que se encontra. "No método teórico é necessário que o sujeito - a sociedade - esteja constantemente presente na representação como ponto de partida".[30] Todas as categorias ou conceituações aceitas como pressupostos também devem ser reacomodadas segundo as condições históricas em que estão inseridas, motivo pelo qual devem ser adotadas contextualmente, e sem a ilusão de que atenderão uniformemente a diferentes fenômenos, em épocas históricas distintas.

Para definição do *corpus* de pesquisa, foram consideradas TVs aquelas que administrem (sob sua concessão) pelo menos um canal de transmissão permanente de programação diária, seja através do sinal aberto ou por assinatura, excluindo-se também aquelas que foram originadas ou mantenham apenas páginas na internet ou sítios para postagens de vídeos selecionados, por já surgirem em processo de convergência, e aquelas que compartilhem canal com programação eventual. São os casos da UniTV (Universidade Estadual de Goiás, UEG, em Anápolis), TV Unicentro (Guarapuava, Paraná) e TV UEL (Universidade Estadual de Londrina, Paraná), por não serem detentoras de canal, contribuindo apenas com programas eventuais, e da TV UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará, em Santarém), TV UFRB (Universidade do

[29] MARX, Karl. **Para uma crítica da Economia Política.** Disponível na internet em: [http://www. unioeste.br/projetos/ histedbropr/bibliografia/critica_economia_ politica.pdf]. Cascavel, Unioeste, Acesso em: 10 jan. 2010. p. 1-15, p.2.
[30] MARX, Karl, op.cit., p.15.

Recôncavo Baiano, Cruz das Almas), TV Unitau (Taubaté, SP), TV UEM (Universidade Estadual de Maringá, PR), em em Minas Gerais a IPTV (Universidade Federal de Juiz de Fora), TV Olhos D´água (Universidade Estadual de Feira de Santana), e TV UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto), todas operando apenas pela internet. A TV UFOP, embora já opere na TV aberta, até a data de definição do *corpus* desta pesquisa – delimitada em 30 de janeiro de 2011 – permanecia como compiladora de vídeos selecionados. A TV Unicamp foi excluída da amostra por não ter concessão sob sua administração, e apenas compartilhar canal e colaborar com programação diária para a grade local. Outros dois casos específicos são a TV UFTM (Universidade Federal do Triângulo Mineiro, em Uberaba) e da TV Caatinga (Universidade Federal do Vale do São Francisco, em Petrolina). A primeira constitui-se em televisão educativa transmitindo a programação da TV estatal (Rede Minas), e a segunda realiza transmissões eventuais de eventos ao vivo pelo canal na internet.

A partir da prospecção inicial, foram verificadas as 46 universidades estatais (27 federais, 17 estaduais e 2 regionais) localizadas fora das capitais, de acordo com relação disponibilizada pelo Ministério da Educação e pelos sites de governos estaduais. Constituem o *corpus* da pesquisa os oito canais de televisão que atendem aos critérios acima listados (programação diária permanente em canal próprio, seja através de TV aberta ou paga), conforme listagem apresentada pela Tabela 1:

Tabela 1 – Os oito canais de televisão universitária público-estatal fora das capitais

***Corpus* da Pesquisa**
TV UFU – Universidade Federal de Uberlândia (MG)
TV UFV – Universidade Federal de Viçosa (MG)
TV Campus – Universidade Federal de Santa Maria (RS)
FURG TV – Fundação Universidade de Rio Grande (RS)
TV FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau (SC)
TVU UFLA – Universidade Federal de Lavras (MG)
Unitevê – Universidade Federal Fluminense (Niterói -RJ)
TV UESB – Universidade Estadual Sudoeste da Bahia (BA)

Fonte: autora. Por ordem cronológica de inauguração.

Paralela a uma descrição das programações oferecidas pelos canais, a pesquisa utilizou entrevistas semi-estruturadas com os diretores e/ou coordenadores das TVs, e buscou entrevistas com representantes do Ministérios das Comunicações. Através desse método, procuraram-se dados relevantes para o entendimento do processo de convergência e das expectativas desses canais na participação futura a ser

disponibilizada pelo sistema digital. As entrevistas no Ministério das Comunicações visavam ainda avaliar a previsão de investimentos necessários para a convergência digital nas IFES e a possibilidade de uma eventual inserção da programação das TVs universitárias em canais abertos, independente da evolução de implantação do sistema digital nesses canais. [31]

Entre os casos de canais não contemplados pelos critérios metodológicos, foram destacados dois específicos para estudo paralelo, por apresentarem constituição diferenciada e representarem duas das maiores instituições públicas do país, no Estado de São Paulo, o que apresenta o mais significativo número de universidades instaladas. A TV Unicamp, que embora não administre o canal onde colabora com programas diários, mantém o único circuito interno de televisão com grade de programação própria no campus local (Campinas), entre todas as instituições pesquisadas. E a TV USP que, embora não esteja sediada em municípios do interior, possui três núcleos audiovisuais regionalizados, formando a Rede USP de TV, em Bauru, Ribeirão Preto e Piracicaba. Ambos constituirão um item adicional, relevante para a contextualização dos modelos regionais em operação no Brasil, mas não considerados para a análise do objeto de pesquisa.

Quando está falando de relações recíprocas entre capital, trabalho e propriedade, o próprio Marx ressalta como fundamentais essas categorias inseridas no processo gradativo e cumulativo resultante no oligopólio dos meios de produção audiovisual, que pode ser identificado regionalmente ou nacionalmente no Brasil. Falar de redefinição de um sistema de transmissão de televisão no país é abordar um espaço claramente atrelado à força econômica e política como geradora de força social e simbólica, realimentando a força econômico-política. Para esclarecer as condições a que está submetido esse contexto, e estudar caminhos pelos quais passarão alternativas de burlar esse cenário, a metodologia da teoria crítica permanece valiosa.

Estará sendo aplicado, portanto, o método materialista-dialético marxista, na perspectiva da teoria crítica da Economia Política da Comunicação, buscando relacionar contexto histórico, construção contemporânea e perspectivas para as quais apontam os resultados. Em função dessas considerações, tem-se um contexto metodológico dirigido ao desenvolvimento da problemática e dos objetivos da tese, expostos na Tabela 2:

[31] O detalhamento da metodologia de pesquisa para a delimitação das universidades público-estatais no interior, e das unidades de produção audiovisual associadas a essas instituições encontra-se no Capítulo 3.

Tabela 2 – Desenvolvimento Metodológico

Problemática	Objetivo	Técnicas	Variáveis
a) Considerando-se os níveis estrutural-técnico, de recursos humanos, e político, com que instrumentos organiza-se o contexto estrutural-político das TVs universitárias público-estatais fora das capitais de forma a delinear o cenário de preparação para a convergência?	- Avaliar os movimentos de inserção das TVs no processo de convergência, a partir dos canais da internet e das propostas de programação. - Examinar os recursos humanos e técnicos disponíveis nos canais universitários, verificar a situação da emissora na transição tecnológica e avaliar a necessidade de investimentos para o processo de convergência.	- Pesquisa bibliográfica, telefônica e presencial nos canais universitários.	- Recursos humanos -Convergência -Interatividade
b) Na programação desses canais, que definições identificam conteúdo local nas grades de produção e no reconhecimento – através dos diretores – da relevância da produção dos canais universitários para o resguardo da programação local?	- Investigar o perfil de programação dos canais de televisão, procurando definir um conjunto de valores editoriais que possibilitem o estudo das características de tematização do conteúdo local nessa programação.	- Descrição da programação dos canais da amostra. - Entrevistas semi-estruturadas com diretores das TVs do *corpus*	- Perfil editorial - Conteúdo local
c) O SBTVD, através da definição de canais para uso compartilhado das televisões público-estatais, contemplará espaço para conteúdo local na programação dos canais universitários, e que possibilidades apresenta o Operador de Rede Pública para o avanço na recolocação das TVs universitárias na televisão digital?	- Estudar a viabilidade política e técnica da veiculação da programação das TVs universitárias em canal aberto, independentemente da evolução da convergência digital.	- Entrevistas semi-estruturadas com diretores das televisões e representantes do Ministério das Comunicações.	- Conteúdo local - Convergência
d) Na discussão da convergência, que iniciativas indicam adaptação de conteúdos e formatos às novas plataformas de veiculação, e a atualização às possibilidades de interatividade, seja na fase de criação, implantação ou prospecção para execução posterior?	- Examinar a convergência a partir da inserção na internet e no SBTVD, as possibilidades operacionais em termos de interatividade a serviço do telespectador, e as formas de gerenciamento desses mecanismos por redes de televisão.	-Pesquisa bibliográfica, observação participante.	- Convergência - Interatividade

Fonte: autora

Para dar conta da proposta empreendida, a tese está organizada em quatro capítulos. No primeiro, intitulado “Televisão e Economia Política da Comunicação”,

trata-se das perspectivas teóricas apontadas pelo campo reflexivo da Economia Política da Comunicação para a análise da televisão enquanto meio de comunicação, abrangendo, para tanto, a questão histórica, a centralidade social e a legislação acerca das emissoras públicas e ou estatais. No segundo capítulo, "Televisão universitária no Brasil", a contextualização do segmento das televisões universitárias no país está associada ao desenvolvimento de um conceito político e operacional de TV universitária, proposto por este trabalho, bem como a um esforço para categorização de modelos de transmissão e produção dessas emissoras. Também neste capítulo a tese apresenta a discussão dos conceitos de televisão pública, estatal, interesse público e interesse privado. Neste ponto as televisões vinculadas a universidades federais, estaduais ou regionais/comunitárias são reconhecidas como espaço de democratização, atendendo às premissas defendidas pelo conceito proposto para TV universitária. O segundo capítulo é finalizado pela discussão da relação entre os sistemas atuais de transmissão, incluindo a convergência para a internet, e as possibilidades operacionais e políticas do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD).

Os dois últimos capítulos pretendem avançar no sentido de apontar as implicações da convergência digital para as televisões universitárias. No terceiro, intitulado "O contexto da convergência digital nas TVs universitárias público-estatais", estão demonstrados os principais resultados acerca da pesquisa empírica sobre emissoras público-estatais no interior do Brasil.

Já no quarto e último capítulo, "Modelos e perspectivas", os resultados da pesquisa empírica são avaliados sob o ponto de vista dos objetivos pretendidos, apresentando-se uma categorização sobre os níveis de convergência atingidos pelas emissoras analisadas. A projeção de cenários, relacionando a conjuntura atual das televisões universitárias estudadas, e as perspectivas apontadas pelo contexto da substituição do atual sistema analógico, também está contemplada no fechamento da tese, como debate de projeção para o cenário da convergência digital.

1. Televisão e Economia Política da Comunicação

As dimensões econômica e política atravessam a constituição dos veículos de comunicação, que exercem um papel de significativa centralidade social. No capítulo de abertura da tese, os conceitos fundantes da vertente teórica da Economia Política da Comunicação (EPC) estarão condicionando a análise empírica da televisão como objeto de pesquisa, pontuados pelo conflito característico à atividade midiática: a dicotomia entre a convivência dos interesses público e privado permanentemente inter-relacionados. Dessa forma, a organização política da distribuição do espaço de veiculação das emissoras público-estatais será discutida, acrescentando-se ainda o conceito de padrão tecno-estético, caro ao campo da EPC, e pertinente para a reflexão sobre a predominância da lógica comercial da televisão no Brasil.

1.1. Economia Política da Comunicação e a análise da televisão

Investigar a lógica estrutural dos veículos de comunicação, especialmente as instituições concessionárias de canais de televisão no Brasil, implica situar a Comunicação "como um processo de troca, cujo produto é a configuração de uma relação social" (MOSCO, 2009)[32] profundamente demarcado e influenciado pelas relações de poder econômico e político no Brasil. Sob a ótica da Economia Política da Comunicação, portanto, torna-se indissociável da análise das televisões identificadas com um segmento alternativo ao hegemônico e de interesse educativo-cultural, a avaliação das variáveis econômicas e políticas que determinam esse lugar de subalternidade. Conforme sentencia o mesmo autor, trata-se "do estudo das relações sociais, particularmente das relações de poder, que definem a produção, distribuição e o consumo de recursos".[33]

Ao conjugar as lógicas de mercado que transpassam a atividade da Comunicação, assim constituída em nosso país – diferentemente da experiência britânica, por exemplo, que privilegiou a proteção e o controle públicos ao reconhecimento da força sociocultural desta atividade –, à atuação do Estado e da sociedade civil, a EPC procura relacionar fatores responsáveis pela determinação de um contexto sobre o qual pretende também agir, instrumentalizando os atores sociais para

[32] MOSCO, Vincent. **La economía política de la comunicación**. Barcelona: Editorial Bosch, 2009. p.112
[33] MOSCO, op. cit. p.25

este debate. A centralidade da produção televisiva no Brasil para a história recente da indústria da Comunicação no país reflete um conjunto de práticas políticas que enredam empresas e Estado, desde os anos 1950, assim como retroalimentam-se mutuamente no campo da economia e da cultura: trata-se de uma rede de proteção e auto-dependência entre agentes que estabeleceram um cenário caracterizado por uma legislação deficiente, carente de definições e mecanismos de controle.

Essa complexa teia de fatores está decisivamente associada à construção do padrão tecno-estético, ao se entender, por esse conceito, "uma configuração de técnicas, de formas estéticas, de estratégias, de determinações estruturais, que definem as normas de produção cultural historicamente determinadas de uma empresa ou de um produtor cultural particular".[34] No Brasil, o desafio do fortalecimento das programações televisivas de interesse público está imbricado à consolidação de um sistema de telecomunicações marcado pela concentração da produção e da audiência em torno de um padrão tecno-estético comercial.

Quando se fala em lugar de subalternidade, está-se referindo a um grupo produtor de audiovisual, no caso específico das televisões universitárias vinculadas a instituições públicas, sem finalidade lucrativa, que acabaram, por contingência histórica, política e econômica do desenvolvimento da televisão no Brasil, estruturando um padrão tecno-estético dissonante do hegemônico. Também por isso, entre outros fatores, esse segmento ocupa um lugar de baixa audiência e pouca capacidade de pressão política necessária à revisão da regulamentação. É possível, nessa perspectiva, reconhecer o mercado de mídia televisiva no Brasil caracterizado pelo sistema de oligopólio, predominante no capitalismo contemporâneo.

Na medida em que se estabelece hegemonicamente, o padrão tecno-estético define o "reconhecimento, por parte do receptor, de determinados traços distintivos de qualidade superior".[35] A tentativa de delinear esse padrão no cenário televisivo brasileiro, tem de considerar a consolidação histórica das condições de produção conferidas à TV Globo para as telenovelas, pela preferência ao cinema e às séries de televisão norte-americana, pelo telejornalismo tradicionalmente estruturado pela grade nacional compartilhada com escasso espaço local, e ainda pelo entretenimento associado ao esporte, condicionado aos direitos de transmissão dos grandes

[34] BOLAÑO, César, Op.cit., p. 234.
[35] BRITTOS, Valério. As barreiras à entrada dos processos televisivos. **Revista Diálogos Possíveis**, Salvador, n. 1, p.75-87, jan.jul. 2005.

campeonatos de futebol – somente acessíveis aos conglomerados de mídia – e às produções culturais que tangenciam o culto às celebridades já trabalhadas pelas emissoras. Ainda que possam gradativamente ser relativizados, são fenômenos culturais decorrentes do avanço da globalização econômica, centrada no capitalismo, que soube difundir valores da cultura norte-americana até mesmo através de negociações políticas:

> é na substituição da literatura nacional pelos *best-sellers* internacionais ou americanos, no colapso da indústria cinematográfica nacional, sob o peso de Hollywood, ou da televisão nacional invadida por importações americanas, no fechamento de restaurantes e bares locais com a chegada de grandes redes de *fast-food* que os efeitos mais intangíveis da globalização podem começar a ser reconhecidos em sua forma mais dramática.[36]

É preciso, contudo, compreender que a "hegemonização passa também pela incorporação de alguns interesses e referentes culturais das classes subalternas",[37] que, no caso da televisão, estão expressos nos números de audiência, mas apresentam constantes revisões. No caso das televisões universitárias, é especialmente significativo o papel que desempenham nos municípios localizados fora das capitais. Nas cidades nomeadas como "praças" de uma retransmissora estadual, o espaço local na grade de programação é reduzido, portanto extremamente valioso do ponto de vista comercial, mas também cultural. Esse é um dos motivos pelos quais uma emissora de televisão ligada a uma universidade estatal, cuja interferência na situação econômica, cultural e social de um município é decisiva, representa uma instância com expressiva viabilidade de inserção em audiência e repercussão. A busca por informações e coberturas que retratem a realidade local encontra um viés de credibilidade e legitimação sob a simbologia da instituição produtora de conhecimento, que significa, em tese, descompromisso com quaisquer objetivos que não sejam de interesse educativo, cultural ou científico. Inserem-se nessa gama os valores editoriais capazes de definir a opção por um padrão tecno-estético alternativo, não simplesmente pela rejeição aos modelos comerciais – que não é evidente –, mas principalmente pelas diferentes oportunidades, em maximizar o tempo local e explorar formatos diferenciados.

Ao avaliar a TV por assinatura a partir da regulação adotada no Brasil, Bolaño e Braz afirmam que "mesmo afastado da intervenção direta no processo econômico, tal

---

[36] JAMESON, Fredric. **A cultura do dinheiro:** ensaios sobre a globalização. Petrópolis: Vozes, 2001. P.39.

[37] BRITTOS, Valério. Digitalização, democracia e diversidade na fase da multiplicidade da oferta. In: BRITTOS, Valério (Org.). **Digitalização, diversidade e cidadania:** convergências Brasil e Moçambique. São Paulo: Annablume, 2009. p.17-29. P. 18.

como ocorria no período longo de crescimento anterior ao capitalismo, o Estado preserva em geral e sofistica sua função de, por meio da regulamentação, abrir espaço para a atuação dos capitais[38]". Os pesquisadores identificam no processo de regulamentação uma disputa entre uma corrente conservadora, ligada aos concessionários de radiodifusão, e outra progressista, associada aos movimentos pela democratização da comunicação, com vantagens permanentes do primeiro pólo através do *lobby* político-econômico dos empresários. Entretanto, percebem também alguns avanços, que vão desde os canais de acesso público na Lei da TV a cabo até as alterações recentes na legislação, que acabaram, entretanto, contemplando os interesses de ambas as correntes.

Através do Projeto de Lei 29/07 e do PLS 182, ambos relacionados à inserção das multinacionais da telefonia no capital da TV a cabo no Brasil, foi aprovada em 2011 a Lei nº 12.485, que institui novas regras para a TV por assinatura. Ao mesmo tempo em que atende à expansão do capitalismo global, com a liberação da operação dos canais a cabo para as empresas de telefonia – nicho há muitos anos pleiteado por estas organizações transnacionais –, a nova legislação define a obrigatoriedade de transmissão de conteúdo local. Além de estabelecer a necessidade de oferta de um canal brasileiro para cada dois estrangeiros, a lei determina a veiculação de três horas e meia de conteúdo nacional em horário nobre semanalmente em todos os canais, sendo esta programação transmitida em faixa nobre de audiência. Entre o conteúdo local, outra exigência é de que pelo menos metade destes programas sejam viabilizados por produtoras independentes.

Trata-se, com essas novas legislações, de uma atualização da lei anterior, de 1995 (Lei nº 8977, da TV a cabo), que acaba por beneficiar, de um lado, as multinacionais da telefonia para a operação de um novo modelo de negócio, - descaracterizando o mercado nacional de televisão brasileira, até então protegido das multinacionais, - mas, de outra forma, começa a definir diretrizes para manutenção de espaço qualificado da programação para as produções nacionais, estimulando também as produtoras de audiovisuais. Um dos desafios deste novo cenário é o controle das grades estruturadas pelos novos canais e a fiscalização da origem da programação, que serão centralizadas pela Agência Nacional do Cinema (Ancine).

[38] BOLAÑO, César; BRAZ, Rodrigo. A regulação das comunicações no Brasil: conservadora ou liberal? O caso da TV por assinatura. In: BRITTOS, Valério (Org.). **TV digital, economia política e democracia.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010. p. 87-103. p. 88.

> As disputas entre os dois pólos têm sido utilizadas pelos movimentos em defesa da democratização da comunicação e pela bancada progressista no Congresso Nacional para inserir suas propostas e garantir avanços sociais no setor. Estratégia que pode ser ampliada a partir de uma maior inserção desses movimentos nas discussões com propostas unificadas, mas sem esquecer de defender a formulação de uma lei geral que regulamente o conjunto das comunicações brasileiras.[39]

A crítica é pertinente especialmente à manutenção do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117), de 1962, como a legislação vigente para as operações em televisão de sinal aberto. A desatualização da Lei 4.117 é atestada pelos freqüentes deslocamentos com que é burlada, e que podem ser verificados em sua especificidade no caso das TVs público-estatais. A definição de objetivos e atuação das TVs educativas, previstas pelo Código como vinculação a transmissões de aulas e telecursos, não foi cumprida desde a sua origem.

É preciso considerar, adicionalmente, que a complexificação de avaliação dos processos midiáticos contemporâneos exige a consideração da centralidade do predomínio das grandes redes de comunicação nos espaços privilegiados de circulação da informação, por conseqüência, de audiência e poder de representação sócio-simbólica. Para tanto, o conceito de indústria cultural, por vezes visto como superado, tem sido recuperado, seja para legitimar e traduzir a infiltração da mídia como poder simbólico, seja para localizar também as produções marginalizadas nesse contexto de luta pelo lugar de repercussão:

> retomar o conceito de indústria cultural para compreender os processos midiáticos das sociedades atuais significa ter clareza de que os produtos culturais, apesar de sua especificidade, estão cada vez mais obedecendo à lógica de produção industrial do capitalismo. É essa indústria que assegura a produção e distribuição de produtos e serviços para responder às necessidades de consumo. Isso significa dizer que hoje, mais do que nunca, aspectos mercadológicos estão penetrando na informação, na comunicação e na cultura. [40]

A mercantilização dos produtos culturais, que avançou expressivamente com a consolidação do capitalismo globalizado, pode, entretanto, enfrentar um contraponto com o aumento da segmentação da programação televisiva, que tem condições de atender, ainda que parcialmente, a demandas de reconhecimento regional, valorização da produção local e experimentação de novos formatos. É evidente que, no Brasil,

[39] BOLAÑO, César; BRAZ, Rodrigo, op.cit., p. 100.

[40] BRITTOS, Valério Cruz; MIGUEL, João. Indústria cultural: conceito, especificidades e atualidade no capitalismo contemporâneo. In: BRITTOS, Valério; CABRAL, Adilson (Orgs.). **Economia Política da Comunicação:** interfaces brasileiras. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. p. 37-56, P.41.

mesmo que esta lógica seja um horizonte para a convergência digital, há a necessidade de compreender o fenômeno como gradual, dada a consolidação das grandes redes de televisão aberta com abrangência maciça e opção preferencial de audiência. Trata-se de uma reflexão que está embasada nos princípios utilizados pelos pesquisadores em Economia Política da Comunicação:

> as gerações de economistas políticos foram influenciadas pela percepção da necessidade de criar alternativas às economias ortodoxas e, em função disso, desenvolver políticas de meios de comunicação baseadas nestas alternativas [...] O ponto é que quatro gerações, ou quase isso, de pessoas cujo trabalho foi guiado por uma gama de perspectivas da economia política usaram este trabalho para engajar seu interesse maior nas questões políticas da comunicação.[41]

Ao relacionar a expansão das televisões universitárias público-estatais nas cidades do interior, é possível aproximar este estudo da noção de espacialização, proposta por Mosco[42] como uma das categorias tradicionalmente utilizadas pelos pesquisadores em EPC para a análise dos meios de comunicação. Por defender a relevância desta visão no sentido de se trabalhar a totalidade social envolvida no exame dos processos comunicacionais, o autor ainda prevê as categorias da mercantilização e estruturação como outros dois níveis de análise comumente associados às pesquisas em Comunicação. Opta-se, aqui, por um estudo direcionado à percepção da questão geográfica como pressuposto à compreensão da efetividade de alternativas para a democratização audiovisual.

1.2. A dicotomia entre as emissoras privadas e as televisões público-estatais

A posição da Economia Política crítica aponta, conforme já foi afirmado, a contradição entre a propriedade privada dos meios de comunicação e a característica de serviço público que este setor presta, especialmente na produção de bens simbólicos.[43] No entanto, esse é um debate que está condicionado, do ponto de vista teórico, a questões ainda não resolvidas. Coloca-se, no aspecto metodológico, para o interesse desta tese, a necessidade de esclarecimento sobre pelo menos dois níveis de reflexão: o aspecto orgânico-institucional de estruturação das emissoras de televisão, e a questão da finalidade intrínseca aos valores e objetivos traçados e desenvolvidos por essas mesmas emissoras. Ou, de maneira análoga, como define o Observatório do Direito à

[41] MOSCO, op.cit., p.96-97.
[42] MOSCO, op.cit.
[43] MURDOCK, Graham, op. cit.

Comunicação[44]: o modelo de gestão e a origem do financiamento.

A Constituição Brasileira estabelece os serviços de radiodifusão, sistema através do qual é realizada a transmissão da produção televisiva, como serviço público concedido a instituições que passam a explorar esta atividade pelo período definido de 15 anos. De acordo com a lei, "compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal" [45]. Reside na discussão sobre a complementariedade entre estes sistemas, e suas caracterizações, um dos principais embates teóricos no campo da Comunicação para a diferenciação entre emissoras estatais e públicas, e/ou público-estatais. Ainda que consideremos a concepção de Valente (2009) [46], alinhada à visão de Dantas (2009) [47], de que o estatal deva ser reconhecido como público, a partir de seu financiamento e finalidade, admitiremos a dificuldade da simplificação, observando a incoerência entre o conceito e a práxis, bem como as especificidades legais que complexificam este debate.

No aspecto de estruturação, é preciso diferenciar a organização institucional das televisões no Brasil. Bolaño apresenta uma categorização em que as definições se dão entre quatro modelos: televisão comercial, de serviço público, segmentada e interativa.[48] Apesar de pertinente, é uma classificação que se mostra inviável no momento atual, em que segmentação e interatividade são características presentes simultaneamente nas emissoras comerciais e de financiamento público.

Consideradas segundo a lógica de concorrência capitalista, sobre a qual repousa uma tímida regulamentação que, ao invés de assegurar espaços de interesse e controle públicos, preserva privilégios hereditários e de classe no sistema de concessões,[49] emissoras vinculadas ao Estado, à sociedade civil, e a entidades privadas dividem um espectro eletromagnético de propriedade estatal. Há, neste cenário, o reconhecimento evidente de três modelos estruturais: as organizações comerciais, que atendem à

---

[44] OBSERVATÓRIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO. **Sistema Público de Comunicação no Brasil**: as conquistas e os desafios. Série Debates Fundamentais. Disponível na internet em: [http://www.direitoacomunicacao.org.br/boletim/gerar_boletim.php?boletim=65]. Acesso em 10 jun. 2012.

[45] BRASIL. Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa a Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0236.htm] Acesso em: 05 jul. 2010.

[46] VALENTE, Op.cit.

[47] DANTAS, Marcos. **TV Brasil: de público e públicos.** Observatório do Direito à Comunicação. Disponível na internet em: [http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=4914]. Acesso em 04 maio 2012.

[48] BOLAÑO, César. **Indústria Cultural: informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 2000, p.243.

[49] Ainda neste capítulo, o item 3 abordará o sistema de concessões e suas vinculações políticas e econômicas.

finalidade de lucro e são de propriedade privada, as organizações público-estatais, vinculadas ao Estado, e ainda as organizações não-comerciais, onde se localizam as emissoras mantidas por entidades de direito privado, mas sem finalidade lucrativa, ou a associações da sociedade civil.

A dificuldade de se obter consenso acerca do conceito de TV pública, relacionada à defesa da dissociação dos interesses de Governo e à necessidade de estabelecer mecanismos de controle público, movimenta o campo teórico da EPC, mas não pode inviabilizar o reconhecimento de uma compreensão teórica delimitada em torno da associação do interesse público às emissoras estatais. De acordo com a Carta de Brasília, documento final do 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, há uma premissa teórica de que a dimensão pública está relacionada, no plano ideal, à independência e autonomia em relação a mercados e governos.[50] Entretanto, essa é uma caracterização ainda distante da realidade brasileira, mesmo com a criação da TV Brasil, que adota o modelo de economia mista, e também considerando a estruturação das TVs Cultura e Educativa, ambas, assim como a TV Brasil, geridas por um Conselho Curador, que minimizaria as influências políticas e resguardaria a representatividade civil. Não é, no entanto, o que se verificou ao longo do desenvolvimento histórico da TVE e TV Cultura, assim como não é o Conselho que garante a autonomia editorial da recém-criada TV Brasil, com o propósito de se constituir em uma emissora com controle público.

Entre o grupo de emissoras a que denominamos organizações não-comerciais, situam-se os canais controlados por entidades filantrópicas ou sem finalidade lucrativa, como TVs universitárias vinculadas a instituições de ensino superior mantidas e administradas por ordens religiosas, e as emissoras comunitárias geridas por associações da sociedade civil. Ainda, entretanto, que não possam apresentar finalidade comercial por determinação legal, muitas dessas emissoras são exploradas com fins de marketing privado ou institucional, o que reduz sua legitimidade enquanto televisões de interesse público, especialmente no caso das comunitárias. Apesar, portanto, de serem consideradas não-comerciais, ressaltando-se que esse termo pode ser relativizado, não serão reconhecidas neste trabalho como emissoras públicas.

No segmento das TVs público-estatais, localizam-se as vinculadas, exploradas e mantidas pelo Estado, com orçamento público e administração exercida por instituição

[50] FÓRUM NACIONAL DE TVs PÚBLICAS. **Carta de Brasília**. 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, Brasília, 8 a 11 de maio de 2007.

estatal. Trata-se das emissoras instituídas nas universidades federais, estaduais ou regionais, bem como das TVs educativas estaduais. Enquadram-se neste segmento também as televisões operando como sociedades de economia mista, como é o caso da TV Cultura de São Paulo e, mais recentemente, da TV Brasil, por serem financiadas com recursos públicos e gerenciadas por Conselhos Curadores caracterizados por representatividade social. Para fins operacionais, afirma-se o caráter público das TVs universitárias vinculadas a instituições de ensino superior estatais, entendidas como emissoras estruturadas e mantidas com orçamentos e administração públicos, mas que, apesar de serem associadas à finalidade de interesse público, carregam contradições apontadas por Valente, no desenvolvimento do conceito de Aparelhos Midiáticos Públicos:

> esse setor da Indústria Cultural que chamamos Aparelhos Midiáticos Públicos, possui, portanto, uma dupla personalidade. No plano propagandístico, advogamos que estes agentes guardam especificidades que os separam dos demais por contemplar, no âmbito de seu controle e gestão, uma estrutura institucional que permite, ainda que de forma estruturalmente limitada, o acesso a determinadas partes do aparelho por grupos não-hegemônicos. No plano da personalidade publicitária, [...] os AMPs adotam arranjos alternativos àqueles empregados pelos capitais individuais, que, no intuito de assegurar o efetivo cumprimento da função "propaganda", precisam assegurar a arrecadação de altos montantes. Para isso, não podem depender de receitas instáveis, adotando, como fonte central, o próprio Estado, seja a partir de destinação de recursos orçamentários, seja por meio de uma taxação impositiva à sociedade.[51]

Compreendidas, portanto, como AMPs, as televisões universitárias vinculadas a instituições de ensino superior federais, estaduais e regionais serão reconhecidas nesta tese como TVs públicas, mas conceituadas como público-estatais, por não contemplarem a dimensão dos mecanismos de controle público. Estão associadas a esse caráter, em oposição às TVs comerciais e não-comerciais, por serem financiadas por orçamento público e gerenciadas pelas instituições estatais, o que resguarda, pelo menos em tese, a dimensão do interesse público, minimizando interferências de finalidade capitalista.

A discussão do interesse público confrontando o interesse privado é outro foco de debate pertinente à dicotomia entre televisões público-estatais e comerciais. De um lado, apreende-se o conceito de interesse privado como finalidade ou objetivo intrínsecos às atividades e organizações de propriedade privada, isto é, são de posse,

[51] VALENTE, Jonas Chagas Lúcio, op. cit., p.47- p.51.

manutenção e exploração particular, portanto, possuem liberdade para atuar conforme os resultados esperados pela empresa ou pessoa física detentora dos direitos sobre essa instituição, sejam esses resultados relacionados ao lucro, ao marketing ou à legitimidade social. Estão, entretanto, de uma forma bastante objetiva, comprometidos com um interesse que é individual, restrito a pessoa ou grupo, e não à coletividade.

Por outro lado, o conceito de interesse público, por ser difuso e estar associado à pretensão de definir valores coletivos, encontra uma série de resistências em nível de definição teórico. O surgimento do conceito relacionado à área da Comunicação acontece na regulamentação de radiodifusão dos Estados Unidos, na primeira metade do século XX, através da divulgação de documentos que procuravam definir o interesse público como princípio normativo à organização das concessões de rádio.[52] Entretanto, é em torno do modelo britânico de televisão, com a consolidação da BBC, que estudos irão assentar proximidade com uma experiência concreta de organização da área de Comunicação que contemple a dimensão do interesse público.[53] Entre os fatores que contribuem para esse entendimento, estão a instalação do serviço público de televisão antes da permissão para exploração às empresas privadas, por uma compreensão cultural dos serviços de Comunicação como de interesse público, assim como o modelo de financiamento público através das licenças pagas pela audiência, e ainda o sistema de Conselho Diretor formado por representantes da sociedade civil, mas assessorado por comissões regionalizadas com poder de fiscalização e controle sobre a programação. "Os governos britânicos mudam, mas o compromisso (*da BBC)* com o Estado e o povo permanece", afirma Leal Filho.[54]

> Ao contrário dos Estados Unidos, onde, desde o início, todas as instalações dos mídia eram propriedade privada e as exigências do "interesse público" eram satisfeitas através de várias formas regulamentares, na maioria dos países europeus os dois meios considerados mais importantes para uma vida social ativa e para uma cidadania participativa – a rede telefônica e a radiodifusão – eram propriedades públicas e encarregues de colocar as comunicações principais e os recursos culturais à disposição de toda a gente, sem discriminações, e a um preço acessível a qualquer pessoa.[55]

Frente à dificuldade de se obter consenso acerca de uma teorização sobre

[52]FEDERAL Radio Commission. Interpretation of the Public Interest: statement made by the commission on august 23, 1928, relative to Public Interest, Convenience, or ecessity. [s.l.]: 2 FRC Ann. Rep. 166, 1928. In: KAHN, Frank J. (ed.). **Documents of American roadcasting**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, cap. 10, 3. ed., p. 49-55.
[53] LEAL FILHO, Laurindo. **A melhor TV do mundo**. São Paulo: Summus, 1997.
[54] LEAL FILHO, op.cit.
[55] MURDOCK, op.cit., p.19.

interesse público, são úteis também as ponderações da área do Direito, que associa o conceito aos princípios norteadores da administração pública, previstos na Constituição Federal, e ao princípio da *utilidade pública* como caracterizador das entidades às quais se aplicariam as provisões relacionadas ao interesse público. "A utilidade pública é a finalidade própria da administração pública, enquanto provê à segurança do Estado, à manutenção da ordem pública e à satisfação de todas as necessidades da sociedade",[56] considerando-se os serviços de comunicação como direito à informação e à cultura. Os princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade e legalidade, estabelecidos constitucionalmente, estariam contemplados nas organizações públicas com maior autenticidade por não atender (essas instituições) a interesses particulares e a finalidades lucrativas, mas sim a funções de: a) resguardo de valores coletivos, como a promoção da cultura e da ciência, no caso das universidades; b) controle público, na medida em que atendem à prestação de contas pública ou a Conselhos e ainda estão sujeitas às penalidades legais advindas do mau uso de recurso público; e c) publicidade de atividades ligadas a entes públicos.

> No meio século de experiências de pluralismo nos serviços públicos europeus consolidou-se a importância de dispor de organizações de comunicação pública, que apresentem uma oferta variada e diversificada de conteúdos de informação e de cultura, de forma a refletirem as grandes inquietudes dos diferentes interesses e das principais ou mais relevantes forças sociais. Através destas instituições, as diversas opiniões podem ser expressas de forma regular, sendo abordados os temas mais polêmicos e controversos do momento, numa ampla gama de programas e formatos criados para divulgação da informação, da cultura e do entretenimento.[57]

A relação da Comunicação como serviço público também está embasada na associação dos direitos sociais e culturais com a concepção da centralidade do direito à informação para o exercício da cidadania. "A mídia exerce um papel fundamental no exercício da cidadania nas democracias modernas. Não só nas questões diretamente políticas, [...], o acesso aos espaços comunicacionais acaba sendo fundamental no processo de publicização", ressalta Brittos.[58] É uma reflexão que encontra consonância no pensamento de Gentilli, que identifica nas funções de publicização das campanhas governamentais de saúde, educação e saneamento, assim como de divulgação de

[56] LIMA, Rui Cirne. LIMA, RUI CIRNE. **Princípios do Direito Administrativo**. 5ª edição. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1982, p. 15-16.
[57] BLUMLER, Jay. **Televisíon e interes público.** Barcelon: Boch, 1992.
[58] BRITTOS, Valério. Digitalização, democracia e diversidade na fase da multiplicidade da oferta. In: BRITTOS, Valério (Org.). **Digitalização, diversidade e cidadania:** convergências Brasil e Moçambique. São Paulo: Annablume, 2009. p.17-29, p. 25-26.

estratégias para valorização das peculiaridades regionais e integração cultural, atividades essenciais desenvolvidas pelos meios de comunicação na promoção do direito à informação:

> nas sociedades modernas, estruturadas como democracias representativas, todos os direitos em alguma medida relacionam-se com o direito à informação: o alargamento da participação na cidadania pressupõe um alargamento do direito à informação como uma premissa indispensável, um pressuposto.[59]

Dados esses argumentos, propomos cercar a noção de interesse público alinhadas às organizações de Comunicação como um arcabouço de valores adaptado mais coerentemente às instituições público-estatais em função da atenção aos princípios constitucionais regentes da administração pública, e ao reconhecimento do direito à informação como premissa para a efetivação dos demais direitos.

1.3. Televisão no Brasil: laços econômicos, políticos e centralidade social

A televisão é o principal meio de comunicação de massa no Brasil, portadora de um poder de transmissão de informação e repercussão social altamente relevante, com especial ênfase à programação que opera em canal aberto, a de maior amplitude de audiência no país.[60] É um eletrodoméstico obrigatório, presente, na atual versão analógica, na quase totalidade dos domicílios brasileiros.[61] É através desse meio de comunicação que a sociedade recebe as notícias, assiste a programas culturais e de comportamento, repercutindo a representação que a própria mídia constrói, mesmo que em intercâmbio permanente com os públicos. "A televisão como Indústria Cultural agrega às características da reprodução visual do cinema a condição domiciliar pertencente também ao rádio. O produto atinge o consumidor dentro de seu lar e de forma forçosamente naturalizada".[62]

Na medida em que a televisão estrutura-se como o meio de comunicação com maior alcance social no Brasil, cresce a centralidade cultural da programação televisiva como capacidade de pautar os debates sociais e referendar condutas ou costumes. Na

---

[59] GENTILLI, Victor. **Democracia de massas:** jornalismo e cidadania – Estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito do cidadão à informação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005, p.129.

[60] BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério Cruz. **A televisão brasileira na era digital:** exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007. p. 218.

[61] De acordo com o IBGE, estimativas para 2012 indicam que 97% dos domicílios brasileiros possuem televisão, sendo que, segundo os dados tanto do IBGE quanto Grupo Mídia Dados São Paulo, o sinal de televisão aberta atinge entre 95% e 96% dos domicílios com televisão.

[62] SANTOS, Suzy. Get back to where you once belonged: alvorada, ocaso e renascimento da economia política nas análises da comunicação. In: BRITTOS, Valério; CABRAL, Adilson (Orgs.). **Economia Política da Comunicação:** interfaces brasileiras. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. p. 14-36. p. 22.

perspectiva da Economia Política da Comunicação, esse entendimento referenda a noção de comodificação,[63] através da qual o produto ou bem cultural adquire valor de troca simbólica para além do valor de uso. Contraditoriamente, ainda que deva ser reconhecido com tal relevância, o poder simbólico de geração de sentidos através da mídia televisiva tem encontrado resistências, até mesmo nos processos políticos, e na redução gradativa de concentração de audiência das grandes redes em faixas de horário antes consolidadas, o que abre espaço para a identificação de um movimento da sociedade civil pela busca da pluralidade de meios e versões em opções de informação e entretenimento. Todavia, "o padrão tecno-estético também dá conta da necessidade de alterações de rota impostas pela disputa por audiência na TV aberta, acirrada a partir da década de 90 do século XX".[64] O que explica a capacidade dos oligopólios midiáticos readaptarem-se a novos cenários, fortalecerem as limitações impostas pelas barreiras à entrada e reacomodarem o mercado audiovisual a seu favor.

Ainda assim, ao mesmo tempo em que se reconhece a manutenção e rearticulação dos oligopólios, e considerando que a disseminação do consumo obedeça a interesses hegemônicos, marcados pela influência das grandes potências econômicas, há também dissonâncias visíveis na imposição dos blocos de poder emergentes, como a China, Índia, ou até mesmo o Brasil, no contexto das mudanças políticas à esquerda na América Latina. Nesse sentido, já foram identificadas a busca e valorização dos conteúdos locais e regionais, e a ascensão das iniciativas de segmentação na mídia, impulsionadas pelo desenvolvimento da internet. Diferente do que aconteceu por volta do final dos anos 1980, quando as emissoras cabeça-de-rede diminuíram o espaço de produção local das retransmissoras ou relegaram-no a horários periféricos, alinhadas à estratégia da integração vertical,[65] a aposta passa a ser crescente no direcionamento de conteúdos desenvolvidos para municípios ou regiões.

A reprodução de valores e sentidos relacionados a uma representação ideologicamente dominante é diretamente proporcional à lógica dos conglomerados de mídia. As grandes empresas de comunicação, detentoras do capital econômico e simbólico nas mais diversas áreas de atuação da mídia trabalham pela manutenção de

[63] MOSCO, Vincent, op. cit., p.25.
[64] BRITTOS, Valério Cruz. Televisão e barreiras: as dimensões estética e regulamentar. In: JAMBEIRO, Othon; BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério (Orgs). **Comunicação, informação e cultura**: dinâmicas globais e estruturas de poder. Salvador: Edufba, 2004. p. 15-42. p. 39.
[65] BUSTAMANTE, Enrique. Políticas de comunicación e cultura: nuevas necessidades estratégicas. In: BOLAÑO, César; MASTRINI, Guillermo; SIERRA, Francisco (Orgs.) **Economia política, comunicación y conocimiento:** uma perspectiva critica latinoamericana. Buenos Aires: La Crujía, 2005, p. 251-268.

um perfil social que está entrelaçado a um perfil de consumo. Portanto, produção de sentido – e poder – simbólico, resultado da atividade audiovisual comercial, é também parte de uma estratégia econômica de grandes empresas para ampliarem seus ganhos e dominação de mercados. Entretanto, ainda que seja uma atividade econômica de lógica industrial, a produção e transmissão de conteúdos audiovisuais está essencialmente ligada ao interesse público, quando se entende a relevância de um meio de comunicação como a televisão para a formação de uma rede nacional de informações e geração de identidades locais, regionais e, por conseqüência, de uma noção de unidade nacional. Foi com esse propósito que, já em 1970, a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) construiu a Rede Nacional de Televisão, que "forneceu o suporte para que os programas chegassem a uma grande parte do território nacional e as redes passassem a ter características nacionais". [66]

> As indústrias culturais rearticulam-se transnacionalmente, no capitalismo contemporâneo, difundindo a ideologia globalizante e globalizada, oferecida independentemente de estar contida em conteúdos internacionais, nacionais ou locais. Nesse sentido, não deixam de cumprir um duplo papel, de acumulação do capital e de reprodução ideológica do sistema.[67]

O sistema de oligopólio, característico do mercado televisivo brasileiro, tem como premissa principal a presença de poucas empresas dominando a maior gama de mercado, e exercendo controle expressivo sobre seu funcionamento, oferecendo, portanto, à entrada de novos agentes concorrentes, um sofisticado grupo de barreiras.

A barreira estético-produtiva, ligada ao padrão tecno-estético, é uma das principais barreiras à entrada de novos produtos audiovisuais, identificadas no mercado televisivo concomitantemente à barreira político-institucional, mantida pelos órgãos estatais. As limitações de espaço para as produções locais à televisão paga e à previsão de grades compartilhadas propostas pelo SBTVD são indicativos desse sistema que mantém a concentração de poder simbólico e econômico às grandes corporações, conforme explica Brittos:

> tendo em vista este processo de oligopolização, apresenta-se duas barreiras específicas das companhias midiáticas, particularmente aquelas relacionadas com os sistemas televisivos, a político-institucional e a estético-produtiva, a primeira decorrente do processo

[66] MATTOS, Sergio. **História da televisão brasileira:** uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Vozes, 5.ed., 2010. p.107.

[67] BRITTOS, Valério Cruz; MIGUEL, João. Indústria cultural: conceito, especificidades e atualidade no capitalismo contemporâneo. In: BRITTOS, Valério; CABRAL, Adilson (Orgs.). **Economia Política da Comunicação:** interfaces brasileiras. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. p. 37-56, p.38.

> de regulamentação e a segunda relacionada aos padrões tecno-estéticos.[68]

A busca por uma maior pluralidade de conteúdos na produção televisiva, considerada como a de mais importante repercussão e maior abrangência social no Brasil, sempre passou pela instituição de canais televisivos de organização e regulação pública. Para Melo, as determinações históricas do surgimento dos meios de comunicação no Brasil produziram um "elitismo congênito", que está presente também no surgimento da televisão no Brasil, desde Assis de Chateaubriand ligada às grandes corporações econômicas e às operações transnacionais.[69]

Os primeiros equipamentos eram de tecnologia importada, e um dos primeiros escândalos nacionais no setor foi a participação do grupo norte-americano Time Life no gerenciamento e capitalização da Rede Globo. A TV Tupi, primeira emissora, fundada por Chateaubriand, foi seguida pela Record, Excelsior e várias outras redes comerciais, antes mesmo de o Estado legalizar o funcionamento da programação televisiva, através do Código Brasileiro de Telecomunicações, a Lei 4.117, de 1962. Como explica Kalikoske, "o advento da televisão na América Latina, a partir dos anos 1950, conta com o favorecimento da conjuntura econômica liberada pela instauração de uma política liberalista adepta aos investimentos transnacionais".[70]

A Constituição de 1988 passou ao Congresso Nacional a responsabilidade sobre outorga e renovação de concessões. De acordo com Cunha[71] e Torres[72], somente em 1996, no Governo Fernando Henrique Cardoso, uma brecha na legislação foi aproveitada para a concessão de 1.848 licenças para retransmissoras de rádio e televisão, sendo pelo menos 268 ligadas a parlamentares, senadores ou governadores. Destas, 357 foram concessões de televisão educativa sem licitação. Antes disso, o Governo Sarney, com Antônio Carlos Magalhães como Ministro das Comunicações, é apontado como o precursor da chamada "bancada da mídia", quando ainda vigorava a

---

[68] BRITTOS, Valério. Televisão e barreira: as dimensões estética e regulamentar. In: JAMBEIRO, Othon; BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério (Orgs.). **Comunicação, informação e cultura:** dinâmicas globais e estruturas de poder. Salvador: Edufba, 2004. p.15-42, p.38.

[69] MELO, José Marques de. **Teorias do jornalismo:** identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006, p. 94.

[70] KALIKOSKE, Andrés. Mercado latino-americano de televisão. In: BRITTOS, Valério. **TV digital, economia política e democracia.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010. p. 105-122. p. 105.

[71] CUNHA, Rodrigo. Política rege concessões de rádio e tv. **ComCiência** – Revista Eletrônica de Jornalismo e Comunicação, Campinas, n. 106, 2006. Disponível em [http://www.comciencia.br/ comciencia/?section= 8&edicao=18&id=189]. Acesso em: 02 jul. 2010.

[72] TORRES, Rodrigo. Televisão pública no Brasil: um estudo preliminar sobre suas múltiplas configurações. **Revista Contemporânea**, Salvador, n. 12, p. 27-39, 2009.

Lei 4.117 (Código Geral das Telecomunicações), e era exclusividade do Executivo a autorização para novas concessões. Esta é uma época histórica considerada decisiva para a consolidação das obscuras relações entre política e televisão, já que mais de mil concessões foram distribuídas, sendo 168 para veículos de parlamentares.

A TV Globo foi beneficiada por usos irregulares de investimento estrangeiro e pelos acordos políticos que entregaram a deputados, senadores e governadores as concessões de retransmissoras espalhadas por todas as regiões do país. De acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), são pelo menos 100 parlamentares na atual legislatura com ligação direta ou indireta à propriedade de veículos de comunicação em suas bases eleitorais. A dimensão política das concessões de redes de televisão aberta, autorizadas pelo Congresso Nacional e renovadas sem debate público e sem atenção às exigências legais, perpetua uma relação indevida, que trata um setor de decisiva importância cultural como propriedade privada e disponível ao uso prioritariamente comercial. De acordo com o último levantamento feito pelo Grupo de Mídia São Paulo (2012) [73], relativo a 2011, a televisão recebe 63,3% dos investimentos publicitários no país. As determinações legais, como tempo específico para programação local e informativa, e a proibição a conteúdos impróprios, são constantemente burladas, sem conseqüências para as emissoras.

A cerca de três anos do chamado "apagão analógico", marcado para junho de 2016, como prazo máximo estabelecido pelo Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) para a operação dos dois sistemas, a migração para as transmissões digitais até agora garante a permanência dos oligopólios, mesmo que com avanços graduais à democratização, não necessariamente ligados à digitalização. Uma das principais conquistas está na instituição dos "canais básicos de utilização gratuita", através da Lei da Televisão a Cabo (8.977), de 1995, embora também eles apresentem problemas, no plano da gestão e do financiamento. Além do mais, para um país de dimensões continentais, onde as diferenças sociais e culturais estabelecem contrastes profundos, a predominância da abrangência da TV aberta tem de ser considerada como o espaço principal de repercussão e representação da sociedade. É exatamente neste espectro que o domínio dos grandes conglomerados de mídia comerciais está enraizado.

A expansão do domínio comercial sobre as redes televisivas, conjugada à

[73] GRUPO DE MÍDIA SÃO PAULO. **Mídia Dados 2012.** Disponível na Internet em: [http://midiadados.digitalpages.com.br/home.aspx?edicao=4] Acesso em 22 setembro 2012.

consolidação dos grandes impérios de mídia ligados ao controle das emissoras, determinou o domínio do repertório cultural brasileiro durante décadas em torno da Rede Globo de Televisão, até hoje a de maior abrangência e audiência no país. A capacidade de investimento em tecnologia e ampliação das redes afiliadas conferiu a maior cobertura geográfica à Rede Globo, que atinge quase 100% no Brasil. Em número de domicílios com televisão, a distância entre as grandes redes diminui, conforme atesta a Tabela 3:

Tabela 3 - Cobertura geográfica das cinco maiores redes de televisão no Brasil

Rede	**Municípios** (milhares = números absolutos e percentual)	**Domicílios com TV** (milhares e percentual)
Globo	5.485 – 98,5%	54.065 – 99,6%
SBT	4.875 – 87,5%	52.432 – 96,6%
Record	4.299 – 77,2%	50.527 – 93,1%
Bandeirantes	3.405 – 61,1%	47.966 – 88,4%
Rede TV!	3.185 – 57,2%	43.517 – 80,2%

Fonte: GRUPO DE MÍDIA SÃO PAULO. **Mídia Dados 2012**. São Paulo: 2012. Disponível em: <http://midiadados.digitalpages.com.br/home.aspx?edicao=4>. Acesso em: 22 set. 2012.

Os últimos levantamentos (*ver Tabela 6*) conferem 45,2% de audiência média à programação da Rede Globo. Ainda que este seja um número em decadência (passou de 51,9% em 2005 e 2006 a 47,6% em 2007), a multiplicação das retransmissoras em todo o Brasil levou a Globo à audiência consolidada em praticamente todas as faixas de horário, até os anos 1990. É nesta época, contudo, que se inicia a Fase da Multiplicidade da Oferta, em que redes concorrentes passam a ampliar investimentos e, junto à profusão de alternativas representadas pelo crescimento da televisão a cabo, inicialmente, e da internet, depois, começam a alterar-se os números de audiência.

Para os movimentos em defesa da democratização da Comunicação, uma das principais conquistas veio no ano de 1995, com a promulgação da Lei da TV a Cabo. Este diploma legal condiciona a oferta de programação das operadoras à delimitação de canais de acesso público, destinados a programação educativa (produzida pelas universidades e pelo governo), cultural e comunitária (produzida pelos canais comunitários) e de acompanhamento das sessões de votação (produzida pelos canais ligados aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário). A legislação, no entanto, não prevê um modelo de financiamento viável para os canais comunitários (e até mesmo os universitários), além de, no primeiro caso, não avançar no modo de gestão, permitindo soluções com a participação de atores não ligados ao movimento social e sem um projeto de grade de programação coerente e minimamente atrativa.

Entretanto, o principal problema é a própria limitação do sistema, já que a televisão por assinatura caminhou a passos lentos no Brasil até o início dos anos 2000, chegando a pouco mais de 3,7 milhões de domicílios assinantes em 2004, mas a partir daí ganhando novo impulso. Os números iniciais de penetração da TV paga indicam que a criação dos canais de acesso público representou um avanço relativo, sendo uma decisão política conservadora. Com a televisão aberta concedida à exploração de grandes empresas comerciais, o espaço dos canais capazes de trabalhar democratização e diversidade fica restrito a uma operação de transmissão segmentada. Porém, a partir de 2009 o cenário passa a se alterar: o número de assinantes praticamente dobrou no Brasil, chegando a mais de 8 milhões, e em 2011 a evolução acumulada é de 30,5%, a maior desde a implantação das tecnologias de TV a pagamento no país. De acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações[74], o país já conta com 15,3 milhões de assinantes de TV paga, correspondente a 25,2% dos domicílios.

1.4. Os oligopólios frente ao crescimento da TV por assinatura

A televisão enquanto veículo de comunicação, sistema de produção, transmissão e distribuição de conteúdo audiovisual através da radiodifusão, no Brasil opera em dois diferentes sistemas:

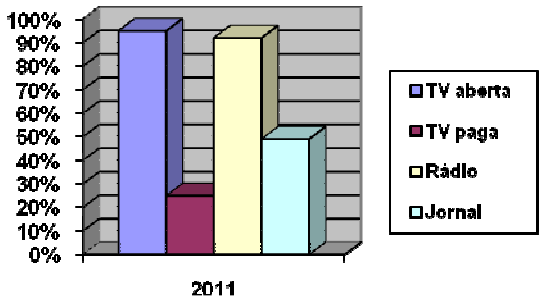
a) aberto, com sinal acessível a aparelhos receptores de ondas eletromagnéticas;

b) por assinatura, sudividido entre transmissão por cabo coaxial ou fibra ótica (TVC), por satélite (DTH) ou através do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanais (MMDS), que se utiliza de faixa de microondas para transmitir sinais a serem recebidos em pontos determinados dentro de uma área de prestação, e ainda a TVA, quando a transmissão é feita por canais UHF, mas ainda muito pouco utilizado.

A televisão está consolidada como o principal meio de investimento publicitário no país, faturando atualmente 63,3% de todo o investimento da área no país, seguida dos jornais impressos, com 14,1%. Um abismo explicado pelo alcance deste meio nos domicílios brasileiros, o que fica claro no Gráfico 1:

[74] ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. **Mapa de TV por assinatura**. Disponível em: [http://www.anatel.gov.br/hotsites/conheca_Brasil_SATVA/default.asp?nomeCanal=TV%20por%20Assinatura&codigoVisao=5&site=1] Acesso em 30 out.2012

Gráfico 1 - Penetração dos principais meios nos domicílios brasileiros



Fonte: Fonte: GRUPO DE MÍDIA SÃO PAULO. **Mídia Dados 2012**. São Paulo: 2012. Disponível em: <http://midiadados.digitalpages.com.br/home.aspx?edicao=4>. Acesso em: 22 set. .

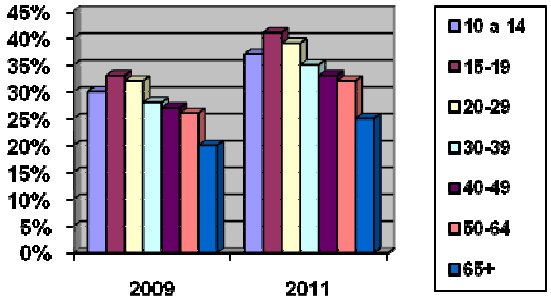
Apesar dos últimos dados terem indicado, para 2011, 95,2% de abrangência da TV aberta entre a população, e 25,2% para a televisão paga, projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no crescimento do número de domicílios, já apresentam um índice muito próximo dos 97% em penetração da televisão aberta no Brasil. Entretanto, em termos de progressão da audiência, os efeitos do crescimento econômico, que produziu alterações concretas na pirâmide social brasileira, facilitaram o acesso a diferentes plataformas de mídia, fazendo com que o avanço da internet e das tecnologias digitais em geral determinassem mudanças no desenho da relação do brasileiro com a televisão. Ao longo do século XXI, a TV aberta perdeu público entre as classes de maior poder aquisitivo, apresentando discreta expansão na classe E. Entre as faixas etárias, também se verificou, ao longo da última década, a redução da audiência de TV aberta. Entretanto, a queda mais significativa deu-se entre os telespectadores mais jovens, permanecendo entre a faixa dos 30 anos até 65 anos ou mais, os números de audiência consolidados. [75]

Já a televisão por assinatura apresenta evolução em todas as faixas econômicas, com estagnação apenas nas classes A1 e E. Considerando a divisão por faixa etária, verifica-se a manutenção do alcance da TV aberta em praticamente todos os setores, mas, por outro lado, evolução significativa do acesso à televisão paga em todos os grupos etários. O Gráfico 2, a seguir, demonstra o crescimento do acesso à TV paga, mesmo entre as faixas etárias onde se verificou a permanência de audiência consolidada

[75] Dados do Grupo de Mídia São Paulo para o ano de 2012, apresentando a evolução das TVs aberta e por assinatura segundo classes sociais e faixas etárias. GRUPO DE MÍDIA SÃO PAULO. **Mídia Dados 2012.** Disponível na Internet em: [http://midiadados.digitalpages. com.br/home.aspx?edicao=4] Acesso em 22 setembro 2012.

de TV aberta:

Gráfico 2 – Evolução da TV por assinatura por faixas etárias



Fonte: GRUPO DE MÍDIA SÃO PAULO. **"Mídia Dados 2012"**. Disponível em: [http://midiadados.digitalpages.com.br/home.aspx?edicao=4] Acesso em 22 set. 2012.

A permanência da penetração maciça da TV aberta nos domicílios brasileiros mantém a predominância de uma modalidade de acesso que não contempla diversidade de oferta e pluralidade em conteúdo. As 34 redes de televisão aberta em operação no país são pertencentes a grupos que controlam diversos veículos de comunicação. Esses grupos são registrados em número maior no Brasil (41) em relação ao número de redes televisivas.

Tabela 4 - As 10 principais redes de televisão aberta no Brasil

Operador	**Sede**	**Cobertura** (Municípios)	**Estações** (Retransmissoras)
Rede Globo	Rio de Janeiro	2395	3399
Sistema Brasileiro de Televisão	São Paulo	1223	1486
Rede Bandeirantes de Televisão	São Paulo	1023	1238
Rede Record	São Paulo	775	909
Rede TV!	São Paulo	615	688
TV Cultura	São Paulo	527	570
Rede Vida de Televisão	São Paulo	439	447
Empresa Brasil de Comunicação	Rio de Janeiro	273	333
Canção Nova	São Paulo	303	308
Central Nacional de Televisão	São Paulo	108	114

Fonte: Portal Donos da Mídia: "**Os grupos nacionais**". Disponível em: <http://donosdamidia.com. br/grupos/nacionais#>. Acesso em 04 jul. 2012.

De acordo com definição do Projeto Donos da Mídia, para quem os grupos nacionais de mídia são "o conjunto de empresas, fundações ou órgãos públicos que controlam mais de um veículo, independentemente de seu suporte, em mais de dois estados" [76], a maioria tendo sob seu comando cabeças-de-rede televisivas. Esta força da

[76] Portal Donos da Mídia: "**Os grupos nacionais".** Disponível em: [http://donosdamidia.com. br/grupos]. Acesso em 04 jul. 2012.

mídia hegemônica é sintetizada nas Tabelas 4 (anterior) e 5:

Tabela 5 - Os 10 maiores grupos nacionais de mídia

Grupo	Rede de televisão	Veículos ligados ao grupo
Abril	MTV	74
Globo	Globo	69
Band	Band	47
Governo Federal	EBC	46
IURD	Record	27
Associados	SBT	19
Sisac	Novo Tempo FM	14
Renascer	EBC	11
SBC	SBT	10
LBV	Aleluia FM	/10

Fonte: Portal Donos da Mídia: "**Os grupos nacionais".** Disponível em: <http://donosdamidia.com. br/grupos/nacionais#>. Acesso em 04 jul. 2012.

A concentração de propriedade e conseqüente poder de abrangência encontram ressonância nos números de audiência. A Rede Globo oscila em torno dos 45% de audiência nacional desde 2007, número bastante elevado, mas que, por outro lado, já denuncia algumas mudanças no cenário nacional. Nos primeiros cinco anos da década de 2000, a audiência consolidada da Globo em mais de 50% começou a decrescer, seguida, de acordo com os últimos levantamentos, pela Record, que obteve aceleração rápida, vinda de 9% em 2005, conquistando a seguir o lugar do SBT, que tem 12,7%, em queda. O segundo lugar geral em audiência, contudo, é ocupado pelo grupo de outras emissoras, com 20,1%, em expansão desde 2005:

Tabela 6 – Evolução da audiência nacional das grandes redes de TV

Rede	2005	2008	2010
Globo	51,9%	44,3%	43,2%
Outras*	13,1%	17,5%	20,1%
Record	9%	16,7%	16,5%
SBT	19,4%	14,3%	12,7%
Bandeirantes	4,3%	4,8%	5,1%
Rede TV!	2,3%	2,4%	2,4%

Fonte: GRUPO DE MÍDIA SÃO PAULO. **"Mídia Dados 2012"**. Disponível em: [http://midiadados.digitalpages. com.br/home.aspx?edicao=4] Acesso em 22 set. 2012.
*Outras emissoras cujos valores não foram informados individualmente, outros aparelhos e outras freqüências não identificadas e/ou não cadastradas.

As alterações nos números gerais de audiência da TV aberta no Brasil, ainda que graduais, indicam a recente transformação nos hábitos culturais da população, coincidente com o crescimento econômico e com o aumento do poder de consumo, o

que passa também pelos bens culturais. A disponibilidade de uma ampla gama de emissoras, que inclui as televisões educativas, públicas e comunitárias com concessão de canal educativo, indica o espaço do conteúdo diferenciado daquele oferecido pelas grandes redes comerciais, centrado em ficção, entretenimento e esporte. A programação com conteúdo local e cultural é apontada como uma das tendências para os novos números.

Paralelamente, os movimentos políticos acerca da legislação que rege as operações televisuais no Brasil não vêm favorecendo a disseminação da pluralidade de programação e democratização entre as redes concessionárias. A distribuição das concessões de canais abertos de TV no Brasil, marcada pela interferência política, privilegiou historicamente a concentração dos operadores entre as famílias já proprietárias, caracterizadas pela vinculação a detentores de mandatos eleitorais. O processo é feito à revelia da lei, que proíbe aos políticos a propriedade de veículos de comunicação. De acordo com levantamento do portal Donos da Mídia, atualmente no Brasil, 271 políticos são sócios ou diretores de 324 veículos de comunicação.[77]

Ainda que a regulamentação de espaço específico para os canais de acesso público seja considerada um avanço importante, a legislação também é reconhecida como um marco estratégico da ampliação do sistema neoliberal sobre as telecomunicações. Enquanto grande parte da América Latina passava por privatizações, no Brasil a Lei da TV a cabo oficializa a legalidade da participação de capital estrangeiro nas operadoras, limitado a 49% do total de ações dessas companhias. Como se trata de um sistema segmentado, houve a pressão, principalmente das grandes corporações, já controladoras de televisão aberta e a cabo, para exploração do capital estrangeiro em nicho de audiência menos disseminada. A Lei nº 12.485, de 2011, sacramenta a liberação da operação dos canais por assinatura através das empresas de telefonia, abrindo – ainda que com exigências à proteção do conteúdo produzido no Brasil – este setor do mercado audiovisual à exploração das transnacionais.

Esta modificação abre mais uma fatia de exploração do mercado audiovisual às grandes corporações, permitindo que o domínio dos interesses comerciais, já predominante nas operações de televisão aberta, consolide-se também na televisão a cabo.

---

[77] Portal Donos da Mídia: "**Comunicação e Políticos"**. Disponível em: [http://donosdamidia.com.br/levantamento/politicos]. Acesso em 30 out. 2012.

1.5. Política e Comunicação: concessões e o espaço das TVs não comerciais

A estruturação do contexto audiovisual brasileiro está atravessada por uma série de relações que passam – fundamentalmente – pela construção de impérios econômicos através das concessionárias de canais de televisão aberta, que, por condição e em conseqüência, carregam implicações políticas necessárias à manutenção de um nicho gerador de lucro e poder. No Brasil, as concessões públicas de canais de televisão, automaticamente renovadas por um Congresso Nacional dominado por representantes das famílias proprietárias das empresas de telecomunicação, identificam um evidente acordo econômico-político que é determinante para a estruturação dos espaços estratégicos de produção e transmissão de conteúdo audiovisual. Uma trajetória construída no país desde o surgimento dos sistemas de radiodifusão, que contraria o resguardo ao caráter público da indústria da comunicação, presente na Europa, e mesmo nos Estados Unidos através do controle social e da discussão de políticas regulatórias.[78] Tal quadro também está em desacordo com as noções de serviço e interesse público associadas aos meios de comunicação:

> Os economistas políticos críticos identificam a incompatibilidade entre o capitalismo e a democracia como fundamental e estrutural. Para eles, o fato dos serviços culturais e de comunicação centrais – jornais, estúdios de cinema e gravação, editoras de livros, canais de televisão – serem propriedade privada de acionistas, cujo maior interesse é aumentar o rendimento do seu investimento ou desenvolver suas ambições econômicas ou políticas, privilegia necessariamente os interesses pessoais em detrimento dos interesses públicos.[79]

O surgimento da televisão no Brasil, em 1950, é marcado pela incipiente regulamentação, que consistia em uma portaria (692/1949), antecedida do Decreto 20.047, publicado em 1931, estabelecendo normas para o funcionamento das radiocomunicações. Define que "constituem serviços de radiocomunicação, a radiotelegrafia, a radiotelefonia, a radiofotografia, a *radiotelevisão*, e quaisquer outras utilizações de radioeletricidade, para a transmissão ou recepção, sem fio, de escritos, sinais, imagens ou sons de qualquer natureza".[80] A portaria 692 estabeleceu as normas

[78] RAMOS, Murilo César. Sobre a importância de repensar e renovar a idéia de sociedade civil. In: RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos (Orgs.). **Políticas de comunicação:** buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007. p. 19-47.

[79] MURDOCK, Graham. Transformações continentais: capitalismo, comunicação e mudança na Europa. In: SOUSA, Helena (org.). **Comunicação, Economia e Poder.** Porto: Porto Editora, 2006. p. 13-28. p.17.

[80] REBOUÇAS, Edgard; MARTINS, Mariana. Evolução da regulamentação da mídia eletrônica no Brasil.

para utilização da freqüência VHF, delimitando um modelo de 12 canais de televisão para o espectro.

Em 1951, no governo de Getulio Vargas, o Decreto número 29.783/51 fixou o prazo para concessões de televisão em três anos. Foi nomeada uma comissão para a elaboração do Código Brasileiro de Radiodifusão e Telecomunicações. A pressão do empresariado já teria efeitos com a revogação deste decreto, substituído em 1952 por outro (Decreto 31.835/52), que aumentou o período de concessões para 10 anos, agregou o sistema UHF e não estabeleceu normas para o controle público e para evitar o monopólio no setor. Nesta época, já era visível ampliação do império de rádios, emissoras e jornais de Assis Chateaubriand nas mais importantes capitais brasileiras. Entretanto, nos anos 1960, mesmo com retrocessos subseqüentes, o Estado retomou o controle sobre as políticas de comunicação, com a inserção de legislações mais audaciosas na proteção à produção nacional e avançando na preparação para a criação de uma lei específica para a televisão:

> em 1961, importantes decisões, como o Decreto nº 50.450/61, de 12 de abril, obrigava a exibição de filmes nacionais na televisão à proporção de um nacional para cada dois estrangeiros (em 1962 este decreto foi reformulado para a obrigação apenas um filme nacional por semana sem importar a quantidade de filmes estrangeiros); o Decreto nº 50.566/61, que estabelecia a criação do Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel), para propor uma nova legislação para o setor; e o Decreto nº 5.840/61, de 24 de junho, que voltava a limitar o prazo de concessão de rádio e TV em três anos, não mais em dez. [81]

O Código Brasileiro de Telecomunicações, a Lei 4.117, seria promulgado em 1962. Inicialmente conferindo ao Executivo a autonomia sobre outorgas e concessões de canais de televisão, a lei acaba por consolidar a predominância do interesse comercial, ao legalizar as emissoras estruturadas por grandes corporações econômicas, algumas até com capital estrangeiro, o que era vedado pela regulamentação. No total, são 129 artigos que estavam sendo discutidos e negociados pelo Congresso Nacional desde 1953, acabando por manter alguns dos princípios originais dos decretos da década de 1950: sistema misto público/privado para concessões, sem participação de investimento externo ao país (mesmo já sendo realidade); limitação de propriedade de empresas no setor e caráter educativo e cultural. Também foi criado o Conselho Nacional de

---

In: V Congresso Nacional de História da Mídia, 2007, São Paulo. **Anais** do Congresso Intercom 2007. São Paulo: Intercom/ Universidade Católica de Santos, 2007. p. 4.

[81] REBOUÇAS, Edgard; MARTINS, Mariana. Op.cit, p.5.

Telecomunicações, encarregado de acompanhar a regulação do setor.

O interesse em proteger e regular as concessões de canais universitários é tão antigo quanto o esforço de instituir normas para os setores de telecomunicações e de comunicação de massa. O tema consta já no Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, que se propunha a ordenar as atividades de transmissão e recepção de mensagens, sons ou símbolos difundidos através de rádio, televisão e telefonia. No modelo então estabelecido, as normas para a distribuição de freqüências através de concessões apareciam como um dos principais problemas a tratar (BRITTOS, 2000) [82]. Para as empresas voltadas à exploração do negócio televisivo, a licença para radiodifusão seria outorgada por um período limitado, com renovações a cada 15 anos. A lista daqueles que poderiam obter tais concessões incluía empresas privadas que iriam explorar a TV brasileira como qualquer atividade econômica.

Editado em 1967, o Decreto-Lei nº 236 complementaria o texto de 1962 (Código Geral das Telecomunicações). Este segundo instrumento tratava de tópicos específicos à televisão. O texto continha diversas normas. Por um lado, o decreto restringia a um grupo específico de personagens o direito de executar serviços de radiodifusão, eliminando a participação estrangeira na propriedade ou mesmo na direção das empresas brasileiras de comunicação. De fato, este viés nacionalista se manteria ativo ao longo dos anos. Restrições à propriedade conjunta de um grande número de canais também seriam impostas: a partir de então, era possível controlar no máximo 10 estações, como modo de evitar a concentração do meio.

Por intermédio desta mesma lei foram instituídas as televisões educativas. Conforme consta em tal decreto, esses canais "se destinavam à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates". O texto indicava a tentativa de garantir certas prerrogativas, reservando canais para tal modalidade de TV em cidades com mais de 100 mil habitantes. Quanto ao tipo de publicidade a ser difundida, seria unicamente institucional, de apoio cultural. Paralelamente, frisava-se que as "as Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento".

---

[82] BRITTOS, Valério. **Os 50 anos da TV brasileira e a fase da multiplicidade da oferta**. Observatório Nacional de Comunicação - Revista do Obercom, n. 1, p. 47-59, 2000.

No final dos anos 1960, época de regime militar, algumas decisões do governo federal adquiriram relevância histórica para a evolução da regulamentação das operações de televisão. O Ministério das Comunicações foi criado em 1967, incorporando a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a Embratel e a Companhia Telefônica Brasileira. Também neste ano, o decreto-lei número 236 fixou em 10 o número máximo de estações por grupo ou entidade, sendo cinco o limite para a propriedade de emissoras VHF. A mesma legislação submeteu à necessidade de aprovação do Conselho Nacional de Telecomunicações a origem dos recursos investidos em concessões no Brasil.

Após a inauguração da TV Tupi, em 1965, que deu seqüência ao desenvolvimento de uma grande rede comercial de comunicação, iniciada por Assis Chateaubriand já com as emissoras de rádio e fortalecida pelas legislações (que exigiam condições tecnológicas associadas a volumosos investimentos), somente em 1968 surge a primeira emissora de televisão pública, e coincidentemente, universitária: TVU, da Universidade Federal de Pernambuco. Como pontua Leal Filho, isso acontece "quando a televisão já havia se consolidado como o mais importante instrumento da indústria cultural brasileira[83]." No ano seguinte, 1969, é inaugurada a TV Cultura, inicialmente também sob propriedade de Chateaubriand, a seguir ligada ao Governo do Estado de São Paulo, enquanto a TVE do Rio de Janeiro surge somente em 1973. Condicionadas à Lei 4.117 que as definia entre os serviços de televisão educativa, essas emissoras operavam sob fortes restrições em termos de estruturação da programação, que deveria – pela lei – transmitir apenas aulas e conferências. Embora não tenha se cumprido de fato, e as emissoras tenham gradativamente organizado grades com programas diversificados, essa determinação "é identificada como medida que visava favorecer os interesses econômicos do setor".[84]

O financiamento das televisões educativas, amparado predominantemente nos orçamentos estatais, e o gerenciamento, feito através de Conselhos Curadores – inspirado no sistema da BBC de Londres, considerado uma das principais referências para as Tvs públicas no mundo – têm apresentado limitações no Brasil. A independência editorial e a preservação do interesse público são comprometidas, na medida em que os Conselhos são formados por representações de conotação política e

[83] LEAL FILHO, Laurindo. TV Pública. In: BUCCI, Eugênio (Org.). **A TV aos 50:** criticando a televisão brasileira no seu cinqüentenário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p.153-165.
[84] TORRES, Rodrigo, Op. cit. p.31.

até mesmo de identificação com o padrão hegemônico – como é o caso da recém criada TV Brasil, que teve entre seus conselheiros José Bonifácio Sobrinho, das Organizações Globo. A influência política dos diferentes mandatos acaba sendo visível na estruturação das programações, a partir da lógica simples de redistribuição de cargos de direção a cada período de governo federal ou estadual. "De maneira adversa à idéia de TV pública independente, ainda são escassas no país as estações públicas que não estão diretamente condicionadas aos poderes públicos", alerta Santos.[85] Entretanto, ainda é esse o modelo reconhecido como a possibilidade existente de conferir autonomia mínima aos canais público-estatais, já que, "com algumas limitações, se comparado ao seu inspirador (*BBC),* ainda assim o Conselho Curador [...] é a principal barreira institucional às investidas do Estado e da iniciativa privada sobre as emissoras".[86]

A conotação política do processo vai ser reforçada nos anos 1990, com o repasse da responsabilidade sobre outorgas e concessões ao Congresso Nacional. Apesar de a lei desautorizar a concessão de canais a ocupantes de cargos públicos, várias pesquisas dão conta das estratégias usadas por deputados, senadores, ministros e governadores para burlar a legislação e obter licenças para emissoras ligadas às famílias de políticos, que hoje são tradicionalmente conhecidas como impérios da comunicação em vários Estados brasileiros.[87]

O intervalo de tempo que separa a norma de 1967 (Decreto-lei 236) do próximo texto que vai tentar ordenar o mercado televisivo no país é de 28 anos. As regras para televisão a cabo, a despeito da aparente desconexão com o tema das televisões educativas, são definidas pela Lei 8977, em 1995 (RAMOS, 1999) [88]. Depois de quase meio século, com amplo predomínio das empresas privadas na produção audiovisual e amplas contradições no funcionamento das televisões educativas, em 1995 é criada uma lei que resguarda espaço no espectro para canais destinados a programação comunitária, cultural, educativa ou cidadã. A Lei 8977, que regulamentou a televisão a cabo no Brasil, garantiu, no sistema por assinatura, a viabilidade de uma grade de programação com maior pluralidade e identificação local, a partir das inserções dos canais universitários, legislativos e comunitários. Mas, por outro lado, foi uma decisão política

[85] SANTOS, Suzy. O dono do mundo: o Estado como proprietário de televisão no Brasil. In: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005, Rio de Janeiro. **Anais** do Congresso Intercom 2005. Rio de Janeiro: Intercom/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.
[86] LEAL FILHO, op.cit., p. 159.
[87] CUNHA, Rodrigo, op. cit.; TORRES, Rodrigo, op.cit.; LEAL FILHO, Laurindo, op.cit.
[88] RAMOS, Murilo. Televisão a cabo no Brasil: desestatização, re-privatização e controle público. In: CAPPARELLI, Sérgio (Org.). **Enfim, sós**: a nova televisão no Cone Sul. Porto Alegre: L&PM, 1999.

conservadora, no sentido de manter a televisão aberta concedida à exploração de grandes empresas comerciais, e restringir o espaço das emissoras capazes de trabalhar democratização e diversidade a uma operação de transmissão segmentada.

Seu interesse central estava em tratar sobre uma atividade nova e de real interesse para o mercado. Já em 2001, primeiro ano para o qual tanto informações de consumo quanto de rendimento estão disponíveis, contava-se 3,5 milhões de assinantes de televisual pago; 2,1 milhões em serviços de cabo e 1,4 milhões em serviços de satélite, compondo um segmento de faturamento total igual a R$ 2,6 bilhões. Em 2010, seriam 9,8 milhões de assinantes; cinco milhões em serviços de cabo e 4,8 em serviços de satélite. O faturamento total para aquele ano seria de R$ 12,3 bilhões (ABTA, 2010)[89].

Um dos aspectos relevantes na criação da Lei do Cabo é a obrigação das concessionárias distribuírem também canais de acesso público, destinados a universidades, comunidades e órgãos que tratam de educação e cultura, entre outros. Para as televisões universitárias, esta seria uma nova oportunidade, de intensa importância no que se refere ao espaço que abre e, mais especificamente, à forma através da qual cria uma nova oportunidade, escapando da competição por canais abertos (BOLAÑO; BRITTOS, 2007) [90]. Ao passar ao largo da necessidade de disputar freqüências com poderosos grupos econômicos, abrem-se oportunidades rapidamente aproveitadas. Some-se a isso o fato desta possibilidade relacionar-se aos sistemas de distribuição de audiovisual por assinatura, serviços prementes por conteúdo que permitam operar diversos tipos de canais durante longos períodos de tempo, e tem-se uma nova oportunidade de interesse, em termos da operação das emissoras universitárias.

O artigo 23 da Lei 8977 estabelece, no Inciso I, os canais básicos de utilização gratuita, que devem ser disponibilizados pelas operadoras para emissoras geradoras locais. São sete:

- um canal legislativo municipal/estadual, reservado para uso compartilhado entre as Câmaras de Vereadores e a Assembléia Legislativa, especialmente transmissão das sessões ao vivo;

[89] ABTA. Associação Brasileira de Televisão por Assinatura. **Resultados setoriais**: TV por assinatura – operadoras. São Paulo: ABTA, 2010.
[90] BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério. **A televisão brasileira na era digital.** São Paulo: Paulus, 2007.

- um canal para a Câmara dos Deputados, especialmente transmissão das sessões ao vivo;
- um canal reservado para o Senado Federal, especialmente transmissão das sessões ao vivo;
- um canal universitário, reservado para o uso compartilhado entre as universidades localizadas no município ou municípios da área de prestação do serviço;
- um canal educativo-cultural, reservado para utilização pelos órgãos que tratam de educação e cultura no governo federal e nos governos estadual e municipal;
- um canal comunitário aberto para utilização livre por entidades não governamentais e sem fins lucrativos;
- um canal reservado ao Supremo Tribunal Federal, para a divulgação dos atos do Poder Judiciário e dos serviços essenciais à Justiça.

Pela primeira vez, tais canais poderiam contar com um espaço específico, dentro de um modelo que preza não mais pela escassez de freqüências abertas disponíveis, mas pela ampliação da quantidade de espaços para distribuição de conteúdos, como um indício de uma fase para o audiovisual na qual a multiplicidade de ofertas distintas parece ser o lema (BRITTOS, 2010)[91]. Produzida a partir da expansão dos canais pagos, as transformações que estabelecem a cabodifusão como um modelo distinto abre novas possibilidades também para a modalidade de TV universitária.

Entre as principais conquistas associadas à instituição dos canais público-estatais na TV por assinatura está o serviço de transmissão simultânea das sessões do Poder Legislativo, do Senado e mesmo do STF, assegurando um sistema viável e concreto de fiscalização sobre os atos políticos. Entretanto, para a discussão da democratização audiovisual, a criação do canal universitário e do canal comunitário apresenta a possibilidade de surgimento de grades alternativas de programação, oferecendo uma oportunidade de produção e veiculação de programas de interesse público, com maior probabilidade de dissociação do uso político, como ainda está demarcado nos canais educativos.

Ainda que a regulamentação de espaço específico para os canais de acesso público seja considerada um avanço importante, a legislação também é reconhecida

[91] BRITTOS, Valério. Digitalização, democracia e diversidade na fase da multiplicidade da oferta. In: BRITTOS, Valério (Org.). **Digitalização, diversidade e cidadania**: convergências Brasil e Moçambique. São Paulo: Annablume, 2010. p. 17-29

como um marco estratégico da ampliação do sistema neoliberal sobre as telecomunicações. Enquanto grande parte da América Latina passava por privatizações, no Brasil a Lei da TV a cabo oficializa a legalidade da participação de capital estrangeiro nas empresas de televisão, limitado a 49% do total de ações das operadoras de TV por assinatura. Como se trata de um sistema segmentado, houve a pressão, principalmente das grandes corporações já controladoras da televisão aberta e operadoras de TV a cabo, para exploração do capital estrangeiro em nicho de audiência menos disseminada. É também mais um fator a desfavorecer as emissoras públicas, por aumentar ainda mais o fosso que caracteriza a capacidade de investimento das grandes corporações de mídia em relação às dificuldades orçamentárias e estruturais de televisões universitárias, comunitárias e educativas.

Com o advento da televisão digital, ao invés de se discutir uma ampliação desses canais, com base essencialmente na defesa da programação de interesse público em contraponto à TV comercial, a perspectiva parece ser contrária. Os espaços já previstos pelo decreto que regulamenta o SBTVD-T restringem a veiculação desses programas a uma grade nacional compartilhada, não havendo previsão legal de preservação das transmissões locais. [92] A TV por assinatura, apesar de ter iniciado a digitalização antes da TV aberta, poderá continuar analógica, e há viabilidade técnica para ocupação de novos canais digitais abertos, o que asseguraria espaço local para as emissoras públicas e ou estatais. A instalação do Operador de Rede Pública é um dos mecanismos que visa proporcionar transmissão digital para as TVs públicas, mas ainda com definição-padrão, não atingindo alta definição.

Uma das resoluções recentes, instituída como regulamentação complementar ao decreto que define o SBTVD, determina que somente pode operar em multiprogramação a TV Cultura, de São Paulo, em caráter experimental, o que limita, ao menos momentaneamente, a expansão das transmissões nas grandes redes comerciais de televisão. Tanto a definição da possibilidade de uso da tecnologia em nível padrão (*standard*) ou de alta definição, quanto a exploração dos canais adicionais através da multiprogramação, são questões centrais na determinação da qualificação das transmissões, hoje em condições desiguais entre emissoras públicas e comerciais.

[92] BRASIL. Decreto no. 5.820, de 29 de junho de 2006. Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T,... e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 30 jun. 2006. Disponível em: [http:// ww.planalto.gov.br/ civil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.ht] Acesso em: 17 abr. 2010.

Trata-se de um conflito que somente poderá ser avaliado na superação da atual fase de transição tecnológica, mas que se torna relevante para corrigir as deficiências estruturais do sistema televisivo brasileiro. Manter as emissoras comerciais no nicho de alta audiência, e as de interesse público com veiculação reduzida ao segmento da TV paga é perpetuar a desigualdade de oportunidades para a democratização. Entretanto, viabilizar a digitalização sem oferecer condições de exibição qualificada às emissoras públicas também pode significar manutenção da subalternidade.

2. Televisão universitária no Brasil

A origem da televisão universitária no Brasil está intimamente ligada ao surgimento das emissoras público-estatais: é a TV UFPE, da Universidade Federal de Pernambuco, a primeira a estruturar um projeto de emissora de interesse público e obter a concessão de canal educativo. O segundo capítulo trata, além da demarcação histórica acerca das emissoras ligadas às universidades, de um esforço em três frentes: a definição de um conceito de televisão universitária, delineado pela dimensão política das relações institucionais e das questões de regulamentação; o conflito entre o caráter público e a caracterização difusa das instituições de ensino superior; e ainda uma proposta de categorização dos modelos estruturais e de transmissão das televisões universitárias.

Por fim, ao detalhar a atual conformação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD), o presente capítulo trata da transição para o sistema de transmissão digital, que como tal envolve contingências políticas e operacionais, definidoras do espaço do segmento alternativo do audiovisual brasileiro no paradigma digital.

2.1. Origem e contexto contemporâneo

Pouco menos de 20 anos depois de inaugurada a televisão no Brasil, em 1968, surgia o primeiro canal de televisão universitário, a TV Universitária Recife, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Coincidentemente, a TVU da UFPE é também a primeira emissora educativa do país, recebendo concessão em canal VHF para operação em canal educativo. A iniciativa, vanguardista à época, surge para cumprir com a finalidade estabelecida pelo Código Geral das Telecomunicações (complementado pelo Decreto-Lei 236, de 1967, através do artigo 13) para as emissoras educativas: "divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates".[93] Uma determinação legal que é interpretada como uma estratégia do governo ditatorial para que as televisões público-estatais não constituíssem ameaça às comerciais, mas que acaba não sendo seguida pelas emissoras que começam a estruturar grades de programação diversificada.

[93] BRASIL. Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa a Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 fev. 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0236.htm]. Acesso em: 05 jul. 2010.

A TV Cultura de São Paulo e a TVE, com sede inicial no Rio de Janeiro, fundadas respectivamente em 1969 e 1975, tornam-se nas décadas seguintes, de 1980 a 1990, as emissoras-âncora para fechamento das grades das televisões universitárias estreantes, ainda sem condições de estruturar uma programação própria consistente, funcionando em canal aberto.

Neste período, de acordo com a ABTU, foram concedidas outras 12 licenças para concessão a canais educativos de instituições de ensino superior. A transmissão em sinal aberto foi possibilitada pelo espectro VHF e comportava uma mescla de conteúdos característicos das emissoras públicas educativas e de divulgação institucional, sem haver a especificidade de uma grade de programas universitários. Ligados majoritariamente às TVs público-estatais, como TVE e TV Cultura, que possibilitavam o fechamento de uma grade diária de programação nos intervalos de ausência de produção própria, as TVs universitárias foram gradativamente diferenciando-se e estabelecendo uma produção audiovisual autônoma.

A TV Campus, canal de televisão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em atividade desde 1995, hoje transmite conjuntamente a programação do Centro Universitário Franciscano (Unifra), sendo considerada a pioneira no Brasil, seguida da UniTV, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, a estruturar uma grade contínua de programas locais nos canais universitários a cabo, no final dos anos 1990.[94] A partir dessa década, houve uma profusão de canais operando através de instituições de ensino superior (IES), impulsionados pela Lei 8977, criada em 1995 (conhecida como Lei da TV a cabo, que obriga as concessionárias a disponibilizar um canal para a veiculação dos programas audiovisuais universitários). “Um canal de TV assegurado por lei, e gratuito, mostrou-se um estímulo poderoso, motivando inúmeras IES a se aventurarem no campo da comunicação audiovisual”, esclarece Priolli.[95] De acordo com o mesmo estudo, este período corresponde ao surgimento de 81% das emissoras ligadas a instituições de ensino superior. [96]

As décadas de 1990 e 2000 são notáveis do ponto de vista das transformações na organização das instituições de ensino superior (IES) no Brasil. De um lado, sua própria expansão física é digna de nota. De outro, há uma mudança na estrutura de organizações

[94] PEIXOTO, Fabiana; PRIOLLI, Gabriel (Orgs.). **A televisão universitária no Brasil:** os meios de comunicação nas instituições universitárias da América Latina e Caribe. São Paulo: UNESCO, 2004. p. 4
[95] PRIOLLI, Gabriel. Elas ainda não são aproveitadas em todo o seu potencial. **Revista Nacional de Ensino Superior,** São Paulo, n. 91, maio 2006. Disponível em: [http://www.cnu.org.br/clippings. asp?clip=3]. Acesso em: 10 jul. 2009.
[96] PEIXOTO; PRIOLLI, Op.cit., p.5.

das IES, principalmente as privadas, com uma intensa profissionalização e a organização de muitas delas como empresas capitalistas, dispostas a se expandir até os limites disponíveis. Da mesma maneira, o final da década de 1990 presenciou investimentos significativos também nas instituições públicas, gerando consequências para o surgimento de novas estruturas de difusão da produção realizada em seu âmbito, especificamente as televisões universitárias. Tal constatação parece relevante, em especial para se perceber uma faceta dos desdobramentos da fase contemporânea de organização dos meios de comunicação, na qual a multiplicidade da oferta é capaz de alcançar mesmo os canais de comunicação presentes em instituições de ensino.

Entre este conjunto de transformações destaca-se o ritmo de surgimento de novas instituições privadas no Brasil. A comparação entre os números de universidades públicas e privadas revela a questão. Em 1998, existiam no país 209 IES. Em 2009, este número aumentaria modestos 15%, passando para 245 instituições. Todavia, no mesmo período, o total de universidades privadas cresceria de 764 instituições para 2.069, uma variação de 170%. As informações disponíveis para os projetos de financiamento oferecidos para essas instituições permitem perceber a lógica da sua organização. Como um índice de sua importância, vale ressaltar que, entre 1997 e 2007, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinaria uma linha específica para o segmento. Neste período, os gastos em tais instituições totalizariam R$ 1,221 bilhão, com R$ 525,7 milhões providenciados por este banco estatal. Parte significativa de tais gastos se destina a obras de infraestrutura: de cada R$ 100,00 gastos, R$ 77 foram dedicados a este quesito, permitindo a criação de espaços para ensino e atividades correlatas (GUIMARÃES, 2010)[97].

No total, foram beneficiadas 48 instituições durante tal período. A despeito do número ser bastante reduzido, diferenças claras podem ser identificadas entre instituições públicas e privadas, mesmo neste universo. Deste total de IES, 45 são privadas; apenas três públicas. Além de representarem o maior número de instituições atendidas, indicam também a maior parcela de valor disponibilizado pelo BNDES. Uma parte imensa deste montante iria para as instituições privadas: 92% do valor total teria como destino este primeiro grupo, enquanto apenas 8% se destinaria ao segundo.

[97] GUIMARÃES, André Luiz de Souza; LEAL, Rodrigo Mendes; LIMA, Jorge Cláudio Cavalcante de Oliveira; SÉCCA, Rodrigo Ximenes; MENEZES, Natalia Maria Lopes. O financiamento do BNDES ao ensino superior: uma avaliação dos impactos do primeiro Programa IES. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 33, 2010.

Em 1997, é realizado o primeiro Fórum Brasileiro de Televisões Universitárias, na Universidade de Caxias do Sul (UCS), reunindo 40 instituições de ensino superior. O segundo encontro é realizado no ano seguinte, em Ouro Preto (MG), em conjunto com a Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec). Diante da negativa da associação em incorporar as emissoras universitárias como integrantes da entidade, é fundada em 30 de outubro de 2000, em São Paulo, a Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU).

No ano de 2004, de acordo com pesquisa realizada pela ABTU, 85 instituições de ensino superior operavam 73 canais de transmissão televisiva no Brasil. [98] Mesmo defasado, trata-se do mais amplo estudo quantitativo já formulado para dar conta do mapa das televisões universitárias no país, independentemente da característica das instituições que gestionam os canais, e da espécie de produção e transmissão executadas. Esta pesquisa já indicava, para os dados obtidos até então, pelo menos três conclusões relevantes: a) a profusão de concessões solicitadas e obtidas após 1995 – ano de promulgação da Lei da Televisão a Cabo –, o que indica a predominância do sistema fechado de transmissão; b) a concentração de canais e produtoras de conteúdo nas regiões Sudeste e Sul, reproduzindo a mesma lógica vigente na televisão comercial; c) a expansão das TVs universitárias nas cidades do interior do Brasil.

> Em 2004, de acordo com pesquisa realizada para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), contabilizava-se mais de 31 canais de cabodifusão mantidos por 64 Instituições de Ensino Superior, sendo 11 canais compartilhados por várias universidades, a exemplo do CNU – Canal Universitário de São Paulo, e 20 canais exclusivos, ou seja, ocupados por apenas uma Instituição de Ensino Superior. Com exibição de suas programações em canais abertos e fechados (cabodifusão e radiodifusão) havia 36 canais, ligados a 13 Instituições de Ensino Superior. Em MMDS (microondas), a TV FAG, de Cascavel (PR). Ao todo, computavam 85 Instituições de Ensino Superior ocupando 73 canais de televisão.[99]

Em relação ao primeiro ponto, é possível identificar que demorariam 30 anos, entre 1969 e 1999, para que metade do número total de TVUs em atividade em 2004 viessem a entrar em funcionamento, enquanto os quatro anos que sucedem 2000 seriam suficientes para que a segunda metade do total de produtoras passasse a operar. Tais informações oferecem o primeiro indício da intensa relevância da Lei do Cabo no

[98] PEIXOTO, Fabiana; PRIOLLI, Gabriel (Orgs.). **A televisão universitária no Brasil:** os meios de comunicação nas instituições universitárias da América Latina e Caribe. São Paulo: UNESCO, 2004.
[99] ABTU. I Forum Nacional de TVs Públicas – **Diagnóstico Setorial ABTU**. Disopnível na internet em: [http://www.cultura.gov.br/upload/diag_abtu_1164650797.pdf]. Acesso em 03 mar.2010. P. 3.

funcionamento das TVUs, permitindo indagar se a principal explicação para tal fenômeno não seria a dificuldade em obter concessões de sinais abertos educativos, a única modalidade disponível até então. Entre as regiões brasileiras, a pesquisa da ABTU indicava que praticamente três em cada quatro TVUs estão nas regiões Sudeste e Sul, uma área correspondente a 1/5 do território nacional. Ao mesmo tempo, apenas o Sudeste concentrava 43% deste total, com maior ênfase para o Estado de São Paulo, com 20% à época.

A heterogeneidade estrutural presente na própria organização da economia brasileira funciona como uma explicação suficientemente convincente para tal resultado. Todavia, a divisão por Estados guarda algumas surpresas. Os locais que concentram número significativo de iniciativas são Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O Rio de Janeiro aparece apenas na sexta posição, dado surpreendente, uma vez que reúne os principais produtores audiovisuais do país. Tais conclusões encontrarão ressonância nos dados relatados a seguir sobre a ocorrência dos canais universitários nas instituições públicas do país.

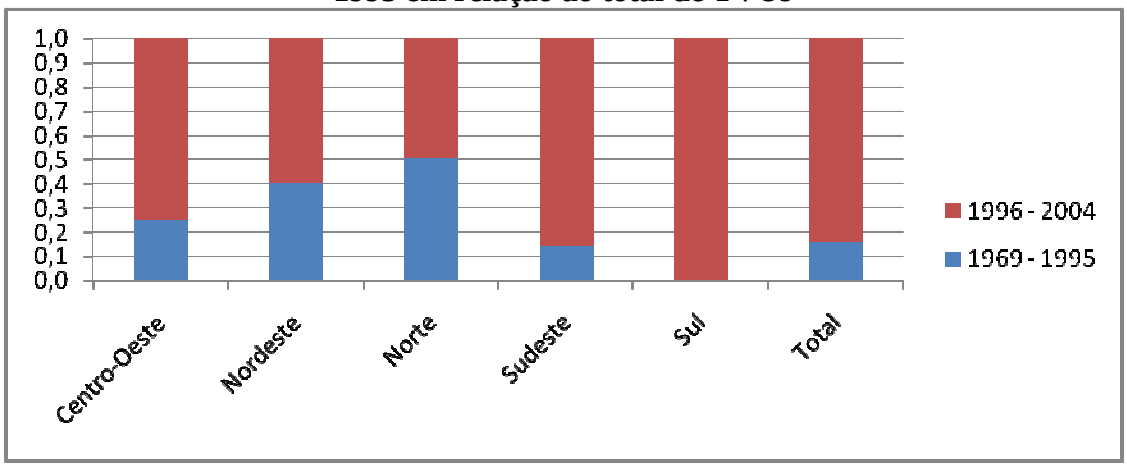
Igualmente merece atenção o esforço da pesquisa da ABTU em identificar a localização de tais televisões, entre as capitais e o interior. Considerando os dados para todos os Estados do Brasil, a divisão é bastante homogênea: 57% das TVUs estão no interior; 43%, nas capitais. Trata-se de um dado facilmente compreensível pela discrepância entre o número de capitais e de cidades interiorianas, e que evidenciaria um aproveitamento proporcionalmente maior nas capitais. O quadro transforma-se quando se percebe o mesmo comportamento em termos regionais. Mais da metade de todos os casos dizem respeito às televisões em operação no interior do Sul e Sudeste: são 40 ocorrências, ao total. O número de TVUs nas capitais das duas regiões não chega nem à metade deste valor. A comparação com as mesmas circunstâncias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte revela a discrepância: são apenas 3,6%. A porcentagem somada para as capitais chega a 12%. Discussão acerca desses números[100] já levantou, como hipótese, a relação entre a força das emissoras universitárias no interior e à baixa midiatização da realidade desses locais por parte das emissoras comerciais, perspectiva

[100] BRITTOS, Valério; LADEIRA, João; PREVEDELLO, Carine; FINGER, Jessica. Radiodifusão, cabodifusão e internet: os canais das TVs universitárias e suas diferenças. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2011, Recife (PE). **Anais do Congresso Intercom 2011**. Recife: Intercom/ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2011.

da qual compartilhamos neste trabalho.

Pode-se relacionar ambas as questões anteriormente trabalhadas, em busca de uma perspectiva mais consistente. Relacionar a quantidade de TVUs antes e depois da Lei do Cabo em cada região ajuda a explicar o desenvolvimento intenso do modelo a partir da regulamentação, que abre espaço específico para a instituição desses canais. Exatamente para as regiões Sul e Sudeste o impacto da lei de 1995 parece ser mais incisivo. No caso da região Sul, este impacto é especialmente marcante. O gráfico a seguir descreve a razão entre as emissoras que surgem antes e depois de 1995 em relação ao total de TVUs em atividade. As informações apontam como, para algumas regiões, 1995 foi um ano essencial. A região Sul, por exemplo, que em 2004 concentrava 34% das TVUs, não possuía sequer um canal deste tipo antes de 1995. Resultado muito semelhante aparece para a região Sudeste: praticamente quatro em cada em cinco das televisões universitárias em atividade no ano de 2004 haviam sido fundadas após 1995.

Gráfico 3 – Número de televisões universitárias em operação antes e depois de 1995 em relação ao total de TVUs



Fonte: elaboração própria.

No período estudado, uma informação relevante diz respeito às possibilidades de sistemas de transmissão aberta, por assinatura ou pela internet: grande parte das TVs utilizava apenas uma entre as três opções. Nenhuma reunia, à época, as três possibilidades e apenas 10 possuíam distribuição tanto em sinal aberto quanto fechado. A despeito do fato dos valores se superporem, é relevante afirmar que, entre o total de TVUs, 22 distribuiam conteúdo através do sinal aberto, 43 pela alternativa do cabo e apenas cinco disponibilizavam suporte para a web. Agregar a questão da simultaneidade com o problema da distribuição geográfica oferece os seguintes resultados: ao se unir as

regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, apenas três emissoras utilizavam duas plataformas simultaneamente, já no Sul e Sudeste esse número salta para 11. Os resultados estão intensamente dispersos, mas Minas Gerais é o Estado que concentrava maior quantidade de casos, num total de três.

Outro dos resultados significativos é contrariado pela pesquisa empreendida para este trabalho, embora se trate, como já se afirmou, de objetos de estudo não coincidentes. Enquanto os números da ABTU indicam a predominância das TVs universitárias nas cidades do interior do Brasil, entre as instituições público-estatais, totalizando 45 universidades pesquisadas (ver *Tabela 8),* há um aproveitamento percentual maior nas capitais, onde são encontradas 24 emissoras, em contraposição às 22 das cidades interioranas. Considerando-se haver um número bastante inferior de capitais, observa-se uma cobertura mais abrangente das regiões do Brasil com TVs universitárias nas instituições da capital. Por outro lado, nos municípios do interior, a ausência de universidades fora das capitais em muitos Estados do país gera uma concentração bastante significativa da presença das emissoras nas regiões Sul e Sudeste.

De acordo com os dados oferecidos pela ABTU[101], algumas características delineavam um perfil das televisões universitárias em operação no Brasil, até 2004:

- 90% estavam ligadas às Reitorias, Pró-Reitorias ou fundações mantenedoras, restando apenas 10% associadas diretamente aos Cursos de Comunicação Social;

- 90% utilizavam sistema analógico de transmissão;

- 70% da produção autônoma e independente, isto é, feita em estrutura própria;

- 70% das TVs com financiamento exclusivo da IES, sendo que a média de orçamento anual é de R$ 500 mil;

- 27% transmitiam em sinal aberto, junto à transmissão por assinatura;

- 20% com programação transmitida também pela internet;

- 18% das emissoras produzem telejornalismo diário;

- 10% transmitem em circuito interno nos campus;

- o padrão estrutural nacional de uma TV universitária consistia em quatro ilhas de edição, incluindo a exibição, um estúdio para gravação, seis câmeras no total (entre externas e de estúdio), 15 funcionários e um carro;

- a produção média dos núcleos universitários era de seis horas inéditas semanais, mas em uma variação que vai no mínimo de uma até 21 horas por semana.

[101] ABTU, op.cit.

A relação hierárquica e a dependência orçamentária identificam a estruturação de um núcleo que busca referendar institucionalmente as universidades, em um perfil mais próximo da dimensão técnica do que acadêmica:

> nas universidades, as estruturas responsáveis pelas TVs, na maioria dos casos, estão ligadas diretamente às estruturas de direção, seja pelas reitorias ou pró-reitorias, ou mesmo à presidência das fundações, estando a menor parte relacionada diretamente aos cursos de comunicação. Na quase totalidade dos casos é o orçamento das próprias instituições que sustentam os canais. Mais de 70% das filiadas à ABTU são financiadas pela própria instituição mantenedora.[102]

A Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU), maior entidade representativa do setor no Brasil, tem vinculados à instituição, em 2012, 51 canais universitários no país. Destes, 38 são de universidades particulares, e apenas 13 ligados a universidades federais, estaduais ou regionais. Paralela à ABTU, a Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec) congrega as emissoras estaduais retransmissoras da TVE e TV Cultura, junto a três canais universitários (UFPE, UFRN e Fundação Universidade do Tocantins).

Através desses números, é possível perceber a defasagem entre as emissoras oficialmente reconhecidas pelas entidades associativistas, o que identifica mais de 30 instituições de ensino superior com núcleos audiovisuais estruturados, mas não integrantes das associações do setor. Outra área que surge como possibilidade de exploração das televisões universitárias é a internet, já utilizada para retransmissão da programação analógica, mas também com novos formatos desenvolvidos para web TV. É o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que opera desde 2008 somente através da internet, e da IPTV, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Entretanto, algumas dessas universidades (como a IPTV) optaram por instituir sítio com postagens de vídeo selecionadas, ocasionais, não se constituindo em grade linear de programação.

Na investigação empreendida para este trabalho, não serão confrontados diretamente os números levantados pelo estudo realizado pela ABTU junto à UNESCO, publicado em 2004, por não se dirigirem ao mesmo objeto aqui em debate. Devido à abrangência de instituições de ensino superior de diversos níveis (entre elas algumas não reconhecidas como universidades pelo Ministério da Educação), de diferentes

[102] TORRES, Rodrigo, op. cit., p.34.

finalidades (entre elas as de interesse privado), e ainda a falta de definição conceitual para as características de produção e transmissão que identificariam uma TV universitária, trata-se de entendimento com evidentes pontos de conflito em relação ao posicionamento e conceitos adotados para esta tese. Por não haver pesquisa posterior ao ano de 2004, torna-se inviável a obtenção de um número credível acerca do total de canais concedidos a instituições de ensino superior no Brasil, que englobe a diversidade de caracterizações dessas instituições e das produções audiovisuais. E, finalmente, por não se tratar do mesmo objeto de pesquisa, teremos dados transversais, mas não necessariamente complementares. São, entretanto, dados relevantes para a compreensão contextual do surgimento e expansão das televisões universitárias no Brasil, sendo ainda hoje a principal fonte de pesquisa para o tema no Brasil.

Ainda que atravessado por limitações crônicas das instituições públicas e pelo conflito com o financiamento não-comercial, as TVs universitárias constituem um dos polos produtores de audiovisual que busca iniciativas de aperfeiçoar a diversidade representativa do cenário nacional audiovisual. Uma das mais recentes é a Rede IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), um sistema de compartilhamento de produção entre as emissoras. Os vídeos são postados e movimentados através de um programa digitalizado e integrado, de abrangência nacional, e programas nacionais já têm sido produzidos com a compilação de materiais de vários Estados do país.

Com o advento da televisão digital, ao invés de se discutir a ampliação dos canais universitários, com base essencialmente na defesa da programação de interesse público em contraponto à TV comercial, a perspectiva parece ser contrária. Os espaços já previstos pelo decreto que regulamenta o SBTVD-T restringem a veiculação desses programas a uma grade nacional compartilhada, não havendo previsão legal de preservação das transmissões locais. A televisão por assinatura, apesar de ter iniciado a digitalização antes da aberta, poderá continuar analógica (o que é pouco provável), e há viabilidade técnica para ocupação de novos canais digitais abertos, o que asseguraria espaço local para as emissoras públicas ou público-estatais.

A instalação do Operador de Rede Pública é um dos mecanismos que visa proporcionar transmissão digital para as TVs públicas, mas ainda com definição-padrão, não atingindo alta definição. Trata-se de um conflito que somente poderá ser completamente avaliado na superação da atual fase de transição tecnológica, mas que se torna relevante para corrigir as deficiências estruturais do sistema televisivo brasileiro. Manter as emissoras comerciais no nicho de alta audiência, e as de interesse público

com veiculação reduzida ao segmento da TV paga é perpetuar a desigualdade de oportunidades para a democratização. Entretanto, viabilizar a digitalização sem oferecer condições de exibição qualificada às emissoras públicas ou público-estatais também pode significar manutenção da subalternidade.

2.2. Televisão por assinatura: a barreira da abrangência

A consolidação histórica do espectro da televisão no Brasil é alicerçada na dicotomia, já avaliada, dos conteúdos comerciais no sinal aberto, enquanto os canais públicos obrigatórios estão na TV por assinatura. Com esta segmentação, a programação de interesse comercial determinou um padrão tecno-estético dominante, relegando aos conteúdos das TVs públicas, público-estatais e educativas um perfil marginalizado, associado ao experimentalismo, ao alinhamento editorial político, o que conseqüentemente – ainda que isso possa ser também causa e alimente um círculo vicioso – traduz-se em baixa audiência. De acordo com o último levantamento feito pelo Grupo de Mídia São Paulo (2012) [103], o volume de investimentos publicitários em televisão aberta no país, movimenta cerca de RS$ 20 milhões ao ano.

Na Tabela 7, é possível observar a defasagem da TV por assinatura no Brasil em termos de penetração nos domicílios, em relação à TV aberta. O percentual atingido pelos canais pagos em 2011, 16 anos depois de iniciadas as operações no país, é inferior ao alcance que atingiram as transmissões digitais em pouco mais de dois anos:

Tabela 7 – Penetração da TV no Brasil por plataforma

		Números	Percentual %
Dados gerais (IBGE PNAD 2011)			
População		195,2 milhões	100%
Domicílios		61,3 milhões	100%
Domicílios com TV		59,4 milhões	96,9%
Penetração por plataforma de distribuição (por domicílios/2010)*			
Terrestre	Analógico	59,4 milhões	96,9%
	Digital	28,1 milhões	46%
Televisão por assinatura (em número de assinantes / Anatel 2012)			
Satélite (DTH)	Analógico/Digital	9,15 milhões	59,41%
Cabo (TVC)	Analógico/Digital	6,07 milhões	39,41%
MMDS	Analógico/Digital	163,8 mil	1,06%
TVA	Analógico/Digital	3,5 mil	0,02%
Total		15,4 milhões	100%

Fonte: Anatel (2012), IBGE (PNAD 2011), Site Oficial da TV Digital (2012) e Grupo de Mídia São

[103] GRUPO DE MÍDIA SÃO PAULO. **Mídia Dados 2012.** Disponível na Internet em: [http://midiadados.digitalpages.com.br/home.aspx?edicao=3] Acesso em 18 maio 2012.

Paulo (2012).
*Os dados são referentes ao censo de 2010, por ser esta a base da estimativa da TV Digital.

As alterações nos números gerais de audiência da TV aberta no Brasil (Ibope: 2011)[104], ainda que graduais, indicam queda nos números da Rede Globo (passando de 51% para 43%), e consolidação da Record em segundo lugar (16,5%), ainda que abaixo da opção Outras (20%). Trata-se de uma recente transformação nos hábitos culturais da população, coincidente com o crescimento econômico e com o aumento do poder de consumo, também no plano cultural. A disponibilidade de uma ampla gama de emissoras, que inclui as televisões educativas, públicas e comunitárias com concessão de canal educativo, demarca o espaço do conteúdo diferenciado daquele oferecido pelas grandes redes comerciais, centrado no modelo entretenimento de fácil assimilação.

A reduzida adesão do público ao sistema de TV por assinatura, verificada no Brasil até o início dos anos 2000, começa a ser superada a partir de 2009, quando o número de assinantes praticamente dobrou, chegando a 2011 com evolução acumulada de 30,4%, a maior desde a implantação da tecnologia no país. De acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel: 2012)[105] o país já conta com 12,7 milhões de domicílios atendidos com televisão por assinatura. Apesar desse crescimento, a permanência da penetração maciça da TV aberta mantém a predominância de uma modalidade de acesso que não contempla diversidade de oferta e pluralidade em conteúdo, indicando que a criação dos canais de acesso público representou um avanço relativo, sendo uma decisão política conservadora.

Em 2011, o Senado aprovou a abertura da televisão a cabo às operadoras estrangeiras, incluindo as telefônicas. Esta nova vitória das empresas operadoras expõe a fragilidade da atuação da sociedade civil no resguardo do interesse público. Apesar de serem redigidas legislações que apresentam discretos avanços, a evolução depende de uma fiscalização pública que já é deficiente desde a lei inicial, ainda em vigor, o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), a Lei 4.117, de 1962. Com o advento da TV digital, ao invés de se discutir uma ampliação dos canais públicos, com base na defesa da programação de interesse público em contraponto ao sistema comercial, a perspectiva é contrária. Os espaços já previstos pelo decreto que regulamenta o SBTVD restringem a veiculação desses programas a uma grade nacional compartilhada, havendo

[104] GRUPO DE MÍDIA SÃO PAULO, op.cit.
[105] ANATEL. AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **TV por assinatura cresce 30,4% em 2011**. Disponível na internet em: [http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalNoticias.do?acao=carregaNoticia& codigo=24534] Acesso em 18 maio 2012.

previsão de preservação das transmissões locais através de multiprogramação pública, neste momento oferecida apenas pela TV Cultura de São Paulo.

A manutenção dos oligopólios da mídia, além de estar ancorada na questão econômica, encontra ressonância na conservadora legislação brasileira. Um cenário que não apresenta, portanto, perspectivas otimistas para a busca por pluralidade de oferta, conteúdo e diversidade de atores em atuação no futuro próximo da televisão brasileira. De acordo com os dados estatísticos, apenas duas situações parecem inquestionáveis: a queda das audiências historicamente consolidadas, com alternância de posições entre as grandes redes, e o crescimento do alcance da TV paga. Indicativos de que há mudança de expectativas e usos por parte do público, mas insuficientes para se avaliar que impacto terão sobre a nova realidade do meio ainda hegemônico em abrangência no Brasil.

A ausência de ações concretas do governo federal para a estruturação do Operador de Rede Pública, que já deveria estar em licitação, e para determinar políticas de popularização do acesso aos conversores digitais, acaba por gerar insegurança quanto ao novo paradigma que se aproxima. A cobertura geográfica das redes televisivas já é significativa, mas a convergência da estrutura dos domicílios brasileiros à realidade da digitalização é lenta.

2.3. Televisão universitária e TV pública

O segmento das emissoras de televisão público-estatais no Brasil é constituído por uma diversidade de modelos de estruturação, transmissão e finalidade. A Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec) não engloba as TVs universitárias e comunitárias, mas os dois grupos são reconhecidos pelos Ministérios das Comunicações, Cultura e Educação como públicos. O Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado desde 2006, congrega, além da Abepec e ABTU, a Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (ASTRAL) e a Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM):

> As TVs públicas no Brasil configuram um campo complexo e instigante. Apesar de ter em comum uma "aura pública", são canais com características bem distintas, processos próprios de construção e consolidação. Apresentam origens, práticas e objetivos distintos. São produzidas em condições políticas, administrativas e técnicas próprias, além de sofrerem diferentes regulamentações.[106]

[106] TORRES, op.cit., p.29.

A terminologia relacionada ao setor reúne as TVs educativas, concessões em canal aberto UHF e VHF, e os chamados “canais de acesso público”, definidos pela Lei 8977, da TV a cabo. A diferenciação está contemplada na legislação que referenda o funcionamento dos diferentes polos do campo público: as emissoras educativas são regulamentadas pelo Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117), enquanto a Lei da TV a cabo abrange os canais legislativos, executivos, judiciários, universitários, comunitários e educativos localizados na TV por assinatura.

A prática, no entanto, não é tão objetiva quanto essas classificações. A caracterização de emissora pública pode ser questionada em vários dos grupos integrantes do chamado “campo público”. Entre as emissoras universitárias, há uma presença maciça de núcleos de produção audiovisual ligados a instituições de ensino superior privadas, muitos ocupando canais de acesso público sem que tenham condição legal para tanto. A Lei 8977 (da TV a Cabo) determina que somente podem ser contempladas com o canal universitário as instituições que estejam reconhecidas como universidades, o que significa a conjugação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Faculdades e centros universitários, não são, portanto, passíveis do direito de ocupar o canal universitário, mas acabaram beneficiadas por acordos políticos entre grupos de entidades que administram as operações. Para além dessa ilegalidade, a Lei 8977 estabelece que essas emissoras têm de estar ligadas e mantidas por instituições sem fins lucrativos, o que não se aplica a várias das instituições que ocupam esses espaços. Não é plausível, portanto, em casos como estes, associar imediatamente o caráter público à TV universitária.

Embora a situação seja mais comum na TV a cabo, pela maior facilidade em negociar a operação de canais compartilhados, esse também é um problema aplicado às emissoras educativas abertas. O caso da Ulbra TV, em Porto Alegre (RS), é emblemático: trata-se de uma concessão de canal de televisão educativo em sinal UHF, servindo a interesses particulares, veiculando publicidade e estruturado em uma grade de programação comercial, ancorada por programas desvinculados de relação com a universidade, e mesmo com temáticas educacionais, e direcionados ao auto-gerenciamento de seus produtores. Dessa forma, é preciso reconhecer que o caráter público dos canais universitários, assim como das TVs públicas em geral, tem de ser problematizado, por estar marcado por uma série de conflitos já característicos da conformação do campo da Comunicação no Brasil: a presença de negociações políticas

escusas e a prevalência do interesse comercial em detrimento do compromisso com um serviço público.

Ainda, no entanto, que essas situações tenham de ser consideradas, não invalidam o reconhecimento das TVs universitárias, bem como as comunitárias e estatais, como um espaço privilegiado para a produção de conteúdos com forte relação local-regional e de exercício da cidadania. Se os canais comerciais têm um vínculo obrigatório com a manutenção de patrocinadores, o que está, por sua vez, relacionado à audiência, os canais público-estatais tornam-se o meio de suprir a carência por conteúdo local dissociado do interesse comercial. Numa época caracterizada pelo fenômeno da midiatização, em que a participação dos dispositivos midiáticos no cotidiano torna-se crescente na mesma medida em que se amplia o número de pessoas com acesso aos instrumentos de mediação, as operações de sentido são construídas através da mídia. A virtualização dos relacionamentos, da atividade econômica, da circulação dos serviços, a encenação da esfera pública e privada, a construção das imagens e a validação da enunciação estão em todo esse circuito:

> A TV pública é uma janela de acesso estratégico para o contato da população com a mais vasta gama de bens e serviços culturais, constituindo um canal privilegiado para a valorização e a universalização do patrimônio simbólico nacional. A rede de emissoras públicas é uma opção de grande potencial como veículo difusor da produção audiovisual oriunda dos distintos agentes culturais da sociedade, assegurando a expressão de nossa rica diversidade cultural, e a prática da democracia.[107]

Trava-se, diante dessa realidade, um dos principais dilemas da área de mídia: o conflito entre o serviço público, característico das atividades de comunicação, e o interesse privado, representado pelas instituições administradoras do negócio-mídia. A compreensão de que a possibilidade de abrir perspectivas à produção de conteúdos que possam ancorar uma programação diferenciada, baseada em valores não-majoritários, interessada em noções como cidadania e conteúdo local, é o que mantém o entendimento da necessidade de garantias legislativas para os canais transmissores e produtores de uma grade alinhada a um padrão alternativo. Os canais estruturados pelas televisões universitárias de instituições estatais de ensino superior parecem estar operando nesse sentido:

> desde seu início, a TV USP tem produzido e veiculado uma programação educativa, cultural, informativa e científica [..] A Rede

[107] MINISTÉRIO DA CULTURA. **I Fórum Nacional de TVs Públicas**: diagnóstico do campo público de televisão. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. 112p.- p. 9.

> USP de TV propõe a criação gradativa de uma estrutura básica de TV em cada um dos *campi* do interior, de acordo com as realidades e demandas locais. [...] é um projeto estratégico de longo alcance e de grande importância. Certamente, quando viabilizado, contribuirá para que a produção acadêmica e científica da universidade possa chegar a um público cada vez maior e co-autor das mudanças sociais e culturais que a universidade pode e deve propiciar.[108]

O comprometimento com a veiculação de temática local, atendendo à necessidade de valorização de conteúdo não disponibilizado pelos canais comerciais, é especialmente visível nas televisões universitárias de instituições de ensino de municípios localizados fora das capitais. Em casos como o da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Minas Gerais, e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul, a exploração de transmissões ao vivo de eventos, e a disponibilização de uma grade com programação local atende à demanda reprimida pelo escasso tempo ofertado pelas retransmissoras de redes comerciais nacionais, que oferecem – em números totais – menos de 15 minutos para programação local durante uma grade diária. A TV Campus, da UFSM, é a única – na amostra definida para este trabalho – operando com antena de transmissão digital, o que facilitaria uma possibilidade de migração na superação do sistema analógico, até mesmo para os canais abertos. O desafio, nesses casos, é discutir politicamente a necessidade de sobreposição do interesse público ao privado, questionando a permanência desses canais em espaço de audiência segmentada.

2.4. O conceito político de TV universitária

Assim como a Lei da TV a cabo – em relação à legislação geral das Telecomunicações –, são recentes e escassos os estudos acerca da televisão universitária, constituindo-se, como já afirmado, o estudo desenvolvido pela UNESCO para a ABTU[109], datado de 2004, na principal fonte de pesquisa para contextualização e compreensão da estruturação do segmento no país. Ainda que incorpore mais uma relação de protocolo de intenções, procurando minimizar o conflito entre as finalidades das instituições públicas e privadas, na pesquisa referida Peixoto e Priolli[110] definem que:

---

[108] USP. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO. **TV USP:** seção Sobre a TV. Disponível em: [http://www.usp.br/tv/sobre/]. Acesso em: 20 fev. 2010.
[109] PEIXOTO, Fabiana; PRIOLLI, Gabriel (Orgs.). **A televisão universitária no Brasil:** os Meios de Comunicação nas instituições universitárias da América Latina e Caribe. São Paulo: UNESCO, 2004.
[110] PEIXOTO; PRIOLLI, Op.cit., p.6.

> a TV universitária é produzida no âmbito das instituições ou por sua orientação, em qualquer sistema técnico ou em qualquer canal de difusão, independente da natureza de sua propriedade. É feita com a participação de estudantes, professores e funcionários e tem uma programação eclética e diversificada, sem restrições ao entretenimento, salvo aquelas impostas pela qualidade estética e a boa ética.

Uma das razões para abarcar a multiplicidade de instituições de ensino superior entre as potencialmente habilitadas a estruturar núcleos audiovisuais, contemplada nesta definição, é a reivindicação política encaminhada pela ABTU desde o final dos anos 1990 para a inclusão de centros universitários e faculdades como entidades capacitadas a instituir emissoras e poder integrar ou gerenciar canais de utilização básica gratuita na TV a cabo. Tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que visa alterar a redação da Lei 8977, que hoje permite apenas às universidades obter licença para operação de canal de TV a cabo. Entretanto, a determinação estabelecida na Lei vem sendo sistematicamente burlada, principalmente através dos canais compartilhados, e em municípios onde há uma espécie de convênio firmado entre uma universidade e as demais instituições de ensino superior.

A incipiente e difusa definição proposta pelos autores pode ser reconhecida na dificuldade de conceituação das noções de programação, estética e ética, através das quais Peixoto e Priolli[111] estabelecem avaliações valorativas de "qualidade estética" e "boa ética". A discussão sobre o primeiro ponto atravessa a teorização sobre padrão tecno-estético, em torno do qual a questão da qualidade depende essencialmente das condições entendidas como ideais, ou prioritárias: para o padrão hegemônico no contexto audiovisual brasileiro, esse perfil estético estaria condicionado a volumosos investimentos e a valores editoriais distantes do conteúdo local. Por outro lado, ao se considerar um padrão alternativo, ou periférico, a associação estética passa a explorar possibilidades mais próximas da realidade econômica e estrutural das televisões universitárias.

Complementar a essa discussão, o conceito de ética não é tratado com especificidade pelas TVs deste segmento, à exceção, para o grupo avaliado para esta pesquisa, da FURB TV, da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), que estabelece um Código de Ética com princípios bem definidos em torno de valores como o compromisso institucional, comunitário e com a democratização do conhecimento. Na

[111] PEIXOTO; PRIOLLI, Op.cit.

ausência de um debate sobre os princípios norteadores da noção de "boa ética", a avaliação qualitativa permanece disponível às interpretações convenientes a cada emissora.

Trata-se de uma face da dimensão do debate político que envolve a delimitação do segmento, aplicada ao aspecto da negociação de gestão e ocupação do canal, citadas anteriormente, mas também – e talvez principalmente – na formulação de um propósito de articulação da finalidade das televisões universitárias como emissoras de interesse público. Através desse princípio, associado por este trabalho ao segmento das TVs público-estatais, estariam agrupadas as emissoras instituídas através de universidades federais, estaduais ou regionais estatais em torno de características comuns em relação a princípios e objetivos. Já em 1980, o Relatório McBride, elaborado pela UNESCO para a definição de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC), alertava para a dificuldade em se reconhecer a relevância deste campo de emissoras em contraposição à caracterização dos oligopólios de Comunicação já predominantes no mercado internacional:

> Quantitativamente – isto é, medindo-a segundo o conteúdo e a regularidade da comunicação ou o número de pessoas que a atinge – não pode pretender concorrer com os meios de comunicação de massas, o que não é, além disso, sua finalidade. Mas o repúdio radical da corrente vertical dominante, o fortalecimento da coesão de certos grupos e a capacidade que oferece para o desenvolvimento das redes horizontais dão-lhe uma importância que não se mede pelas cifras que servem de medida comum.[112]

Entretanto, a complexidade em torno da definição conceitual das TVs universitárias pode ser ampliada ao se considerar os elementos trazidos por Eugênio Bucci, autor citado pelo Fórum das TVs Públicas para a discussão ética do segmento. Para Bucci, as emissoras públicas deveriam agregar quatro bandeiras éticas, que seriam: desenvolvimento de formatos de sensibilidade sofisticada ou ampliada, rejeição às fórmulas do entretenimento, a busca do conteúdo não explorado pela TV comercial e trabalhar pela emancipação do telespectador como cidadão, ao invés de perseguir índices de audiência:

> Essas bandeiras trarão público para ela? Seguramente. Aliás, a falta de público não deveria assustá-los, pois tem sido a sua rotina. Para a TV pública, só um caminho é possível: não competir com a televisão privada. Fora disso, ela até poderá prestar bons serviços para a indústria do entretenimento, mas não terá valor nenhum para a

[112] UNESCO. **Um mundo, muitas vozes** (Relatório MCBride). Rio de Janeiro: FGV, 1983.

> democracia, para a cultura e para os olhos que se abrem diante dela. Mais que tudo, não terá valor para si mesma. [113]

É preciso reconhecer que a defesa consiste em uma perspectiva ousada, mas que não deixa de ser realista, se considerado o alinhamento das TVs públicas (de acordo com a definição da instituição vinculada ao autor) ou público-estatais aos padrões tecno-estéticos alternativo ou periférico. Recuperando a atualização proposta por Kalikoske[114], as TVs universitárias público-estatais estariam contempladas em ambos os grupos por serem caracterizadas pela distância das grandes audiências (alternativo) e também dos financiamentos consistentes (periférico), o que, corroborando com Bucci[115], deveria encorajá-las a perseguir uma diferenciação de conteúdos e formatos condicionada à busca pela emancipação do cidadão e à democratização audiovisual e cultural do país.

O crescimento expressivo dos canais universitários no final dos anos 1990 está associado ao período histórico da Fase da Multiplicidade da Oferta, quando há uma profusão de opções de emissoras, especialmente através da TV paga.

> Há um maior número de redes abertas disputando a audiência, o que pode ser creditado também ao avanço tecnológico, já que muitas dessas novas emissoras só podem ser captadas nacionalmente por parabólicas domésticas ou canais em UHF, bem como sistemas pagos. [...] Em todos os setores comunicacionais identifica-se uma multiplicação do número de agentes, representando uma ampliação substancial da quantidade de produtos disponibilizados aos consumidores.[116]

Entretanto, é preciso considerar que a multiplicidade de oferta não caracteriza diversidade de opções: "resulta um déficit de diversidade cultural na televisão generalista da maioria dos países, encontrando-se, nas transmissões nacionais, muito pouco de cultura local, regional ou erudita".[117] Tal situação qualifica ainda mais a possibilidade de incremento à produção local através das emissoras ligadas a universidades públicas nas cidades interioranas. Mais um fator que poderia ser associado a um perfil de proposta ousada em relação a formato e conteúdo, baseado nos princípios da pluralidade e da democratização.

---

[113] BUCCI, Eugênio. A TV Pública não faz, não deveria dizer que faz e, pensando bem, deveria declarar abertamente que não faz entretenimento. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. **I Fórum Nacional de TVs Públicas**: diagnóstico do campo público de televisão. Brasília: Ministério da Cultura, 2006, p.13-19, p.17.
[114] KALIKOSKE, Op.cit.
[115] BUCCI, Op.cit.
[116] BRITTOS, Valério. Digitalização, democracia e diversidade na fase da multiplicidade da oferta. In: BRITTOS, Valério (Org.). **Digitalização, diversidade e cidadania:** convergências Brasil e Moçambique. São Paulo: Annablume, 2009. p. 17-29, P. 19-20.
[117] BRITTOS, Valério, op. cit., p. 26.

Agregando-se ainda a perspectiva de Valente[118], através da conceituação dos Aparelhos Midiáticos Públicos (AMPs), estaria resguardada às TVs universitárias vinculadas às instituições estatais o perfil contra-hegemônico pela função de propaganda estatal e elemento neutro de regulação, garantindo a inserção de atores desvinculados dos interesses capitalistas ao setor de produção e veiculação de conteúdos audiovisuais.

Considerando-se as discussões já empreendidas, propõe-se operacionalmente um conceito de televisão universitária que preserve a dimensão política na sua relação com o princípio de serviço público, expresso pela legislação que regulamenta o setor, mas assegure a exigência mínima estrutural-produtiva que garanta formulação de grade própria e o enquadramento legal dessas emissoras pelas legislações vigentes. Tem-se então, por televisão universitária, uma emissora instituída, gerida e mantida por universidade pública-estatal, ou sem fins lucrativos, formada por estudantes, professores e funcionários, capaz de produzir uma grade própria de programação com a finalidade de retratar atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, bem como servir à representação da diversidade cultural e peculiaridades regionais em que está inserida, explorando novos formatos audiovisuais e temáticos que a consolidem como uma alternativa ao padrão tecno-estético hegemônico.

2.5. TVs universitárias público-estatais como espaço de democratização

O debate da democratização da Comunicação no Brasil tem raízes anteriores à elaboração da Constituição Federal de 1988, alcançando maior força em torno dos anos 1990, quando a criação da Lei da TV a Cabo é considerada uma das principais conquistas dos movimentos sociais. De forma definitiva, a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que institui a TV Brasil em 2008, é um marco nesta trajetória de busca pelo avanço da complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal. Entretanto, Bolaño reconhece em um período histórico bastante anterior, na elaboração do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), de 1962, "a culminância de um complexo processo de lutas e negociações que remontam aos embates que, como em todo o mundo, separam os defensores de uma função eminentemente educativa e cultural, de um lado, ou comercial, de outro".[119]

---

[118] VALENTE, Op.cit.

[119] BOLAÑO, César. **Políticas de Comunicação e Economia Política das Comunicações no Brasil.** 2ª. Ed. Aracaju: Editora UFS, 2003. p.32

Para os estudos contemporâneos, a década compreendida como decisiva para o fortalecimento deste debate na sociedade brasileira remete aos anos 1980. Coincidente com o período da redemocratização no Brasil, a UNESCO lança neste ano o documento "Um Mundo e Muitas Vozes – Comunicação e Informação na nossa Época", conhecido como Relatório McBride, em que propõe uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC).[120] As premissas fundamentais estão relacionadas à efetivação do acesso à Comunicação como direito humano, à promoção da pluralidade de fontes e diversidade cultural, e à redução da concentração da posse dos meios de comunicação.

O fortalecimento das entidades civis brasileiras à época encontra consonância com o debate proposto internacionalmente. Além de marcar a retomada do regime democrático n o país, a organização da Assembleia Constituinte molda uma discussão pública sobre a Comunicação, especialmente sobre as concessões de radiodifusão. Entre as principais iniciativas do período estão os debates organizados pela Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), e a constituição da Frente Nacional de Lutas por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC), que contribuiria para dar origem ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), reconhecido como a mais importante instituição a articular um debate nacional em torno do tema da democratização da Comunicação no Brasil.

Em comum, ambos os movimentos, fortalecidos por outras mobilizações e grupos reunidos em torno das discussões provocadas pela Constituinte, defendiam a criação de um sistema público de Comunicação e do controle público sobre os veículos, através de um Conselho de Comunicação Social (CNC). A Frente Nacional pressionava pela determinação de concessões de radiodifusão exclusivamente a entidades sem fins lucrativos, o fortalecimento das emissoras de interesse público e estabelecimento de limites mínimos de programação regional e diversificação cultural.

Um dos resultados das disputas é a inclusão do CNC na nova Constituição Federal – permanecendo anos sem ser implementado –, o que corrobora com a interpretação de que o texto constitucional resultou bastante limitado em relação às demandas pela democratização do acesso, controle e propriedade dos meios de comunicação no Brasil, colaborando para a manutenção do contexto já consolidado desde o CBT.

[120] UNESCO, Op.cit.

Em meio a esse cenário, de discussão e poucos avanços na regulamentação do setor, no ano de 1991 é fundado o FNDC, reunindo a representatividade de dezenas de entidades da sociedade civil, com ênfase à participação da Associação Brasileira de Imprebnsa (ABI), Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Entre os principais princípios defendidos pela entidade, que chegou a organizar 44 núcleos regionais no país, estão o controle público dos meios de comunicação de massa, a reestruturação do mercado na área de Comunicação, e a capacitação da sociedade para a construção de uma nova política cultural no Brasil. [121]

É possível afirmar, portanto, dadas as principais frentes de atuação das entidades da sociedade civil ligadas à defesa da democratização da Comunicação no país, que este debate está relacionado a três pontos essenciais: a atualização da Lei Geral de Comunicações, datada de 1962, especialmente no aspecto de revisão ou aumento do rigor no controle das concessões públicas de radiodifusão, controle público do setor através do CNC, e a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal, estabelecida pela Constituição Federal.

A abertura da exploração do espectro audiovisual brasileiro ao interesse público sempre encontrou resistências em um conjunto de forças estrategicamente entrelaçadas entre, de um lado, o poder econômico ligado às empresas de telecomunicação, e de outro, os espaços de decisão política, também relacionados aos controladores de concessões de radiodifusão no país. Tal debate foi desenvolvido no primeiro capítulo. Entretanto, esse contexto produziu efeitos sobre a dificuldade de consolidação das pautas dos movimentos de democratização audiovisual, bem como sobre o fortalecimento de instituições que agreguem apoio social a essas causas.

A atuação desses movimentos sociais conduziu negociações para a delimitação do espaço público na legislação que institui as normas para a Televisão a Cabo, e para a determinação das faixas etárias classificativas na programação televisiva. Mas a mobilização em torno da Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em 2009, gestada durante toda a década, acaba por prejudicar a inserção dos movimentos de luta pela democratização na estruturação do modelo de televisão digital brasileira. A ausência de pressão maior da sociedade civil é apontada como uma das

[121] FNDC. **Bases de um programa para a democratização da Comunicação no Brasil.** Salvador: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, 1994. Disponível em:[http://www.fndc.org.br/internas.php?p=docinst&categ_key=25] Acesso em 26 out.2012

razões para a desistência do governo federal em instituir um padrão próprio, e mesmo em avaliar mais adequadamente as perspectivas dos outros modelos oferecidos.

Independentemente das consequências, que podem ter dificultado a inserção da sociedade civil no debate da implantação da TV Digital no Brasil, o resultado da Confecom referenda uma série de princípios legitimadores do conceito de democratização da Comunicação, estabelecidos desde o Relatório McBride, e ampliados no Brasil pelo Programa do FNDC. Pode-se apontar como princípios comuns a estes três documentos a defesa dos seguintes pontos: a) reestruturação do mercado de Comunicação, eliminado os monopólios e excessivas concentrações de propriedade, e favorecendo a pluralidade de fontes e canais de informação; b) respeito à identidade cultural de cada povo, com estímulos à autonomia intelectual e a capacitação dos cidadãos para produção de conteúdo regional; c) controle público sobre o conteúdo distribuído pelos meios de comunicação.

Considerando esta relação de princípios comuns às entidades de defesa da democratização audiovisual no Brasil, entende-se que o campo de emissoras de televisão público-estatais deve ser compreendido como espaço de afirmação do caráter de diversidade da programação audiovisual brasileira, assegurando pluralidade, produção de conteúdo regional e dissociação de finalidade comercial, além de representar a efetividade da atuação do sistema público de Comunicação no país.

As TVs universitárias que hoje operam através das Instituições de Ensino Superior federais, estaduais ou regionais – assim como as TVs comunitárias –, podem ser consideradas instrumentos para a viabilização da demanda por produção alternativa, em contraposição às TVs comerciais, guiadas por outros objetivos e compromissos. As emissoras regionais, estruturadas como afiliadas de cabeças-de-rede, como é o caso do Grupo RBS (Rede Brasil Sul), operando no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em relação à Rede Globo, acabam por reproduzir um padrão tecno-estético alinhado aos interesses da corporação que ancora a programação em nível nacional. É o enquadramento natural das emissoras regionais como empreendimento inserido em um conglomerado de mídia.[122] Entretanto, após um período inicial, datado do final dos anos 1990, em que as afiliadas sofreram uma redução dos espaços locais na grade geral,

[122] FONSECA, Virginia Pradelina. **O jornalismo no conglomerado de mídia:** reestruturação produtiva sobre o capitalismo global. 2005. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

relegando os programas regionais a horários periféricos,[123] já a partir do início dos anos 2000 a regionalização passa a ser revalorizada.

Ao invés de caminhar para uma homogeneização apregoada por parte dos críticos ao avanço da globalização, as opções de produtos midiáticos – inseridas na Fase da Multiplicidade da Oferta, marcada pela diversidade de canais em televisão por assinatura – passam a atender a uma busca pelo resgate das raízes culturais, ao elo comunitário, ainda que, muitas vezes, pressionadas pelas políticas públicas.[124] "No novo mapa global, a região também passou a ser vista como estratégica, pois era nela que se encontravam o local e o comunitário. [...] A região passou, então, a ser vista como um negócio para os grupos de mídia". [125]

Desvinculadas do compromisso com uma grade nacional e dos objetivos comerciais, as TVs públicas e/ou público-estatais passam a ser um espaço obrigatório para a reflexão em torno da democratização da programação televisiva no Brasil, e mesmo da produção de conteúdos educativos e voltados à cidadania. Assim como a obrigatoriedade legal pela oferta de canais comunitários nas grades de operadoras por assinatura evidencia uma prioridade política em garantir espaço para produções audiovisuais regionalizadas, o governo federal também assume a centralidade da televisão como mídia de referência ao inaugurar em 2008 a TV Brasil, comprometida com a construção de uma grade nacional que represente, simultaneamente, as peculiaridades regionais. As televisões universitárias, especialmente aquelas ligadas às instituições sob controle estatal, também estão inseridas na lógica de valorização do conteúdo local, ao retratar as produções dos núcleos educativos em que estão inseridas, e por acumularem a característica de meio de comunicação público, diretamente relacionado à promoção da cidadania e valores culturais:

> Trabalha-se para dar estabilidade e continuidade aos projetos de TV existentes, para que se possa avançar rumo àquilo que se espera da universidade e que a televisão universitária também poderá oferecer, no futuro: a experimentação, a criação de formatos e padrões e a oferta de uma alternativa de produção televisiva voltada para a cidadania e a democratização da informação e do conhecimento, o apoio à educação e o incremento cultural nacional e local. [126]

---

[123] SOUZA, Carlos Alberto. **O fundo do espelho é outro:** quem liga a RBS, liga a Globo. 1999. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

[124] CABRAL, Eula Dantas Taveira. A grande mídia diante do local e do comunitário. In: BRITTOS, Valério; CABRAL, Adilson (Orgs.). **Economia Política da Comunicação:** interfaces brasileiras. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. p. 164-178, p. 167.

[125] CABRAL, Eula Dantas Taveira, op. cit., p. 165.

[126] ABTU, op. cit. p. 4.

O compromisso com a produção e veiculação de programação com conteúdo local está expresso nas emissoras de televisão universitária através da relação com o conteúdo acadêmico e científico característico das atividades das instituições de ensino superior. No entanto, esse perfil pode ou não estar expresso através da adoção de valores-notícia[127] que traduzam a prioridade pela temática local na linha editorial da emissora.

2.6. Os diferentes modelos de transmissão e produção

Desde o surgimento e consolidação dos primeiros canais universitários, foram constituídos diferentes modelos editoriais e estruturais nas televisões das IES. A começar pela caracterização de inserção em universidades públicas ou privadas, o que opõe, de um lado, um modelo teoricamente detentor de maior autonomia na estruturação de um perfil editorial independente, por haver menor interferência de pressão comercial, a outro mais identificado com a auto-promoção que objetiva retorno financeiro ou institucional. Essa é uma oposição que se pode definir entre prioridade pela prestação de serviço de utilidade pública, através de programação identificada com a ciência, cidadania e valores locais; e prioridade pelo interesse privado, no caso das que buscam referendar-se estrategicamente no mercado do ensino superior, através de uma programação que trabalhe valores de marketing institucional e fortalecimento das ações da entidade junto à comunidade. O que não quer dizer, contudo, que ambas as matizes caracterizadoras de um modelo majoritário (o que associa interesse público às universidades públicas, e interesse privado nas universidades particulares) não possam ser verificadas no modelo oposto. Um exemplo disso é uma universidade pública que faça a opção de centrar seu modelo editorial de televisão universitária em auto-promoção dos dirigentes, numa clara estratégia de uso político do veículo que deveria servir à instituição em sua totalidade e à comunidade em que está inserida.

No caso do primeiro modelo (independente), ainda é possível traçar distinções entre perfis editoriais, que oscilam entre as televisões essencialmente institucionais, que priorizam o trabalho de assessoria de comunicação, divulgando de uma forma

[127] TRAQUINA, Nelson. **Teoria do Jornalismo:** porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004. De acordo com Nelson Traquina, valores-notícia constituem um repertório de temas e fatos ou acontecimentos classificados hierarquicamente de acordo com a relevância atribuída pelos valores editoriais do veículo de comunicação, ou seja: definem o que é notícia, e quais são as notícias mais importantes a serem publicadas.

abrangente as atividades universitárias e utilizando-se, para isso, de servidores do quadro da instituição; as televisões-laboratório, que ancoram os programas nos resultados de disciplinas desenvolvidas pelos Cursos de Comunicação; e ainda um modelo híbrido, que mescla essas duas situações, sem identificar-se fortemente com uma ou outra.

É evidente que, ao se falar em modelo editorial independente, o objetivo é evidenciar uma relação de um órgão autônomo dentro de uma instituição pública, administrado por funcionários de carreira, que possuem condições de traçar diretrizes e dirigir o núcleo de acordo com finalidades específicas e adaptadas ao caráter de uma televisão, o que não significa, entretanto, que essas relações estejam imunes à interferência política e, portanto, a alterações editoriais resultantes de mudanças de administração nas universidades.

Avaliando-se as tipificações encontradas na pesquisa empírica sobre as televisões universitárias em atividade nas instituições estatais brasileiras, considerando essencialmente os sistemas de transmissão e produção, é possível agrupar os modelos estruturais em três grupos predominantes:

a) TVs detentoras de canal próprio aberto ou por assinatura, subdivido em:

a.1) programação unificada e transmissão em sinal aberto: modelo existente nos casos onde a emissora obteve a concessão como televisão educativa, também encontrado para emissoras de instituições privadas (caso da Ulbra TV, em Porto Alegre). É caracterizado pelo gerenciamento unificado da grade de programação, por não haver compartilhamento com outras instituições, ou – em casos atípicos, como a UFG, recém fundada e sem capacidade de estruturação de grade própria – pela ancoragem de canal público de abrangência nacional (TV Brasil). Pode ser considerado o modelo ideal de transmissão a ser atingido, por possibilitar abrangência de audiência em televisão aberta, que consiste no objetivo das negociações políticas de muitas das emissoras vinculadas aos canais por assinatura.

a.2) programação compartilhada e transmissão paga: ocorre maciçamente através da Net e demais operadoras de TV a cabo em todo o Brasil, com uma distinção ainda de exibição operacional desvinculada (envio da programação editada e gravada para ser veiculada em intervalos específicos) e exibição operacional conjugada (quando as próprias emissoras universitárias possuem autonomia de transmissão, sistema de programação independente e apenas emitem sinal à operadora de TV a cabo). É caracterizado como um Canal Universitário compartilhado por diversas instituições de

ensino superior atuantes no setor audiovisual na área de abrangência da operadora de TV paga. Apesar de não consistir em autonomia da totalidade da grade, todas as IES são consideradas detentoras do canal, por assim estarem amparadas através da Lei 8977.

b) WebTV, modelo subdividido em:

b.1) retransmissoras da programação linear: emissoras que possuem sítios na internet com janela para exibição ao vivo da mesma programação transmitida pela televisão aberta ou por assinatura.

b.2) compiladoras de vídeos selecionados: sítios estruturados especificamente para postagem de vídeos selecionados ou eventuais, não constituindo grade de programação.

b.3) canal exclusivo via web: instituições que estruturam portal para transmissão de produção audiovisual exclusivamente via internet, através de inserções ao vivo, programação linear ou esporádica.

c) Produtoras periféricas: modelo característico de instituições que mantém um núcleo de produção audiovisual, entretanto com rendimento limitado. São produtoras periféricas em comparação às TVs detentoras de canal próprio, por oferecerem programas eventuais a canais alheios, que não tem vinculação direta com a universidade, e que veiculam esses programas inseridos em uma grade gerenciada por emissora independente da instituição de ensino. Por definição, não são consideradas emissoras de televisão.

Em pelo menos 27% das TVs vinculadas à ABTU, há o modelo híbrido de transmissão simultânea pelas televisões aberta e a cabo. São os casos de TVs que obtiveram concessão de canal educativo e, com a Lei 8977, puderam também oferecer a programação no sistema por assinatura, por se enquadrarem nos critérios dos canais de acesso público. Além dessas situações, a mais comum entre as televisões universitárias é a exibição por cabodifusão junto a um *link* associado às páginas das universidades, em que são armazenados vídeos de reportagens ou coberturas especiais.

No estudo aqui apresentado, percebe-se um percentual bastante reduzido (18,1%) das emissoras público-estatais operando através do modelo híbrido. Aquelas que transmitem apenas pela internet representam 27,2%, enquanto as que transmitem exclusivamente pelo sistema fechado (TV por assinatura) representam mais da metade da amostra (54,5%), comprovando a relevância da criação da Lei da TV a cabo para a expansão das televisões universitárias no país.

2.7. SBTVD: diretrizes e o lugar das TVs universitárias

A iminência da instalação do paradigma digital na televisão brasileira impõe uma série de desafios e questionamentos, especialmente no que se refere à manutenção dos oligopólios da mídia, junto à escassa margem para discussão da democratização da programação e o restrito apoio à estruturação dos canais públicos para a nova realidade de produção e transmissão digital. A oportunidade que teve o Brasil de se tornar o país líder no desenvolvimento de um novo padrão tecnológico para as transmissões digitais, em um bloco que o uniria nações emergentes, foi perdida, mas a força de influência exercida, especialmente entre os vizinhos latino-americanos, assegura o papel estratégico da atuação brasileira. Isso envolve a definição de diretrizes não só para a implantação deste novo sistema, mas também para forjar o desenvolvimento da indústria relacionada ao setor e para determinar indicativos acerca do tratamento do dividendo digital nesses países.

Há cerca de cinco anos do chamado "apagão analógico", marcado para junho de 2016, como prazo máximo estabelecido pelo Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) para a operação simultânea dos dois sistemas, a migração para o digital até agora garante a permanência dos oligopólios, mesmo que com avanços graduais à democratização, não necessariamente ligados à digitalização.

Com o advento da TV digital, ao invés de se discutir uma ampliação dos canais públicos, com base na defesa da programação de interesse público em contraponto ao sistema comercial, a perspectiva é contrária. Os espaços já previstos pelo decreto que regulamenta o SBTVD restringem a veiculação desses programas a uma grade nacional compartilhada, havendo previsão de preservação das transmissões locais através de multiprogramação pública, neste momento oferecida apenas pela TV Cultura de São Paulo.

A instalação do Operador de Rede Pública de TV Digital, uma plataforma única proposta e financiada pelo governo federal através de parceria com a iniciativa privada, tem o objetivo de centralizar a transmissão digital dos canais públicos, buscando reduzir custos e garantir a qualidade da digitalização para este segmento.

Algumas das críticas que tem sido feitas à proposta inicial do Operador dirigem-se à limitação de característica da transmissão, oferecida somente em definição-padrão, e às restrições à operação de multiprogramação pelas TVs educativas, por conta de impedimentos legais. Tais conflitos somente poderão ser completamente avaliados na superação da atual fase de transição tecnológica, mas se tornam relevantes para projetar

instrumentos de correção das deficiências estruturais do sistema televisivo brasileiro. Manter as emissoras comerciais no nicho de alta audiência, e as de interesse público com veiculação reduzida a público de TV paga é perpetuar a desigualdade de oportunidades para a democratização. Viabilizar a digitalização sem oferecer condições de exibição qualificada às emissoras públicas também pode significar manutenção da subalternidade.

A preparação para a implantação da televisão digital no Brasil inicia ainda nos anos 1990, com as primeiras discussões políticas e estudos preliminares para definir o padrão tecnológico de transmissão. Os interesses comerciais e o poder econômico das grandes corporações estiveram à frente do processo, antes mesmo que os movimentos da sociedade civil iniciassem a inserção pela defesa do interesse público, ambiente que será fortalecido somente a partir dos anos 2000. Como já dito, as operadoras de TV a cabo ofereciam, nesta época, programação com sinal digital por satélite, com penetração muito reduzida no território nacional. Naquele período as redes comerciais de televisão iniciam as articulações para pesquisas em torno da viabilidade dos padrões digitais existentes, através de negociações entre a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e a Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET).

> O mercado receptor interno do Brasil é muito grande, com mais de 60 milhões *(sic)* de lares com televisão, e estava longe de ser evidente, seja para o governo ou para a mais ampla gama de partes interessadas, que o país devesse simplesmente adotar um dos conjuntos estabelecidos de normas e pagar os custos inerentes usando propriedade intelectual estrangeira.[128]

Em 1998, no Governo Fernando Henrique Cardoso, a Universidade Mackenzie, de São Paulo, em convênio com a Abert e a SET, começa as pesquisas com tecnologia da empresa de eletrônicos NEC Brasil. Os testes de campo foram desencadeados no ano seguinte, com a supervisão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Essa pesquisa inicial, patrocinada e centrada predominantemente nos interesses mercadológicos das grandes redes de TV, mapeou a potencialidade dos padrões disponíveis para um grupo de 55 cidades brasileiras, localizadas nos sete principais centros urbanos. Já no ano 2000, os resultados recomendavam a adoção do padrão japonês ISDB-T (*Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial*).

---

[128] GARCIA LEIVA, Maria Trinidad e STARKS, **Digital switchover across the globe: the emergence of complex regionals pattems.** Sage Publications, Glasgow Library, 2009. p.786-806. Ainda que as projeções já indiquem mais de 60 milhões de domicílios com televisão no Brasil, os índices oficiais apontam 58,6 milhões de domicílios com TV, conforme Tabela 17.

Entretanto, a ausência de discussão com a sociedade civil e a pressão dos países e empresas exploradores dos padrões norte-americano (ATSC) e europeu (DVB) fizeram com que o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva empreendesse novas negociações e estudos sobre o padrão tecnológico de televisão digital. Entre as críticas apresentadas aos testes precursores, Bolaño e Brittos (2007)[129] destacam a prioridade pelas preocupações das empresas concessionárias, a ausência de acompanhamento dos atores não-hegemônicos, a falta de estudo de recepção, a inexpressiva discussão política no Congresso Nacional e a recusa do governo brasileiro em liderar as pesquisas em torno de um novo padrão tecnológico para a América Latina, com participação de China e Índia. Em 2001, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) sugere a busca por um modelo original brasileiro, inspirado na legislação da TV a Cabo, que garantiu algum espaço para os canais de interesse não-comercial. Também neste período, especialmente em 2002, encontros e discussões políticas pontuais são feitos entre os governos do Brasil, China e Argentina, na tentativa de proporcionar pesquisas para o desenvolvimento de um padrão tecnológico comum, mas sem repercussões concretas.

Depois desta especulação, no ano de 2006, pouco antes da definição brasileira, houve uma proposta oficial da China para assinatura de um protocolo de padrão comum ao BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Apesar de identificar o potencial estratégico e econômico do acordo, o governo brasileiro já encaminhava tratativas internas para impulsionar a indústria de tecnologia complementar aos padrões preferenciais em estudo (europeu e japonês), e havia a pressão dos grandes conglomerados de mídia ligados às empresas de radiodifusão. Este setor contava com forte representação política no próprio governo, através principalmente do Ministro das Comunicações, Helio Costa, historicamente ligado à Rede Globo, o que acabou – junto aos demais fatores – afastando o país do acordo.

Em 2003, o governo federal edita o Decreto número 4901, instituindo o Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD), que tem, entre seus objetivos, “estimular a diversidade cultural, propiciar a expansão da tecnologia e da indústria brasileiras ligadas à comunicação, e facilitar o acesso de redes não hegemônicas ao padrão digital”

[129] BOLAÑO e BRITTOS, Op.cit.

(BRASIL: 2012)[130]. De acordo com o decreto, o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) compreende a plataforma de transmissão e recepção de sinais digitais terrestres de radiodifusão e imagens. O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CPqD) liderou os estudos, que estabelecem como fatores decisivos para o Brasil a elevação do nível cultural, com benefício ao telespectador, facilidade de rápida transição para o padrão digital e possibilidade de abertura para novas aplicações e interatividade. Oito universidades brasileiras inseriram-se neste projeto, com um investimento de US$ 37 milhões em pesquisa.

A ofensiva japonesa envolveu vantagens econômicas, como eliminação de pagamentos de *royalties* ao governo do Japão, além de encaminhamentos em torno de transferência tecnológica do país asiático para o Brasil, com a criação de Grupo de Trabalho Japão-Brasil para desenvolvimento contínuo da tecnologia, e também a possibilidade de ajuda financeira de bancos de desenvolvimento japoneses para implantação inicial do novo padrão. Entretanto, aliado a isso, os estudos técnicos chegam a um consenso sobre a maior resistência do sistema às características geográficas brasileiras e às possibilidades de aplicação do padrão digital à portabilidade e mobilidade.

A necessidade de empreender um período de tempo maior para o desenvolvimento de um novo padrão tecnológico que alinhasse os países do BRIC, a forte pressão das maiores redes comerciais de TV, somadas às vantagens oferecidas pelos japoneses, e ainda a possibilidade de agregar tecnologia brasileira para a incorporação da interatividade, fazem com que o Brasil referende, em 2006, a escolha pelo ISDB, o modelo japonês. É também neste ano que Brasil e Japão assinam um memorando de implementação do SBTVD-T e é publicado o Decreto 5820, que oficializa a decisão e estabelece uma série de critérios favoráveis à manutenção do interesse dos oligopólios comerciais na televisão digital brasileira. A sigla passa a se denominar ISDB-TB, como alusão àquilo que alguns denominam como padrão nipo-brasileiro, por incluir o desenvolvimento do *midlleware* Ginga, um sistema de compressão de áudio e vídeo com aplicativos para interatividade, que já é reconhecido como referência para o mundo:

[130] BRASIL. Decreto 4901, de 26 de novembro de 2003. Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 27 nov. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4901.htm] Acesso em: 17 abr. 2012.

> A peculiaridade do sistema brasileiro está no "casamento" entre a base técnica de transmissão do sistema japonês com padrões de compressão digital de áudio e vídeo, que são ainda mais modernos e eficientes. Isso permitirá a transmissão de conteúdo de altíssima qualidade para os telespectadores, simultaneamente em recepção móvel e portátil dos sinais de TV digital. Além disso, a presença de uma plataforma nacional de *midlleware*, o Ginga, permitirá o fortalecimento e expansão do mercado de produção de software e conteúdo interativo no Brasil, que é um mercado de alto conteúdo tecnológico e, portanto, de alto valor agregado. (FÓRUM SBTVD, 2011, *on line*) [131]

Quem perdeu, de forma mais imediata, com a opção pelo padrão japonês, foi o movimento social, que esperava uma melhor distribuição do espaço dos conteúdos e canais, com a reivindicação de um operador de rede – uma estrutura que centralizaria a distribuição de canais, diminuindo a autonomia das redes comerciais. Outra crítica feita ao ISDB-TB pelos movimentos de defesa da democratização audiovisual foi relativa aos custos da digitalização para a sociedade, considerando o elevado preço dos conversores que tem de ser adquiridos pelos telespectadores para os televisores analógicos. Do ponto de vista econômico, a opção representou um o veto às empresas de telecomunicações, as teles, que ficaram de fora da possibilidade de exploração deste setor. Entretanto, legislação recente aprovada no Senado Federal, abre o mercado de televisão paga à atuação destas empresas.

Ainda que representasse uma perda em termos estratégicos para a indústria de tecnologia e para a colocação política do Brasil no contexto mundial, o desenvolvimento do padrão nipo-brasileiro acabou por comprometer o governo em implantar alguma estrutura de fiscalização pública do processo, e também a necessidade de impulsionar o desenvolvimento da indústria relacionada ao setor. Na época de instalação do SBTVD, em 2003, a legislação instituiu um grupo interministerial, com representação da sociedade civil, como instância de gerenciamento, acompanhamento e avaliação das normas da TV Digital. O grupo é constituído de três Comitês: Consultivo, de Desenvolvimento e Gestor, formados por representantes de 10 Ministérios, da Anatel, do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) e da sociedade civil. É importante reconhecer, entretanto, que a delimitação dos integrantes prioriza os tradicionais setores já favorecidos nas políticas de audiovisual: radiodifusores, políticos partidários e empresas relacionadas ao serviço.

[131] FÓRUM SBTVD. **Normas brasileiras da TV Digital** garantem sucesso do sistema. Disponível na internet em: [http://www.forumsbtvd.org.br/materias.asp?id=6]. Acesso em 15 jul. 2011.

A definição legal do ISDB-TB, em 2006, estabelece a criação de uma nova instância de controle público: o Fórum Nacional do SBTVD, que tem a atribuição principal de avaliar as propostas de inovações tecnológicas e encaminhar estas análises ao Comitê de Desenvolvimento. As instâncias instituídas legalmente acabam por dar vazão, ainda que mantendo a prevalência dos interesses comerciais, à participação (mínima) da sociedade civil no processo. Apesar de algumas inserções da Fenaj e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) no processo de digitalização, as entidades relacionadas à luta pela pluralidade no setor trabalharam com maior ênfase – especialmente no período de definição do padrão a ser adotado pelo Brasil – pela realização da Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). A discussão da digitalização ficou em segundo plano, o que permitiu a ocupação do debate pelos interesses dos radiodifusores. Depois de analisar as manifestações e encaminhamentos políticos relacionados ao setor neste período, Nazário (2009)[132] nomeia as iniciativas como "frágeis articulações", afirmando que, "na essência, os movimentos das entidades da sociedade civil não implicaram em alterações no espaço público, até porque o foco principal dessas organizações não foi a digitalização".

Por outro lado, se a sociedade civil não se apropriou da discussão, com a definição da escolha do ISDB-TB, o governo brasileiro iniciou uma empreitada para desenvolver e patentear internacionalmente o *midlleware* nacional, que permite a exploração da interatividade na televisão digital. A criação do Ginga, um conjunto de sistemas produzido por laboratórios da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), conquistou reconhecimento internacional, através da aprovação pela União Internacional das Telecomunicações (UIT). Vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), e responsável pela definição das normas técnicas a serem adotadas na implantação da televisão em todo o mundo, a UIT credenciou o Ginga como *midlleware* livre de *royalties*, com circulação pública.

A partir desse reconhecimento, ocorrido em 2010, o Ginga é considerado o sistema mais avançado em operação no mundo, e uma tecnologia incorporada à negociação do padrão nipo-brasileiro com diversos outros países. Além de Argentina, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Chile, Costa Rica, Equador, Filipinas, Nicarágua, Peru e Venezuela, que já se somaram ao ISDB-TB, o Brasil também tem buscado, sem êxito, a

[132] NAZÁRIO, Paola. **TV Digital, Estado e sociedade civil:** trajetórias e perspectivas. São Leopoldo: Unisinos, 2009. 115 págs. P.89

adesão de um grupo de países da África à sua solução de TV digital. Uma recente revisão nas normas da UIT elevou o padrão do *midlleware* brasileiro, ampliando sua abrangência para países que utilizam canais de freqüência 8 MHz, além dos 6 MHz característicos do Brasil e Japão. Essa mudança permite que o Ginga seja adotado por muitos outros países e por outros fabricantes de equipamentos que utilizam tecnologia para TV digital, no mundo inteiro, fazendo com que "o ISDB-TB seja apontado como o mais flexível de todos os sistemas por responder melhor a necessidades de mobilidade e portabilidade" (Fórum SBTVD, 2011b)[133].

Após uma longa resistência, a indústria brasileira de aparelhos televisivos começou efetivamente em 2011 a produzir com o Ginga acoplado. Portarias publicadas pelo governo federal ainda em 2009 já vinculavam 5% da produção nacional de celulares, através de incentivo fiscal, à inclusão do *midlleware* brasileiro. O Ministério do Desenvolvimento estudava, em 2010, a extensão da obrigatoriedade à produção de parte dos televisores que entram no mercado a partir de 2012.

Pelas diretrizes do Decreto 5820, que define a adoção do ISDB-TB, as emissoras já detentoras de concessões na televisão aberta ganham um canal consignado, o que garante a renovação automática para a operação no sistema digital, com permissão de 10 anos a partir de 2016, ano definido como data limite para a migração total das transmissões analógicas deste sistema. A revalidação é feita sem custos adicionais às emissoras, e sem que sejam estabelecidos quaisquer critérios de regulação da programação a ser oferecida em sinal digital, seja para inserção de conteúdo local ou cultural, ou qualquer contrapartida em termos de negociação de espaço para grupos não-hegemônicos.

Ficam assegurados somente quatro canais públicos para transmissão em multiprogramação: Canal do Poder Executivo, Canal da Educação, prioritariamente para ensino à distância, Canal da Cultura, destinado a produções culturais e programas regionais, e Canal da Cidadania, para programações comunitárias e uso comum dos poderes federal, estadual e municipal. É estabelecido, através da Portaria nº 652, de 2006, do Ministério das Comunicações, o Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital (PBTVD), com previsão máxima de 2013 como ano final para início das transmissões em todo o país (Tabela 3, a seguir).

[133] FÓRUM SBTVD. **UIT avança** e aprova mais uma recomendação ao padrão nipo-brasileiro de TV Digital em 8 MHz. Disponível na internet em: [http://www.forumsbtvd.org.br/matérias.asp?id=40] Acesso em 6 jul.2011.

Em 2 de dezembro de 2007, pouco mais de um ano após a promulgação do Decreto 5820, que referendava o ISDB-TB, e antecipando os prazos previstos pelo Plano, acontece a primeira transmissão em tecnologia digital no Brasil, em uma cerimônia realizada em São Paulo, com pronunciamento do presidente Lula. As principais emissoras locais (Globo, Record, SBT, Rede TV!, Band, TV Gazeta e TV Cultura), já com estrutura tecnológica instalada, transmitiram a solenidade simultaneamente para a capital e parte da região metropolitana. A partir daí, as principais capitais do país passam a receber programação digital disponibilizada pelas grandes redes. Rio de Janeiro e Belo Horizonte foram as seguintes, pouco menos de seis meses depois, com transmissões da Rede TV!, precursora nessas cidades, seguida da Globo. As afiliadas regionais da maior rede de televisão do Brasil passam então a dar rápida seqüência à digitalização nos demais Estados, complementando a cobertura nacional entre 2008 e 2009. Entretanto, em algumas das capitais dos Estados da região Norte o cronograma está atrasado.

Também em 2009, o Ministério das Comunicações aprovou Norma Geral para Execução dos Serviços de Televisão Pública Digital (Nº 01/2009), com o objetivo de regrar a operação compartilhada dos Serviços de Televisão e de Retransmissão explorada por entes integrantes dos Poderes da União. Seis emissoras farão parte da rede nacional de comunicação pública digital: TV Brasil, TV Senado, TV Câmara, TV Justiça e os futuros Canal da Cidadania e Canal da Educação. Pela norma, o acesso à plataforma integrada de multiprogramação e multisserviços fica garantido exclusivamente aos consignatários dos canais explorados pela União ou mediante outorga. Uma determinação que restringe a possibilidade de adaptação tecnológica dos canais públicos comunitários ou não-estatais, e que também acrescenta um novo componente político à negociação das transmissões, ao estabelecer a necessidade de outorga. A conjuntura pressupõe, portanto, que mais do que a pluralidade preconizada desde o texto legal, a probabilidade atual indica reprodução do atual sistema de oligopólios da mídia verificado nas transmissões analógicas. A TV Cultura de São Paulo é a única estação autorizada a operar em multiprogramação, e exibe atualmente três dos quatro canais disponíveis.

Outro ponto que reduz drasticamente a capacidade competitiva das emissoras públicas, educativas e comunitárias é a diferença de definição de transmissão, a qual, mesmo com o custo do investimento em digitalização, será padrão para a maioria das estações não comerciais, que enfrentarão concorrentes operando em alta definição.

A exemplo das TVs comerciais, a TV Cultura explora superficialmente as potencialidades da interatividade, através do uso da internet para postagens de vídeos e comentários. Entretanto, a interatividade plena relacionada à televisão digital através dos conversores e de um canal de retorno, ainda é incipiente no Brasil. O modelo predominante limita-se à tipologia reativa, que define a escolha de conteúdos já emitidos para todos, como diferentes ângulos de imagens e informações associadas aos programas. Algumas emissoras comerciais, como Globo, SBT e Record, já experimentam sistemas mais avançados de retorno para o telespectador. Mas, para a interatividade plena, há necessidade de canal de retorno (ainda indefinido) e conversores adaptados, que permitem a participação em enquetes, a realização de compras pela televisão e a consulta a arquivos de programação.

A recente regulamentação, em 2010, da operacionalização do Canal da Cidadania na TV digital, através da Portaria 189, do Ministério das Comunicações, viabiliza o uso da plataforma digital para disposição de serviços públicos (Ministério das Comunicações, 2010)[134]. Conteúdos como cálculo de benefícios sociais, financiamentos de bancos públicos e consulta a redes de serviços básicos são algumas das possibilidades de aplicação da interatividade projetadas. Movimentos recentes da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), gestora da TV Brasil, indicam que este sistema será em breve testado, através da instalação gratuita de conversores nas residências de baixa renda, para avaliar o acesso dos usuários à plataforma de serviços do Governo Federal, de forma unificada, através da televisão digital.

Até 1º de agosto de 2011, estavam outorgados 250 canais digitais no Brasil, para retransmissoras de redes de televisão comerciais e públicas, mas em 2013, apenas 103 destes estão em funcionamento. Este contexto representa hoje no Brasil uma cobertura de 45,9% da população, o equivalente a 87 milhões de telespectadores. Entretanto, a existência de um canal com transmissão digital não garante a penetração nos domicílios, uma vez que é preciso a utilização de um aparelho conversor ou um televisor digital. A fabricação dos conversores tornou-se outro ponto de disputa política e econômica no Brasil, dada a insuficiência inicial de capacidade da indústria local em produzir a quantidade de aparelhos necessários com rapidez e custo baixo. Mas em 2010 o governo federal comemorou a redução acumulada de 84% no preço dos conversores, que agora

[134] MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Portaria nº 189**, de 12 de março de 2010 – Estabelece as diretrizes para operacionalização do Canal da Cidadania. Disponível em: [http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/comunicacao/radioscomunitarias/portaria_189_24_marco_2010.pdf]. Acesso em 13 de janeiro de 2011.

podem ser encontrados por cerca de US$ 125. Com a obrigatoriedade de inclusão do receptor de sinal digital nos televisores de mais de 26 polegadas, a expectativa é de que até 2012 todos os aparelhos de TV produzidos no Brasil sejam com sistema integrado de conversão digital. A estimativa é de que o país possua um mercado consumidor de pelo menos 80 milhões de televisores que precisarão de conversor.

Passados sete anos da assinatura do Decreto 5820, o que significa metade do prazo fixado para a instalação definitiva do padrão de televisão digital no Brasil, conclui-se que a preservação do interesse econômico produziu efeitos significativos. A abrangência do sinal digital atinge todas as capitais brasileiras, através das emissoras comerciais, predominantemente Globo e Record, presentes conjuntamente em praticamente todos os Estados.

A questão do financiamento da transição permanece como um dos principais obstáculos à efetivação de uma programação que atenda aos valores da cidadania, da promoção da diversidade e das características regionais, conforme preconizava o decreto instaurador do SBTVD. Isto porque o custo, se é elevado para todas as organizações, é muito difícil de ser assumido por aquelas que se mantêm sem conotação comercial. As primeiras estimativas previam a necessidade de investimentos em torno de US$ 375 mil apenas para a instalação de antena de transmissão, com custos totais próximos a milhões de reais, conforme a fase atual de estruturação da emissora. São valores inacessíveis às redes públicas, educativas ou comunitárias, em geral mantidas por recursos dos governos, doações ou receitas de desoneração de impostos.

3. O contexto da convergência digital nas TVs universitárias público-estatais

Neste capítulo, apresentam-se os dados específicos de resultado da pesquisa empírica desenvolvida para esta tese. Ainda que estejam referidas, em momentos anteriores, para o entendimento da conjuntura da televisão universitária no Brasil, é neste momento que serão conhecidas em sua especificidade as oito emissoras universitárias público-estatais do interior do Brasil detentoras de canal próprio.

De acordo com as definições metodológicas estabelecidas pela tese, são consideradas televisões as que possuem concessão própria do canal de transmissão (a cabo ou em sinal aberto). Chega-se ao número de oito emissoras após investigação sobre o panorama das universidades públicas federais, estaduais ou regionais localizadas em municípios do interior do Brasil, universo que totaliza 45 instituições. O contexto da convergência digital nas oito emissoras envolve a análise da estruturação técnica, de recursos humanos, o estabelecimento de um perfil editorial mínimo e as condições políticas que conferem as características de preparação das TVs universitárias constituintes do *corpus* de pesquisa, diante da iminência do paradigma digital.

3.1. TVs universitárias público-estatais do interior do Brasil: do contexto conjuntural à definição do *corpus*

A partir das delimitações metodológicas estabelecidas para esta tese, associa-se a característica de interesse público tanto a universidades federais, estaduais ou regionais, por se tratarem ambas de instituições com financiamento público e finalidades de inserção social através de serviços de ensino, pesquisa e extensão, sem fins comerciais.

Para se chegar às oito emissoras constituintes do *corpus*, foram inicialmente identificadas as universidades estaduais, federais e regionais sob administração pública (estatal) sediadas em municípios que não se constituem em capitais, delimitadas a partir de listagem do Ministério da Educação e dos governos estaduais e municipais. Não foram consideradas universidades interioranas as extensões ou campus das universidades que possuem sede nas capitais.[135] Esta pesquisa resultou em um conjunto de 45 universidades, conforme detalha a Tabela 8:

[135] A listagem completa de sites pesquisados está disponível nas Referências, à pág. 198.

Tabela 8 – Universidades públicas nas cidades do interior do Brasil

Estado	Univ. Federal	Univ.Estadual	Univ.Regional
Região Norte			
Acre	0	0	0
Amapá	0	0	0
Amazonas	0	0	0
Pará	UFOPA (Santarém)	0	0
Rondônia	0	0	0
Roraima	0	0	0
Região Nordeste			
Alagoas	0	0	0
Bahia	UFRB (Cruz das Almas)	UESC (Ilhéus) UESB (Vitória da Conquista) UEFS (Feira de Santana)	0
Ceará	UNILAB (Redenção)	URCA (Crato) UVA (Sobral)	0
Maranhão	0	0	0
Paraíba	UFCG (Campina Grande)	0	0
Pernambuco	0	UNIVASF (Petrolina)	0
Piauí	0	0	0
Rio Grande do Norte	UFERSA (Mossoró)	UERN (Mossoró)	0
Sergipe	0	0	0
Centro-Oeste			
Distrito Federal	0	0	0
Goiás	0	UEG (Anápolis)	0
Mato Grosso	0	0	0
Mato Grosso do Sul	UFGD (Dourados)	0	0
Região Sudeste			
Espírito Santo	0	0	0
Minas Gerais	UFJF (Juiz de Fora) UFLA (Lavras) UFOP (Ouro Preto) UFSJ (São João Del Rey) UFTM (Uberaba) UFU (Uberlândia) UFV (Viçosa) UFVJM (Diamantina) UNIFAL (Alfenas) UNIFEI (Itajubá)	Unimontes (Montes Claros)	0
Rio de Janeiro	UFF (Niterói) UFRRJ (Seropédica)	UENF (Campos dos Goytacazes)	0
São Paulo	UFSCAR (São Carlos) UFABC (Santo André)	Unicamp (Campinas)	Unitau (Taubaté)
Região Sul			
Paraná	UNILA (Foz do Iguaçu)	UEL (Londrina) UEM (Maringá) UENP (Jacarezinho) UEPG (Ponta Grossa) Unicentro (Guarapuava) Unioeste (Cascavel)	0
Rio Grande do Sul	FURG (Rio Grande) UFPEL (Pelotas) UFSM (Santa Maria) Unipampa (Bagé)	0	0
Santa Catarina	UFFS (Chapecó)	0	FURB (Blumenau)
Total	26	17	2
Total Geral = 45			

Fonte: autora.

A partir deste quadro, a tese desenvolveu pesquisa bibliográfica, através dos sites das universidades e do levantamento da ABTU, além de contatos telefônicos e por e-mail, verificando a existência de núcleos audiovisuais ligados a essas universidades. Foi confirmada, nesta análise ampliada (porque não dirigida à definição específica de emissora universitária) a constituição de 12 núcleos ligados às universidades federais, outros oito entre as instituições estaduais e dois em universidades regionais. No total, portanto, entre as 45 universidades sediadas em municípios fora das capitais brasileiras (conforme Tabela 8), são encontrados 22 núcleos, ainda não denominados televisões universitárias público-estatais, por não corresponderem aos critérios definidores da amostra de pesquisa para a conceituação de emissora de televisão universitária. Estes 22 núcleos estão relacionados na Tabela 9:

Tabela 9 – Núcleos audiovisuais ligados às universidades públicas fora das capitais

TV	Cidade/ Estado	Universidade	Associação
TV UFOPA	Santarém (PA)	UFOPA	-desvinculada -
UniTV	Anápolis (GO)	UEG	- desvinculada -
UFRB WebTV	Cruz das Almas (BA)	UFRB	-desvinculada-
TV UESB	Vitória da Conquista (BA)	UESB	ABTU
TV Olhos D'água	Feira de Santana (BA)	UEFS	ABTU
TV Caatinga – Univasf	Petrolina (PE)	UNIVASF	-desvinculada-
TV Universitária UFTM	Uberaba (MG)	UFTM	-desvinculada-
UFOP TV	Ouro Preto (MG)	UFOP	ABTU
TV UNIFEI	Itajubá (MG)	UNIFEI	- desvinculada -
IPTV	Juiz de Fora (MG)	UFJF	ABTU
TV UFU	Uberlândia (MG)	UFBE	- desvinculada -
TVU UFLA	Lavras (MG)	UFLA	- desvinculada -
TV UFV	Viçosa (MG)	UFV	ABTU
Unitevê	Niterói (RJ)	UFF	- desvinculada -
Unicamp TV	Campinas (SP)	Unicamp	ABTU
TV Unitau	Taubaté (SP)	Unitau	-desvinculada-
TV UEL	Londrina (PR)	UEL	- desvinculada -
TV UEM	Maringá (PR)	UEM	- desvinculada -
TV Unicentro	Guarapuava (PR)	Unicentro	- desvinculada -
TV FURB	Blumenau (SC)	FURB	ABTU
TV Campus	Santa Maria (RS)	UFSM	- desvinculada -
FURG TV	Rio Grande (RS)	FURG	ABTU
Total	**22**		

Fonte: autora

Predominantemente, os canais nas cidades interiorianas são transmitidos através do sistema por assinatura (12 no total), entre estes apenas quatro operando em transmissão simultânea pela televisão aberta, por sinal VHF. A exceção entre os modelos estruturais, conforme apresenta a Tabela 10, são as TVs com transmissão exclusiva pelo sinal aberto, em canal educativo: apenas duas, fortalecidas em seu perfil

de exceção por não possuírem canal via internet. Outro grupo numeroso inclui os núcleos estruturados em formato *web-TV* (6 casos), exclusivamente através da internet, com dois modelos: postagem de vídeos selecionados e transmissão eventual de eventos ao vivo.

As emissoras que mantém transmissão linear da programação nos canais da internet estão necessariamente associadas a um canal permanente de televisão em sinal aberto ou por assinatura. Mas, mesmo com a facilidade da perspectiva de inserção e exibição pela internet, e a viabilidade dos canais por assinatura, a dimensão estratégica mantém-se como uma preocupação das TVs de cidades do interior, que buscam garantir um espaço de maior visibilidade no espectro audiovisual pelos canais VHF. A TV UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto), que se constitui em canal de postagens de vídeos, anunciou a transmissão em sinal aberto, sem ter pleiteado o funcionamento através da TV a cabo.

Dada, entretanto, a predominância do sistema fechado, tais conclusões reforçam a relevância da Lei da TV a Cabo, conforme já foi apontado pelo estudo da ABTU para a UNESCO, para a expansão dos canais universitários no Brasil. É preciso ressaltar, por outro lado, que os núcleos audiovisuais ligados a instituições público-estatais no interior do Brasil apresentam uma série de contradições em seus modelos estruturais e de transmissão, mantendo alguns apenas a concessão para atuação como repetidoras de programação das televisões educativas estaduais, e outros ainda mantendo os canais na internet através da rede Youtube para postagem de vídeos selecionados.

Um dos modelos inéditos, que será analisado a seguir, embora não faça parte da amostra definida para o *corpus* de pesquisa, é o da Unicamp TV, a única que mantém uma grade de programação exclusiva circulando em circuito interno através de monitores instalados em pontos estratégicos do campus. Entre as demais emissoras, a situação mais comum é que, mesmo nos casos de instituições onde há um canal com forte produção e relevância regional, os pontos internos das universidades onde estão instaladas televisões reproduzam as programações de canais comerciais, ao invés do canal institucional.

O detalhamento dos sistemas de transmissão dos núcleos audiovisuais consta da Tabela 10:

Tabela 10 – Sistemas de transmissão nos núcleos audiovisuais de universidades públicas fora das capitais

TV	Ano	Canal	Sistema de transmissão	Características adicionais
TV UFOPA	2011	Youtube	Internet www.youtube.com/user/comunicaufopa	Postagem eventual de vídeos na internet
UniTV (UEG)	2010	10 (Net)	TV a cabo	Integra o canal universitário de Anápolis com matérias eventuais
TV UFU	1988	4 (VHF) 14 (Net) Sítio UFU	Sinal aberto TV a cabo Internet www.rtu.ufu.br/v1/	Opera em rede com a Rede Minas e transmite vídeos selecionados na internet;
TV Viçosa	1992	13 (VHF) Portal UFV	TV aberta Internet www.rtv.ufv.br/	Canal educativo, operava em rede com TVE (Rede Minas), ao vivo na internet;
TV Olhos D`água	1997	Portal UEFS	Internet http://tvolhosdagua.uefs.br/	Exibe vídeos selecionados na internet, e na TV Brasil
TV Universitária UFTM	1997	5 (VHF)	Sinal aberto	Compartilha canal educativo com Câmara e Prefeitura, retransmite Rede Minas
TVU UFLA	1999	13 (Aberto) 15 (UHF) 13 (Master Cabo)	Sinal aberto TV a cabo www.tvu.ufla.br	Opera em rede com a Rede Minas e transmite vídeos selecionados na internet;
UFRB WebTV	2010	Institucional	Internet tvprofissional.com/ufrb/	Postagem de videos selecionados na internet.
TV UESB	2010	4 (VHF)	Sinal aberto	Concessão de canal educativo, opera em rede com TV Brasil
TV Caatinga	2010	Institucional	Internet www.rtvcaatinga.univasf.edu.br	Transmissões eventual de eventos ao vivo
TV UNIFEI	N/E	20 (Net)	TV a cabo	Retransmissora da TVE;
IPTV UFJF	N/E	Portal UFJF	Internet http://www.ufjf.br/iptv/	Transmite somente pela internet, canais de vídeos selecionados por temática;
Unitevê	2000	17 (Net) Portal UFF	TV a cabo Internet http://www.uff.br/uniteve/	Gerencia o canal universitário de Niterói e retransmite na internet a programação ao vivo.
TV Unicamp	2000	10 (Net) Portal Unicamp	TV a cabo Internet - www.rtv.unicamp.br Circuito fechado	Programas eventuais para canal compartilhado, exibe em circuito interno.
TV Unitau	2010	Youtube	Internet www.youtube.com.br/TVUNITAU	Vídeos selecionados, aguarda concessão
FURB TV	1994	13 (VHF) 22 (UHF) 10 (Net) 11 (BTV)	Sinal aberto TV a cabo www.furbtv.furb.br	Transmite em rede com TV Brasil e TV Futura, vídeos selecionados na internet.
TV UEL	2008	40 (UHF) 115 (Sky) 40 (FlexTV) 120 (Multcidades)	Sinal aberto TV a cabo Internet www.tvuel.com.br	Transmite matérias experimentais em rede com a TVE e vídeos selecionados
TV UEM	2010	02 (Net) Portal UEM	TV a cabo www.tv.uem.br	Programa experimental na TV a cabo, vídeos selecionados na internet.
TV Unicentro	N/E	16 (Difusora) 15 (TV Cidade)	TV a cabo	Exibe programas em emissoras locais TV a cabo.
TV Campus UFSM	1996	15 (Net) Portal UFSM	TV a cabo Internet www.ufsm.br/tvcampus	Gerencia o canal universitário de Santa Maria, junto à TV Unifra, e mantém webtv ao vivo.
FURG TV	1998	15 (Net) 08 (Viacabo) Portal FURG	TV a cabo Internet www.furgtv.furg.br/	Opera o Canal Universitário de Rio Grande, e possui exibição ao vivo pela internet.

Fonte: autora. Por ordem de localização regional, do Norte ao Sul do Brasil. – N/E = Não encontrado

A tabela anterior detalha a conclusão de que, de um total de 45 universidades federais, estaduais e regionais localizadas em cidades do interior, foram verificadas 22 instituições públicas de ensino superior operando canais de televisão em alguma das três plataformas disponíveis (TV aberta, TV a cabo e webTV pela internet). Um dado comparativo obtido em pesquisa preliminar realizada para esta tese permitiu concluir que, nas capitais brasileiras, são 24 núcleos audiovisuais público-estatais (Tabela 11)[136], o que identifica um aproveitamento superior no grupo das capitais, em que as TVs estão presentes em 61,5% das instituições:

Tabela 11 – Televisões universitárias público-estatais nas capitais brasileiras

TV	Cidade/ Estado	Universidade	Associação
UFRGS TV	Porto Alegre (RS)	UFRGS	- desvinculada -
TV UFSC	Florianópolis (SC)	UFSC	ABTU
TV UDESC	Florianópolis (SC)	UDESC	- desvinculada -
UFPR TV	Curitiba (PR)	UFPR	- desvinculada -
TV UniRIO	Rio de Janeiro (RJ)	UniRIO	- desvinculada -
TV UERJ	Rio de Janeiro (RJ)	UERJ	- desvinculada -
TV UFRJ	Rio de Janeiro (RJ)	UFRJ	- desvinculada -
TV USP	São Paulo (SP)	USP	ABTU
TV UNIFESP	São Paulo (SP)	Unifesp	- desvinculada -
TV UEMG	Belo Horizonte (MG)	UEMG	- desvinculada -
UNB TV	Brasília (DF)	UNB	- desvinculada -
TVU	Campo Grande (MS)	UFMS	- desvinculada -
TVU	Cuiabá (MT)	UFMT	- desvinculada -
UFC TV	Fortaleza (CE)	UFC	- desvinculada -
TV UECE	Fortaleza (CE)	UEC	- desvinculada
TVU	Recife (PE)	UFPE	Abepec
TV UFBA (inativa)	Salvador (BA)	UFBA	- desvinculada -
TV UEBA	Salvador (BA)	UEBA	- desvinculada -
TV UFPB	João Pessoa (PB)	UFPB	ABTU
TVU	Natal (RN)	UFRN	- desvinculada -
TV UFAM	Manaus (AM)	UFAM	ABTU
TV UFG	Goiânia (GO)	UFG	- desvinculada -
TV UFES	Vitória (ES)	UFES	- desvinculada -
TV UFS	Aracaju (SE)	UFS	- desvinculada -
Total		**24**	

Fonte: autora

[136] Em pesquisa preliminar realizada por esta tese, foram identificadas 39 universidades federais e estaduais sediadas nas capitais brasileiras, de acordo com os sites do Ministério da Educação e dos governos estaduais. Entre estas 39 instituições, 24 possuem núcleos audiovisuais.

Em contraponto ao aproveitamento percentual, o associativismo, que pode estar relacionado a uma inserção nas discussões políticas do setor, está mais bem representado nas emissoras do interior: das 22, oito estão vinculadas à ABTU. Entre as universidades das capitais, duas são associadas à Abepec, e apenas outras quatro são vinculadas à ABTU (TV UFAM, TV UFSC, TV UFPB e TV USP). Restam 19 dos mais significativos canais universitários do Brasil (por veicularem programação das universidades federais, reconhecidamente as que reúnem as maiores comunidades em suas áreas de ação) sem ligação com entidades representativas, portanto, ausentes das estatísticas atuais dessas associações.

Devido às particularidades de estruturação e operação, muitas contradições marcam as atividades dos núcleos produtores de audiovisual situados nas universidades públicas. Neste levantamento inicial, foram observadas discrepâncias no volume de produção de alguns núcleos, que não seria suficiente para caracterizar a consideração desse tipo de atividade como uma TV universitária. Enquadram-se nessa situação as TVs pertencentes à categoria de produtoras periféricas, ou de web-TV compiladora de vídeos selecionados, e ainda as que estão estruturadas somente por transmissão pela internet, por já surgirem em contexto de convergência.

A partir desse critério, definiu-se a amostra de emissoras como as detentoras de canal próprio ou co-administradoras de canal compartilhado, que assim serão reconhecidas para a constituição do *corpus* de pesquisa. São excluídas, portanto, do grupo de 22 núcleos audiovisuais encontrados fora das capitais (Tabela 9), a TV UFOPA, IPTV (UFJF), TV UFRB e TV Unitau, por serem compiladoras de vídeos selecionados para os canais mantidos na internet, as TVs UFOP, TV Olhos D'água (UEFS) e TV Caatinga (UNIVASF), por serem *web-tvs* em operação apenas pela internet, e as TVs Unitv (UEG), UNIFEI, UEL, UEM, TV Unicamp e Unicentro, por serem produtoras periféricas de conteúdo eventual para outras emissoras detentoras de canal de transmissão. A TV Universitária da UFTM, apesar de possuir concessão desde 1997, configura-se como emissora educativa estatal, retransmitindo a programação linear da Rede Minas, sem produção própria, não contemplando os critérios de definição de televisão universitária público-estatal.

Além de não sustentar programação consistente para estruturar uma grade com autonomia, as TVs não contempladas na amostra exibem programas ocasionais, não constituindo uma produção significativa, que consista em programação periódica da

emissora. Considerando ainda definição da ABTU,[137] que se refere a uma programação eclética, o que significa consistência e diversidade de produção, e a própria categorização desenvolvida por esta tese, que propõe a definição de emissoras detentoras de canal próprio, serão avaliadas aquelas que mantém uma grade própria, capaz de estruturar intervalo de exibição permanente, ainda que incluído na contingência de um canal de compartilhamento, o que representa as demais TVs universitárias integrantes do grupo localizado fora das capitais. Tem-se, então, um grupo de oito canais de televisão universitária ligadas às IES públicas nos municípios do interior:

Tabela 12 – As oito emissoras de televisão universitária público-estatal fora das capitais

***Corpus* da Pesquisa**
TV UFU – Universidade Federal de Uberlândia (MG)
TV UFV – Universidade Federal de Viçosa (MG)
TV FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau (SC)
TV Campus – Universidade Federal de Santa Maria (RS)
FURG TV – Fundação Universidade de Rio Grande (RS)
TVU UFLA – Universidade Federal de Lavras (MG)
Unitevê – Universidade Federal Fluminense (Niterói -RJ)
TV UESB – Universidade Estadual Sudoeste da Bahia (BA)

Fonte: autora. Por ordem cronológica de inauguração do canal.

Delimitado, portanto, o caminho e a definição do *corpus*, estes oito casos serão avaliados e estudados em suas peculiaridades, de forma a delinear características técnicas, estruturais e políticas que permitam cercar um padrão tecno-estético característico de cada uma das emissoras. Entende-se o conceito como estratégico para o posicionamento das TVs universitárias público-estatais como alternativa à produção hegemônica. A partir dos procedimentos metodológicos, foram definidas para observação participante as redações de três emissoras, atendendo aos seguintes critérios: representatividade regional no país, viabilidade de pesquisa presencial e consolidação da emissora como detentora de canal próprio, ou seja, gerenciadora de conteúdo independente para ser analisado. Constituíam o grupo as TVs UESB, UFV e TV Campus (UFSM). Devido às dificuldades de acesso e de financiamento para os deslocamentos necessários, a pesquisa presencial à TV UESB, sediada em Vitória da Conquista (BA), foi inviabilizada, sendo contemplada através de entrevistas por telefone

[137] ABTU, op. cit.

com o diretor técnico, Moisés Cajaíba, e por questionário respondido pela coordenadora de Relações Públicas, Carol Freire.

3.2. Contexto estrutural-político e a preparação para a convergência

A convergência, enquanto processo de proposição de uma nova relação entre o veículo de mídia e seu público, é uma realidade ainda distante das TVs universitárias. As dificuldades de transição estrutural para o modelo de televisão digital estão acompanhadas pelas escassas iniciativas de estímulo à interatividade e ao desenvolvimento de um processo participativo de produção. Os procedimentos adotados pelas TVs universitárias público-estatais estão marcados pela incipiência em inovação e pela rasa capacidade quantitativa de produção – salvo exceções que confirmam a regra – atestando um contexto de limitações para o processo de convergência digital.

Apesar de – conforme será verificado de acordo com os dados levantados – a maioria das TVs já estar operando com produção digital, algumas com parte da estrutura em alta definição, as defasagens operacionais e de sistemas de transmissão, que prejudicam a qualidade do sinal de programação, impediriam neste momento uma inserção qualificada no SBTVD. Alguns novos modelos de interação com o telespectador, como o uso das redes sociais para questionamentos e sugestões de pautas, têm sido testados. Uma ressalva para o melhor aproveitamento técnico do sinal digital seria a possibilidade de um sistema de transmissão associado ao novo espectro que eliminasse eventuais interferências no sinal das programações emitidas por antenas próprias, o que favoreceria a qualidade de imagem das TVs universitárias.

No aspecto da discussão política, inicialmente há um desconhecimento generalizado a respeito das possibilidades de inserção das televisões universitárias no sistema digital, até porque há também falta de informações sobre a implantação do SBTVD e da própria transição para a televisão digital. Observa-se, fundamentalmente, atuação em duas frentes. Na primeira, o ativismo da ABTU junto ao governo federal, no sentido de negociar espaço dirigido às emissoras universitárias no SBTVD, o que, em princípio, atenderia a interesses privados muito mais do que públicos, se for analisada a composição do grupo de universidades associadas à entidade. Por outro lado, e como segunda frente, há o empenho político de algumas das emissoras ligadas a instituições públicas em obter concessões de canal educativo em sinal aberto, o que eliminaria a permanência em audiência segmentada, independente da migração para o espectro digital.

A definição por uma programação alinhada ao conteúdo local ou às temáticas da cidadania passa pelo modelo editorial adotado pelo canal de televisão, e pelo viés jornalístico inserido de forma contundente nas ações da emissora. Por esse motivo, paralelo ao fato de que as direções de departamentos estatais (como é o caso das universidades) estão sempre atreladas a uma conotação política, e não necessariamente técnica, uma das hipóteses trabalhadas é de que a função de assessoramento e divulgação das atividades institucionais e mesmo administrativas da universidade tenham maior visibilidade em relação a pautas relacionadas a uma linha editorial que tenha ao menos intencionalmente a pretensão de trabalhar valores de interesse público. Considera-se, nesse caso, que exista uma linha editorial pré-determinada politicamente pela direção, mas se admite também a possibilidade de não haver uma definição editorial objetiva em muitas das televisões universitárias.

É preciso ressaltar ainda que o desenvolvimento do padrão tecno-estético das televisões universitárias públicas está alinhado ao binômio limitação-experimentalismo, o que significa dizer que as restrições em condições técnicas devem ser entendidas como um dos fatores de não correspondência ao padrão hegemônico, assim como a despreocupação com as implicações de alta audiência e das relações econômicas resultantes da publicidade podem favorecer a adoção de um perfil alternativo, seja em formato ou conteúdo de programação.

Anterior a essa questão, está o fato de que algumas das televisões universitárias não precisarão preocupar-se com a transição para o paradigma digital, caso optem pela opção política de permanecer na televisão a cabo, que não terá migração direta, como acontecerá com os canais de sinal VHF e UHF em 2016. Entretanto, para as emissoras universitárias que hoje detêm concessões de canal educativo, a adequação é obrigatória. Independente da negociação política, que pode apresentar uma oportunidade histórica de colocação estratégica da programação das TVs universitárias, o desconhecimento acerca das condições e possibilidades que a iminência do paradigma digital apresenta constitui-se como barreira à modernização dessas emissoras para a inserção na nova realidade. A oportunidade de oferecer maior interatividade e estruturar uma programação adequada às peculiaridades do sistema digital passa por treinamento dos servidores técnicos e por investimentos em modernização dos equipamentos, o que parece não estar se constituindo em preocupação atual dos administradores.

3.2.1. A pioneira em transição gradativa: TV UFU

A televisão universitária da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a exemplo da própria instituição, já consolidada como uma das principais universidades do interior do Brasil, conquistou um espaço de relevância regional, mesmo antes da criação da Lei da TV a cabo, que assegurou o espaço das TVs universitárias, em 1995. Nos mesmos moldes da TV da UFPE, primeira emissora pública do Brasil, a TV UFU foi fundada em 1988, passando a funcionar a seguir como retransmissora da TVE, ou seja, como canal educativo na televisão aberta. De acordo com a definição da amostra resultante no *corpus* da pesquisa, esta é a televisão universitária pioneira em instituição de canal com programação própria em uma universidade estatal fora das capitais brasileiras.

Em 1996, a TV UFU passou a ser considerada retransmissora mista e iniciou as transmissões também pela televisão a cabo, e a partir de 2002 já foi considerada emissora geradora. Hoje a TV UFU opera pelo canal 4 VHF, e pelo canal 14 da Net operadora de TV por assinatura, ambos através de sinal analógico. Trata-se, portanto, de uma emissora regional educativa, que transmite nas duas plataformas, concretizando a forma de atuação que ainda é pleiteada pela maioria das TVs universitárias nas cidades interioranas.

O caráter regional da TV UFU está relacionado à característica de descentralização da própria universidade, que possui campi nas cidades de Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas. Os projetos e ações realizados nessas sedes também são pauta dos programas e reportagens da televisão. A demanda por conteúdo local é suprida pela emissora até mesmo frente às necessidades das emissoras estaduais, já que o material produzido pela TV UFU, segundo os coordenadores da emissora, é frequentemente solicitado e aproveitado pelas grades da Rede Minas e da TV Brasil.

Outros dois fatores associados à emissora, comuns às universitárias, são o modelo de financiamento e administração, mantidos por uma fundação independente da UFU, e a integração do trabalho e equipe da TV à Rádio UFU. A Fundação Rádio e TV Universitária (RTU) administra o núcleo, mantendo exclusivamente para a televisão um grupo formado por 26 servidores e dois estagiários: jornalistas (05), editores (05), cinegrafistas (04), operadores (03), técnicos em manutenção (02), tradutores de libras (02), designer, diretor de programação, administrador da videoteca, engenheiro de telecomunicações e produtor. Além deste quadro, há funcionários que trabalham para a rádio em projetos conjuntos com a televisão.

A TV da Universidade Federal de Uberlândia, ao contrário das demais TVs universitárias pesquisadas, desenvolveu um planejamento gradativo da digitalização de sua estrutura técnica, implantado há pelo menos três anos, entretanto esta transição não esteve acompanhada de instrumentalização para o desenvolvimento de conteúdos específicos para a televisão digital, nem mesmo para alternativas incipientes relacionadas à interatividade, como a inserção nas redes sociais. O site da Fundação RTU, que objetiva manter integradas as programações ao vivo da Rádio e da TV, está em manutenção e atualização há pelo menos um ano, e a previsão de voltar a veicular programas em agosto de 2012 foi adiada novamente.

O projeto de atualização para a digitalização foi feito através de visitas organizadas em grupos de servidores a emissoras comerciais que já utilizam o sistema digital em Minas Gerais. O diretor de programação, professor Lucimar de Ávila, relata como foram desenvolvidas as atividades seguintes:

> Posteriormente, optou-se por realizar treinamentos paulatinos à medida que novos equipamentos fossem chegando. Assim, na mudança do sistema linear para não-linear foram oferecidos cursos aos editores; na chegada das novas câmeras foram fornecidos treinamentos aos cinegrafistas; agora, com a implantação do sistema de máster digital, está sendo oferecido treinamento aos operadores de máster, aos cinegrafistas, aos jornalistas e aos editores para que todos possam se adequar ao novo formato de trabalho. [138]

Entretanto, de acordo com as informações do próprio diretor, a adaptação foi realizada apenas no aspecto técnico de edição e operação dos equipamentos. A interatividade ainda não está associada aos programas, nem mesmo através do site ou das redes sociais, e a transmissão não é disponibilizada pelo sistema digital por não haver possibilidade de financiamento através da Fundação. Uma das expectativas da direção é que o Curso de Comunicação Social, que não desenvolve projetos diretamente relacionados à rádio ou à televisão institucionais, mas mantém estagiários atuando nas emissoras, possa intermediar a aquisição dos equipamentos necessários à complementação de estrutura de produção e transmissão. A contratação temporária de um engenheiro em telecomunicações foi feita para dar suporte às adequações.

As seis câmeras para filmagens externas foram adquiridas recentemente, todas em sistema de alta definição (HPX 170 ou 300 Panasonic), a edição é realizada em sistema não-linear digital, e o sistema Master está sendo atualizado, incluindo mesas de

[138] ÁVILA, Lucimar de. **Questionário respondido pelo diretor de Programação** da TV UFU à pesquisadora. 15 jul. 2012.

captação e de saída no padrão digital. “Operamos, internamente, em um sistema misto entre analógico e digital, restando na parte interna apenas a substituição do sistema de captação digital de estúdio, o que obrigará nova modernização das ilhas de edição”, salienta o professor Ávila. No total, somente nesta estrutura foram investidos cerca de R$ 700 mil ao longo dos últimos três anos, restando ainda cerca de R$ 800 mil, segundo os cálculos da coordenação, para implementar o sistema de transmissão digital.

A temática regional, com a produção de conteúdo local, é considerada uma das prioridades da emissora, sendo secundária somente à divulgação científica diretamente relacionada às atividades da universidade e seus campi. No estatuto da Fundação, os objetivos da Televisão Universitária da UFU podem ser agrupados em quatro núcleos de referência, nesta ordem de prioridade: divulgação de programas de interesse científico e cultural; promoção das potencialidades regionais ligadas à universidade e à comunidade; divulgação dos eventos e atividades relacionados à UFU e às instituições da região; promoção de estágios e colaboração no desenvolvimento científico da UFU e tecnológico da região, exercendo atividade de extensão. Para Ávila,

> as vantagens de se ter um canal local são enormes, e vão desde a possibilidade de tratamento de especificidades ligadas à Universidade e seu escopo de abrangência, ou seja, uma região ampla, bem como na geração de conteúdo e informações inerentes às diversas regiões, que poderão subsidiar as emissoras estaduais e a rede nacional. [139]

A grade de programação da TV UFU é estruturada fundamentalmente nas transmissões ao vivo com reprises semanais, centradas na atuação dos jornalistas servidores da instituição. Os programas que ancoram a programação diária são um telejornal e boletins de notícias (Pílulas), além de um programa compartilhado com a Rede Ifes, possuindo os demais programas estreias semanais com reprises. Este nível de produtividade identifica uma baixa capacidade de produção própria consistente pela emissora, que no restante da grade opera em rede com a TV Minas, a emissora estatal retransmissora da TV Brasil. Entretanto, em contraponto, é importante ressaltar que esta grade concentra uma produção desenvolvida com autonomia pela instituição, o que é possível verificar a seguir que se diferencia das emissoras que conseguem estruturar uma programação consistente, baseada em parcerias e compartilhamento de conteúdos com outras universidades e instituições.

[139] ÁVILA, Op.cit.

Tabela 13 – Descrição dos Programas da TV UFU

Programa	Periodicidade	Temática	Perfil técnico	Perfil editorial
Telejornal	Diário, de segunda a sexta-feira.	Jornalismo/ Esportes/ Eventos	Estúdio fixo, apresentador, cinegrafista, switch. Gravado	Reportagens de atividades da UFU e da região.
Entrevista	Semanal com reprise	Variedades/ Polêmicas	Estúdio fixo, apresentador, cinegrafista, switch. Gravado	Pauta local ou regional, não necessariamente acadêmica.
Musical	Semanal com reprise	Cultura/ Variedades	Estúdio fixo, apresentador, cinegrafista, switch. Gravado	Divulgação cultural
Entrevista com o Reitor	Semanal com reprise	Pesquisa, Ensino e Extensão	Estúdio fixo, apresentador, cinegrafista, switch. Gravado	Divulgação e transparência das ações da Reitoria
RedeIfes	Diário	Pesquisa, Ensino e Extensão	Cedido pela TV UFPR	Integração das ações das IFEs
Pílulas	Diário	Jornalismo	Externo, gravado, repórter e cinegrafista.	Atualização da comunidade, UFU e moradores da região.
Artes Plásticas	Semanal	Cultura/ Variedades	Estúdio e Externa, entrevistas, cinegrafista, repórter.	Divulgação cultural
Esportes	Semanal	Esportes/ Jornalismo esportivo	Estúdio, cinegrafista, repórter.	Divulgação institucional dos atletas da região.

Fonte: autora

No plano da administração e do financiamento, a emissora está atrelada à Fundação RTU, que mantém o quadro de servidores terceirizados, com apoio institucional do Curso de Comunicação Social para desenvolvimento de estágios e aulas práticas. Esta estrutura caracteriza um modelo de gestão privado da emissora, considerando adicionalmente o fato de não haver Conselho de Programação ou Curador, o que inviabiliza o reconhecimento da televisão universitária da UFU como uma TV de controle público, tanto do ponto de vista administrativo quanto de manutenção financeira. Por ser mantida, entretanto, com verbas da Universidade repassadas à Fundação, e por estar associada à estrutura institucional da UFU, é categorizada como público-estatal, de acordo com as definições conceituais apresentadas.

Observando-se, finalmente, um potencial de consolidação como alternativa à programação local não ofertada pelos canais comerciais de Uberlândia, compreende-se a TV UFU em atualização gradual às necessidades de definição de padrão técnico, enquanto permanece atrelada às limitações características das TVs universitárias quanto a modelos de financiamento e experimentação, especialmente na relação com a interatividade.

3.2.2. Comunitária com pretensão regional: TV Viçosa

Uma televisão universitária, administrada por uma fundação de direito privado, com abrangência e perfil editorial comunitários, mas dotada de pretensões regionais. Assim pode ser resumida a história e a projeção de futuro da TV Viçosa, ligada à Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Minas Gerais. Situada em uma pequena cidade de 70 mil habitantes, que tem na universidade a principal instituição geradora de desenvolvimento, a TV Viçosa foi fundada em 5 de junho de 1992, no período anterior à Lei da TV a cabo, razão pela qual estruturou-se como canal educativo, a exemplo da TV UFU.

Como é tradicional entre os canais universitários, na UFV a estruturação de uma televisão ligada à instituição de ensino surgiu por iniciativa pessoal, neste caso do Reitor à frente da universidade na década de 1990. Neste período, iniciaram-se os estudos para a obtenção de um canal educativo para a UFV: naquela época, ainda não havia a Lei da TV a cabo, o que obrigava a concessão do canal educativo a uma fundação. Para isso foi criada a Fundação de Rádio e Televisão Viçosa (Fratevi), de direito privado. Entretanto, a Fratevi, como em vários outros casos, é apenas uma instituição "de fachada", considerando-se que a manutenção, equipamentos, patrimônio, instalações e servidores são mantidos pela UFV. Em função disso, apesar de os próprios administradores defenderem o reconhecimento da TV Viçosa como emissora privada, para o entendimento deste trabalho deve ser considerada um canal público-estatal. "É preciso que se tenha claro que a fundação é de direito privado, portanto não é uma TV pública"[140], afirma o diretor da Fratevi.

Sobre esse debate, é preciso considerar que, ao mesmo tempo em que a concessão é de uma fundação, a TV está indissociavelmente ligada à universidade pelo patrimônio, manutenção, espaço físico e da própria produção de conteúdo, portanto trata-se de uma contradição que indica a impossibilidade de desvincular-se o caráter público da TV Viçosa, em sua relação visceral com a UFV.

> O Reitor queria ter uma TV, esse interesse partiu integralmente da administração da universidade, então a universidade se responsabilizou pela TV. O Reitor queria fazer uma TV para Viçosa: através da UFV não pode, através de uma fundação sim, portanto crie-se a fundação. Tudo legalizado, registrado, aí tem a grande vantagem: a universidade comprou todos os equipamentos, contratou as pessoas,

[140] SIQUEIRA, Carlos Mafra. **Entrevista concedida pelo diretor da Fratevi** à pesquisadora. UFV, Viçosa (MG). Viçosa, dezembro 2011.

cedeu espaço físico, redirecionou servidores. [141]

Trata-se de uma situação diversa da TV UFU, ainda que ambas sejam administradas por fundações de direito privado, visto que toda a estrutura de equipamentos da TV UFU foi adquirida e vem sendo atualizada através de recursos da Fundação RTU, assim como o corpo de funcionários é terceirizado, diferentemente da TV Viçosa, que recebe investimentos diretos da UFV para manutenção e é gerida por professores e servidores da própria universidade.

A TV Viçosa, inaugurada oficialmente em 5 de junho de 1992, completou 20 anos em 2012, e é anterior à criação do Curso de Jornalismo, que tem 10 anos na UFV. A ausência de formação específica e corpo acadêmico da área na universidade gerou uma distorção durante a primeira década, quando a televisão foi dirigida por professores com formação em Veterinária, Administração e Economia. Com esta situação e a falta de gerenciamento técnico na Fratevi, tanto as questões de produção de conteúdo quanto de administração foram improvisadas durante vários anos, o que acumulou dívidas e um sucateamento da televisão, que começam a ser recuperados há cerca de 5 anos.

> Quando assumimos, em 2008, o caixa estava zerado, os salários atrasados, uma situação muito difícil: ações trabalhistas, dívidas da ECAD - que tivemos de parcelar -, taxas da Anatel vencidas. Tivemos de pagar para regularizar a situação das antenas, contratamos engenheiros e conseguimos equilibrar. Hoje nós estamos até em uma situação boa, com os Conselhos constituídos, atuantes, com um relatório favorável do MP, somos capazes de gerir nossas contas, honrar nossos compromissos, com reserva.[142]

O saneamento administrativo e financeiro trouxe a possibilidade recente da TV Viçosa projetar o alcance do objetivo inicial idealizado pelo Reitor: tornar o canal televisivo da UFV uma referência regional. Hoje a TV Viçosa já possui a outorga de outro link de microondas para fazer a expansão das transmissões para Araponga, cidade vizinha a Viçosa, que está situada a uma altitude de 1.500 metros, o que facilitaria a expansão do sinal para até 19 municípios. Inicialmente, a projeção é de que a programação chegue a sete municípios do entorno de Viçosa, para a partir daí ser expandida. Uma das principais razões trabalhadas editorialmente pela equipe da TV Viçosa é também a condição em que diretores e técnicos acreditam que a emissora agregaria vantagem para conquistar audiência regional: o fato de não haver jornalismo

[141] SIQUEIRA, Op.cit.
[142] NENO, Luiz. **Entrevista concedida pelo Diretor da TV Viçosa** à pesquisadora. Viçosa (MG), UFV. Dezembro, 2011.

local em toda a região destes 19 municípios. Uma pesquisa recente realizada pela UFV indicou que o público telespectador da TV Viçosa interessa-se majoritariamente por programas e notícias locais, especialmente através do telejornal diário. As televisões comerciais afiliadas às grandes redes retransmitem o noticiário de cidades maiores, como Belo Horizonte, Juiz de Fora, Contagem e Betim.

> A gente tem trabalhado nesta perspectiva: de que a comunidade se veja na TV. Estamos fazendo muito programa ao vivo, na periferia, melhoramos a qualidade do sinal e fortalecemos o jornal regional, que vai ao ar todo o dia de segunda a sexta. O resultado é que as pessoas ligam, temos recebido muito retorno, o jornalismo é muito representativo, então fortalecemos e incluímos mais enquetes. Aqui é uma cidade pequena, então as pessoas se vêem, se identificam, comentam entre si. [143]

O perfil editorial comunitário é reforçado através de uma das parcerias mantidas pela TV Viçosa com a Câmara de Vereadores Municipal, que contempla também uma alternativa de financiamento. Ao invés de estruturar um canal legislativo, que seria viável legalmente através da TV a Cabo, o Poder Legislativo local optou por transmitir as sessões na TV universitária. Semanalmente, as sessões são transmitidas ao vivo por televisão e rádio, com reprises nos finais de semana. A locação de equipamentos e o trabalho dos servidores são reumerados pela Câmara, o que se reverte em apoio cultural para a TV. Esta é uma das formas de financiamento que vem sendo buscadas pela emissora da UFV como alternativa à possibilidade de saneamento financeiro e ampliação dos investimentos necessários à modernização. O fato de se tratar de um serviço prestado à população, com a transmissão das sessões legislativas, reforça o vínculo comunitário e regional trabalhado pela TV Viçosa.

A questão do financiamento envolve um dilema característico das TVs públicas, que acaba resolvido com relativa autonomia, principalmente através das parcerias denominadas apoios culturais, mas que, muitas vezes, consistem em patrocínio direto. Além da venda da grade às transmissões da sessão legislativa, pelo menos outros dois programas da TV Viçosa são disponibilizados por produtoras independentes que investem cotas mensais na emissora.

> Nós abrimos espaço na nossa grade para produções independentes, que pagam para entrar: tem os patrocinadores próprios, dentro das regras da televisão educativa, não tem bebida alcoólica, cigarro ou varejão. Eles pagam um valor mensal e entregam a produção pronta.
> É interessante porque entra recurso e é produção local, aumenta a

[143] FRAGA, Kátia. **Entrevista concedida pela Coordenadora de Programação** da TV Viçosa à pesquisadora. Viçosa (MG), UFV. Dezembro, 2011.

> audiência. Como somos ligados à universidade, ficamos restritos à estrutura da universidade, veículos, carga horária dos servidores, então estes programas atendem aos eventos que acontecem fora de Viçosa nos horários mais inusitados. Isso pra nós é ótimo. [144]

Aquilo que é interessante do ponto de vista da auto-sustentabilidade para a emissora é, entretanto, irregular para o propósito das TVs públicas, mas tem também de ser reconhecido como uma realidade em muitas das emissoras universitárias, especialmente as ligadas a instituições privadas. Em universidades públicas, trata-se de uma distorção ainda mais grave, ao se observar que a grade de programação deveria ser voltada à programação de representação diversificada e sem finalidades lucrativas. Esta contradição está relacionada principalmente à necessidade de manutenção das emissoras universitárias, à falta de uma definição precisa das fontes de financiamento e à precariedade das administrações das fundações que coordenam estas emissoras.

Tabela 14 – Descrição da grade de programação da TV Viçosa

Programa	Periodicidade	Temática	Perfil técnico	Perfil editorial
Sala Especial	Três vezes na semana	Jornalismo/ Variedades	Estúdio fixo, produtor, apresentador, switcher, cinegrafista. Ao vivo.	Entrevistas com professores, pesquisadores, personalidades e autoridades locais.
Estúdio Acústico	Diário	Música/ Cultura	Estúdio fixo, produtor, apresentador, switcher, cinegrafista. Ao vivo.	Abre espaço para bandas, cantores e atrações musicais da cidade, para apresentação, divulgação de shows e entrevistas.
Jornal Regional	Diário	Jornalismo	Estúdio fixo, apresentador, cinegrafista, switcher. Ao vivo.	Noticiário local da UFV e da cidade de Viçosa, previsão do tempo.
Te Vi na TV	Bi-semanal	Variedades	Produtor independente	Cobertura de eventos, entrevistas.
Marcos Barbosa Show	Bi-semanal	Variedades/ Cultura	Produtor independente	Entrevistas com personalidades da cidade.
MultShop	Semanal	Vendas	Produtor independente	Divulgação do comércio local, com humor.
Sessão Legislativa	Semanal	Política	Gravação externa, cinegrafista, switcher. Ao vivo.	Transmissão das sessões legislativas da Câmara de Vereadores de Viçosa.

Fonte: autora.

A potencialidade de explorar um canal de televisão com uma grade disponível para preenchimento integral oferece uma disponibilidade de repercussão valiosa para as cidades do interior, que em geral restringem seu noticiário local ao rádio e ao diminuto espaço reservado nas transmissões televisivas de uma retransmissora de grandes redes

[144] NENO, Luiz. **Entrevista concedida pelo Diretor da TV Viçosa** à pesquisadora. Viçosa (MG), UFV. Dezembro, 2011.

comerciais. Na televisão aberta, a potencialidade de repercussão comunitária e local da TV Viçosa não só é concreta como está sendo reconhecida e valorizada pela própria Fratevi, que visualizou as possibilidades de exploração desta emissora. O uso adequado ou distorcido das características dessa emissora público-estatal, que reproduzem a situação encontrada nas TVs universitárias, é a questão que deveria ser objeto de alinhamento.

A coordenadora de programação da TV Viçosa, Kátia Fraga, também professora do Curso de Jornalismo da UFV, relaciona as limitações de recursos humanos e técnicos, assim como a falta de fonte de financiamento, à precariedade da grade da TV e às distorções verificadas nas negociações de horários cedidos a produtoras.

> Nós somos uma TV educativa, temos uma concessão de uma fundação, mas não temos recurso, não temos um quadro de pessoal para que a gente tivesse uma grade de programação à altura do que deveria ser uma TV educativa. Essa TV hoje funciona com uma parceria muito intensa com a universidade, que injetou investimento aqui, quando pudemos atualizar equipamentos, melhorar a estrutura, conseguimos reestruturar a fundação, desenvolver parcerias e convênios e manter programas locais que hoje estruturam uma programação bacana. Hoje a gente só não tem mais programas por falta de recursos financeiros e humanos, independente disso hoje temos uma boa audiência, cobrimos muitas solicitações, a gente está sempre atento ao que se passa na universidade e na cidade. Cultura, cidadania e comunidade são nossos três eixos. [145]

Além da vinculação com as pautas comunitárias, o perfil editorial alinhado à temática local é um eixo bastante demarcado na TV Viçosa. A oportunidade de ser o único canal televisivo a divulgar notícias da cidade e da microrregião no entorno de Viçosa motivou a estruturação de uma programação com ênfase no retorno daquilo que o público quer ver na TV. Uma das linhas definidas a partir desta diretriz é a restrição à reprodução do noticiário estadual, ou vinculado à capital e às grandes regiões metropolitanas de Minas Gerais.

> Tudo que puxar do nacional ou internacional tem de regionalizar. O que interessa para o público são as coisas daqui: o buraco que a prefeitura não tapa, o posto de saúde que não tem médico, a previsão do tempo... a gente tem tido este retorno. Atendemos às demandas da universidade, que sejam representativas, mas também saímos do campus para falar das coisas da cidade: vamos à praça, a alguma comunidade, muita coisa de dentro da Câmara de Vereadores a gente desdobra.[146]

Entretanto, a opção editorial, ainda que esteja clara e possa ser verificada na

[145] FRAGA, Op.cit.
[146] FRAGA, Op.cit.

pauta coberta pelo telejornal diário produzido pelos acadêmicos de jornalismo, está restrita a este programa. A grade de programação da TV Viçosa hoje prioriza a temática de Variedades e a cedência de horários da grade a produções independentes, onde a comercialização para o auto-financiamento torna-se o objetivo mais evidente, ao invés dos princípios editoriais (ver Tabela 14).

O canal digital da TV Viçosa já está definido e autorizado junto ao Ministério das Comunicações: a partir de 2016, a emissora do interior de Minas Gerais transmite sua programação pelo canal 21. A corrida para atender à atualização dos equipamentos de produção e transmissão agora encontra-se na fase de superar os entraves para a transmissão digital, já que a estrutura de câmeras e ilhas de edição estão digitalizados. No total, são seis câmeras de alta definição para gravação externa, seis ilhas de edição digitais e microfones adaptados: um investimento de cerca de R$ 350 mil nos últimos três anos. Os principais desafios da TV Viçosa hoje são a atualização do estúdio de gravação, com iluminação e climatização insuficientes, e o sistema de fluxo das transmissões ao vivo no estúdio para o switch e do armazenamento da programação, ainda precários e manuais, não automatizados. Outro alto custo previsto é com a compra de um equipamento transmissor da programação digital está estimado em R$ 100 mil e deve ser adquirido com recursos da universidade, mas ainda não é prioridade, de acordo com o coordenador da TV Viçosa: “é um equipamento muito caro, mas o custo tende a diminuir: como temos prazo até 2016, estou preferindo agora investir aqui dentro, primeiro na casa”[147]. Na cidade de Viçosa, nem mesmo as afiliadas das grandes redes de televisão comerciais transmitem em tecnologia digital.

No plano administrativo e financeiro, é possível considerar a emissora da UFV como um modelo misto, já que é mantida por recursos públicos, mas continua atrelada a uma concessão gerida por fundação privada, e ao mesmo tempo não constituiu Conselho ou mecanismos de controle públicos sobre a programação. Complementar a essa situação, a disponibilização da grade a programas com objetivo comercial evidencia mais uma distorção na distribuição do conteúdo local, e na característica de interesse público da emissora. Em relação à interatividade, a emissora encontra-se em situação bastante defasada, sem canal de transmissão via internet, e também sem iniciativas para exploração das relações com os telespectadores nos programas desenvolvidos.

[147] NENO, Op.cit.

3.2.3. Um canal institucional em três plataformas: FURB TV

Instituída em 13 de setembro de 1994 como televisão educativa em canal aberto, e a partir de julho de 1996 como emissora universitária por transmissão a cabo, a TV da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), uma universidade comunitária mantida pelo município, a FURB TV conquistou um espaço de referência no espectro audiovisual do interior de Santa Catarina. Caracterizado pela força das universidades regionais e comunitárias, o estado é o que possui o maior número de instituições de ensino superior com esse perfil: nove no total, embora o restante seja mantido por fundações de direito privado. A FURB TV completa o significativo grupo que confere à Região Sul do Brasil o maior número de televisões universitárias público-estatais localizadas em cidades do interior: três, das oito pesquisadas.

A referência da FURB TV para a diversificação audiovisual no interior do estado relaciona-se ao fato da emissora possuir, desde a sua criação, a operação em canal educativo aberto (13 VHF), e a seguir, com a criação da Lei da TV a Cabo, transmissão simultânea em duas operadoras da região: Net (10) e BTV (11). Além das duas plataformas, a FURB TV também transmite a programação linear através do site institucional, constituindo-se na única entre todas as emissoras pesquisadas a operar as três alternativas de exibição conjuntamente. A criação do canal na internet, de acordo com o coordenador de Jornalismo, Carlos Henrique Koch, teve o objetivo de "possibilitar a audiência aonde o sinal não chega" [148]. A iniciativa colabora para ampliar significativamente a possibilidade de alcance das transmissões a uma área superior à atualmente coberta pela emissora, que, além de Blumenau, atinge outras oito pequenas cidades do Vale do Itajaí (Gaspar, Ilhota, Indaial, Timbó, Pomerode, Luiz Alves, Guabiruba e Massaranduba), mesorregião formada por 52 municípios do estado.

Em seu site, a FURB TV identifica-se como "a primeira geradora de conteúdos essencialmente educativos no estado de Santa Catarina, veiculando programas que priorizam a cultura e os valores da região, assim como atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão" [149]. Entre os valores editoriais priorizados na programação, segundo o coordenador de Jornalismo, estão os temas da Educação, Cultura e Cidadania, confirmando os princípios também traduzidos no site da emissora:

---

[148] KOCH, Carlos Henrique. **Questionário respondido pelo Coordenador de Jornalismo da FURB TV** à pesquisadora. Em 04 set.2012

[149] FURB. Fundação Universidade Regional de Blumenau**. Site oficial da TV FURB**: [http://www.tvfurb.furb.br] Acesso em 16 ago. 2012

> Valorizar a cultura, a ciência, o povo de Blumenau, o Vale do Itajaí e Santa Catarina e democratizar o conhecimento (...) a programação pretende atingir todas as classes sociais, ajudando a formar um cidadão com uma visão mais crítica sobre o que acontece no mundo, no país, na cidade e no seu próprio lar. [150]

A forte relação com o Curso de Comunicação Social da FURB agrega à emissora uma identificação institucional bastante evidente, expressa no funcionamento como laboratório dos acadêmicos de Jornalismo, sob a orientação dos professores. Com uma grade de programação diversificada, porém limitada em tempo de produção, os programas ficam sob liderança acadêmica, preenchendo horários diários durante a manhã e à noite no canal universitário. O restante da grade é complementado pela programação da TV Futura, que opera em rede com a FURB TV.

Apesar da relação direta com o curso, a equipe de produção da emissora conta com um quadro consistente de 15 profissionais: uma secretária, dois cinegrafistas, dois operadores de exibição, dois técnicos, um editor, um videografista, um operador de switch, um operador de áudio, um jornalista, uma editora-chefe, um coordenador de programação e um diretor. A consistente estrutura de produção, fortalecida pela relação com o Curso de Comunicação, está, entretanto, sub-aproveitada em relação à preparação para a convergência digital. A emissora já possui a concessão de canal digital, mas admite que o projeto de implantação da nova fase das transmissões está atrasado.

A estrutura técnica de produção da FURB TV ainda é defasada, sem aquisição de equipamentos de captação e exibição para imagens digitais. Apenas os programas de edição já estão atualizados em sistema não-linear. De acordo com o diretor, seria necessário um investimento inicial de pelo menos R$ 300 mil para a atualização de equipamentos da FURB TV. Além dessas dificuldades, devido ao atraso na elaboração de projeto para a digitalização da emissora, nenhum tipo de treinamento ou debate acerca das novas possibilidades da televisão digital foi desenvolvido com os profissionais da TV. As iniciativas relacionadas à interatividade também são restritas, limitadas à exibição da programação pela internet e às redes sociais.

As dificuldades da emissora em providenciar a atualização técnica e de recursos humanos para a convergência digital é compensada, neste momento, pela atuação em todas as plataformas disponíveis e pela proposta editorial de atuar regionalmente e atender institucionalmente aos objetivos acadêmicos. A temática de conteúdo local é explorada através das ações da universidade integradas às áreas da Cultura, Artes,

[150] FURB, Op.cit.

empreendedorismo, atividades físicas e cidadania.

Tabela 15 – Descrição dos Programas da FURB TV

Programa	Periodicidade	Temática	Perfil técnico	Perfil editorial
FURB Notícias	Diário	Jornalismo/ Variedades	Estúdio fixo, produtor, apresentador, switcher, cinegrafista. Ao vivo.	Atividades acadêmicas e eventos regionais.
Expressão	Bi-semanal	Cultura local e regional	Gravação externa, cinegrafista, repórter.	Atividades culturais desenvolvidas em Blumenau e região: exposições, musicais, perfis de artistas e mesmo sobre a história da cidade e região.
Dica de Cinema	Semanal	Cultura	Estúdio fixo, apresentador, cinegrafista, switcher. Gravado	Análise do cinema nacional e internacional, em temática e técnica.
Dica de Literatura	Semanal	Cultura	Estúdio fixo, apresentador, cinegrafista, switcher. Gravado	Parceria entre a TV e a Biblioteca da FURB para analisar obras literárias.
Missa dominical	Semanal	Religião	Externa, cinegrafista, switcher. Ao vivo.	Transmissão da missa dominical da catedral São Paulo Apóstolo de Blumenau.
O Mundo Fala	Semanal	Cultura/ Educação	Estúdio fixo, apre-sentador, switcher, cinegrafista. Ao vivo.	Esclarecimento de dúvidas sobre a Língua Inglesa.
PlugIn	Semanal	Educação/ Variedades	Estúdio fixo, apre-sentador, cinegrafista, switcher. Gravado	Produção dos alunos de Publicidade sobre o cotidiano da profissão e das agências.
Saúde em Ação	Semanal	Educação/ Saúde	Gravação externa, cinegrafista, switcher. Ao vivo.	Orientações dos professores de Ed.Física sobre bons hábitos de Saúde.
TV Empresa	Semanal	Empreendedorismo	Estúdio fixo, apre-sentador, cinegra-fista, switcher. Gravado	Orientações de professores sobre oportunidades de negócios.

Fonte: autora

Outra iniciativa verificada exclusivamente na FURB TV é a definição de um Código de Ética:

> Nosso compromisso é contribuir para a formação integral do ser humano e seu desenvolvimento na sociedade. Por isso, não serão permitidas:
> a) mensagens de violência, racismo e apelo erótico; b) mensagens que citem preços, ofertas e promoções, remédios, bebidas alcoólicas, jogos de azar, cigarros e armas; c) mensagens que privilegiem política e ideologicamente posições de qualquer grupo; d) pautas impostas por interesses comerciais ou político-partidários. [151]

[151] FURB, Op.cit.

A definição de um Código de Ética divulgado de forma pública, através do site da emissora, é uma iniciativa que a diferencia das demais TVs universitárias em análise, agregando maior rigor à limitação temática com que trabalham os programas da FURB TV. São nove programas com estreias semanais diárias, quatro deles apresentados por professores, três por jornalistas da TV, um pelos acadêmicos de Jornalismo, e ainda complementa-se a produção com uma missa dominical. As grades diárias são montadas pelas reprises, possibilitando programação noturna, e ao meio-dia as transmissões ao vivo.

A análise da grade de programação permite, concluir, entretanto, que a vinculação com o conteúdo local não está atendida de forma consistente na produção da emissora, ficando restrita são noticiário e a um programa de variedades sobre cultura regional (Expressão). Os demais programas apresentam também limitações de formato, reduzindo-se, em grande parte, a orientações repassadas por professores da universidade em suas áreas de atuação. As transmissões ao vivo também são pouco numerosas, restando como iniciativa bem sucedida a disponibilização do conteúdo dos canais através da transmissão linear pela internet, bem como um arquivo de vídeos postados no Youtube, acessíveis no mesmo site.

Em financiamento e gestão, a FURB TV está relacionada à manutenção e administração da universidade, restringindo-se – a exemplo do que temos verificado nas demais TVs – ao controle estatal.

3.2.4. A mais consistente programação própria: TV Campus

Fundada em 25 de julho de 1995, apenas seis meses depois da promulgação da Lei 8.977, a pioneira no Rio Grande do Sul entre as televisões universitárias surge em uma instituição de ensino superior federal, localizada no interior do estado. Coincidentemente, a UFSM é também a primeira universidade federal localizada fora das capitais no Brasil, há 50 anos. Como resultado de um trabalho liderado pelo jornalista e servidor técnico da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sergio Assis Brasil, a TV Campus começou com um programa semanal de duas horas, produzido por um grupo de quatro acadêmicos, selecionados através de prova teórica no início de cada semestre.[152]

[152] PORCELLO, Flavio. **TV universitária:** limites e possibilidades. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p.67.

Sem uma forte estrutura técnica, tanto em equipamentos quanto funcionários (iniciou com dois servidores, hoje são seis, dois terceirizados) e também sem ligação direta com as atividades dos Cursos de Comunicação Social da UFSM, a TV Campus consolidou-se como uma emissora de divulgação institucional, construindo, em 15 anos de história, apesar das limitações, uma consistente grade de programação autônoma, ancorada no jornalismo, fato reconhecido pela própria ABTU, em estudo para a UNESCO, como pioneiro na estruturação das emissoras universitárias brasileiras.

Hoje o canal de televisão, transmitido pelo canal 15 da operadora Net de TV a Cabo, e pela internet, em janela para fluxo contínuo e com inserção de vídeos selecionados, mantém 13 programas com produção própria, oito gravados em estúdio fixo e cinco em externa ou estúdio montado, alguns apresentados por colaboradores da própria universidade (jornalistas e professores). As temáticas principais abordadas pelos programas centram-se nas atividades ligadas à Universidade Federal de Santa Maria, especialmente a cobertura de eventos nas pautas jornalísticas, ou aos servidores da mesma instituição, seja através do trabalho ou pesquisa que desenvolvem na universidade, ou pela relevância da posição ocupada pelo funcionário no contexto da comunidade universitária ou do foco de interesse do programa.

O perfil jornalístico, apontado como característica forte da emissora e que durante muitos anos foi mantido através de telejornais em edições diárias ao vivo, e em boletins de notícias do campus, em um trabalho com os acadêmicos de Jornalismo da UFSM, foi suspenso há cerca de um ano, por falta de orientação profissional específica da área de Jornalismo dentro da emissora. A redução da grade de programação, que já contou com cerca de 20 programas próprios, sustentando um intervalo de produção independente durante praticamente os três turnos diários – com 15 horas de programação ininterrupta –, sofreu um recuo gradativo nos últimos dois anos, em função da falta de servidores técnicos concursados pela instituição para atuar na emissora.

Hoje a grade diária é preenchida com reprises dos programas produzidos semanalmente, e com a contribuição de três horas sob responsabilidade da TV Unifra, centro universitário local que mantém convênio com a UFSM para exibição de sua produção audiovisual. Nos intervalos de ausência da grade própria, a emissora transmite em rede com a TV SESC. Esse período é utilizado também como reserva técnica para a necessidade de captura do material produzido para o software de exibição.

Os programas são coordenados por três diretores, vinculados ás áreas de Publicidade e Propaganda. Diretora Geral da TV Campus até 2010, a relações públicas Martha Marchezan faz parte da equipe que fundou a emissora, e assumiu o comando após o falecimento de Sergio Assis Brasil, em 2008.

> Nossa prioridade é pela questão local, com ênfase às atividades da UFSM, mas a instituição faz parte da cidade, e não temos como separar essa relação. Para nós está contemplada a questão local na cobertura dos fatos da universidade, e ainda assim sempre trazemos entrevistados que não são necessariamente da instituição, assim como cobrimos eventos em que a UFSM está presente, mas que são de outras entidades. [...] A audiência é expressiva, sentimos na abordagem diária, mas infelizmente não temos números.[153]

O resultado dessas prioridades editoriais e da tradição de inserção comunitária da emissora é uma grade com produção própria bastante significativa, que, mesmo tendo sofrido ajustes recentes, permanece como o conjunto de programas mais consistente entre as oito emissoras pesquisadas. Trata-se da única TV universitária público-estatal no interior do Brasil a estruturar uma programação autônoma e independente com capacidade de preenchimento de uma grade diária. A exploração do conteúdo local dá-se através de duas estratégias: a inserção de entrevistados e/ou convidados para os programas de debates e entrevistas vindos diretamente da comunidade local – não apenas da comunidade universitária –, bem como a transformação de pautas locais, de interesse da cidade ou da região, em pautas dos programas trabalhados pela TV Campus. Essas estratégias são utilizadas de foram abrangente, contemplando os programas voltados aos temas da Cultura, Esporte, Cidadania, Artes, Saúde e qualidade de vida, Campo e debates em geral, o que demonstra, por outro lado, a estruturação de uma grade de programação diversificada, que propõe opções não somente ao público universitário:

[153] MARCHEZAN, Martha. **Entrevista concedida pela diretora da TV Campus** à pesquisadora. Santa Maria. Santa Maria, 01 nov. 2010.

Tabela 16 – Descrição dos programas da TV Campus

Programa	Periodicidade	Temática	Perfil técnico	Perfil editorial
Blitz	Mensal	Cultura local	Gravação externa, apresentador, cinegrafista e produtor.	Cobre eventos e atividades culturais da cidade, não apenas da universidade.
Camisa 15	Semanal	Esporte local	Estúdio fixo, apresentador, cinegrafista e switcher. Ao vivo.	Entrevistas com personalidades ligadas ao esporte local, com ênfase aos times de futebol.
Eco Interação	Semanal	Variedades/ Cidadania/ Política	Estúdio fixo, apresentadora, cinegrafista e switcher. Ao vivo.	Entrevistas sobre cidadania e ecologia com representantes da comunidade.
Fazendo Arte	Quinzenal	Artes/ Cultura	Gravado em externa, apresentadora, cinegrafista/editor.	Entrevistas sobre Artes e Música da cidade e da universidade
TV Campus Painel	Semanal	Variedades/ Jornalismo	Estúdio fixo, apresentadora, cinegrafista e switcher. Ao vivo.	Entrevistas com lideranças universitárias e da comunidade sobre pautas locais.
Fronteiras	Quinzenal	Relações Internacionais	Gravado em estúdio fixo, apresentador, cinegrafista, switcher.	Programa do Curso de Ciências Sociais e Relações Internacionais.
Rede IFES	Quinzenal	Produção científica	Programa cedido pela UFPR.	TV UFPR, divulgação de pesquisas e de universidades federais.
Rio Grande Rural	Quinzenal	Rural/ Jornalismo/ Variedades	Programa cedido pela Emater/RS.	Convênio com a Emater/RS, direcionado aos produtores rurais.
TV Campus Entrevista	Bi-semanal	Eventos/ Produção científica	Estúdio fixo, apresentador,cinegrafista, switcher. Ao vivo.	Entrevistas com professores coordenadores de eventos ou pesquisas.
Tubo de Ensaio	Quinzenal	Produção científica	Gravação externa, apresentador, editor, cinegrafista.	Grande reportagem sobre linhas de pesquisa e laboratórios da UFSM.
UFSM Debate	Mensal	Política/ Cultura/ Ciência/ Sociedade	Estúdio fixo, apresentadora/ produtora, cinegrafista, switcher. Ao vivo.	Reúne professores e representantes da comunidade, para debater temas atuais e polêmicos.
Vida é atitude	Semanal	Psicologia/ Relações Sociais	Estúdio fixo, apresentador/ produtor, cinegrafista, switcher. Ao vivo.	Apresentado por psicólogo servidor da instituição, aborda temas das relações sociais com professores e convidados da comunidade.

Fonte: autora

A relevância do canal, mesmo operando apenas na televisão paga, para a consolidação da programação de caráter local, assim como o interesse da audiência por esse perfil de produção audiovisual, é referendada pelo crescimento das produtoras que vem se estabelecendo através dos canais a cabo em Santa Maria. Na seqüência da TV Campus, a Câmara de Vereadores da cidade estruturou a TV Câmara, no canal 16, a Net conta com uma grade periódica no canal 20, comercializado para produtoras, e em 2010 entrou em operação a TV Santa Maria, no canal 19, espaço das TVs comunitárias. Mantida por um grupo de entidades da sociedade civil, tem como principal temática a exploração das questões locais, e traz como âncora o apresentador com maior tempo de bancada jornalística acumulado na cidade: o jornalista Airton do Amaral Leal deixou a

TV Pampa para fundar e dirigir a TV Santa Maria.

O reconhecimento da própria TV Campus com sua centralidade para a comunidade e a potencialidade de abrangência da emissora, motiva, há pouco menos de dez anos, a mobilização política para a concessão de um canal educativo em TV aberta. Deputados federais ligados à cidade já iniciaram a tramitação de processos junto ao Congresso Nacional para viabilizar essa migração, mas ainda sem resultados efetivos. Um movimento que, se não alcançar êxito em pouco tempo, pode ser inviabilizado pela iminência da televisão digital.

Sobre a transição para a tecnologia digital, a TV Campus opera com uma estrutura técnica restrita, pouca capacidade de investimento e falta de treinamento para os servidores técnico-administrativos. Há três ilhas de edição não-linear, operando com programas digitais, e as quatro câmeras em funcionamento também utilizam fitas digitais. Entretanto, o software de exibição ainda não é integrado com o sistema de edição, obrigando a equipe a uma captura analógica dos programas, o que reduz a qualidade de imagem. Não há nenhuma câmera, nem equipamentos adquiridos para início de produção em alta definição. Entretanto, as limitações em termos de eficiência de transmissão tiveram uma importante evolução com a aquisição recente, no mês de maio deste ano, de uma novo sistema para transmissões digitais, o que eliminou interferências e apresentou novas condições de competitividade para a emissora frente à qualidade das demais televisões locais:

> O enlace digital é composto de quatro antenas e quatro transmissores. As imagens são enviadas dos estúdios da emissora, no décimo andar do prédio da Reitoria, campus da UFSM, até a central de distribuição da NET Santa Maria, via canal 15. A transmissão ocorre de forma digital. No entanto, na saída das imagens para a central da NET, o sinal é transformado para o sistema analógico, uma vez que a distribuidora ainda não opera com transmissão digital em Santa Maria. O equipamento é o mesmo utilizado por grandes redes nacionais, como Record e Band, em suas transmissões externas e coberturas jornalísticas.[154]

No âmbito da preparação para a digitalização das transmissões, em 2016, esta parece ser, por enquanto, a perspectiva favorável à emissora da UFSM: a melhora das transmissões, ainda que não em alta definição, em condições de integrar uma grade de televisão aberta digital. Atualmente não existe planejamento para atualização da equipe

[154] Universidade Federal de Santa Maria. UFSM. **TV Campus transmite em sistema digital.** In: Sítio da UFSM. Seção Notícias. Acesso em 05 nov. 2010.

sobre as tecnologias digitais, ou discussão sobre a projeção de novos programas ou linhas de atuação com a nova realidade do audiovisual no país. A inserção do canal universitário na grade hegemônica de canais abertos depende de uma negociação política que, ao não se confirmar, manteria a emissora na televisão paga, com audiência segmentada.

Por outro lado, é possível reconhecer alguns esforços na prospecção de novos formatos de programas que buscam um contexto de convergência, oferecendo oportunidades de interatividade ao telespectador, não somente nos instrumentos viabilizados pela internet. Nos programas exibidos pela televisão convencional, a TV Campus criou vinhetas utilizando fotografias enviadas pela comunidade universitária, e trabalhou durante um ano com questões enviadas pelo telespectador em um programa voltado à temática da Saúde, o "Falando de Diabetes", que já não está mais sendo exibido. No sítio da emissora, está sendo formulado, em alusão ao cinqüentenário da UFSM, um jogo de computador, em terceira dimensão, criado por acadêmicos de Desenho Industrial e envolvendo a trajetória da instituição. "Entendemos que as pessoas hoje querem interagir, e gostam de se ver de alguma forma na TV, por isso a idéia de aproveitar as fotos e de chamar os jovens pelos jogos", pontua a diretora.[155]

A percepção da necessidade de criar mecanismos de interatividade característicos da convergência é uma das iniciativas, ainda singelas, mas identificáveis nos movimentos de aproximação da emissora da UFSM com o contexto de digitalização audiovisual. É importante considerar, no entanto, que as dimensões política – na situação de pressão para obtenção de canal em sistema aberto – e econômica, evidenciada na falta de investimentos em modernização de equipamentos e capacitação dos servidores, aparecem como entraves decisivos à articulação de uma emissora público-estatal como alternativa de valorização da produção audiovisual local. Em um período marcado inexoravelmente pela necessidade de atualização tecnológica, as condições de competitividade dos canais públicos serão um condicionamento inevitável à discussão da democratização.

3.2.5. Consciente do perfil estratégico: TV FURG

A emissora de televisão da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) surgiu com a chegada das operações da Net na TV a cabo do município de Rio Grande, na

[155] MARCHEZAN, Op.cit.

região sul do estado (RS). O ano era 1998, e a oportunidade foi recebida pela instituição como possibilidade de difundir "programação local, especialmente manifestações culturais como música, teatro e dança" [156]. Inicialmente, foi estruturado um núcleo de produção audiovisual, como um embrião para a estrutura que hoje envolve uma equipe formada por 11 profissionais (quatro jornalistas, dois produtores, três cinegrafistas e dois editores, além de estagiários), entretanto ainda em contrato terceirizado, sem o estabelecimento de quadro próprio da universidade para essas atividades.

A transmissão exclusivamente através das operadoras locais de TV por assinatura (Net e ViaCabo), ainda é analógica, com custos para a compra imediata de equipamentos digitais avaliados em R$ 30 mil. A estrutura de produção e edição, a exemplo da maioria das TVs universitárias, está digitalizada. Já existe um acompanhamento e negociação dos coordenadores junto ao Ministério das Comunicações para a possibilidade de concessão de um canal educativo em sinal aberto, o que agregaria a migração direta para a digitalização com ampliação de audiência. Esta articulação envolve também o ativismo dos dirigentes da TV FURG nos debates sobre digitalização promovidos pela ABTU e pela Associação de Rádios Públicas do Brasil (Arpub). A TV FURG atua em conjunto, estruturalmente e operacionalmente, com a Rádio FURG e com a Assessoria de Comunicação Social da universidade. Apesar da inserção política dos coordenadores, ainda não há nenhuma capacitação específica para a convergência digital dirigida aos servidores, assim como não existe previsão de investimentos na modernização tecnológica para adaptação ao novo sistema.

Por outro lado, algumas iniciativas se verificam internamente no sentido de fortalecer a oferta de programação, e disponibilizar recursos mínimos de interatividade aos telespectadores. O site da emissora foi reformulado para possibilitar a transmissão ao vivo da programação, e a participação do público através dos perfis na internet e da integração com a programação da rádio FURG. Um portal único compartilha as informações da rádio e da TV, e está recebendo ajustes e atualização, através do Núcleo de Tecnologia da Informação da FURG, para ampliar os recursos de interatividade e retornos ao telespectador. De acordo com a coordenadora da TV FURG, professora Rosane Borges Leite, a integração das programações na internet tem o objetivo de unificar as duas emissoras na plataforma digital, favorecendo o contato e a interatividade pela audiência. As transmissões ao vivo das cerimônias de formatura são

[156] LEITE, Rosane Borges. **Questionário respondido pela coordenadora da TV FURG** à pesquisadora. 14 maio 2012.

consideradas o principal programa na programação da internet, por produzirem retornos imediatos de diversas cidades e também de outros países.

O perfil de programação comunitária e local não é apenas reconhecido como priorizado pela emissora, que destaca entre os objetivos de sua atuação um foco bastante direcionado à cobertura regional e ao perfil reflexivo das universidades. A coordenadora explica que as metas da emissora são: a) ampliar a integração entre a FURG e a comunidade regional; b) participar do desenvolvimento da cidade e região; c) difundir o conhecimento gerado na Universidade, divulgando o ensino, a pesquisa e a extensão; e d) divulgar informações de forma reflexiva e crítica.

> Não disputamos audiência. Nossa preocupação é apresentar uma programação alternativa, diferente das emissoras comerciais e, além disto, mostrar ao público o que ocorre dentro da Universidade, como centro gerador de conhecimento. Também estamos num grande processo de *"feedback"* com a comunidade, ou seja, inserimos na nossa programação horários em que mostramos resultados ou andamento de pesquisas e atividades de ensino e extensão nas quais a comunidade tomou parte e, até então, não consegue receber – ou perceber – resultados ou saber mais sobre o estudo. Assim, embora não tenhamos uma audiência enorme, para "disputar" com emissoras comerciais, temos audiência qualificada, que debate e se importa com o contexto do desenvolvimento regional. [157]

Esta compreensão, consciente da característica do público identificado e buscado pela TV FURG também está traduzida nas prioridades editoriais dos programas produzidos: Meio Ambiente (atendendo à política e vocação institucional da universidade no estudo dos Ecossistemas Costeiros e Oceânicos), Cultura, políticas públicas, saúde e bem-estar, inovação tecnológica. Os temas, apesar de estarem relacionados diretamente ao ambiente universitário, são estrategicamente direcionados à interpretação da instituição sobre temas de relevância para o desenvolvimento da região, que vive um momento de expressivo crescimento social e econômico, com a ampliação dos investimentos no Porto de Rio Grande.

Outro projeto já em andamento, que deve ser viabilizado em breve, é a transmissão da programação da FURG TV em rede com a TV Brasil, devido à dificuldade da TV universitária em oferecer três turnos de programas próprios. A coordenadora destaca, entretanto: "vamos manter e até ampliar o espaço para conteúdo local, porque temos o retorno do público de que isto é o que nos difere das grandes

[157] LEITE, Op.cit.

redes. Os telespectadores nos informam que querem conteúdo local, e de qualidade".[158]

No total, com a operação conjunta com a rádio FURG FM, a TV conta com 24 profissionais, além de seis estagiários, responsáveis por uma programação que compartilha e otimiza as produções. O resultado desse trabalho é uma grade de programação local diária desde as 12h até 0h, alternando exibições inéditas durante a tarde com reprises à noite, e também com transmissão ao vivo de um telejornal de 10 minutos diariamente.

Tabela 17 – Descrição dos Programas da TV FURG

Programa	Periodicidade	Temática	Perfil técnico	Perfil editorial
Ação FURG	Quatro dias da semana, com exceção de quarta-feira.	Jornalismo/ Variedades	Estúdio fixo, apresentador, cinegrafista, switch. Gravado	Entrevistas com professores, servidores e personalidades sobre ensino, pesquisa e extensão.
Musiurg	Diário	Variedades/ Cultura	Estúdio fixo, apresentador, switch, cinegrafista. Gravado	Apresentação de artistas locais, ligados a cursos da FURG ou à comunidade.
FM Café	Diário	Variedades	Exibição simultânea com Rádio FURG, do estúdio da rádio. Ao vivo	Debate entre convidados e personalidades sobre temas atuais.
Cine FURG	Diário	Cinema	Arquivos da locadora da FURG e particulares.	Cópias de filmes nacionais e estrangeiros
Intercâmbio	Diário	Arte/ Cultura	Reportagem, switch, apresentador. Gravado	Exibição de formas de arte e cultura locais.
Multifoco	Diário	Jornalismo/ Variedades	Reportagens, estúdio, apresentador. Gravado	Notícias locais e interatividade.
Outras Palavras	Diário	Debate	Estúdio fixo, apresentador, cinegrafista, switch. Gravado	Confronta opiniões de professores e da comunidade sobre temas atuais.
FURG TV Notícia	Diário, de segunda a sexta.	Jornalismo	Estúdio fixo, apresentador, reportagens editadas, switch. Ao vivo.	Informações sobre notícias locais da FURG e da comunidade de Rio Grande.
Identidade FURG	Bi-semanal (terça e quarta)	Cinema	Produtores independentes	Longa-metragem.
TV Aberta	Sábado e domingo.	Variedades/ Cultura	Produtores independentes	Documentários.

Fonte: autora.

Apesar da dificuldade de financiamento, atualização e treinamento para os profissionais acerca da digitalização, as iniciativas editoriais da TV FURG indicam uma tentativa de consolidar uma maior aproximação com a interatividade através das possibilidades que a internet oferece, ainda pouco exploradas tanto pela emissora quanto pela rádio. A modernização do servidor que atende à necessidade de conjugar as transmissões ao vivo com um arquivo eletrônico no próprio site, permitirá ao telespectador assistir a programas anteriores, que já não estejam mais no ar. Outra ideia é usar as participações na internet para interação ao vivo nos programas de debates, principalmente em discussões que envolvam a comunidade, que resultam em

[158] LEITE, Op.cit.

repercussões dos telespectadores nas redes sociais. O interesse na temática local seria uma forma de mobilizar para a discussão nestes programas, articulando uma rede conjunta da televisão com a rádio. A consciência do perfil estratégico da emissora no contexto regional envolve tanto a prospecção de iniciativas de modernização quanto a lucidez sobre as limitações características das TVs universitárias.

O caráter de televisão pública da TV FURG está desvinculado do modelo administrativo, centrado na coordenação ligada ao corpo docente da instituição, portanto sem controle ou gestão pública. Entretanto, no plano do financiamento, a televisão é mantida com recursos da FURG, o que a credenciaria como uma televisão público-estatal por ser administrada e gerida por recursos públicos, mas sob controle estatal.

3.2.6. Investimento, pluralidade e distorções: TV UFLA

A profusão de universidades federais no estado de Minas Gerais – é o estado brasileiro com o maior número de instituições federais – coincide, para o caso desta pesquisa, à quantidade de TVs universitárias nas cidades do interior. Isoladamente, é o estado onde estão localizadas três emissoras, estando também estas entre as pioneiras do país: as primeiras duas TVs criadas no Brasil nas universidades interioranas estão em Uberlândia (UFU) e Viçosa (UFV), enquanto em Lavras (UFLA) a televisão também já tem tradição: foi criada em 1999. Outra semelhança entre as três emissoras mineiras é a concessão e administração do canal por fundação de direito privado. No caso da TVU, a vinculação se dá através da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FAEPE) da UFLA.

A exemplo de Viçosa, onde a universidade federal se constitui na principal instituição a movimentar o desenvolvimento do município de 72 mil habitantes, em Lavras a situação é bastante semelhante, considerando possuir a cidade cerca de 20 mil habitantes a mais. Entretanto, a consolidação como centro de excelência no ensino superior eleva este número a cerca de 130 mil habitantes. A centralidade da universidade na vida comunitária referenda, portanto, a atuação acadêmica como força motriz da cidade.

O reconhecimento desta relevância, entretanto, torna ainda mais significativo o trabalho consolidado e em expansão da TVU da UFLA, que hoje transmite sua programação em canal aberto educativo (13 VHF e 15 UHF) para pelo menos outros 14 municípios da região (Bom Sucesso, Carmo da Cachoeira, Carrancas, Ibituruna, Ijaci, Ingaí, Itumirim, Itutinga, Luminárias, Nazareno, Nepomuceno, Perdões, Ribeirão

Vermelho, Santo Antônio do Amparo), atingindo um grupo potencial estimado em 200 mil telespectadores.

Como emissora educativa, a TVU integra a Rede Minas, com a qual transmite em rede nos intervalos de ausência da programação própria. O gerenciamento por instituição de direito privado, através da FAEPE, neste caso é associado à administração por parte de servidores terceirizados, sem atuação direta de professores e alunos do Curso de Comunicação Social nas atividades da emissora.

Apesar da abrangência e potencialidade do sinal, a TVU ainda apresenta pouca capacidade de produção própria, operando atualmente apenas cinco programas permanentes na programação semanal, agregados a uma série e à transmissão de evento religioso também uma vez por semana.

> A TV Universitária tem como metas de sua programação a cobertura e divulgação das ações da Universidade Federal de Lavras nos seus três segmentos – ensino, pesquisa e extensão –, interagindo e contribuindo para com a comunicação entre seus diversos setores e, ao mesmo tempo, aproximando a instituição da comunidade em geral, através de ações, cujas bases conceituais sejam a informação, a cultura e a educação.[159]

Apesar da dificuldade em agregar consistência à programação própria, dois diferenciais instituídos pela TVU da UFLA destacam-se entre as atuais estruturações e planejamentos para a convergência digital e em relação ao caráter público das TVs universitárias nas cidades interioranas: primeiramente, um investimento maciço na transição para a digitalização – com um montante que já chega a R$ 500 mil –, e, paralelamente, a instituição de um Conselho de Programação formado por representantes da universidade e da sociedade civil para avaliar o conteúdo da produção da emissora.

Todo o sistema de captação, edição, exibição e armazenamento de imagens e som foi atualizado para a tecnologia de alta definição digital, e recentemente, no mês de agosto, iniciou a instalação de um novo sistema de processadores de imagens, conversores de sinal de alta definição, nova switcher de vídeo, mesa de som digital e monitores de 55 polegadas, onde será possível controlar cada imagem enviada para os transmissores da TV. Recentemente a emissora adquiriu também dois novos transmissores com capacidade de 250 watts, para ampliar a capacidade de cobertura do sinal da TVU. A diretora administrativa da TVU, Mariza Alvarenga Magalhães, avalia

[159] KELLEN, Suzen. **Questionário respondido pela Coordenadora de Jornalismo da TVU UFLA** à pesquisadora. 03 set.2012

que “o investimento da universidade nos últimos anos coloca a TVU em posição de destaque entre as emissoras universitárias e regionais” [160]. Além dos equipamentos, estão previstas melhorias na infraestrutura, aquisição de geradores de energia e ampliação do sistema de armazenamento em rede. Uma das perspectivas é a digitalização de todo arquivo atualmente armazenado em material analógico. O grupo de servidores, vinculados ao quadro da UFLA, iniciará um período de treinamento e testes com os novos equipamentos, para avaliar as possibilidades de uso e as inovações possíveis de serem apresentadas aos telespectadores. A fase atual é considerada pelos administradores da TV como “experimental”, ainda dependente também do sistema de transmissão em alta definição.

O quadro de recursos humanos é composto por 14 funcionários terceirizados através de contratação pela Fundação: quatro cinegrafistas, quatro produtores, cinco repórteres com função de editores e apresentadores, e um técnico de exibição. Neste aspecto, a contradição situa-se no fato de que, apesar de tecnicamente encontrar-se em nível avançado, no plano dos servidores a preparação para a convergência caminha a passos lentos. Ainda não houve nenhuma discussão, treinamento ou inserção política dos funcionários da TVU em atualizações acerca da televisão digital, além de não haver projeto estruturado para a operação do canal digital que será disponibilizado à emissora. Como emissora aberta educativa, a TVU da UFLA, segundo a coordenação de Jornalismo, “busca junto ao Ministério das Comunicações a consignação do canal digital, mas ainda não existe uma equipe destinada a fim de negociar a transição e a implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital.” [161]

No aspecto da interatividade, a TVU disponibiliza um site com arquivo bastante consistente da sua produção, principalmente jornalística, com foco na temática de caráter regional entre as manchetes apresentadas. Apesar, entretanto, das inovações e das condições de investimento em infraestrutura, conforme já foi afirmado, a grade da emissora encontra-se aquém do que seria necessário para estruturar uma programação autônoma e própria: predominantemente, os programas exibidos são em rede com a TV Minas, estatal educativa que opera conjuntamente à TV da UFLA. Entre as iniciativas relacionadas à interatividade estão apenas a estruturação de canal na internet com arquivos de programação selecionada, e a inserção nas redes sociais Twitter, Facebook e

[160] MAGALHÃES, Mariza Alvarenga. **Questionário respondido pela diretora administrativa da TVU** à pesquisadora. 03 set.2012.
[161] KELLEN, Op.cit.

Youtube. A atual grade de programação da emissora está assim estruturada:

Tabela 18 – Descrição dos programas da TVU UFLA

Programa	Periodicidade	Temática	Perfil técnico	Perfil editorial
Universitária Notícias	Diário	Jornalismo	Estúdio fixo, produtor, apresentador, switcher, cinegrafista. Ao vivo.	Noticiário local, vinculado a temas comunitários e acadêmicos.
Universidade Aberta	Bi-semanal	Cultura local e regional	Gravação externa, cinegrafista, repórter.	Entrevistas com professores e personalidades locais.
Espaço Mulher	Semanal	Cultura	Estúdio fixo, apresentador, cinegrafista, switcher. Gravado	Análise do cinema nacional e internacional, em temática e técnica.
Palavra Viva	Semanal	Cultura	Estúdio fixo, apresentador, switcher, cinegrafista. Gravado	Reportagens sobre temas da atualidade.
Auto Fest	Semanal	Veículos automotores	Produtores independentes	Avaliações sobre automóveis.
Conhecimento	Mensal	Educação	Gravação externa, cinegrafista, repórter.	Orientação sobre Educação e Cidadania.
Agenda	Semanal	Cultura	Gravação externa, cinegrafista, repórter.	Dicas sobre eventos culturais.
Minuto do Campus	Semanal	Jornalismo	Gravação externa, cinegrafista, repórter.	Notícias da UFLA e da região.
Voz de Santa em seu lar	Semanal	Religião	Produtores independentes	Orientações e debates sobre a doutrina cristã.
Santa Missa em seu lar	Semanal	Religião	Produtores independentes	Transmissão da missa dominical
Programa Brava Gente Brasileira	Bi-semanal	Cultura / Identidade Regional	Produtores independentes	Veiculação em rede com TV Brasil.

Fonte: autora.

A análise do grupo de programas e da grade de programação informada pela coordenação de Jornalismo evidencia a ocupação de intervalos de cerca de quatro horas nos turnos da manhã e da noite, predominando no restante dos horários as transmissões da Rede Minas. No entanto, essa limitação não se aplica de forma tão clara à linha editorial da emissora, visto que as prioridades temáticas por conteúdos jornalísticos da cidade com enfoque no educativo parece contemplada nas iniciativas da programação. O alinhamento ao conteúdo local está expresso, segundo a coordenação, pela "proposta de divulgar as pesquisas geradas pela universidade e os benefícios que esses estudos trazem para a sociedade".[162] Com programas jornalísticos, de cultura, debate e de fortalecimento da identidade cultural brasileira, os programas da TV UFLA contemplam o compromisso com a diversidade e pluralidade exigidas dos veículos público-estatais, pela sua função de complementaridade com o sistema privado.

[162] KELLEN, Op.cit.

Entretanto, precisam ser apontadas duas distorções na estruturação da grade da TVU, que descaracterizam a função de interesse público associada à emissora: a inclusão de programas religiosos e de finalidade comercial (AutoFest), que acabam por atingir o princípio da ausência de interesse privado, que deveria estar preservado nas TVs público-estatais.

3.2.7. A visão pragmática das universitárias: Unitevê

A Unitevê, como foi denominado o Canal Universitário de Niterói, é administrada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e transmite desde o ano 2000 através do canal 17 da televisão a cabo, exclusivamente pela operadora Sim TV, com cobertura inferior à Sky, que opera por satélite na região. Além da cidade de Niterói, a programação abrange o município de São Gonçalo, pautada por uma produção dirigida às atividades universitárias, originada através de entidades parceiras da UFF. A grade completa do canal – a mais numerosa de todas as TVs universitárias pesquisadas – reúne 39 programas, mas apenas cinco deles são resultado de produção própria da UFF. Os demais apresentam produções independentes, em horários cedidos.

A extensa relação de programas revela uma série de parcerias construída pela administração da emissora para alcançar a cobertura diária de um canal sob sua responsabilidade exclusiva. A grade da TV da Universidade Federal Fluminense, com infraestrutura e equipe limitadas, é constituída basicamente de programação cedida por outras universidades e instituições da região. Entre os conteúdos com exibição permanente, estão as produções da Rede Ifes, através da Universidade Federal do Paraná (UFPR), da Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz), e das particulares Universidades Cândido Mendes (UCM) e Grupo Mônaco de Cultura e Saúde. "Nós somos a operadora: outras universidades nos enviam programação e a gente exibe, até porque não temos produção local suficiente. A UFF administra e assume todos os ônus", explica o diretor, José Luiz Sanz, técnico de nível superior da universidade. [163]

O pragmatismo da montagem da grade de programação está traduzido também nas opções editoriais da Unitevê. Segundo o diretor, não existe uma prioridade por conteúdos específicos que determinem os valores editoriais ou princípios a serem seguidos na definição dos programas a serem exibidos. A necessidade de completar uma grade diária para a qual a UFF não tem produção específica é a razão pela qual os

[163] SANZ, José Luiz. **Entrevista concedida pelo diretor da Unitevê** por telefone à pesquisadora. Em 16 maio 2012.

programas de universidades e entidades parceiras, e também aqueles produzidos pelas unidades internas da UFF, sem ligação com a estrutura da TV, são aceitos e exibidos, sem discussões sobre conteúdo.

> Existe uma preocupação dos programas internos se aproximarem da sociedade externa, e de que os programas que vem de fora da UFF também se aproximem da comunidade interna, mas não existe uma orientação de que os programas tenham de caminhar pelo conteúdo local. A política que temos feito é de fomentar programas da área em que a comunidade atua. Da parte da UFF, transferimos para a TV a principal expressão acadêmica, com as programações especiais de transmissões ao vivo. Mas o que vier das unidades da UFF, pronto para exibição, está chancelado: sobre isso não faço discussão de conteúdo. [164]

A revelação do diretor da Unitevê, apesar de identificar uma espécie de ausência de atuação direcionada na definição do perfil editorial da emissora, está de acordo com a descrição utilizada no próprio site do canal, sobre os objetivos da TV:

> O Canal Universitário se baseia em um ambiente de estímulo às iniciativas da comunidade universitária, com objetivo de valorizar a cultura, o conhecimento, a educação e as atividades criadoras da sociedade; divulgar a produção acadêmica da UFF e de outras IFEs; oferecer ao público informação e tratamento da informação de modo imparcial, objetivo e plural, especialmente contando com a participação dos quadros acadêmicos da Universidade; facultar aos alunos, especialmente das áreas pertinentes ao audiovisual, a oportunidade da experimentação e do aprendizado; divulgar acervo de produtos audiovisuais da UFF e de outras instituições; servir de instrumento de intercâmbio entre as instituições universitárias e destas com a comunidade em geral[165]

Os espaços para os conteúdos produzidos pela comunidade são disponibilizados por programas de uma hora semanal, liderados por representantes de núcleos culturais da cidade de Niterói, especialmente a literatura e a música, os quais, de acordo com o diretor, "garantem uma repercussão fantástica". Entretanto, não há uma pesquisa de audiência que identifique o número médio de telespectadores da Unitevê. A única informação relevante sobre o alcance da emissora é o fato de a operadora Sim TV, transmissora exclusiva do canal – com cobertura nacional em apenas 16 municípios –, ter um número reduzido de assinantes em relação à Sky, a operadora de televisão por assinatura concorrente na cidade. A avaliação de Sanz é pessimista em relação ao perfil das universitárias, segundo ele vinculado à baixa a adesão do público local à

[164] SANZ, Op.cit.
[165] Universidade Federal Fluminense, UFF. **Site oficial da Unitevê**. Disponível em: [http://www.uniteve.uff.br] Acesso em 16 ago. 2012

programação, independentemente de haver a relevância do fator local a favor da emissora, considerando que não há televisão em canal aberto com conteúdo específico da cidade de Niterói, mas somente da capital (Rio de Janeiro). “A universidade cresce muito, mas ainda não enxerga a TV como um canal importante de comunicação com a comunidade: esse é um processo de acumulação muito lento”, acredita. [166] Na UFF, o canal Unitevê é vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, em um movimento que objetiva a associação à divulgação das atividades que envolvem a universidade e a comunidade: “essa ação aproxima a TV dos demais órgãos da Universidade e enfatiza sua função de divulgar os produtos realizados pela UFF para além dos muros dos campi” [167], afirma o texto introdutório à descrição da instituição do canal, registrado no site da universidade.

Desde 2010, a Unitevê está vinculada à superintendência de Comunicação Social, onde forma um dos braços de atuação, junto à área de Comunicação e de Imagem. Uma cooperação com a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da UFF permite que desde 2008 o canal disponibilize a programação ao vivo através da internet – simultaneamente com a transmissão via cabo –, e também realize a transmissão direta de eventos da universidade pelo canal virtual, e ainda um repositório de arquivos em vídeo no Youtube, instituindo uma WebTV que funciona em capacidade total integrada às possibilidades de transmissão da UFF. No plano da interatividade, é possível concluir, portanto, que a Unitevê já está em processo de convergência digital ampla entre as plataformas, ainda que não apresente iniciativas de ampliação da participação dos telespectadores na definição dos programas. “O canal na internet é justamente para democratizar o que acontece dentro da própria universidade”, afirma o diretor. [168]

Entretanto, o aspecto da interatividade não é acompanhado pela atualização da infraestrutura de produção e de recursos humanos da Unitevê. As seis câmeras utilizadas para gravações externas e de estúdio são digitais, mas com uso de fitas, a edição está toda digitalizada, assim como a emissão da programação através do cabo, entretanto a montagem da grade de programação ainda não está automatizada – é feita manualmente por um funcionário terceirizado –, e não há perspectiva para aquisição de equipamentos em alta definição ou emissão de sinal de transmissão digital terrestre. O

[166] SANZ, Op.cit.
[167] UFF, Op.cit.
[168] SANZ, Op.cit.

diretor afirma que a Unitevê ainda não está preparada do ponto de vista técnico para a convergência digital, mas que também a área de recursos humanos e a inserção política são bastante superficiais neste contexto. A própria operadora de TV a cabo não possui estrutura para transmissão de sinal digital.

O quadro permanente de servidores é formado por nove profissionais (2 cinegrafistas, 3 produtores e 4 chefias de programação, estúdio, exibição e direção), acrescido de dois funcionários terceirizados para manutenção de programação e pós-produção de edição. A equipe é fortalecida pela atuação de 18 estagiários de diversas áreas de formação, com ênfase à Comunicação, Cinema e Audiovisual, mas passando também pelos cursos de Tecnologia da Informação e Computação. A área principal onde incidem os estagiários é na edição de programas. Neste ano, a Unitevê também conta com a incorporação gradual do trabalho de um grupo de 13 servidores da TVE do Rio de Janeiro, que começaram a trabalhar na produção dos programas de estúdio da emissora. Apesar deste reforço recente, ainda não há resultados efetivos em ampliação da capacidade de produção de conteúdo próprio pela TV da UFF.

As limitações de recursos humanos, justificadas pelo diretor como um reflexo da falta de prioridade institucional da universidade pela área de Comunicação Institucional, encontram eco no modelo de financiamento da emissora. A Unitevê da UFF não é gerida por fundação de direito privado – solução adotada por muitas universidades, especialmente as que detém canais educativos –, mas também não tem orçamento próprio vinculado às verbas da instituição. “Disputamos projetos” [169], resume o diretor. Nos últimos cinco anos, ele afirma que foram investidos cerca de R$ 60 mil por ano em renovação de instalações e equipamentos, através de projetos eventuais montados pelos servidores da TV, e também por iniciativa de rubricas da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Somada a essa situação, o diretor acrescenta o fato de não haver nenhuma projeção ou planejamento dentro da universidade ou da própria emissora para o investimento e a estrutura necessários para a convergência digital, um horizonte que a Unitevê vislumbra como muito distante. “Ainda não temos estudo neste sentido, a gente ainda não este passo. Desde o início, optamos por viabilizar o funcionamento, e não ficar parado esperando o equipamento ideal”, diz Sanz. [170]

[169] SANZ, Op.cit.
[170] KELLEN, Op.cit.

O resultado desta situação, que estende a visão pragmática e pouco otimista da direção à orientação editorial, se revela em falta de condições estruturais e políticas para o desenvolvimento de produção significativa de conteúdo local, e de poucas de perspectivas para a convergência digital, demonstradas na grade de programação. Inflada pela profusão de produções externas, e sem perfil editorial definido, a TV exibe uma grade ininterrupta das 9h às 22h, de segunda a domingo, trabalhando basicamente em reprises da programação exibida pela manhã. Ainda que possa ser reconhecido o esforço em reunir uma quantidade significativa de produções de origens diversas, a direção da Unitevê reconhece o uso de programas de arquivo já bastante defasados, não substituídos ou atualizados pelas produtoras de origem, e a dificuldade da própria universidade em viabilizar os programas internos, que acabam cedidos a produtoras.

Tabela 19 (I) – Descrição dos programas da Unitevê UFF

Programa	Periodicidade	Temática	Perfil técnico	Perfil editorial
ABC da Língua Portuguesa	Diário	Educação	Produção UFPR / Rede Ifes	Dúvidas e regras da Língua Portuguesa
Acervo UFF	Bi-semanal	Variedades	Gravação externa, cinegrafista, repórter.	Vídeos diversos produzidos na UFF.
Acontecendo	Semanal	Educação – Variedades	Gravação externa, cinegrafista, repórter.	Pró-Reitoria de Extensão da UFF registra eventos.
Ação e Reação	Bi-Semanal	Cultura	Estúdio fixo, apresentador, cinegrafista, switcher. Gravado	Produção da UFF sobre cinema, quadrinhos, cultura.
A Flor	Semanal	Cinema Cultura local	Produção do Núcleo de Produção Audiovisual (NPD) de Niterói.	Curta-metragem em parceria com Sec. Munic. de Cultura de Niterói.
Alerta Niterói	Semanal	Cultura/ Educação	Estúdio fixo, apresentador, cinegrafista, switcher. Gravado	Divulgação das ações extensionistas da UFF.
América Latina Viva	Semanal	Cultura	Produção UFPR / Rede Ifes	Entrevistas sobre a América Latina.
ASPI-UFF em ação	Semanal	Educação Cultura	Gravação externa, cinegrafista, switcher. Ao vivo.	Associação dos Professores Inativos da UFF.
Caldo de Cultura	Semanal	Cultura /Artes	Produção UFPR / Rede Ifes	Manifestações da cultura brasileira.
Canal Saúde	Semanal	Saúde / Cidadania	Produção Canal Saúde Fundação Oswaldo Cruz	Experiências de boas práticas em várias áreas.
Canal Saúde na Estrada	Semanal	Saúde / Cidadania	Produção Canal Saúde Fundação Oswaldo Cruz	Experiências de políticas públicas na área de Saúde,.
Cândido Mendes, Arte e Cultura	Semanal	Cultura	Programa da Universidade Cândido Mendes (UCM)	Música, teatro, cinema e moda.

Fonte: autora

Tabela 19 (II) – Descrição dos programas da Unitevê UFF

Programa	Periodicidade	Tema	Perfil técnico	Perfil editorial
Unidiversidade	Semanal	Ciência e Tecnologia	Produção Canal Saúde – Fiocruz	Debates com alunos sobre inovação e tecnologia
Cobras e Lagartos	Semanal	Jornalismo / Atualidade	Produção UFPR	Debates sobre temas atuais
Comunidade em Cena	Semanal	Cidadania/ Cultura	Produção do Canal Saúde	Experiências comunitárias de Cidadania e Cultura
Cultura Corporal	Semanal	Saúde / Ed. Física	Produtora independente contratada pelo curso de Ed. Física	Orientações sobre Ed.Física para Ensino Médio e Fundamental
Cultura da Ação	Semanal	Música, arte comunitária	Produtoras independentes	Shows musicais e eventos de arte locais
Debate Brasil	Semanal	Literatura	Produção Assoc. dos Engenheiros da Petrobrás	Entrevistas com escritores
Doc-Vídeo	Semanal	Documentários	Produtor independente comunitário	Documentários sobre TV, rádio e cultura
Em Tese	Semanal	Ciência	Produção da UFPR	Entrevistas sobre pesquisas da UFPR
Espaço Aberto para Saúde	Semanal	Saúde e Extensão	Pró-Reitoria de Extensão UFF	Respostas a questões da comunidade sobre Saúde
Especial UCAM	Semanal	Especial	Produção da UCAM	Transmissões especiais
Grupo Mônaco Cultura e Saúde	Bi-semanal	Cultura, Saúde e Bem-estar	Produção Grupo Mônaco Cultura e Saúde	Entrevistas e reportagens sobre Cultura e Saúde
Idea	Semanal	Diversidade	Produção independente, comunitária.	Acessibilidade.
Ideias em Debate	Semanal	Atualidade	Produção UCAM	Mesa de debates entre professores sobre temas atuais
Ligado em Saúde	Semanal	Saúde	Produção Canal Saúde – Fiocruz	Respostas a questões do público sobre Saúde
Na Cozinha	Semanal	Cultura/ Diversidade	Produção NPD – Niterói	Curta-metragem comunitário
Oficina Tela Brasil	Semanal	Cultura/ Diversidade	Produção NPD – Niterói	Curtas-metragens de oficinas com jovens
Olho Clínico	Semanal	Saúde	Produção UFPR	Relatos de mitos e superação de doenças
Plural	Semanal	Tecnologia/ Atualidade	Produção UFPR	Debates sobre tecnologia e atualidade
Polifonia das Ruas	Semanal	Diversidade	Produção independente	Enquetes sobre diversos temas
Pulando a cerca	Semanal	Cultura/ Diversidade	Estúdio fixo, apresentador, cinegrafista, switcher. Gravado	Entrevistas de perfil e diversidade
Scientia	Semanal	Ciência	Produção UFPR	Resultados das pesquisas da UFPR
Sem Brincadeira	Semanal	Infância e Adolescência	Produção UFPR	Entrevistas sobre temas da Infância e Adolescência
Trocando em Miúdos	Semanal	Economia doméstica	Produção UFPR	Entrevistas sobre administração das finanças domésticas
TV Jovem	Semanal	Cultura	Produção conjunta UFF e NPD Niterói	Resultado das oficinas de produção audiovisual com jovens e alunos

Fonte: autora

A preparação para a convergência digital, entretanto, apesar de se apresentar em um contexto de limitação estrutural para a Unitevê, é atravessada pela compreensão política da diretoria do canal sobre a situação das televisões universitárias frente a esse paradigma no Brasil. Através de núcleo estruturado junto à Andifes, onde surgiu a Rede Ifes, um grupo de dirigentes de TVs universitárias público-estatais discute a migração das emissoras para o SBTVD. Entre as preocupações do grupo estavam a possibilidade de administração do canal "O Melhor da TV universitária" pela ABTU, dominada pelas instituições privadas.

> Este conceito do Melhor é muito vago. Já discutimos o que é melhor: a produção das instituições que pagam as produtoras e conseguem um resultado de alta qualidade técnica, ou aquelas que se utilizam de sua formação acadêmica para produzir conteúdo com a participação dos alunos? Nas universidades federais o investimento é quase nulo, então a disputa é muito desigual. [171]

Frente a essa disputa e às possibilidades que se apresentam, a diretoria da Unitevê vê com pessimismo o avanço do canal de Niterói em direção à convergência digital. "Existe o desejo, mas perspectiva não vejo quase nenhuma", decreta Sanz. [172] As duas chances visualizadas pela TV estão entre reversão do quadro atual de concessões de canais UHF locais, hoje entregues a grupos que administram produção da capital, e os canais que serão oportunizados pelo Governo Federal, que limitaria a transmissão de conteúdo local à região metropolitana do Rio de Janeiro, sem abertura de canal digital local para Niterói.

3.2.8. Engajada e com potencial regional: TV UESB

Entre o início da negociação para liberação da concessão de canal educativo à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e a abertura definitiva das transmissões no campus de Vitória da Conquista, foram sete anos de transição. No ano 2000, um grupo de servidores técnicos da instituição inicia a formalização de um departamento para sediar o Sistema Universitário de Rádio e Televisão (Surte) da UESB, iniciado com a consolidação da rádio universitária, e que em 2004 obteria a concessão para transmissões experimentais de televisão. Neste ano, apenas um programa sem periodicidade definida começa a ser exibido no canal 4 VHF do sinal

[171] SANZ, Op.cit.
[172] SANZ, Op.cit.

aberto de Vitória da Conquista, através do trabalho voluntário de egressos do Curso de Comunicação Social da UESB, junto ao grupo de servidores fundadores do Surte. Mas é em 2007 que uma programação permanente, com dois telejornais diários e um programa cultural semanal inaugura oficialmente a emissora universitária, transmitido apenas pelo canal 4 VHF.

> Nós somos uma TV Educativa de canal aberto. A TV UESB nasceu com a missão de levar imagens e informações com caráter educativo, sócio-cultural e de entretenimento, visando contribuir para a melhoria da educação e da cultura em todos os níveis. [173]

A demarcação dos coordenadores e diretores em delimitar o reconhecimento da TV UESB como emissora educativa é semelhante à verificada na TV Viçosa (UFV), com o diferencial de que a TV baiana não possui administração por fundação de direito privado, o que já reduz de forma ainda mais categórica sua autonomia em relação à universidade. Além de estar sob administração de um grupo de seis diretores e coordenadores concursados pela UESB, a equipe é complementada por nove técnicos terceirizados pela instituição e 11 estagiários do Curso de Comunicação Social. O perfil editorial definido em torno da temática educativa e sócio-cultural também não pode ser desvinculado da instituição, conforme será verificado na grade de programação, embora garanta mais amplamente, em relação às demais emissoras, a produção e veiculação de programas com conteúdo local e de interesse público, dirigidos à região.

A atuação regional da emissora, reconhecida como princípio editorial pelos diretores, também está relacionada à expansão da UESB, que mantém outros dois campi em cidades do entorno de Vitória da Conquista (Itapetinga e Jequié) desde 1980. Além de ter o sinal da TV UESB reproduzido por canais VHF nestes dois municípios, pelo menos outras duas exibem canais repetidores da emissora: Barra do Choça e Barra Nova.

A estimativa atual dos diretores é de que a programação da TV UESB atinja mais de 1 milhão de espectadores, contingente que deve dobrar a partir de 2013, quando o sinal será ampliado para outros cinco municípios da região. A ênfase no conteúdo educativo e cultural é ampliada para a temática regional com a participação de representantes da comunidade dos municípios do entorno de Vitória da Conquista nos programas, e também com a cobertura de fatos relevantes da região.

[173] FREIRE, Carol. **Questionário respondido pela coordenadora de Relações Públicas** da TV UESB à pesquisadora. Em 30 nov. 2012.

> Nossa emissora ainda é muito jovem, portanto a ampliação do sinal da TV é um momento muito importante. Teremos condições de levar programação educativa e social a um público de alcance regional, possibilitando a concretização de nossa missão, que é contribuir para a formação de uma sociedade melhor. [174]

A manifestação da coordenadora de Jornalismo reforça o compromisso com a produção de conteúdo local de interesse público, alinhada aos princípios de emissora educativa, mas também institucionalmente universitária. De acordo com o diretor técnico, Moisés Cajaíba, a TV UESB é a única emissora de canal aberto instalada em município do interior do estado, fora da região metropolitana de Salvador, de onde a sede da universidade está distante 520 kilômetros.

> É uma situação privilegiada, porque a gente tem a oportunidade de mostrar o que falta na cobertura estadual. Adotamos o princípio de que temos de ser locais antes de sermos globais. As informações globais vem até você de qualquer jeito, mas a notícia local não chegava. Trabalhamos esse conteúdo com o cunho jornalístico. [175]

Entretanto, o reconhecimento do espaço privilegiado para a produção de conteúdo local, embora esteja expresso no perfil editorial dos programas da TV UESB, como será verificado a seguir (Tabela 19), acaba prejudicado pelo escasso aproveitamento da grade de programação da emissora, que utiliza apenas duas horas diárias de intervalo próprio. O restante da grade é preenchido pela programação da TV Brasil e da TVE Bahia, com cobertura estadual. A produção da TV UESB é potencializada apenas com a reprodução das reportagens regionais produzidas pela emissora no canal estadual.

A atual infraestrutura da emissora concentra sua atuação na transmissão analógica, apesar de haver iniciativas para a expansão para a TV por assinatura, com o cabeamento já em implantação. Entretanto, no plano da interatividade e das transmissões *on-line*, a emissora ainda não tem inserção, não tendo estruturado canal pela internet, nem mesmo atuação através das redes sociais. Entretanto, uma das propostas inovadoras da TV UESB, no plano comparativo às emissoras incluídas na amostra, está na apresentação de um telejornal com tradução em libras, afirmando um perfil inclusivo também característico do perfil de emissora educativa, embora não tenha relação com recursos de interatividade.

[174] MACARIO, Lu. Coordenadora de Jornalismo da TV UESB.
[175] CAJAÍBA, Moises. **Entrevista concedida pelo diretor técnico** da TV UESB por telefone à pesquisadora. Em 01 nov. 2012.

A iminência da convergência para a fase de transmissões digitais encontra a TV UESB ainda não preparada para a nova etapa tecnológica da televisão aberta brasileira. A infraestrutura de produção, considerando as câmeras, aparelhos de exibição e armazenamento de imagens, continua analógica. Apenas as ilhas de edição e os operadores máster estão operando em sistema digital. A projeção para a atualização necessária nos equipamentos da emissora é estimada em cerca de R$ 1,8 milhão pelo diretor técnico. De acordo com Cajaíba, já existe um projeto de engenharia para a manutenção das transmissões como emissora híbrida, analógica e digital, a partir de 2013 até a convergência definitiva para o digital. Apesar do projeto técnico, não há planejamento interno ou atualização proposta aos servidores para a transição digital.

Entretanto, uma das iniciativas mais relevantes da TV UESB na perspectiva do controle público – e que possui relação com a discussão da convergência – é a criação e manutenção de um Conselho de Programação, formado por representantes da universidade e da comunidade regional. Este Conselho discute e aprova a linha editorial, os programas exibidos pela emissora, e também já analisa a projeção para a transição digital. O financiamento para a infraestrutura necessária à atualização digital não parece ser uma limitação para a TV UESB, pois a emissora possui um percentual fixo de 1% do orçamento da universidade para investimentos e manutenção no Surte, conjuntamente à rádio universitária. O valor equivale, em 2012, a R$ 1,2 milhão, ainda não utilizados pela retenção orçamentária que a própria instituição realiza com as verbas destinadas à Rádio e TV.

O cálculo do diretor técnico indica um acréscimo de pelo menos 38% aos custos anuais da emissora para a manutenção da transmissão híbrida até 2016, com ampliação do sinal para outros municípios da região. A expectativa é que a partir do fechamento do orçamento de 2012, e com os recursos direcionados ao Surte em 2013, seja possibilitado o investimento necessário à implantação da infraestrutura técnica adequada à convergência digital.

O viés de conteúdo local na TV UESB foi reforçado em 2012, quando a TV passou a ser geradora do horário eleitoral gratuito municipal, demonstrando o engajamento no fortalecimento deste caráter da programação. A emissora ainda realizou um trabalho inédito, possibilitando debates com os candidatos a prefeito nas três cidades onde a universidade possui campi (Vitória da Conquista, Itapetinga e Jequié). “Conseguimos mostrar um pouco do nosso Nordeste”, enfatiza Cajaíba, que define a proposta editorial da TV UESB como “50% de interesse acadêmico e 50% de interesse

regional. [176] Apesar de pouco consistente do ponto de vista quantitativo, a emissora consegue manter uma programação de fato voltada à temática regional, alternado os telejornais diários em duas edições com programas de temática diversificada:

Tabela 20 – Descrição dos programas da TV UESB

Programa	Periodicidade	Temática	Perfil técnico	Perfil editorial
UESB Notícias	Diário 2 edições	Jornalismo	Estúdio fixo, produtor, apresentador, switcher, cinegrafista. Ao vivo.	Notícias sobre os fatos da universidade e da região.
Esporte UESB	Semanal	Esporte e Cultura	Gravação externa, cinegrafista, repórter.	Esporte amador na região.
Mundo Universitário	Semanal	Educação/ Cultura	Estúdio fixo, apresentador, cinegrafista, switcher. Gravado	Informações sobre a estrutura e acontecimentos da UESB.
Multivídeos	Bi-semanal	Cultura	Gravado, produções independentes.	Exibição de curta-metragens e vídeos produzidos na UESB.
UESB Rural	Semanal	Jornalismo/ Rural	Externa, cinegrafista, switcher.Gravado	Pesquisas e entrevistas relacionadas ao homem do campo.
Prosa Cultural	Semanal	Cultura/ Educação	Estúdio fixo, apresentador, switcher, cinegrafista. Gravado	Entrevistas com artistas da região.

Fonte: autora

A potencialidade regional da TV UESB, sediada na segunda maior cidade do interior da Bahia, encontra ressonância nos princípios editoriais definidos pelos coordenadores e na sistemática de organização da emissora, que conta com um Conselho de Programação. Do ponto de vista do caráter público da emissora, é possível observar que há avanços evidentes na estruturação desta TV, que, somados à exploração do conteúdo local, conferem à TV UESB, a mais recente historicamente entre todas as emissoras pesquisadas, uma perspectiva promissora em constituição de polo representativo para a produção audiovisual regionalizada de interesse público na Bahia.

Apesar, portanto, das evidentes limitações quantitativas de produção, o engajamento político e potencial local da TV UESB está reconhecido em seu perfil de emissora pública regional, apresentando um contexto de evolução em relação à instituição de pluralidade audiovisual e democratização da Comunicação no interior do estado da Bahia.

[176] CAJAÍBA, Op. Cit.

3.3. Dois casos diferenciados

A definição metodológica adotada no presente trabalho limita a inclusão para análise às televisões universitárias público-estatais situadas em cidades do interior do Brasil. Entretanto, dois casos não contemplados pelos critérios metodológicos apresentam-se como experiências inovadoras em pontos específicos de atuação. A Universidade Estadual de São Paulo (USP), embora seja universidade pública que possui sede na capital (portanto não atendendo ao critério de sede no interior), iniciou recentemente a estruturação de afiliadas regionais da TV USP em três campi situados em cidades do interior do estado: Ribeirão Preto, Piracicaba e Bauru. Não se trata, portanto, de universidade estatal sediada fora das capitais, mas de uma rede integrada de televisões universitárias público-estatais sediada no interior do estado. Mesmo com dificuldades de efetivação das transmissões e caracterizada por produção incipiente, a Rede USP de TV representa uma experiência inédita de descentralização da produção audiovisual, com ênfase ao conteúdo local de caráter regional.

O segundo caso tratará da TV Unicamp (Universidade de Campinas), registrada entre os núcleos audiovisuais integrantes do grupo de 22 instalados nas universidades públicas do interior do Brasil, mas não reconhecida como administradora de canal próprio de programação. Apesar de contribuir apenas com programas eventuais para o canal universitário sob concessão da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, a TV Unicamp é a única do Brasil que conseguiu instituir uma grade exclusiva de programação exibida em circuito interno de monitores dentro do campus da universidade. O resultado demonstra uma iniciativa não apenas inédita, mas relevante do ponto de vista da valorização da produção institucional para a democratização do conteúdo audiovisual nas plataformas de acesso à disposição da comunidade universitária.

3.3.1. Rede USP de TV: a tentativa da regionalização

Na Universidade de São Paulo (USP), maior instituição de ensino superior do Brasil, o debate acadêmico da democratização audiovisual resultou em um compromisso com a regionalização da programação. Após a criação da TV USP na capital, em 1997, a partir de 2002 a instituição começa a estruturar a Rede USP de TV, através de três retransmissoras que seriam inauguradas em 2007 no campi de Bauru, e em 2010 nos campi de Piracicaba e Ribeirão Preto. Com uma programação “educativa,

cultural, informativa e científica, com o objetivo de contemplar as várias áreas do conhecimento e a interdisciplinaridade entre ensino, pesquisa e extensão da universidade", a descentralização da produção audiovisual é justificada pela "necessidade de trazer ao público o conhecimento criado também nas unidades do interior". [177]

O projeto da Rede USP de TV foi inspirado na Rede USP de Rádio, que integra o campus da capital à produção das retransmissoras dos campi, utilizando-se da mesma estrutura básica de equipamentos e recursos humanos para os programas de rádio e TV. Além das sedes em Bauru, Piracicaba e Ribeirão Preto, a abrangência do sinal da emissora chega também às macrorregiões de Pirassununga e São Carlos. Nas cidades interioranas, a realidade local e as demandas comunitárias são pauta prioritária da produção audiovisual, complementada com a retransmissão da grade do canal da capital. Os temas prioritários são a "Ciência, Cultura Regional e Educação, pouco explorados pelas mídias comerciais" [178], de acordo com definição dos próprios editores. O objetivo para o próximo ano é a expansão das unidades de produção para as cidades de Lorena e Pirassununga: "a meta do projeto em crescimento é que a produção acadêmica e científica da USP possa chegar a um público cada vez maior, formando opiniões e fomentando mudanças sociais e culturais que a Universidade pode - e deve – propiciar", refere também a definição institucional no site da TV USP. [179]

As emissoras, tanto na capital quanto nas cidades interioranas, operam pelo sistema de transmissão a cabo analógico, com disponibilização de arquivos de vídeos selecionados pela internet, através de postagens no Youtube. Em Bauru, a TV transmite pelo Canal 11, em Ribeirão Preto no Canal 10 e em Piracicaba pelo Canal 13, todos VHF. A interatividade, apesar de se constituir em um objetivo, ainda é atingida de forma bastante limitada, através das contribuições dos telespectadores nas redes sociais ligadas à Tv, como Twitter e Facebook.

> A TV USP, por seu caráter público, é essencialmente interativa, abrindo muito espaço para a participação popular inclusive na constituição de sua grade. Contudo, no campo tecnológico, a interativa hoje está focada na presença em canais no Youtube e fanpage no Facebook, além de um perfil no Twitter, que servem

[177] USP. Universidade Estadual de São Paulo. **Site oficial da USP.** Disponível na internet em: [http://www.uniteve.uff.br]. Acesso em 16 ago. 2012

[178] PEREIRA, Fabiano. **Questionário respondido pelo Coordenador de Programação** da TV USP Piracicaba à pesquisadora. Em 17 jul.2012.

[179] USP. Universidade de São Paulo. **Site oficial da USP.** Disponível em: [http://www.uniteve.uff.br]. Acesso em 16 ago. 2012

de termômetro do retorno ao material produzido. [180]

A estrutura operacional de captação e exibição está totalmente digitalizada em alta definição, necessitando de equipamentos de transmissão em sinal digital. O nível estrutural de recursos humanos é unificado em todas as retransmissoras do interior, com um núcleo de quatro profissionais (produtor, repórter, cinegrafista e editor) conjugado a dois estagiários dos Cursos de Comunicação Social. A atualização dos funcionários para a realidade da digitalização é feita através de treinamentos esporádicos preferencialmente para a operação de novos equipamentos, mas sem discussões específicas sobre novos formatos de programação. O investimento feito pela Universidade de São Paulo em financiamento está direcionado à atualização da estrutura operacional, com a compra de câmeras digitais em alta definição e ilhas de edição.

Apesar das limitações acerca da discussão da interatividade, o debate no nível de entendimento político do Sistema Brasileiro de Televisão Digital encontra-se em fase mais avançada nas emissoras da TV USP no interior. Dois profissionais das retransmissoras integram a diretoria da Associação Brasileira de Televisões Universitárias – ABTU, participando mais ativamente do processo de discussão do modelo de TV Digital no Brasil, através da incorporação do debate realizado nos Fóruns de TVs Públicas. A TV USP esteve representada nos grupos do CPDQ e da UFPB na implementação do projeto do Ginga, além de possuir uma inserção forte na articulação da Rede Nacional Pública, ligada à TV Brasil. A ênfase à modernização tecnológica com atualização de equipamentos é justificada pelos próprios coordenadores, em função das escassas definições acerca das possibilidades abertas às TVs público-estatais no novo modelo:

> Ainda estamos estritos à aquisição de equipamentos e adequação de nosso parque tecnológico, por entender que o modelo a ser explorado no país ainda é cheio de incertezas e depende, mais do que de ajustes tecnológicos, de mais vontade política para sua ampla implementação. [181]

Além da adaptação à digitalização, a migração para um canal em sinal aberto está incluída em uma pauta política de longo prazo da TV USP, com abrangência de todas as unidades interioranas às negociações das concessões em transmissão aberta. A compreensão da "maior proximidade com o público local" também relacionada à meta de conquista do sinal aberto, contempla o reconhecimento do potencial da programação

[180] PEREIRA, Op.cit.
[181] Op.cit.

local para além do público acadêmico: "em cidades menores a presença de uma grande universidade e de seus canais de comunicação é mais percebida pelo cidadão de fora dos muros da universidade", avalia o coordenador Fabiano Pereira.

> A proposta é de, além de apresentar projetos e atividades da universidade, trazer com clareza suas interações com o meio em que está inserida; para que o conteúdo tenha sentido para quem assiste, é necessário que se apresente de que forma prática aquela pesquisa e/ou atividade acadêmica afeta seu dia a dia. A TV universitária está intimamente ligada com a proposta de extensão universitária, que é a de gerar aproximação com o público local, e abrir espaço para suas manifestações.[182]

No entanto, entre o nível de objetivos e a prática das unidades audiovisuais no interior, a Rede USP de TV ainda encontra dificuldades para consolidar-se. A meta inicial de transmissão de programas locais nas TVs do interior, unificada à grade da capital, só começou a ser viabilizada no ano de 2011 em Ribeirão Preto e Piracicaba. Apesar disso, a produção das três unidades ainda é precária, limitando-se a reportagens sobre os eventos e pesquisas das comunidades universitárias.

Tabela 21 – Descrição dos programas da Rede USP de TV

Programa	Periodicidade	Temática	Perfil técnico	Perfil editorial
3x4 **Bauru**	Diário	Jornalismo Científico	Gravação externa, produtor, repórter, cinegrafista.	Pesquisas e projetos da Faculdade de Odontologia e do Hospital do campi da USP em Bauru.
Saber Saúde **Bauru**	Semanal	Saúde	Gravação externa, cinegrafista, repórter.	Respostas a dúvidas da comunidade sobre odontologia e Fonoaudiologia.
Traquitana **Piracicaba**	Semanal	Cultura	Documentário	Exibição de curtas-metragens produzidos por acadêmicos.
Lugares do Campus **Piracicaba**	Semanal	Cultura	Estúdio fixo, apresentador, cinegrafista, switcher. Gravado	Reportagens sobre o campus de Piracicaba.
PGM **Piracicaba Ribeirão Preto**	Semanal	Religião	Externa, cinegrafista, switcher.Ao vivo.	Reportagens e entrevistas sobre programas e projetos de pesquisa da universidade.
Fala USP **Ribeirão Preto**	Diário	Jornalismo	Gravação externa, repórter, cinegrafista.	Enquetes no campus sobre temas atuais.
Trajetória **Ribeirão Preto**	Semanal	Cultura	Gravação externa, produtor, repórter, cinegrafista.	Entrevistas de perfil com professores e personalidades da universidade.
Minuto USP **Bauru Piracicaba Ribeirão Preto**	Diário	Jornalismo	Gravação externa, produtor, repórter, cinegrafista.	Divulgação de eventos e pesquisas de cada campi.

Fonte: autora

Com um quantitativo de dois programas próprios produzidos em cada emissora do interior, e um programa comum à Rede, e considerando a ancoragem na grade de

[182] PEREIRA, Op.cit.

programação da capital, a constatação da pesquisa conclui por desconsiderar as extensões da TV USP fora da capital como emissoras de TV universitária público-estatal. A ausência de produção própria consistente, somada à sede da emissora em capital, embasam tal resultado, relativizado pelo fato de, conjuntamente, representarem os três núcleos – localizados em municípios de grande contingente populacional, portanto de relevância regional –, um grupo de programas similar quantitativamente a algumas das demais emissoras pesquisadas. Destaca-se, adicionalmente, como o principal diferencial da Rede USP de TV a consolidação da iniciativa de atuação em rede regionalizada de televisão universitária no interior do Brasil.

3.3.2. TV Unicamp: o único circuito interno no campus

Na Universidade de Campinas (Unicamp), a força da instituição como centro de excelência acadêmica no Brasil é um dos fatores para o surgimento da televisão universitária, estruturada como resultado do crescimento dos laboratórios do Curso de Comunicação Social da instituição, criados nos anos 1970. A TV Unicamp seria inaugurada no ano de 2004, como decorrência do Centro de Comunicação, exclusivamente no sistema de transmissão a cabo, pela inexistência de canais abertos disponíveis na região de abrangência de Campinas. A expressividade econômica dos oito municípios do entorno, que reúnem mais de 4 milhões de habitantes e um dos maiores Produtos Internos Brutos (PIBs) do Brasil, é apontada como potencial, mas ao mesmo tempo um fator limitante das atividades da TV universitária.

Apesar de haver público telespectador para as programações locais, hoje as retransmissoras de redes comerciais como Globo, Record e Band mantém em Campinas núcleos de produção jornalística diária, o que, de acordo com o coordenador da TV Unicamp, professor José Eduardo Paiva, determina uma disputa inviável:

> Nosso canal não é instantâneo, portanto concorrer com jornalismo aqui da Unicamp não dá pra pensar. Temos três TVs comerciais disputando a notícia todo o dia, com uma estrutura profissional em termos de equipe e equipamentos, o que permite um excelente resultado em programação local". [183]

A opção editorial da TV Unicamp prioriza o jornalismo científico, com ênfase nas transmissões ao vivo de palestras e eventos da universidade, e nos debates acerca

[183] PAIVA, José Eduardo. **Entrevista concedida pelo coordenador da TV Unicamp** por telefone à pesquisadora. Em 12 ago. 2012

das pesquisas desenvolvidas. Essas transmissões já reuniram mais de 25 mil acessos simultâneos, e são apontadas pela coordenação como o produto principal de programação própria, totalizando uma média de oito horas de transmissões semanais ao vivo.

Entretanto, o projeto de destaque da emissora está na estruturação de um circuito interno dentro da instituição, que desenvolve um sistema inédito, em relação às demais universidades pesquisadas: a integração do campus onde a emissora atua através da programação produzida pela TV, exibida com exclusividade, ininterruptamente, em 32 monitores localizados em pontos de grande circulação da universidade.

O canal 10 da grade de TV a cabo pela Net, do qual faz parte a televisão da Unicamp, é administrado pela PUC de Campinas, em conjunto com a programação de outras duas universidades da região: Universidade São Francisco e Unip. A TV Unicamp produz em média uma hora de programação diária, atingindo até 10 horas de produção própria veiculada pelo canal universitário semanalmente. Tal condição descaracteriza a TV da Unicamp como emissora detentora de canal próprio.

Todos os recursos financeiros investidos na emissora são do orçamento da Unicamp, parte deles resultantes de projetos desenvolvidos pelos servidores da TV. O último projeto, aprovado pela FAPESP (Fundação de Apoio à Pesquisa de São Paulo), vai possibilitar a digitalização de todo o acervo de vídeos para armazenamento na internet e disponibilização de acordo com a demanda, através do site da TV. Os 40 servidores, entre pessoal administrativo e técnico, constituem a maior equipe verificada entre as TVs pesquisadas, e são vinculados à instituição como funcionários de carreira. Os programas são coordenados pela equipe, sem interferência dos professores de Comunicação Social, que não possuem atuação constante da TV, nem a utilizam como laboratório das atividades de telejornalismo ou audiovisual. Os estágios na TV Unicamp também não estão restritos à área de Comunicação, mas sim a todos os cursos que apresentarem iniciativa em alguma atividade relacionada a TV, o que evidencia uma espécie de distanciamento entre o núcleo de produção audiovisual e o Curso de Comunicação da mesma universidade.

Com financiamento estatal através da universidade, e gerenciamento feito pelos servidores, sem outros mecanismos de controle sobre a programação ou à organização da gestão de recursos técnicos e humanos, a TV Unicamp pode ser reconhecida como público-estatal na relação com os recursos de manutenção. Apesar, no entanto, de possuir fonte de investimento para a digitalização da estrutura de produção, a transição

política para a convergência é uma novidade para os administradores, e uma discussão que não faz parte dos debates da emissora: estão sendo oferecidas aos funcionários oportunidades de treinamento para operação dos novos equipamentos e infraestrutura, mas há pouca inserção na discussão da divisão do espectro audiovisual digital. Na TV Unicamp, este é um debate que não existe, seja entre a equipe operacional, ou entre os administradores, segundo a justificativa do professor Paiva:

> Na nossa região nenhuma TV universitária se envolve nisso de maneira efetiva, nem a própria associação. Os canais analógicos da região já estão todos distribuídos entre os canais privados. O digital é mais uma linha de exclusão do que inclusão, parece que mais separa os mundos do que os une. [184]

A afirmação final do coordenador da TV Unicamp é significativa por apresentar uma perspectiva lúcida das dificuldades que vem enfrentando não apenas as TVs universitárias, quanto as comunitárias e as demais TVs públicas, para o contexto da convergência digital. O panorama atual permite inferir a manutenção do monopólio das redes comerciais, em contraposição à manutenção do obscurantismo para os canais de acesso público criados com a Lei da TV a cabo. O coordenador ainda salienta os poucos resultados das políticas estabelecidas pelo Governo Federal para corrigir esta distorção:

> A barreira é o maldito sinal aberto. Nos não temos nenhum canal público para TV universitária: essa é a nossa luta, o canal analógico não vai migrar. Sem um canal aberto, vamos partir para outros formatos de distribuição: não temos como ter torre de transmissão, devido à inércia do Governo Federal. Entre o discurso e a pratica há um grande abismo, as coisas vão se encaminhando, as TVs privadas tomam conta de tudo. [185]

A insatisfação do professor com a política federal para a convergência digital também está traduzida na compreensão da oposição de objetivos a que servem as diferentes instituições: “para as TVs privadas é importante para trazer aluno, então fica difícil comparar: estamos negociando programas de divulgação cientifica que é o que nos interessa”, afirma Paiva. [186] A temática do jornalismo científico é considerada a pauta principal da programação, principalmente em decorrência das transmissões de palestras de autoridades ao vivo, que relatam pesquisas e avanços em diferentes áreas acadêmicas. Para Paiva, “a população não se reconhece diante da TV universitária,

[184] PAIVA, Op.cit.
[185] Op.cit.
[186] PAIVA, Op.cit.

portanto as iniciativas podem desempenhar um papel importante na área de extensão", explica. [187] O vínculo com a temática de conteúdo local é considerado, mas não é visto como prioritário pela emissora, já que o investimento para a manutenção da TV é feito pela própria universidade: Paiva acredita que esta é uma demonstração de coerência com o investimento de recursos públicos.

No campo da interatividade, a emissora encontra-se em fase de adaptação, estruturada somente com arquivo de programação no site, que funciona junto à Rádio da Unicamp, e ainda sem inserção nas redes sociais. O investimento na digitalização da estrutura de produção, edição e captação de som e imagem, entretanto, encontra-se bastante avançado, já em convergência para a alta definição. A TV Unicamp ocupa um prédio de três andares no campus, com todos os departamentos interligados por internet, sistema de armazenamento de arquivo digitalizado, geração de imagem e som e ilhas de edição capacitados para digital em alta definição: no total são oito câmeras em alta definição, mas cinco de estúdio ainda aguardando substituição.

A grade de programação da TV Unicamp, montada e compartilhada no canal universitário diariamente, é constituída de um grupo de 20 programas, produzidos com a estrutura própria da emissora, e que também constituem o conteúdo disponibilizado em circuito interno pela Unicamp. A diversidade da programação e a numerosa equipe vinculada à TV Unicamp conferem à emissora uma capacidade produtiva consistente, embora, de acordo com as informações disponibilizadas, esse resultado não seja aproveitado de foram regular.

Na programação enviada ao canal universitário, a TV Unicamp disponibiliza diariamente um telejornal e um programa de temática variada, com estréias semanais. No circuito interno do campus, algumas das transmissões são feitas ao vivo, e o restante da grade preenchido com reprises dos programas gravados semanalmente. Além dessa periodicidade, a emissora mantém dois programas especiais com estréia mensal, e utiliza ainda as transmissões de eventos e palestras na íntegra como módulos para programas secundários, montados a partir de períodos dos eventos. Além da temática centrada nas atividades da universidade, o conteúdo local é explorado através de pautas e convidados para programas de entrevistas que debatam temas de interesse regional ou comunitário, mas permanece secundário em relação aos temas de relação direta com a instituição.

[187] Op.cit.

Tabela 22 – Descrição da grade de programação da TVU Unicamp

Programa	Periodicidade	Temática	Perfil técnico	Perfil editorial
Universitária Notícias	Diário	Jornalismo	Estúdio fixo, produtor, apresentador, switcher, cinegrafista. Ao vivo.	Noticiário local, temas comunitários e acadêmicos.
Cantos de todos os cantos	Semanal	Música/ Cultura	Estúdio fixo, produtor, apresentador, switch, cinegrafista. Gravado	Apresentações de bandas musicais independentes.
Com Saúde	Semanal	Jornalismo/ Saúde	Estúdio fixo, produtor, apresentador, switch, cinegrafista. Gravado	Entrevistas com professores sobre temas da Saúde.
Diálogo sem fronteiras	Semanal	Ciência	Estúdio fixo, produtor, apresentador, switch, cinegrafista. Gravado	Entrevistas com pesquisadores das áreas das Humanidades.
Arte no Campus	Semanal	Cultura/ Variedades	Externo, cinegrafista, Gravado.	Cobertura da agenda de artes/ exposições /shows.
Fóruns Permanentes	Mensal	Jornalismo/ Ciência	Externo, cinegrafista, switcher. Gravado	Série que registra o evento Fóruns Permanentes, de debates.
Esporte e Ciência	Semanal	Jornalismo/ Esporte	Externa, cinegrafista, switcher. Gravado.	Parceria com a Faculdade de Educação Física: abordagem acadêmica.
Dicas de Saúde	Semanal	Saúde/ Jornalismo	Externa, cinegrafista, switcher. Gravado.	Orientações sobre hábitos de saúde por professores ou profissionais.
Dicas de Leitura	Semanal	Literatura/ Cultura	Externa, cinegrafista, switcher. Gravado.	Divulgação de obras literárias.
Registro Geral do Campus	Semanal	Jornalismo	Externa, cinegrafista, switcher. Gravado.	Noticiário das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Unicamp.
Primeira Chamada	Semestral	Divulgação/ Educação	Externa, cinegrafista, switcher. Gravado.	Orientações aos vestibulandos sobre os cursos da Unicamp.
Pesquisa em Pauta	Semanal	Ciência	Estúdio fixo, switcher, apresentador. Gravado	Entrevistas com professores sobre pesquisas.
Palavras Cruzadas	Semanal	Ciência/ Cultura	Estúdio fixo, apresentador, switcher cinegrafista,. Gravado	Debate entre professores da Unicamp sobre temas da universidade.
Literatura e Educação	Semanal	Cultura	Estúdio fixo, apresentador, cinegrafista. Gravado	Análise das obras literárias no cenário acadêmico.
Unicamp Notícia	Semanal	Ciência	Estúdio fixo, apresentador, switcher cinegrafista, Ao vivo	Entrevistas com professores para divulgar estudos da universidade.
Unicamp Inova	Semanal	Ciência/ Cultura	Externa, cinegrafista, switcher. Gravado.	Divulgação das patentes resultantes de pesquisas da Unicamp.
Unicamp 45 anos	Mensal	Cultura/ Educação	Gravado, cinegrafista, externa, documentário.	Documentário sobre a história da Unicamp.
Temas de Estudos Avançados	Semanal	Educação/ Variedades	Estúdio fixo, apre-sentador, cinegra-fista, switcher. Gravado	Resultados de estudos para internacionalização da universidade.
Rondon, o projeto e a Unicamp	Semanal	Educação/ Extensão	Estúdio, apresentador, cinegrafista, switcher. Ao vivo.	Relatos dos participantes e avaliações dos coordenadores.
Especiais	Eventual	Jornalismo	Externa, cinegrafista, switcher. Ao vivo.	Transmissão de eventos e/ou palestras da Unicamp ao vivo.

Fonte: autora

O coordenador assegura, entretanto, que hoje a TV teria condições de gerar toda a programação em alta definição, esbarrando apenas na falta de sinal aberto e de torres de transmissão digital. A dificuldade financeira encontra-se na infraestrutura de transmissão, para a qual teriam de ser adquiridas pelo menos quatro antenas, de acordo com a abrangência de cobertura de sinal necessária. Tal contexto identifica na TV Unicamp uma infraestrutura bastante superior a várias das televisões universitárias pesquisadas, bem como condições de administrar uma grade própria de programação, entretanto o processo de concessão do canal a cabo a outra instituição e a falta de regularidade na produção da emissora não conferem, momentaneamente, autonomia para gerenciar um canal de televisão.

4. Modelos e Perspectivas

Neste capítulo final, os dados empíricos colhidos durante a pesquisa, apresentados no capítulo anterior, são agrupados e avaliados a partir de uma metodologia que estabelece níveis de análise quantitativos e qualitativos. O objetivo é obter um quadro comparativo entre as situações verificadas em cada uma das emissoras, tecendo relações entre recuos e avanços obtidos em direção à convergência digital e à consolidação como espaço de produção que contribua para a pluralidade e a democratização do espectro audiovisual brasileiro. Essa articulação resulta no desenvolvimento de três modelos aplicados às TVs universitárias público-estatais fora das capitais brasileiras: Convergente, Em transição ou Periférica, conceitos semelhantes aos já adotados para a definição de modelos de transmissão. A categorização, baseada em graus de alcance aos níveis de análise dos objetivos da pesquisa, contribui para a construção de um retrato contextual das condições em que essas TVs se movimentam no cenário de convergência digital, e para a compreensão das perspectivas em torno do segmento como alternativa para a democratização audiovisual no Brasil.

4.1. Modelos de Convergência

Reunidos os resultados da pesquisa sobre o perfil das programações das oito televisões universitárias público-estatais no interior do Brasil, chega-se a um panorama diversificado em torno das iniciativas para a migração à digitalização, das temáticas predominantes nas programações e da associação à defesa do interesse público como princípio relacionado à democratização audiovisual no país. O compromisso com o conteúdo local, embora assumido pela ampla maioria das coordenações das emissoras como valor editorial, verifica-se distante da prática cotidiana de produção das mesmas TVs em que este valor é defendido. A questão da interatividade, embora tratada em diferentes graus, apresenta-se como a limitação mais evidente em termos de propostas e experimentação.

A partir dos objetivos propostos para a tese, direcionados à metodologia aplicada (Tabela 2), construiu-se um quadro representativo, que analisa os resultados obtidos e os agrupa de acordo com a seguinte relação:

1. Nível estrutural-técnico de Convergência:

a) Convergência digital técnica (atualização de equipamentos, perspectiva de investimentos, manutenção de transmissão *online*);

b) Convergência digital política (treinamento dos profissionais e inserção nas discussões do SBTVD)

2. Conteúdo local: características da programação definidoras de um perfil editorial (valores editoriais) alinhado à produção de conteúdo local e reconhecimento dos diretores ou coordenadores sobre a relevância do conteúdo local;

3. Interatividade: iniciativas que indicam adaptação de conteúdos e formatos às novas plataformas de veiculação, e a atualização às possibilidades de interatividade.

Considerando-se os dados reunidos a partir da investigação acerca das emissoras, de acordo com as variáveis de pesquisa definidas, foram estabelecidas adicionalmente quatro categorias de avaliação qualitativa, que consideram o quadro contextual das TVs:

- Avançado, entendendo-se por este patamar um alcance acima das demais situações em relação à variável pesquisada;
- Em evolução, significando um planejamento estabelecido pela emissora e conquistas periódicas e permanentes;
- Estagnado, quando não há evolução perceptível, seja pela atualização dos mecanismos ou pelas tentativas de superação da situação vigente;
- Deficitário; onde existe um déficit, uma ausência de iniciativas e/ou de progressos na situação avaliada.

Estabelecendo-se, portanto, as relações entre as variáveis e os níveis de avaliação, analisando-se os dados colhidos, temos o seguinte quadro representativo:

Tabela 23 – Níveis de avaliação das TVs universitárias público-estatais

TV	1.a) Convergência digital técnica	1.b) Convergência digital política	2. Conteúdo local	3. Interatividade
TV UFU	Em evolução	Estagnada	Em evolução	Deficitária
TV Viçosa	Em evolução	Em evolução	Em evolução	Deficitária
FURB TV	Estagnada	Estagnada	Estagnada	Em evolução
TV Campus	Avançada	Estagnada	Avançada	Avançada
TV FURG	Em evolução	Estagnada	Em evolução	Em evolução
TV UFLA	Avançada	Estagnada	Em evolução	Em evolução
Unitevê UFF	Estagnada	Estagnada	Deficitária	Em evolução
TV UESB	Deficitária	Estagnada	Avançada	Deficitária

Fonte: autora

A interpretação da tabela, ainda que apresente dados qualitativos, será feita, inicialmente, na perspectiva quantitativa, com o objetivo de produzir um panorama integrado da situação das TVs universitárias público-estatais nas cidades interioranas brasileiras, no plano da convergência digital.

No nível Estrutural-Técnico, há uma disparidade entre a situação das emissoras no aspecto técnico em comparação com o elemento político. Mais da metade das TVs (cinco) estão em expansão na convergência digital tecnológica dos equipamentos, mas com uma limitação praticamente unânime na estrutura de transmissão. Os destaques, identificados no nível Avançado, apresentam dois casos de desigualdade acentuada nos avanços obtidos pelas instituições: o caso da TV Campus, da UFSM, é o principal, por ser a única a ter adquirido antena de transmissão para o sinal digital, seguida da TV UFLA, que realizou significativos investimentos em equipamentos de captação, edição e processamento de imagens em alta definição.

Nas três TVs restantes, verifica-se uma situação de estagnação, e outra de contexto deficitário na promoção da atualização técnica. Nessas TVs, mesmo a estrutura de captação e edição de imagens, resolvida para o grupo de TVs melhor preparadas, não encontra perspectivas de investimentos ou projetos futuros para contemplar a transmissão ou a aquisição de equipamentos em alta definição. O destaque negativo neste quadro é a TV UESB, ainda com uma precária atualização dos equipamentos de produção e edição, embora mencione a existência de projetos e de avaliação de custos para a modernização técnica da emissora.

No nível de Convergência Política, há um cenário de dificuldades maiores às verificadas no plano estrutural-técnico. Ao contrário do resultado no campo anterior, em que havia uma evolução generalizada, neste quesito há, ao contrário, uma limitação profunda e estrutural para o avanço do debate político que envolve o espaço das TVs universitárias público-estatais no SBTVD. Predomina entre as emissoras o perfil de estagnação, caracterizado por inexistentes ou incipientes treinamentos, discussões e articulações acerca da digitalização. Não há nenhuma emissora, mesmo entre a que apresenta um quadro de maior evolução, que traga o tema como objeto de debate ou atualização entre a equipe de produção. E são superficiais os movimentos acerca da discussão política sobre o tema, limitados à busca da garantia de concessão do canal digital para as TVs que possuem transmissão em canal aberto.

Apenas uma TV encontra-se em processo de evolução na área: a TV Viçosa, da UFV, que já possui uma concessão digital definida com o Ministério das Comunicações, a partir da mobilização dos diretores junto ao Governo Federal, agregada a um investimento prévio realizado em estrutura de produção e ao planejamento para a atualização da infraestrutura ainda defasada.

Em termos mais amplos, a generalização da dificuldade nos avanços em relação à discussão política da convergência digital indica não somente o desconhecimento já projetado como hipótese, como em alguns casos, o distanciamento deliberado dessa discussão, evidenciando um deslocamento da associação de interesse público ou da democratização audiovisual às TVs universitárias público-estatais.

No nível de Conteúdo Local, é possível apreender que a pesquisa confirma a hipótese preliminar de que haveria uma prioridade pela temática relacionada à realidade das cidades do interior, mesmo considerando-se a limitação da consistência de produção nas grades de programação das TVs universitárias público-estatais do interior neste quesito. Nas oito emissoras pesquisadas, seis situam-se entre os níveis Avançada ou Em Evolução, com maior incidência do nível que indica uma situação de avanço gradual em relação à variável avaliada. Em geral, essa caracterização está associada à definição do conteúdo local como valor editorial para orientar a produção e o perfil da programação, ao reconhecimento simultâneo, por parte dos coordenadores e editores, da centralidade do canal para a regionalização da produção audiovisual, entretanto não se traduzindo, ambos os fatores, em produção própria consistente e coerente com a prioridade pela temática local ou regional. A Tabela 24 quantifica a programação por emissora:

Tabela 24 – Programas de Conteúdo Local nas TVs universitárias público-estatais do interior do Brasil

Emissora	**Total de Programas**	**Programas Próprios** (inseridos no Total)	**Programas próprios com conteúdo local** (dentro do Total)	**Temática predominante no conteúdo local**
TV UFU	8	7	6	Cultura\Variedades
TV Viçosa	7	3	3	Jornalismo
FURB TV	9	8	2	Cultura\Variedades
TV Campus	12	10	7	Cultura\Variedades
TV FURG	10	7	5	Jornalismo
TV UFLA	11	7	6	Cultura\Variedades
Unitevê UFF	36	5	1	Cultura\Variedades
TV UESB	6	5	4	Jornalismo
Total	**99**	**52**	**34**	

Fonte: autora

É possível, portanto, verificar a definição de valores editoriais associados ao conteúdo local, o reconhecimento por parte dos coordenadores e/ou diretores da relevância do canal para a garantia de produção audiovisual regionalizada em 52,5% da programação, embora esses fatores estejam associados a iniciativas ainda incipientes, ou à baixa produtividade própria dos canais e no item programas de conteúdo não diretamente relacionado à cobertura da instituição. Os resultados da Tabela 24 serão analisados com especificidade a seguir (*4.3. Conteúdo Local: entre o imaginado e o possível*).

Por outro lado, as duas emissoras identificadas em situação Avançada na implementação de produção com conteúdo local (TV Campus e TV UESB) apresentam iniciativas relevantes para a consolidação como emissoras que oferecem programação local de interesse público. A TV Campus por estruturar uma grade de programação diversificada, que consegue preencher intervalos contínuos durante os três turnos de veiculação, com regularidade e amplitude em relação a pautas de interesse comunitário e regional, bem como em relação ao uso de fontes e convidados não necessariamente ligados à UFSM. Já a TV UESB, além de trabalhar com conteúdo regional e ter o objetivo de atuar nos municípios do entorno da região de abrangência da universidade, avançou na inserção comunitária e nas pautas relativas à cidadania ao promover debates eleitorais dirigidos à disputa pelas prefeituras da região. Paralelo a isso, a emissora de Vitória da Conquista estruturou um Conselho de Programação, que aprofunda a dimensão pública da emissora e incide sobre as definições editoriais, priorizando o conteúdo educativo regional.

Entre as TVs que apresentam um resultado contraditório em relação à hipótese da pesquisa, que associa as TVs universitárias público-estatais do interior ao conteúdo local de interesse público, estão a FURB TV, classificada como Estagnada, e a Unitevê da UFF, reconhecida como Deficitária, a situação mais limitante entre todas as pesquisadas. A FURB não apresenta um quadro de evolução por possuir uma capacidade muito superficial de produção própria, acrescida ao desvio de finalidade do uso do canal universitário, ao disponibilizar a grade para programas religiosos e de uso comercial. Apesar desta situação ser verificada também em outras emissoras, na FURB encontra-se de forma mais concentrada pelo número de programas em comparação às demais produções da TV, que também não conseguem explorar a temática local dissociada do perfil institucional. Trata-se de um caso em que há reconhecimento do conteúdo local como valor editorial, entretanto este princípio não é aplicado na

produção de programação da emissora.

A exceção negativa, na avaliação da variável de Conteúdo Local, fica por conta da Unitevê da UFF, que acumula pouca consistência de programação própria e ausência deliberada de prioridade pelo conteúdo local regional, dissociado das temáticas da instituição.

No nível da Interatividade, verifica-se um contexto intermediário, com mais da metade das emissoras apresentando evolução, sendo uma delas em nível Avançado, entretanto as restantes sendo consideradas Deficitárias nesta área. O destaque para o nível Avançado, obtido apenas pela TV Campus, se deve ao fato de ser a única emissora a propor formatos diferenciados de programação com a participação dos telespectadores, e manter, ao mesmo tempo, atuação através das redes sociais e transmissão linear da grade pela internet. As TVs FURG, FURB TV, UFLA e Unitevê UFF situam-se no nível Em Evolução, por apresentarem inserção consolidada através de portais na internet e/ou projetos de atualização para uso integrado das redes sociais com a programação.

Entretanto, três emissoras encontram-se no nível Deficitária (TV UFU, TV Viçosa e TV UESB), o que representa a dificuldade mais significativa, entre as variáveis analisadas, para se atingir progressos para um conjunto expressivo de TVs. Nesses três casos, não há atuação mínima através das redes sociais e nenhuma proposição de inovação nos formatos de programação para contemplar a interatividade, o que confirma a retração e as limitações das emissoras neste campo, ratificando em parte a hipótese de distância das emissoras de contextos de proposição ou inovação para as possibilidades da convergência digital.

Essa análise quantitativa e qualitativa sobre os resultados da pesquisa permite um desenho global dos dados que resulta em uma hierarquização das dimensões de avaliação: o maior avanço entre os itens pesquisados verifica-se no Nível do Conteúdo Local, onde 75% das TVs (seis) encontram-se em situação Avançada ou Em Evolução, enquanto as duas restantes apresentam-se na situação Estagnada e Deficitária. Pode-se apreender, dados os resultados, que a hipótese inicial de prioridade pelo conteúdo local foi confirmada, ainda que apresente um horizonte de resistências técnicas e estruturais para ser efetivada.

Inserido no nível Estrutural-Técnico, a variável da Interatividade é a segunda área em que a pesquisa demonstra dados surpreendentes, onde temos 62,5% dos casos favoráveis em torno das classificações Avançada ou Em Evolução. Além de algumas

iniciativas pioneiras, como a da TV Campus em propor novos formatos de programação interativa, e da Unitevê UFF, que favorece a interação dos telespectadores pelas redes sociais, estando as duas em transmissão simultânea *online*, nas demais TVs em que a situação apresenta evolução há projetos em andamento para a estruturação de portais e programação interativa. A ausência de propostas ou preocupação com avanços nessa área é exceção entre as TVs universitárias público-estatais do interior do Brasil, demonstrando que – pelo menos em uma perspectiva preliminar, relacionada à adaptação das possibilidades da internet e das redes socais à interatividade – há um consenso em torno das emissoras sobre a necessidade de avanços e adaptações.

O Nível Estrutural-técnico, subdividido entre Convergência Técnica e Política delineia um contexto cercado por imprecisões em direção à fase de mudança de perfil técnico na televisão analógica brasileira. Em atualização técnica dos equipamentos de produção, edição e exibição, associados à estruturação de canal pela internet, 50% das TVs universitárias público-estatais estão em condições favoráveis, enquanto na outra metade, há ainda muita defasagem e dificuldade de financiamento para a digitalização. Essa conclusão permite afirmar que as TVs universitárias público-estatais nas cidades do interior do Brasil estão avançando no processo de digitalização, apresentando um nível intermediário de adaptação à estrutura técnica necessária para a operacionalização da produção digital. Poderíamos, portanto, assumir este resultado como parcialmente contraditório à hipótese inicial de que o processo de atualização técnica seria praticamente inviável para essas emissoras, pela falta de apoio financeiro dentro das instituições.

O que se verifica é que, tanto as TVs estruturadas como fundações de direito privado, quanto as que dependem de investimentos diretos das universidades, estão encontrando fontes de recursos para viabilizar a atualização da estrutura de produção. Entretanto, esta conclusão não pode mascarar o fato de que a adequação dos profissionais às possibilidades apresentadas pela convergência digital tem sido desconsiderada de forma praticamente unânime nas emissoras. Esta dimensão está contemplada no Nível Político, em que se identifica um contexto bem menos promissor.

O nível da Convergência Política, neste caso coincidindo com a hipótese levantada, apresenta uma avaliação geral negativa, sendo o único onde há uma homogeneidade em torno de uma condição desfavorável: são 87,5% dos canais (sete dos oito) em situação Estagnada, e apenas a TV Viçosa (UFV) no estágio Em Evolução. Esse resultado envolve a consolidação da hipótese de não ocorrência de envolvimento

dos coordenadores ou diretores das TVs no debate do SBTVD, com raras inserções nas articulações políticas para definição do espaço das televisões público-estatais no novo espectro audiovisual. Soma-se a isso a ausência de atualização específica para os profissionais acerca da convergência digital, o que conduz a um panorama de distanciamento do contexto de convergência digital por que passa a televisão aberta no Brasil. Esta conclusão tem relação também com a dificuldade que algumas emissoras terão de conquistar um canal aberto no sistema digital, ou mesmo para apresentar programação em condições de concorrência em padrão de qualidade de imagem e transmissão com as demais TVs, considerando-se aquelas que já possuem canal aberto.

O caso da TV Viçosa diferencia-se por ser a única a obter garantia de concessão de canal digital aberto, o que assegura o espaço do canal local na fase digital, sendo essa conquista resultante de uma atuação dos diretores da TV Viçosa junto às entidades associativistas e em negociação direta com o Ministério das Comunicações.

Em relação à estrutura de transmissão adaptada à convergência digital, há um panorama de maiores possibilidades de assegurar espaço local para as TVs que já atuam em sinal aberto, frente à situação das emissoras que ainda pleiteiam a concessão aberta, permanecendo limitadas pela transmissão por assinatura. Entre as TVs universitárias que compõem o *corpus* da pesquisa, há uma divisão onde a maioria das emissoras (cinco) opera em transmissão através de canais educativos abertos pelo sistema VHF, e 37,5% (três TVs) permanecem apenas através da TV a cabo (*ver Tabela 25, a seguir*), dependendo das negociações em torno de novos canais educativos ou das possibilidades do Operador Nacional de Rede Pública.

O objetivo de estudar a viabilidade política e técnica da veiculação da programação das TVs universitárias em canal aberto, independente da evolução da convergência digital, foi atendido através da verificação dos sistemas de transmissão no *corpus* analisado, e da investigação das iniciativas das TVs que ainda não operam pelo sistema aberto em relação a alternativas para a conquista deste espaço. Primeiramente, apresentamos a Tabela que demonstra o alcance da transmissão em canal aberto em metade das emissoras pesquisadas:

Tabela 25 – Sistemas de transição das TVs universitárias público-estatais no interior do Brasil para o canal aberto

TV	Canal Aberto	Canal a cabo
TV UFU	04 VHF	14 Net
TV Viçosa	13 VHF – 21 Digital	não possui
TV Campus	não possui	15 Net
TV FURG	não possui	Net (15) e Viacabo (08)
TV FURB	13 VHF	10 Net e 11 BTV
TV UFLA	13 e 15 VHF	13 (Máster Cabo)
Unitevê UFF	não possui	17 (Net)
TV UESB	04 VHF	não possui

Fonte: autora.

Entre as cinco emissoras que já operam em canal aberto educativo apenas uma obteve a concessão de canal no espectro digital (TV Viçosa), estando assegurada a migração na convergência digital dentro do SBTVD, restando quatro destas ainda em elaboração de projeto para encaminhar a obtenção de concessão junto ao Ministério das Comunicações. Para as três TVs que ainda não transmitem em sinal aberto, há duas possibilidades: a tentativa de negociação política para obtenção de concessão de canal educativo nas cidades em que ainda há disponibilidade no espectro, ou a alternativa de migração através do Operador Nacional de Rede Pública na rede de compartilhamento entre a programação de canais públicos.

A TV Campus e a TV FURG encontram-se na mesma situação neste caso, pleiteando há alguns anos no Congresso Nacional a concessão de canal educativo, em uma negociação política que se arrasta por mais de uma década. Apenas a Unitevê UFF não está deliberadamente envolvida nessa discussão, considerando, segundo os coordenadores, a transmissão por televisão a cabo adequada às características da programação, versão corroborada pela minimização da relevância da emissora para a produção audiovisual regional.

É possível, a partir destas constatações, concluir que há uma perspectiva favorável à democratização audiovisual através da convergência digital possibilitada às TVs universitárias público-estatais do interior, já que mais da metade delas possui espaço assegurado entre os canais digitais do espectro aberto, o que quer dizer que estarão aptas a operar pelo sistema digital, dependendo apenas do sistema de transmissão que também é objeto da atuação prevista para o Operador Nacional de Rede Pública. A estruturação de uma plataforma pública integrada de transmissão digital

resolveria o principal entrave que atinge as condições técnicas de todas as emissoras universitárias de cidades do interior aqui investigadas, que é exatamente a ausência de antenas de transmissão. A única instituição entre as oito pesquisadas que conseguiu implantar essa estrutura é, contraditoriamente, uma emissora que aguarda concessão de canal aberto, a TV Campus da UFSM. As cinco que hoje possuem (TV UFU, TV Viçosa, TV FURB, TV UFLA e TV UESB) na atual situação dependeriam totalmente do Operador.

Entretanto, apesar da situação estrutural favorável, por já transmitirem em sinal aberto, o Ministério das Comunicações não apresenta consonância com este contexto. Questionado sobre as possibilidades a serem viabilizadas a favor dos canais públicos, o diretor do projeto do Operador no MinC, Octavio Penna Pieranti, apenas declarou que "não há definições acerca de nenhuma das questões apresentadas", ou seja, o Governo Federal ainda não vislumbra alternativas concretas para a transmissão digital às TVs públicas ou público-estatais. A crítica feita pelos movimentos sociais desde as primeiras informações acerca do projeto acaba por se mostrar acertada, considerando-se que é esperada desde 2010 a licitação que detalharia o sistema de funcionamento e abrangência do Operador, e adicionalmente, de acordo com as informações colhidas por este trabalho, até outubro de 2012 o Ministério das Comunicações não apresentava definições sobre os encaminhamentos do projeto.

A avaliação até aqui empreendida, acerca dos níveis de associação aos objetivos estabelecidos pela tese, abarca um panorama de desigualdades em torno de situações que atingem também de forma desigual as TVs universitárias: uma mesma emissora pode apresentar-se Avançada na Convergência Técnica e na Interatividade, mas Estagnada em Convergência Política e Conteúdo Local, e ainda sem perspectiva concreta de convergência para o sinal aberto. Na tentativa de ampliar a análise de forma a construir um retrato homogêneo da situação de cada uma das emissoras, propõe-se como metodologia complementar o agrupamento das emissoras em três modelos predominantes: Convergente, Em transição e Periférica.

1. **Convergente**: apresenta-se pelo menos Avançada em um dos Níveis Técnico-Estrutural e Político, ou Em Evolução em ambos, e não registra os níveis Estagnada ou Deficitária em Conteúdo Local ou Interatividade. Modelo reforçado pela ocorrência de transmissão em sinal aberto por canal educativo. Este conjunto de variáveis identificaria uma situação de maior proximidade em

relação à convergência digital.

2. **Em transição**: apresenta-se pelo menos Em Evolução nos Níveis Técnico-Estrutural e Político, e no máximo um registro de Deficitária em Conteúdo Local ou Interatividade. As emissoras que operam em sinal aberto, ainda que registrem nível Deficitária nos dois últimos quesitos de análise, também serão enquadradas neste modelo, que está associado a uma situação intermediária para a convergência, ainda sem as condições estruturais ideais.
3. **Periférica:** apresenta dificuldades na atualização de estrutura de produção digital, com registro de Estagnada ou Deficitária pelo menos no Nível Estrutural-Técnico. Modelo reforçado pela limitação à transmissão a cabo.

A classificação segundo os três modelos agruparia as oito TVs universitárias público-estatais no interior do Brasil de acordo com a Tabela 26:

Tabela 26 – Modelos de Convergência nas TVs universitárias público-estatais do interior do Brasil

Convergente	Em Transição	Periférica
TV Viçosa	TV UFU	FURB TV
TV Campus	TV FURG	Unitevê UFF
TV UFLA		TV UESB

Fonte: autora

Ainda que possa representar uma análise restrita aos níveis de avaliação, os modelos permitem o entendimento de um contexto em que a trajetória em direção à convergência digital é processual para a maioria das emissoras, e adicionalmente a compreensão de que há mais dificuldades globais acumuladas para esse grupo de TVs, do que avanços consolidados. Apesar de três das TVs estarem enquadradas no modelo mais avançado (Convergente), duas delas apresentam dificuldades no contexto político, embora estejam avançadas na questão técnica. Enquanto a TV Viçosa consegue contemplar os dois itens Em Evolução, a TV UFLA, emissora da Universidade Federal de Lavras, - investe em tecnologia de alta definição, já operando em sinal aberto -, e a TV Campus, da UFSM, possui antena para transmissão digital, entretanto, ambas não possuem garantias de obtenção de canais abertos no novo espectro digital.

As duas emissoras agrupadas no modelo Em Transição apresentam condições adequadas para a convergência técnico-estrutural, acrescentando-se em cada caso

especificidades que as credenciam diferenciadamente nos demais setores. A TV UFU é limitada na Convergência Política e em Interatividade, mas está Em Evolução na Convergência Técnica, situação que só não é mais positiva pela indefinição na concessão de canal digital para o espectro aberto. A TV FURG, apesar de encontrar dificuldades significativas em Convergência Política, encontra-se em evolução nos demais itens, com iniciativas no campo da Interatividade e condições estruturais mínimas para a adequação às transmissões digitais.

A FURB TV, Unitevê da UFF e TV UESB compõem o grupo de emissoras consideradas periféricas por estarem em desvantagem em relação às demais em praticamente todos os níveis de análise, cada uma em sua especificidade. O caso da emissora da Universidade Federal Fluminense parece ser o mais emblemático por se tratar de uma televisão administradora de canal universitário, integrando programação diversificada de outras instituições, públicas e privadas, entretanto com reduzida perspectiva de migração para o paradigma das transmissão digital. Tal situação envolve não somente a falta de investimentos em atualização técnica e estrutural, mas principalmente o desinteresse dos atuais coordenadores em articular a inserção na televisão aberta, justificando, para essa posição, o entendimento da ausência de representatividade pública da produção audiovisual da TV.

A FURB TV e a TV UESB transmitem, respectivamente, pela TV a cabo e aberta. A emissora de Blumenau apresenta boas iniciativas em interatividade, mas encontra-se estagnada em todas as demais áreas, especialmente na questão estrutural-técnica e política, com dificuldades para avançar em atualização, o que – somado à limitação de transmissão apenas por televisão a cabo – impede o reconhecimento desta TV como inserida em um contexto de preparação à convergência digital.

A TV de Vitória da Conquista, estruturada em concessão educativa de sinal aberto, está consolidada como alternativa de produção audiovisual regional, entretanto apresenta restrições em atualização técnica e política, e nenhuma iniciativa relacionada à interatividade. Trata-se, portanto, de uma emissora com perfil editorial alinhado ao conteúdo local, com inserção ampla através da televisão aberta, mas, simultaneamente, limitada por uma série de dificuldades estruturais que hoje afastam esta TV da iminência para a transição digital. Apesar do relato dos coordenadores, que afirmam estar em elaboração o projeto para a implantação da digitalização a partir de 2013, não há garantia de recursos, nem mesmo ações experimentais ou pontuais que signifiquem atualização dos equipamentos de produção e transmissão, ou inovações acerca de

propostas que trabalhem a interatividade. Também não há ação concreta para viabilizar a definição do canal digital que será ocupado pela TV UESB a partir de 2016.

Cabe ressaltar que a definição de um projeto de transição para a TV Digital é exigência do Ministério das Comunicações durante o processo de concessão de canal no novo espectro, sendo determinante também para a permanência do direito da instituição em continuar explorando o canal:

> Se a outorgada falhar em apresentar o requerimento de consignação, em celebrar o instrumento pactual, em apresentar o projeto de instalação ou em iniciar a transmissão digital nos prazos estabelecidos caracterizará o desinteresse em continuar com a exploração do serviço, devendo devolver o canal utilizado para transmissão analógica na data prevista no § 2º do art. 10 do Decreto nº 5.820, de 2006. [188]

Considerando-se as quatro TVs com concessões educativas diretamente associadas à necessidade de apresentação de um projeto de convergência para a televisão digital, e as dificuldades expressas para a definição desta questão, encontra-se no encaminhamento burocrático das novas concessões um entrave imediato para a convergência digital, ainda não eliminado pelas emissoras que terão a possibilidade de migração direta. Entre as educativas, apenas a TV Viçosa já garantiu a concessão de canal digital.

Os resultados permitem, portanto, concluir que há predominância de um contexto de transição gradual, atingindo a maioria das TVs universitárias público-estatais do interior do Brasil, tangenciado por um grupo secundário que apresenta limitações estruturais consistentes, acompanhadas de desvinculações pontuais às hipóteses inicialmente levantadas. A constatação de que três entre as oito emissoras pesquisadas evidencia condições parcialmente adequadas à preparação para a convergência digital é mais um dado a confirmar a conjuntura de aproximação relativa das TVs universitárias público-estatais interioranas da mudança de padrão de transmissão na televisão aberta brasileira.

Verifica-se, portanto, em análise geral, um contexto mais favorável do que desfavorável à preparação para a convergência digital neste grupo de emissoras, o que confirma em parte as hipóteses levantadas, que serão examinadas de forma detalhada a seguir. É possível concluir que pelo menos 62,5% das emissoras encontram-se em transição para a convergência digital, acrescentando-se, contudo, o fato de que 37,5% não apresentam avanços significativos na estruturação técnica necessária à digitalização.

[188] MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **TV Digital.** Disponível na internet em: [http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/tv-digital] Acesso em 11 nov. 2012

4.2. A questão do financiamento

Os resultados obtidos com a pesquisa empírica confirmam parte das hipóteses inicialmente levantadas para este trabalho, ao mesmo tempo em apontam contradições. Em relação à questão do financiamento da digitalização, confirmou-se parcialmente a expectativa de que a concentração de recursos mais volumosos estaria relacionada às instituições federais caracterizadas tradicionalmente por maior aporte de recursos orçamentários. De fato há um investimento mais consistente nas universidades federais do estado de Minas Gerais, por ter sido objetivamente definido nas entrevistas com os coordenadores e editores, mas ao mesmo tempo é preciso considerar que seis das oito TVs pesquisadas são vinculadas a universidades federais. Há uma situação de flagrante desigualdade neste campo, visto que também em emissoras ligadas às IES os recursos são escassos, indefinidos e não projetados para a convergência digital. É possível, por outro lado, acrescentar que as emissoras com maiores dificuldades de financiar a digitalização, de acordo com a pesquisa, são ligadas a universidade estadual (TV UESB) e regional (FURB TV), embora a primeira citada seja também a única com fonte orçamentária definida em lei (1% do orçamento total da instituição), no entanto não aplicada nos repasses anuais.

O que se pode verificar de forma generalizada é a prevalência da ausência de planejamento de transição para a digitalização, e consequentemente a ausência de formulação de projetos para buscar financiamentos, conclusão que se aplica também às TVs administradas por fundações de direito privado. As exceções são a TV UFLA, com um investimento significativo e um planejamento de transição permanente, e a TV Campus, da UFSM, que já adquiriu um enlace digital para transmissão terrestre do sinal.

Quanto aos modelos de financiamento identificados, há uma divisão bastante objetiva entre duas possibilidades estruturais: as emissoras mantidas através da administração de fundações de direito privado, e aquelas cuja gerência financeira fica a cargo da própria universidade, através dos departamentos institucionais ligados à Reitoria ou às Pró-Reitorias. Nos dois casos, os recursos permanecem advindos dos orçamentos das próprias universidades a que estão vinculadas. Entretanto, a autonomia relacionada à instituição de fundações deve ser relativizada, por estar atravessada, na atuação prática e diária de todas as TVs estruturadas neste sistema, pelo

comprometimento e dependência permanentes do patrimônio, recursos humanos e investimentos das universidades em que as emissoras estão inseridas.

Entre as oito TVs universitárias público-estatais do interior do Brasil, há uma segmentação que confere uma espécie de classificação por perfis regionais de modelos de financiamento: as três universidades de Minas Gerais (UFU, UFV e UFLA) instituíram fundações para a criação das TVs universitárias, razão pela qual se tratam de concessões educativas em sinal aberto. As demais TVs, localizadas em estados do Nordeste (TV UESB), Sudeste (Unitevê UFF) e Sul (TV Campus, FURG TV e TV FURB) estão vinculadas administrativamente e financeiramente às instituições de ensino superior.

A estruturação através de fundação de direito privado consiste em exigência legal associada à concessão de canais educativos, fator diretamente relacionado ao período em que foram criadas as emissoras mineiras, duas delas quando ainda não havia a Lei da TV a Cabo, que institui os canais universitários, e a última, em funcionamento desde 1999, atuando simultaneamente a cabo e em sinal aberto, entretanto também através de concessão educativa. As três TVs de Minas Gerais diferenciam-se, portanto, pela opção institucional tradicional deste estado em criar canais de TVs educativas ligadas a universidades federais, de forma pioneira, assumindo quantitativamente uma representatividade significativa no país por concentrar o maior número de emissoras universitárias operando através da televisão aberta em cidades do interior. Além das TVs incluídas na amostra da pesquisa, Minas Gerais reúne ainda pelo menos outras seis iniciativas de núcleos de produção audiovisual ligados às universidades (ver *Tabela 10*).

A vinculação a fundações de direito privado não confere, todavia, como já foi dito, autonomia administrativa e financeira a essas emissoras. As TVs UESB, Viçosa e TVU da UFLA permanecem sediadas nas instituições de ensino superior, dependentes das estruturas físicas, dos recursos técnicos, humanos e financeiros dessas universidades, conferindo, portanto, uma ligação indissociável entre as emissoras e as instituições universitárias. Devem, por esse motivo, ser consideradas, independentemente de serem televisões educativas, também essencialmente emissoras universitárias.

O modelo financeiro das fundações de direito privado exige administração própria e admite geração de receita, mas é vinculado aos recursos financeiros das universidades. O saneamento das finanças dessas emissoras envolve, por essa razão, investimento gerado pelas IES e verbas extras geradas por eventuais apoios culturais ou

convênios estabelecidos com outras instituições. Permanece, dadas essas condições, a dependência em relação ao orçamento da universidade, e também em relação aos recursos técnicos e humanos dispendidos pela instituição a serviço da fundação, enquanto, concomitantemente, estão suscetíveis a distorções como a venda de espaços na grade de programação para a busca de verbas adicionais. As restrições financeiras, relativas ao contingenciamento de recursos das universidades, à falta de prioridade política pelas atividades culturais ou de Comunicação, bem como as limitações de disponibilidade de servidores e estrutura física adequadas, comuns à realidade das TVs vinculadas diretamente às IES, são também verificadas no modelo administrado por fundações.

Entre as emissoras, verifica-se adicionalmente situações diferenciadas quanto a perspectivas de investimentos para a convergência digital. Enquanto a TV UFLA estabeleceu projeto e planejamento para captação de recursos junto à universidade, já investidos e previstos – o que resultou em estruturação técnica avançada –, a TV Viçosa ainda não dispõe dos recursos necessários à atualização técnica, dependendo de negociação orçamentária com a UFV. Por outro lado, a TVU da Universidade Federal de Uberlândia realizou também investimentos expressivos de pelo menos R$ 700 mil em atualização de equipamentos, confirmando um planejamento gradativo em direção à digitalização. A TV UFLA realizou um aporte imediato de R$ 500 mil, com ampla modernização, e a TV Viçosa pelo menos R$ 350 mil ao longo de três anos, em estrutura de produção. Além da disponibilização de recursos volumosos nas três emissoras, ambas possuem perspectiva da necessidade de investimentos e parecem apresentar condições de atendê-la devido à destinação das verbas já encaminhadas pelas universidades.

As cinco TVs universitárias público-estatais administradas institucionalmente pelas universidades a que estão relacionadas (TV UESB, Unitevê UFF, FURB TV, TV FURG e TV Campus) evidenciam um planejamento menos criterioso, bem como maiores dificuldades de prever os recursos necessários à preparação para a convergência digital.

Na TV UESB e na Unitevê da UFF, as posições manifestadas pelos coordenadores e diretores identificam as dificuldades de prioridade pelos investimentos na área de Comunicação, ao revelar o contingenciamento de verbas orçamentárias das instituições para essas emissoras. Não por acaso, as duas TVs estão entre as que apresentam nível Deficitário e Estagnado de atenção à Convergência Digital Técnica.

Enquanto a Unitevê revela um aporte mínimo de R$ 60 mil na última renovação de equipamentos, sem avaliação da necessidade de novos investimentos pela falta de prioridade da própria emissora pela transição digital, na TV UESB o cálculo para a adaptação da estrutura atual à migração digital, permanecendo até 2016 em transmissão híbrida, chega a um montante de R$ 1,8 milhão.

No aspecto do planejamento, a TV UESB encontra-se melhor organizada por possuir definição de percentual mínimo sobre o orçamento total da universidade fixado em 1%. A verba atual consistiria em pelo menos R$ 1,2 milhão, a serem aplicados no projeto de estrutura híbrida entre transmissões analógicas e digitais. No entanto, neste ano ainda não houve repasses, permanecendo a TV UESB sem condições de implantar a infraestrututra necessária.

Entre a FURB TV, TV FURG e TV Campus, destaca-se o investimento realizado pela emissora da UFSM no enlace digital, embora permaneçam limitações nos equipamentos de produção e exibição. O ponto comum entre as três TVs é a ausência de projeto e planejamento para a convergência digital, o que dificulta a articulação política e burocrática dentro da própria instituição para a captação de recursos orçamentários. A falta de preparação é agravada, na TV FURG, pela ausência de capacidade de dimensionamento dos investimentos necessários à digitalização, avaliados pela direção em torno de R$ 30mil. Na FURG TV, a previsão é de um aporte de R$ 300 mil, ainda não garantido, enquanto a TV Campus não apresenta projeções orçamentárias para a convergência digital.

Uma questão adicional, apontada entre as hipóteses iniciais e confirmada durante a pesquisa, é a predominância da terceirização de servidores das TVs, independentemente do modelo de administração. Tanto nas emissoras geridas por fundações quanto naquelas que operam sem o caráter de fundação, há pelo menos parte do corpo técnico contratado, especialmente nas funções de cinegrafistas, editores e operadores de sistemas de exibição. Trata-se, como já foi dito, de uma limitação característica da falta de investimentos e/ou prioridade pela área de Comunicação e/ou produção audiovisual, visto que a situação não favorece a consolidação de um projeto na área de televisão, dificultando o comprometimento com princípios que sejam definidos como objetivo institucional.

A estimativa de financiamento para a adequação a um parque de produção, exibição e transmissão de uma emissora local em tecnologia digital já foi avaliada em valores bastante superiores aos declarados pelas direções das TVs universitárias,

estando relacionada inicialmente aos altos custos das torres de transmissão, o que estaria contornado através do Operador Único. A questão do financiamento para as TVs universitárias público-estatais do interior do Brasil permanece, portanto, como uma discussão ampla e complexa, sobretudo por envolver diferentes modelos de administração institucional, formas distorcidas e insuficientes de gerar investimento, e ainda divergentes dimensionamentos de capacidade de produção pretendida e viável a cada uma das emissoras.

4.3. Conteúdo local: entre o imaginado e o possível

A confirmação da hipótese inicialmente levantada para esta tese, de associação da programação de conteúdo local às televisões universitárias público-estatais do interior do Brasil, foi avalizada pela predominância das características relacionadas a esta variável nas emissoras pesquisadas. Das oito TVs avaliadas, seis encontram-se Em Evolução ou em situação Avançada em relação ao Conteúdo Local. É importante, contudo, frisar que esta confirmação não exclui o reconhecimento das limitações inerentes a esse grupo de emissoras para a produção de grades de programação alinhadas à temática regional ou local.

A proximidade com o cotidiano da cidade e com os temas de debate do município não facilita o condicionamento ou a predisposição das emissoras em cobrir os fatos de interesse local ou comunitário. O vínculo institucional com a cobertura das pautas das universidades permanece forte o suficiente para impor-se à logística de recursos humanos destas TVs universitárias. Talvez por este motivo sejam comuns as distorções verificadas em pelo menos três das oito emissoras – ainda que em diferentes graus – da comercialização ou cedência dos espaços de exibição em troca de apoios culturais ou verba investida nas fundações que administram as TVs.

O caso mais flagrante entre todos os verificados é o da TV Viçosa, da UFV, que cedeu três intervalos para produções independentes, com objetivos prioritariamente comerciais, dois dedicados à cobertura de eventos e colunismo social (*Te vi na TV* e *Marcos Barbosa Show*), e um terceiro voltado exclusivamente a vendas e promoção do comércio local (*MultShop*). Os três programas revertem em verbas investidas para manutenção da Fundação Rádio e Tevê de Viçosa (Fratevi), assim como a transmissão da sessão legislativa municipal, cobertura pela estrutura técnica da TV Viçosa. No caso da sessão parlamentar, há uma identificação com a temática local e com a atenção a um dos objetivos da TV por assinatura, que é a instituição da TV Câmara para exibição dos

debates locais. Um fator adicional positivo é de que na cidade mineira a programação da TV Viçosa é exibida em canal aberto, o que aumenta ainda mais o potencial de repercussão local da sessão legislativa, resultado confirmado pelos diretores da TV.

Por outro lado, não há em nenhuma das demais emissoras pesquisadas, considerando-se também a Unicamp TV e Rede USP de TV, que não fazem parte do *corpus*, nenhuma distorção de finalidade do canal de televisão universitária e educativa, como o são os canais das TVs mineiras, tão grave quanto o caso da TV Viçosa. Apesar de serem tratados e defendidos pelos diretores como programas que retratam a temática local, é possível dizer que o fazem sob uma ótica parcial e direcionada a uma realidade interessada no retorno comercial e de exploração da imagem das classes mais favorecidas pela mídia, e não de exibição de fenômenos ou características regionais e culturais específicas do município. Não se trata, portanto, de programas produzidos e editorialmente definidos segundo a relevância do conteúdo local. O programa de ofertas e comercialização configura o mais direto e agressivo caso de distorção de finalidade nos canais educativos e comunitários, por estar totalmente vedada, através da legislação federal, o uso desses canais para publicidade ou programa com objetivo comercial.

Outro caso bastante evidente de uso inadequado do canal universitário, agravado pelo fato de ser também um canal educativo – característica de todas as outorgas às universidades mineiras pesquisadas para esta tese, como já foi dito – é o da TV UFLA, de Lavras (MG), que comercializa espaço para uma produtora independente que veicula um programa sobre automóveis, e cede outros dois intervalos da programação para programas religiosos, um com orientações e discussões sobre a doutrina cristã e outro para a transmissão da missa dominical. A exibição da cerimônia religiosa não é exclusividade da TV UFLA (ocorre também na FURB TV), sendo, de toda a forma, também uma distorção da finalidade do canal, ainda mais consistente diante da ausência de comprometimento com a construção de uma grade mais ampla de programas voltados ao conteúdo local.

Na FURG TV, de Rio Grande, não há comercialização, mas a prioridade pela temática local também não configura o tema central de dois programas de produtoras independentes, sendo um voltado a vídeos institucionais, e outro a documentários. Os casos da TV UFU e da TV Campus são comuns à Unitevê UFF, que compartilha os programas da Rede Ifes, sendo quase na sua totalidade produzidos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Também nestes arranjos não há opção pelo conteúdo local, visto que as temáticas são de interesse generalista, em geral atendendo a objetivos das

instituições federais, que integram a rede. O diferencial entre estas três TVs é que, enquanto a TV UFU cede apenas um intervalo à produção da Rede Ifes, a TV Campus abre também um espaço para um programa de instituição estadual (Emater) voltado à comunidade rural, portanto, com temática ampliada ao estado, e a Unitevê compartilha a maior parte de sua programação com programas de outras instituições. Na emissora da UFF, são pelo menos 30 títulos de programas produzidos por entidades da região de cobertura de Niterói, mas de universidades particulares e até mesmo instituições nacionais (Fundação Oswaldo Cruz), com temáticas educativas e científicas generalizadas, sem prioridade, portanto, à temática local.

A Tabela 24, anteriormente apresentada (*pág.158*), indicava o número total de programas exibidos na grade de cada uma das oito TVs universitárias público-estatais no interior do Brasil, seguido do número de programas resultantes de produção própria e, mais especificamente, dentro deste último grupo, os programas próprios dirigidos ao conteúdo local, objeto direto de interesse da investigação que esta tese propõe. Através da Tabela 24, é possível afirmar que os programas com produção própria constituem a maioria da programação das emissoras universitárias público-estatais no interior do Brasil (52%), ainda que o número total de programas (99) esteja inflado pelo número significativo de programas da Unitevê UFF (36), sendo 31 deles produzidos por entidades diferentes da TV detentora do canal, algumas de caráter privado e outras de abrangência nacional, portanto, sem vinculação com a pauta regional. Apenas com esta análise já se obtém a conclusão de que o número de programas voltados ao conteúdo local (34) ocupam um lugar expressivo entre as produções deste grupo de emissoras, visto que correspondem a 65,3% do total de programas (52).

Adicionalmente, há a conclusão de que em cinco das oito emissoras o número de programas com temática voltada ao conteúdo local supera em mais de 60% os programas restantes, não identificados com esta regra. Somente a Unitevê UFF, já citada, apresenta um número bastante reduzido de programação própria em relação à total, por motivos relatados, e ainda mais inferior de alinhamento ao conteúdo local, enquanto a TV FURB apresenta um quadro crítico, de programação própria consistente, mas desvinculada de conteúdo local, e a TV Viçosa mantém apenas três programas próprios, mas na sua totalidade dirigidos às pautas locais e comunitárias.

O atendimento parcial à hipótese levantada inicialmente indica que, ainda que as TVs universitárias público-estatais do interior do Brasil possam ser reconhecidas como pólos produtores de programação audiovisual com conteúdo local, esta potencialidade

atravessa uma série de dicotomias, que resultam em uma produção possível, inferior à que seria imaginada, mas reveladora das condições institucionais que perpassam a constituição dessas emissoras.

A TVU UFU, diante de um quadro farto de recursos humanos e um investimento razoável nos últimos anos, consegue manter-se como um núcleo importante de produção regional, com seis programas editorialmente alinhados ao conteúdo local entre os sete de elaboração própria da emissora. A TV UFLA, da mesma forma, embora apresente maiores distorções com a veiculação de programas comerciais e religiosos, ao mesmo tempo mantém um contingente expressivo da programação, com a mesma proporção numérica da TV de Uberlândia (TVU UFU), de seis programas com conteúdo local em um total de sete. A exceção entre as emissoras mineiras fica com a TV Viçosa, que divide a grade com uma parte maior cedida a programações de interesse comercial e à sessão legislativa (4), enquanto apenas três programas restantes são produção própria. Embora exista o reconhecimento dos diretores pela relevância e a iniciativa em produzir programação de conteúdo local, as restrições de recursos humanos somente são superadas com a parceria com o Curso de Comunicação Social da UFV, que não permite, contudo, ampliação de produtividade em condições de se utilizar adequadamente o espaço conquistado em canal aberto de abrangência regional.

Os destaques em Conteúdo Local ficam com a TV Campus, TV UESB e também a FURG TV, por conseguirem manter a predominância de programação própria direcionada à temática local e regional, apresentando as três emissoras o entendimento do papel político e estratégico da consolidação de uma TV pública e educativa para a democratização da produção audiovisual regionalizada. As iniciativas da TV Campus, com uma grade consistente e diversificada, e da TV UESB, instituída recentemente, pelo ativismo na cobertura das eleições municipais, apontam caminhos importantes para o fortalecimento dos canais de interesse público no interior do Brasil.

4.3. Perspectivas Políticas: o Canal da Cidadania e o Operador de Rede Nacional de Televisão Pública Digital

As possibilidades de inserção das TVs universitárias público-estatais do interior do Brasil no Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) hoje residem em duas alternativas: a migração direta através de concessão educativa em sinal aberto, com obtenção de outorga para canal digital (conquistada apenas pela TV Viçosa entre as oito pesquisadas), ou a inclusão de programação regional nos canais de compartilhamento

disponibilizados pela legislação do Sistema. Em ambos os casos, a necessidade de apoio governamental para a estrutura de transmissão digital é estratégica, e seria viabilizada pelo Operador de Rede Nacional de Televisão Pública Digital (RNTPD).

De acordo com o que já foi apontado (*ver item 4.1)*, o nível de convergência política é atravessado por uma limitação profunda e estrutural nas TVs universitárias público-estatais no interior do Brasil. Há um trinômio que reúne desconhecimento, distanciamento e deslocamento das discussões políticas que envolvem as definições do SBTVD, bem como das articulações que levaram à regulamentação do Canal da Cidadania e das atuais dificuldades de implantação do Operador de Rede. Entre as oito emissoras pesquisadas, 87,5% encontram-se na situação Estagnada em relação à questão política.

O Decreto nº 5820, que institui o SBTVD, determina no Artigo 13 a criação de quatro espaços de utilização para canais vinculados aos poderes constituídos e/ou a finalidades de interesse público destinados à exploração da União:

> Art. 13. A União poderá explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, observadas as normas de operação compartilhada a serem fixadas pelo Ministério das Comunicações, dentre outros, para transmissão de:
>
> I - Canal do Poder Executivo: para transmissão de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos do Poder Executivo;
>
> II - Canal de Educação: para transmissão destinada ao desenvolvimento e aprimoramento, entre outros, do ensino à distância de alunos e capacitação de professores;
>
> III - Canal de Cultura: para transmissão destinada a produções culturais e programas regionais; e
>
> IV - Canal de Cidadania: para transmissão de programações das comunidades locais, bem como para divulgação de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos dos poderes públicos federal, estadual e municipal. [189]

Em recente alteração, promovida por Decreto da Presidência da República em 2012, o Ministério das Comunicações passa a ter a prerrogativa de "outorgar autorizações para Estados, Distrito Federal e Municípios para a exploração do Canal da

[189] BRASIL. Decreto no. 5.820, de 29 de junho de 2006. Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T,... e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 30 jun. 2006. Disponível em: [http:// ww.planalto.gov.br/ civil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.ht] Acesso em: 17 abr. 2010.

Cidadania".[190] Excluindo-se o Canal do Poder Executivo, destinado à programação dos governos federal, estadual e municipal, para divulgação institucional, em todos os demais haveria possibilidade de se discutir a inserção das TVs universitárias. Para o Canal da Educação, cujo objetivo são programas de ensino à distância e formação de professores, há um direcionamento de formato e conteúdo não associados à exploração da diversidade regional ou da pluralidade de oferta audiovisual, ainda que essa discussão possa ser aprofundada. Entretanto, é um espaço destinado à regulamentação do Ministério da Educação, especialmente destinado à TV Escola e programas de formação, onde a estrutura das TVs universitárias poderia estar inserida como laboratório técnico, mas a orientação de formato e conteúdo estaria direcionada a um objetivo pedagógico.

De outra forma, os Canais de Cultura e da Cidadania parecem plenamente disponíveis à programação produzida pelas emissoras universitárias com caráter regional. Enquanto o Canal de Cultura, sob responsabilidade do Ministério da Cultura, não avança em regulamentação e definição de operacionalização, o Canal da Cidadania recentemente regulamentado, através do Ministério das Comunicações, apresenta-se como o espaço a ser explorado pelas outorgas regionais. Entre os princípios estabelecidos pela Portaria 489, de 18 de dezembro de 2012, são definidos como objetivos do Canal:

> I - transmitir atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos dos poderes públicos federal, estadual e municipal;
>
> II - propiciar a formação crítica do indivíduo para o exercício da cidadania e da democracia;
>
> III - expressar a diversidade de gênero, étnico-racial, cultural e social brasileiras, promovendo o diálogo entre as múltiplas identidades do País;
>
> IV - promover a universalização dos direitos à informação, à comunicação, à educação e à cultura, bem como dos outros direitos humanos e sociais;

[190] BRASIL. Decreto nº 7670, de 16 de janeiro de 2012. Altera dispositivos do Regulamento dos Sistemas de Radiodifusão (...) **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 16 jan. 2012. Disponível na internet em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/ Decreto/D7670. htm] Acesso em 11 nov. 2012.

> V - fomentar a produção audiovisual independente, ampliando a presença desses conteúdos, de interesse da comunidade, em sua grade de programação;
>
> VI - contemplar a produção local e regional;
>
> VII - dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
>
> VIII - oferecer mecanismos à formação e à integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
>
> IX - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
>
> X - promover programas de finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. [191]

O Canal da Cidadania está, portanto, relacionado especificamente à exibição de programação com temática regional, pelos objetivos defendidos, alinhado, segundo este entendimento, ao perfil dos programas produzidos pelas TVs universitárias público-estatais no interior do Brasil. A Norma de Regulamentação é publicada após seis anos de debate, desde o decreto de implantação do SBTVD, considerando consultas públicas representativas de uma conjuntura de relações políticas e sociais disputando espaço na nova grade da televisão aberta do país, e a prerrogativa do Governo Federal. Embora tenham sido escassas as manifestações e/ou mobilizações em torno do tema, havia, de parte dos movimentos sociais relacionados à democratização audiovisual no Brasil, uma expectativa na oportunidade para a colocação de novos atores e para a consolidação de canais a serviço da diversidade cultural e regional.

O diretor da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Nelson Breve, em manifestação durante audiência pública do Conselho Curador da EBC em Porto Alegre, no dia 13 de novembro de 2012, alertou para a relevância do momento de negociação e articulações políticas em torno da ocupação do Canal da Cidadania:

> Às vezes nas políticas públicas há muitas prioridades, e essas prioridades são alçadas de acordo com a mobilização: se a sociedade não se mobiliza, fica mais difícil para o governante enxergar que aquilo é uma demanda social de relevância. Esta é

191 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Portaria 489, de 18 de dezembro de 2012. Norma Regulamentar do Canal da Cidadania. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 19 dez. 2012. Disponível em: [http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=19/12/2012&jornal=1&pagina=84&totalArquivos=168] Acesso em: 20 dez. 2012.

> a grande oportunidade de aumentar o espaço do campo público na TV digital, depois vai ser muito caro e não vai haver outra oportunidade. A convergência tecnológica é o nosso *safte car*, se a gente perder vamos ficar lá atrás. É a oportunidade que se tem de construir um modelo o mais democrático possível: ter um Canal da Cidadania é ter quatro em um.[192]

Breve explicou, na mesma oportunidade, a negociação para incluir as operações de transmissão do Canal da Cidadania através do Operador de Rede Nacional Pública de Televisão Digital, ratificando a posição da EBC de que este é o espaço destinado à ampliação da diversidade e regionalização da programação na TV Digital.

Uma iniciativa recente do Conselho Curador da EBC está na realização de audiências públicas descentralizadas, sediadas nas capitais, com o objetivo de estimular a discussão da democratização e da regionalização da produção audiovisual no Brasil. Na audiência realizada em Porto Alegre, no dia 13 de novembro de 2012, houve uma primeira demonstração da unidade dos movimentos e das causas que os mobilizam. De acordo com o conselheiro Pedro Aarão, "uma manifestação bastante tímida e decepcionante, tendo em vista a tradição do Rio Grande do Sul em ser um estado politizado e envolvido com os debates de interesse público." [193]

Nesta audiência, manifestaram-se representantes regionais da Associação Brasileira de Televisões Universitárias (ABTU) e da Associação Estadual dos Produtores Culturais, ambos reivindicando maior aproveitamento das produções das TVs universitárias e das produtoras independentes na programação da TV Brasil, mas demonstrando ainda desconhecimento generalizado quanto à operacionalização e negociações relacionadas à implantação da TV Digital no país e as oportunidades que este momento apresenta.

Entretanto, não coincidentemente, é possível afirmar que à ABTU, embora congregue predominantemente os interesses das TVs universitárias de entidades privadas ou filantrópicas, cabe algum protagonismo na discussão dos espaços públicos em negociação na TV Digital. Entre as entidades que se manifestaram publicamente

[192] BREVE, Nelson. **Manifestação do Diretor Presidente da Empresa Brasil de Comunicação** durante audiência pública do Conselho Curador da EBC. Porto Alegre: Casa de Cultura Mario Quintana. Em 13 nov. 2012

[193] AARÃO, Pedro. **Manifestação do conselheiro da Empresa Brasil de Comunicação** durante audiência pública do Conselho Curador da EBC. Porto Alegre: Casa de Cultura Mario Quintana. Em 13 nov. 2012

sobre as negociações para o Canal da Cidadania, a ABTU colocou-se como entidade representativa, enviando carta de sugestões à consulta pública do MinC, em que reivindica o espaço deste segmento no Canal da Cidadania. Segundo o presidente da ABTU, Fernando José Garcia Moreira, "para continuar a desenvolver o seu papel social na extensão da universidade e estreitamento de suas relações com a sociedade, a TV universitária deve fazer-se presente na TV aberta, beneficiando-se da viabilidade técnica propiciada pela TV Digital". [194]

Após receber sugestões colhidas em Consulta Pública lançada no mês de março de 2012, a Norma definida pelo Ministério das Comunicações, através da Portaria 489, estabelece multiprogramação, com as quatro faixas de conteúdo características, sendo a primeira outorgada ao Poder Público municipal; a segunda, ao Poder Público estadual; e as duas restantes "para a veiculação de programas produzidos pela comunidade do Município ou que tratem de questões relativas à realidade local". [195] Ainda que esta definição possa ser diretamente relacionada ao perfil de programação das TVs universitárias público-estatais do interior, a conceituação de entidades autorizadas a solicitar outorga para a operação de programação local parece excluir a possibilidade de obtenção de outorga pelo maior grupo entre as oito emissoras pesquisadas. De acordo com a Norma, estão autorizadas a explorar o Canal da Cidadania os Estados, Distrito Federal, Municípios e fundações e autarquias a eles vinculadas, o que eliminaria, automaticamente, as TVs instituídas através de fundações ou como departamentos e/ou laboratórios das universidades federais. Entre as emissoras pesquisadas, seis estariam impossibilitadas de pleitear outorgas municipais (TV UFLA, TV Viçosa, TVU UFU, TV Campus, TV FURG e Unitevê UFF), enquanto apenas as TVs UESB, por estar vinculada a universidade estadual, e FURB TV, por ser fundação municipal, poderão candidatar-se a produzir e coordenar a grade de programação local do Canal da Cidadania. Como ambas já operam em canal aberto VHF, e encontram-se em processo de obtenção de canal digital para migração em 2016, a exploração do Canal da Cidadania pode apresentar uma oportunidade adicional, embora as emissoras não prescindam desta estrutura para ocupação de espaço local no novo espectro digital.

[194] ABTU. **ABTU defende participação das TVs universitárias no Canal da Cidadania.** Disponível na internet em: [http://abtu.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=129%3Aconsulta&catid=36%3Anotabtu&Itemid=1] Acesso em 15 nov.201

[195] MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, Op.cit.

Por outro lado, para as três TVs que ainda permanecem restritas à Lei da TV a cabo, sem perspectiva de migração para o sinal aberto, a Norma de Regulamentação do Canal da Cidadania restringe uma possibilidade que se apresentava com a TV digital. As TVs Campus, FURG TV e Unitevê UFF estariam, portanto, com um horizonte ainda mais limitado no debate da democratização da programação de conteúdo local na televisão aberta brasileira. Considerando-se não haver, ao menos momentaneamente, interesse por parte da Unitevê em ampliar a cobertura geográfica de sua programação, o prejuízo mais imediato recaiaria sobre as emissoras gaúchas, que ainda estão buscando outorgas de canais VHF locais.

Durante meses de contato por telefone e e-mail, o diretor do departamento de Acompanhamento e Avaliação do Ministério das Comunicações, Octavio Penna Pieranti, que coordena a discussão da regulamentação do Canal da Cidadania no MinC, esclareceu que, sobre a colocação das TVs universitárias no Canal da Cidadania, "as respostas dependiam da publicação do regulamento". [196] Ao observar a Norma editada pelo Ministério, é possível concluir que as TVs comunitárias, ou de forma mais ampla o movimento social ligado a esse grupo de emissoras, conquistou um espaço amplo e estratégico no novo espectro da televisão aberta brasileira. A opção preferencial da regulamentação estabelece de forma específica a documentação necessária para a instituição de associações comunitárias interessadas em pleitear faixa de multiprogramação do Canal da Cidadania.

Esta premissa poderia ser contrariada apenas com a possibilidade de estabelecerem-se as TVs universitárias locais como canais aos quais seja cedida a coordenação de produção ou programação, através das outorgas concedidas a entidades dos poderes ou às associações municipais, por representarem condições estruturais para prover o canal de produção regionalizada. Uma possibilidade que dependeria das articulações entre os atores envolvidos em cada localidade, das negociações políticas em nível regional e da consolidação de infraestrutura para a transição digital nas TVs universitárias. Um contexto que, aparentemente, beneficiaria as situações da TV Campus e da FURG TV, pela relevância no contexto local e regional, em contraposição à Unitevê da UFF, que não vislumbra a digitalização como hipótese de recolocação.

[196] PIERANTI, Octavio Penna. **Entrevista concedida pelo diretor** de Avaliação e Acompanhamento de Serviços Eletrônicos do Ministério das Comunicações à pesquisadora. Em 14 nov.2012

Diante da Norma, as definições contrariam a hipótese inicial desta tese, segundo a qual as televisões universitárias público-estatais o interior do Brasil compartilhariam um canal de abrangência nacional (da Cidadania, ou da Cultura) com outras emissoras, e continuariam a ter seu espaço segmentado através da televisão por assinatura, minando a idéia de transmissão generalizada em sinal aberto. As informações levantadas permitem concluir, até o momento, que o horizonte para as TVs universitárias no novo espectro digital é ainda mais restrito, permanecendo como concreta apenas a iminência de migração direta para os canais VHF e o afastamento das TVs universitárias da possibilidade de pleitear outorga para coordenar programação local. A única margem encontrada na legislação recentemente oficializada é uma ressalva feita à necessidade de acréscimo de canal que favoreceria as TVs universitárias:

> A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica poderá, a qualquer tempo, determinar a inclusão de uma quinta faixa, destinada à programação de órgãos e entidades vinculados à União, bem como à prestação de serviços de governo eletrônico. [197]

Pela ligação predominante às universidades federais no grupo pesquisado, a brecha para órgãos e entidades vinculados à União pode apresentar uma alternativa para as seis emissoras federais (TV UFLA, TV Viçosa, TVU UFU, TV Campus, TV FURG e Unitevê UFF) na programação do Canal da Cidadania. De qualquer forma, é possível ratificar a perspectiva inicial, de que não parece haver um contexto concreto que favoreça os canais de televisões universitárias a obterem, no novo espectro da televisão digital brasileira, a mesma concessão oferecida aos canais comerciais de televisão aberta, que terão a migração automática a partir de 2016. O que fortalece a probabilidade de um horizonte fechado em torno da democratização da programação de televisão aberta no Brasil, com a permanência de maior espaço para as redes comerciais.

Nos casos das oito emissoras pesquisadas, somente a TV Viçosa teria hoje garantida a transmissão em canal aberto digital, por já ter obtido a outorga do mesmo, enquanto as demais TVs que operam em VHF ainda não asseguraram sua migração para os canais digitais. Entre as emissoras que operam exclusivamente pela TV a cabo, a situação é ainda mais preocupante, visto que não há pouca perspectiva de obtenção de

197 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Portaria 489, de 18 de dezembro de 2012. Norma Regulamentar do Canal da Cidadania. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 19 dez. 2012. Disponível em: [http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=19/12/2012&jornal=1&pagina=84&totalArquivos=168] Acesso em: 20 dez. 2012.

canal aberto e praticamente nulas as possibilidades de inserção no Canal da Cidadania (casos da TV Campus, FURG TV e Unitevê UFF).

Já a implantação do Operador Nacional de Rede Pública, ou Operador Único de Rede Nacional de Televisão Pública Digital (RNTPD), conforme define o Ministério das Comunicações (MC), permanece como um dos pontos mais obscuros do desenvolvimento do SBTVD. Saudado como uma alternativa essencial para a viabilização da estrutura de transmissão digital para as TVs ligadas aos Poderes estatais, assim como as educativas, comunitárias e universitárias mantidas no espectro aberto, o Operador ainda não saiu do papel. As consultas e audiências públicas para discutir o modelo de financiamento e administração do sistema foram realizadas em 2010, com a presença de grupos da Espanha, Suécia, Alemanha, França, Japão, Estados Unidos e México, interessados no negócio proposto em parceria público-privada pelo governo brasileiro.[198] Os editais para concorrência à escolha da empresa que implantaria a estrutura a serviço da Rede Nacional de Televisão Pública (RNTP) deveriam ter sido lançados ainda naquele ano, entretanto até novembro de 2012 não haviam sido publicados. A indefinição é uma conseqüência da ausência de acordo entre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que irá implantar e gerenciar o Operador, e o governo federal, sobre o modelo de financiamento da estrutura.

As informações disponibilizadas publicamente pelo governo federal, através do Ministério, e pela a EBC retratam as indefinições que marcam o projeto, adiando decisões para a concretização da plataforma estratégica para o avanço da digitalização no setor público. Na página do MinC, responsável pela implantação do projeto, não há informações sobre o andamento da implementação do Operador. No site da EBC, há um campo específico denominado Operador Único da Rede Nacional de TV Pública Digital Terrestre, aberto pela assertiva "Acompanhe nesta página as notícias sobre a implantação do Operador Único da Rede Nacional de TV Pública Digital Terrestre (RNTPD)". [199] A última atualização neste campo de informações foi feita em 19 de junho de 2012, apresentando como última fase das etapas de implantação do Operador uma notícia de 2011, em que "TVs e entidades do campo público cobram definições

[198] Folha online. **TV Digital**: TCU avalizará edital para operador nacional de rede pública. Disponível na internet em: [http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=21726&sid=8] Acesso em 11 jan.2012

[199] EBC. **Site da Empresa Brasil de Comunicação**. Operador Único da Rede Nacional de Televisão Pública Digital Terrestre. Disponível na internet em: [http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/sala-de-imprensa/2011/06/operador-unico-da-rede-nacional-de-tv-publica-digital-terrestre] Acesso 07 nov.2012

sobre o Operador Único da Rede Pública Digital". [200]

A constatação reafirma a interrupção no prosseguimento das etapas necessárias à concretização do Operador e a falta de definições acerca do projeto, confirmadas através da manifestação do diretor de Avaliação e Acompanhamento de Serviços de Comunicação Eletrônica do MinC, Octavio Penna Pieranti, em relação às questões encaminhadas por esta tese. Pieranti limitou-se a afirmar que ainda não havia definições sobre as situações apresentadas [201]. O impasse torna-se ainda mais acentuado diante da posição manifesta pelo diretor presidente da EBC, Nelson Breve, durante audiência pública do Conselho Curador da EBC, realizada em Porto Alegre:

> "Estamos com uma dificuldade de gestão do modelo institucional nas negociações com o Ministério das Comunicações, pensando na distribuição: se será um modelo público ou uma parceria público-privada. Talvez uma empresa privada possa fazer com mais efetividade e eficácia do que uma estrutura pública: o importante é chegar o mais longe possível, e chegar rápido e bem". [202]

As negociações para a elaboração do projeto do Operador Único incorporaram também a Telebrás para desenvolver soluções que se relacionassem com o desenvolvimento do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e com a rede de fibra ótica implantada pela telefônica. Entretanto, no mesmo sentido, o diretor da Telebrás em 2011 já alertava para a necessidade de "um posicionamento do Governo quanto à prioridade do projeto e seu financiamento". [203] Em 2012, a EBC anunciou a decisão da Telebrás em retirar-se das discussões sobre a implantação do Operador, pela prioridade em executar o PNBL, o que exclui um elemento considerado como hipótese, e que representava o elo facilitador da tese de estruturação do Operador através de instituição pública. "Estava entre EBC e Telebrás até agora, mas continuava vinculado ao Ministério das Comunicações. Nas condições dadas, com a saída da Telebrás, é uma missão que temos muita dificuldade de cumprir no prazo necessário e nas condições adequadas", alerta o diretor presidente da EBC. [204]

---

[200] EBC, Op.cit.
[201] PIERANTI, Op.cit.
[202] BREVE, Op.cit.
[203] Carta Capital. **Telebras conclui rede para TV Digital no NE e SE até o fim do ano.** Disponível na internet em: [http://www.cartacapital.com.br/economia/telebras-conclui-rede-para-tv-digital-no-ne-e-se-ate-o-fim-do-ano/] Acesso em 11 jul. 2012
[204] BREVE, Op.cit.

Inicialmente, o governo brasileiro apresentou o Operador como uma plataforma de transmissão instituída com o objetivo de integrar os sinais das televisões públicas federais em cidades com mais de 100 mil habitantes, atendendo a 63% da população brasileira. A estrutura estaria disponível para as TVs legislativas (Câmara e Senado), do Poder Executivo (NBR), do Judiciário (TV Justiça), a TV Pública Federal (TV Brasil), da própria EBC, e novas redes estatais previstas pelo decreto da TV Digital: Canal da Educação (MEC), Canal da Cultura (Ministério da Cultura) e Rede da Cidadania (Ministério das Comunicações). As primeiras críticas a esse modelo surgiram nas audiências públicas e durante as negociações com as entidades relacionadas ao campo das emissoras públicas, que iniciaram os questionamentos sobre a necessidade de ampliação desta abrangência de canais, acirrada pela disputa também estabelecida em torno das programações a serem disponibilizadas pelos Canais da Educação, Cultura e Cidadania.

Entre as entidades que atuam na discussão destas questões estão a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação, instalada no Congresso Nacional, Abepec, Associação Brasileira de Canais Comunitários (Abccom), ABTU, FNDC, Coletivo Intervozes – ambos com legitimidade histórica nos debates sobre democratização da Comunicação no Brasil –, junto à Frente Nacional pela Valorização das TVs do campo público (Frenavatec).

O diretor presidente da EBC esclarece que a incorporação das transmissões do Canal da Cidadania ao Operador foi resultado de uma intensa negociação política, sendo considerada, segundo ele, um avanço para o campo público nas definições do projeto.

> "Foi uma luta que fizemos para realizara mudança na legislação que incluísse o Canal da Cidadania no escopo do Operador. Evidente que encarece o custo, mas queremos integrar porque é importante a concepção das três esferas, do nacional para o estadual e daí para o local. A TV Brasil não tem esse desejo de transmitir do centro para o restante do país de uma forma vertical. As emissoras contempladas podem ser públicas ou de direito privado, desde que tenham missão pública". [205]

A partir de 2012, o engenheiro André Barbosa, anteriormente ligado à Casa Civil, passou a dirigir o Setor de Suporte e Operações da EBC, sendo o responsável, a partir de então, pelo gerenciamento e implantação do Operador Único de Rede Pública, a partir da administração da EBC. As imposições legais são uma das questões que ele

[205] BREVE, Op.cit.

aponta como limitantes à expansão de abrangência de canais através do Operador, que necessitaria de uma revisão na legislação para cumprir com o objetivo principal de servir à democratização da produção audiovisual regionalizada no Brasil.

Na atual modelagem proposta para o Operador Único, somente as TVs federais, ligadas ao Poder Executivo, poderiam utilizar o sistema de transmissão e as vantagens da exibição em multiprogramação, que permite até quatro grades simultaneamente. As emissoras administradas por fundações de direito privado teriam acesso ao Operador através da multiprogramação, em inserção direta nas faixas de programação prevista pelo Canal da Cidadania local.

> É evidente que o governo quer que as emissoras públicas possam transmitir com multiprogramação. Mas emissoras educativas, pelo menos do que a gente conhece, têm dificuldade de colocar uma programação 24 horas no ar, porque não têm conteúdo – exceto uma ou outra TV universitária, tem algumas horas de programação. E a mesma coisa acontece, no caso das emissoras comunitárias. Uma política de estímulo à programação na televisão deverá gerar, no futuro, uma oferta maior do que existe hoje. Mas essa oferta custa dinheiro. E esse dinheiro vai ser pago por quem? Pela Universidade Federal, pela Estadual? Aí é que está. [206]

As possibilidades apresentadas pelas atuais definições acerca do Operador Único de RNTPD para as TVs universitárias público-estatais do interior do Brasil estão relacionadas ao Canal da Cidadania. O horizonte parece estar parcialmente fechado à inclusão das universitárias, através do Canal da Cidadania, mas, por outro lado, parcialmente aberto no sistema de transmissão via Operador Único de Rede.

Entre as oito emissoras pesquisadas, apenas uma (TV Campus) adquiriu antena própria de transmissão digital, entretanto, contraditoriamente, é uma TV que não possui perspectiva de iniciar transmissões em sinal aberto, seja através de outorga analógica para migração, seja através das possibilidades oferecidas pela regulamentação do Canal da Cidadania. Hoje a emissora da UFSM depende da tramitação da negociação política envolvendo a liberação de canal educativo VHF na região de Santa Maria (RS).

Já as demais sete emissoras, além de não terem ainda investido em equipamentos de transmissão digital, apresentam um contexto geral de modernização recente e restrita de seu parque de produção audiovisual, com exceção do grupo de

[206] BARBOSA, André. **Entrevista ao site GingaDF**. Disponível na internet em: [http://www.gingadf.com.br/blogGinga/?p=814] Acesso em 07 nov.2012

emissoras de Minas Gerais (TV UFLA, TVU UFU e TV Viçosa) que aportou recursos significativos na atualização da estrutura de produção. Ainda assim, este grupo de sete emissoras, excluindo-se a TV Campus, necessitará de apoio do Governo Federal para prover condições de transmitir a programação em sinal digital.

As manifestações do coordenador da implantação do projeto na EBC induzem à necessidade de superação de entraves legais, entretanto a posição do diretor presidente da EBC abre a possibilidade de ampliação do grupo de emissoras contempladas pelo Operador, o que incluiria as TVs universitárias como entidades administradas por fundação de direito privado, desde que resguardada a missão pública.

Se as negociações acerca da implantação do Operador estão, portanto, no aspecto da estruturação e implantação técnica, bastante superficiais, seria possível afirmar, por outro lado, que há um horizonte favorável a oportunidades concretas para solucionar as dificuldades de financiamento do sistema de transmissão digital para as TVs universitárias público-estatais. Não há, neste momento, condições de se afirmar de forma segura quais serão as emissoras incluídas no escopo de abrangência das transmissões do Operador, assim como não é possível compreender se estas TVs terão cobertura individual – para aquelas que possuem migração direta através do canal aberto –, ou se serão contempladas apenas as emissoras vinculadas ao Canal da Cidadania, o que de imediato reduziria a chance de cobertura do Operador para o grupo de emissoras pesquisadas.

Considerações Conclusivas

A iminência da transição para o sistema digital na televisão aberta brasileira apresenta uma oportunidade histórica de revisão do atual modelo em vigor no país. Trata-se de um momento privilegiado para a disputa de espaços no espectro audiovisual, em que as entidades de defesa e atuação pela democratização da Comunicação no Brasil precisarão obter destaque, se quiserem conquistar avanços nesta área. Deve ser considerado, em todo o período de 62 anos de desenvolvimento da televisão no país, um intervalo inserido estrategicamente entre uma trajetória consolidada na predominância do interesse comercial, abrindo uma fresta para a rediscussão do modelo de televisão brasileira.

Considerando este contexto representado pela reconfiguração de paradigma tecnológico, e identificando nas televisões universitárias público-estatais localizadas em instituições do interior do Brasil um núcleo de emissoras produtoras de conteúdo regionalizado, esta tese procurou investigar a suposição em torno do potencial dessas emissoras para a pluralidade audiovisual no país, avaliando a instrumentalização técnica e política deste grupo de TVs para a convergência digital.

A identificação da representatividade regional das TVs universitárias ligadas a universidades públicas no interior do Brasil originou-se na experiência pessoal desta pesquisadora como técnica de nível superior em uma das emissoras: a TV Campus, da Universidade Federal de Santa Maria. O reconhecimento das possibilidades relacionadas a uma emissora de forte identificação comunitária e local, mesmo operando através da TV a cabo, por ainda não ter obtido uma concessão de canal aberto, motivou a investigação sobre o grupo de emissoras relacionadas a um perfil semelhante, exigindo uma construção teórico-metodológica sobre a conceituação e a caracterização dessas TVs como parte do campo público de emissoras brasileiras.

Frente ao grande grupo de televisões universitárias no país, atravessadas por uma série de condições contrastantes, e diante de um referencial teórico bastante limitado no Brasil acerca deste tema, partiu-se para uma pesquisa de campo detalhada, dedicada a identificar a existência de núcleos de produção audiovisual ligados a universidades regionais, estaduais e federais, mantidas com recursos públicos, portanto – de acordo com a perspectiva teórica da tese – associadas ao interesse público. Foram usados contatos telefônicos, por e-mail com os diretores das assessorias e cursos de

Comunicação das universidades, bem como pesquisa por internet nos sites das instituições. Uma investigação preliminar, com a mesma metodologia, já havia localizado as emissoras ligadas a essas instituições nas capitais do Brasil. Construiu-se, portanto, de forma paralela e simultânea, o mapa das televisões universitárias público-estatais em todo o Brasil, excluindo-se as emissoras ligadas a universidades privadas ou filantrópicas.

A identificação de todos os núcleos audiovisuais em universidades público-estatais no interior do Brasil foi precedida da definição metodológica que estabeleceu a tipificação dos modelos estruturais, resultando no conceito de emissora detentora de canal próprio, e posteriormente no conceito de televisão universitária empregado para os objetivos e pela compreensão teórica desta tese. Essas duas dimensões determinam o fechamento do *corpus* das oito TVs universitárias público-estatais no interior do Brasil, reconhecidas como emissoras com autonomia de administração e produção sobre um canal de televisão outorgado a universidade ou a fundação ligada à instituição de ensino superior mantida com recursos públicos.

O levantamento de dados sobre cada uma das oito emissoras considerou, permanentemente, o tangenciamento aos objetivos traçados, estabelecendo para isso uma série de categorizações nos níveis de análise da Convergência Digital Técnica e Política, Conteúdo Local e Interatividade. Através da avaliação desses três eixos, a tese procurou investigar a infraestrutura disponível e em planejamento nas TVs dentro de cada um desses itens, agregando a seguir uma metodologia comparativa entre os diferentes estágios de preparação de cada uma das emissoras para a iminência do paradigma digital na televisão brasileira, junto às possibilidades de cada uma delas para a ampliação da abrangência de cobertura através de sinal aberto digital, entendendo esta etapa como fundamental para a pluralidade audiovisual no país.

A investigação das condições estruturais e políticas de cada TV esteve, portanto, também entrelaçada à compreensão do contexto de negociações em torno das definições normativas do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD), que estabelece a divisão do novo espectro digital, e do Operador de Rede Nacional de Televisão Pública Digital (RNTPD). Essa análise simultânea, baseada em entrevistas com representantes do Ministério das Comunicações e Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi estabelecida metodologicamente como etapa complementar ao entendimento das atuais condições de convergência digital para as emissoras do campo público, assim como das perspectivas que surgem com as delimitações legais em resolução.

Coincidentemente, no mesmo período de fechamento deste texto, em dezembro de 2012, o Governo Federal publicou a Norma Regulamentar do Canal da Cidadania, considerado um dos espaços prioritários para a recolocação das TVs ligadas ao campo público não detentoras de canal em sinal aberto.

Entre as principais conclusões levantadas pela tese, apresenta-se uma série de evidências em relação às diferentes hipóteses inicialmente estabelecidas. Sobre a identificação deste grupo com o potencial de produção audiovisual regionalizada, ainda que estejam limitadas pela necessidade de divulgação institucional a que estão relacionadas, as TVs universitárias público-estatais no interior do Brasil devem ser reconhecidas como polo de pluralidade audiovisual pela verificação de comprometimento com o conteúdo local. Mesmo condicionadas à característica estrutural das limitações técnicas e demarcadas, de forma generalizada, por investimentos insuficientes, mantêm um canal de exploração da temática local de interesse público – porque ligado a uma universidade pública –, não contemplada pelas grades predominantemente nacionais e estaduais das emissoras comerciais.

O perfil editorial alinhado ao conteúdo local, entretanto, verificou-se menos objetivo do que supunham as hipóteses iniciais. Ao se constatar esta limitação de espaço local nas grades das repetidoras estaduais comerciais, entendia-se que as emissoras com programas voltados às discussões de interesse do município passariam a ter potencial privilegiado de audiência, reduzido, entretanto, pela permanência na TV a cabo. A crença preliminar de que nas universidades de municípios do interior haveria uma identificação direta com as pautas de interesse local pela inserção das atividades da instituição na própria cidade foi confirmada no nível da idealização editorial, mas não verificada de forma global no desenvolvimento prático de programação especificamente direcionada a este perfil, ainda que os programas com esta temática sejam maioria. Trata-se de uma característica trabalhada de forma mais enfática de acordo com o posicionamento ideológico dos coordenadores, considerando as condições estruturais de produção como fator limitante. Apesar disso, a hipótese de alinhamento editorial ao conteúdo local foi confirmada, acompanhada de consolidação em seis dos oito casos (TVU UFU, TV Viçosa, TV UFLA, TV Campus, FURG TV e TV UESB), e inconsistência em outros três (FURB TV e Unitevê UFF).

É possível também defender a hipótese de que as condições estruturais não se constituem em impedimento para o fortalecimento da produção de programação de conteúdo local, ao contrário, poderiam ser consideradas como condição favorável,

especialmente na questão de recursos humanos. Observa-se um quadro de servidores altamente significativo em termos quantitativos na quase totalidade das emissoras, mas não traduzido em diversificação da programação. Neste caso, os conflitos estabelecidos com os Cursos de Comunicação Social das instituições, que prejudicam o aproveitamento mais amplo da estrutura técnica, e ao mesmo tempo a conduta conservadora do funcionalismo público, desvinculada do estímulo à inovação e à produtividade, serviriam como entraves para avanços na consolidação desses núcleos como emissoras produtoras e transmissoras de conteúdo local regionalizado.

As limitações de recursos humanos, na avaliação quantitativa, não podem ser consideradas impedimento para o fortalecimento das produções das TVs universitárias, visto que grande parte das emissoras possuem equipes numerosas, interdisciplinares e com formação específica na área de Comunicação. Por outro lado, a inserção política na discussão do SBTVD, como se admitiu inicialmente, está afastada das preocupações das emissoras, sendo apenas um assunto tratado pelas direções das TVs em fóruns de discussão associativista com abrangência estadual ou nacional.

Em relação, portanto, à capacidade de desenvolver uma produção consistente de conteúdo regionalizado, é preciso reconhecer que as TVs universitárias público-estatais ainda permanecem à margem do significativo nicho que representam como alternativa de pluralidade audiovisual no País, apesar de possuírem de fato o vínculo com a programação de conteúdo local.

No plano da transmissão, é possível concluir que para as emissoras que ocupam canais abertos VHF ou UHF, há uma perspectiva de maior abrangência de público, confirmada ocasionalmente através dos depoimentos oferecidos por diretores e editores, mas sem uma ratificação por medições objetivas. O horizonte apontado pelo Operador de Rede Nacional Pública de Televisão Digital, embora possa ser entendido como favorável, apresenta definições restritas no atual momento de discussões acerca da regulamentação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD). Já o Canal da Cidadania, recentemente normatizado, apresenta restrições à colocação das emissoras universitárias no novo espectro audiovisual, enquanto efetiva, por outro lado, um importante avanço para as emissoras comunitárias. Em termos gerais, a implementação do SBTVD reflete a escassa mobilização da sociedade civil e das entidades de defesa da democratização da Comunicação em torno do tema, e indicam ampla possibilidade de manutenção da legislação conservadora, privilegiando os monopólios de mídia e apresentando tímidas possibilidades de fortalecimento das emissoras públicas como

programação alternativa.

A preparação deste grupo de emissoras universitárias para a convergência digital, e as condições através das quais poderiam se constituir em contraponto à programação hegemônica neste novo paradigma é um demonstrativo dessa situação: encontra-se em um contexto de conquistas esparsas frente a um largo horizonte de indefinições estruturais.

A transição tecnológica tem apresentado alternativas, com várias dessas emissoras constituindo canais de transmissão ao vivo pela internet, ou sítios para postagens permanentes de conteúdo audiovisual. Ao mesmo tempo, movimentos políticos têm garantido negociações para a migração para canais educativos em televisão aberta analógica, o que indica a pretensão de instituir-se como alternativa à programação hegemônica. Nas características de interatividade, contrariando a hipótese imaginada, há iniciativas que indicam atuação nesse campo entre as emissoras universitárias, especialmente com relação à estruturação de portais na internet e do relacionamento com o telespectador através das redes sociais.

Há uma série de restrições que ainda dificultam a consolidação dos canais universitários público-estatais como emissoras de televisão, e isso passa essencialmente falta de uma política estratégica para a área de Comunicação nas instituições, somada à não identificação conjunta – institucional e comunitária – desses núcleos como potenciais produtores de conteúdo local regionalizado. Todo esse contexto inviabiliza também uma inserção imediata na convergência digital, ainda que a criação de canais de veiculação pela internet tenha sido um dos sistemas de transmissão a ser verificado com expressiva freqüência em universidades ainda sem operações via cabodifusão.

Ainda não há nenhuma garantia de que as emissoras universitárias público-estatais tenham espaço assegurado nos canais destinados pelo SBTVD ao campo público, ao contrário disso, para as emissoras que não possuem canal em sinal aberto as perspectivas são restritas. Entretanto, duas conclusões parecem bastante plausíveis: a de que as emissoras hoje atuando em canal aberto terão migração automática, se garantirem a concessão de canal digital (a exemplo do processo já encaminhado pela TV Viçosa), e por outro lado a de que as demais TVs terão acesso apenas a inserção eventual através de programação compartilhada. De acordo com o que havia sido inicialmente prospectado, não há nenhum indicativo de que exista, para os canais de televisões universitárias, a possibilidade de seguirem o mesmo caminho dos canais de televisão aberta, que terão a migração automática para o espectro digital, ainda

acrescida a vantagem de um aumento de canais para exibição de multiprogramação. O Operador apenas viabilizaria a antena de transmissão para os canais compartilhados.

O aspecto político da convergência digital – o mais deficitário entre todos os níveis analisados – denota as dificuldades de articulação e inserção da sociedade civil neste debate. Além de haver desconhecimento e distanciamento por parte das equipes e coordenações das TVs universitárias acerca do processo de transição, há uma morosidade no andamento dos projetos de adaptação técnica para obtenção dos novos canais digitais para as emissoras que possuem canal aberto.

Para além disso, desvinculando-se a responsabilidade pelo contexto político desfavorável exclusivamente das emissoras, é central apontar o direcionamento das definições acerca da regulamentação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD). Ao contrário do que delimita o Decreto número 4901, de 2003, que institui o Sistema, a limitação de espaço aos canais públicos, agravada pela ausência de financiamento para a transição, e a manutenção de privilégios para a migração dos canais comerciais vinculados a grandes redes de mídia, não atendem aos objetivos de "estimular a diversidade cultural, propiciar a expansão da tecnologia e da indústria brasileiras ligadas à comunicação, e facilitar o acesso de redes não hegemônicas ao padrão digital"[207].

Todos esses fatores somados podem ser relacionados à definição do padrão tecno-estético das TVs universitárias público-estatais no interior do Brasil, por estabelecerem um conjunto de técnicas, estratégias e determinações estruturais, conforme o conceito de Bolaño, que definem "normas de produção cultural historicamente determinadas".[208] Tem-se, a partir disso, para esse grupo de emissoras universitárias, um padrão demarcado pela identificação com a temática de conteúdo local – restrita à baixa consistência de produção –, aproximação à interatividade como proposta de evolução estética, mas também condicionado a um perfil técnico em processo de adaptação gradativa, junto a um contexto político de defasagem acentuada. São, portanto, emissoras limitadas por condições técnicas e políticas insuficientes, mas potencialmente estratégicas pela ênfase ao conteúdo de valor regionalizado e esteticamente não alinhado ao padrão e ao interesse comercial hegemônico. Entretanto,

[207] BRASIL. Decreto 4901, de 26 de novembro de 2003. Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 27 nov. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4901.htm] Acesso em: 17 abr. 2012.

[208] BOLAÑO, César, Op.cit., p. 234.

as pressões evidentemente exercidas pelas barreiras político-institucional e estético-produtiva permanecem como condicionantes a impedir avanços significativos em espaços e condições para se situarem como alternativa audiovisual. Trata-se, portanto, tanto a regulamentação existente e a ser definida, quanto o padrão tecno-estético como fatores determinantes para a manutenção de um quadro contextual em que não há segurança para se projetar alterações de fundo.

Por outro lado, a aplicação do conceito de emissora universitária desenvolvido por esta tese parece contemplado do ponto de vista da idealização do grupo analisado:

> Tem-se então, por televisão universitária, uma emissora instituída, gerida e mantida por universidade pública-estatal, ou sem fins lucrativos, formada por estudantes, professores e funcionários, capaz de produzir uma grade própria de programação com a finalidade de retratar atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, bem como servir à representação da diversidade cultural e peculiaridades regionais em que está inserida, explorando novos formatos audiovisuais e temáticos que a consolidem como uma alternativa ao padrão tecno-estético hegemônico. [209]

Na medida em que amplia a estruturação dos canais a um trabalho conjunto entre servidores, professores e estudantes – prática não verificável nas emissoras de forma geral –, e exige, ao mesmo tempo, a proposição de diversidade de formatos de programação em alinhamento às temáticas regionais e de interesse público, este conceito precisa ser compreendido como a construção de uma noção a ser desenvolvida pelas emissoras universitárias, para de fato aproximarem-se de um padrão tecno-estético alternativo ao hegemônico.

Por outro lado, é preciso reconhecer a relevância estratégica que tem consolidado as TVs universitárias público-estatais do interior do Brasil como polos regionalizados de diversificação audiovisual. Esta constatação parece mais evidente nos casos da TV Viçosa, pela abrangência regional do sinal aberto, da TV Campus, pelo ecletismo e consistência da programação mesmo em canal fechado, e na TV UESB, pelas significativas iniciativas de atuação política diante do surgimento recente do canal. Entretanto, nas TVs da UFLA, da UFU e da FURB, por atenderem a um expressivo número de municípios e projetarem ampliação em breve da área de cobertura, a potencialidade regional não só está assegurada como garante a manutenção de um núcleo de produção e repercussão audiovisual de importância essencial e estratégica

[209] Conceito apresentado na página 80.

para a pluralidade audiovisual. Basta que sejam reconhecidos como tal, não apenas pelas instituições a que estão vinculados, mas pelas próprias comunidades em que estão inseridos, para que sejam ampliadas e fortalecidas as possibilidades de produção de conteúdo local.

O grupo das três TVs mineiras, junto à TV Campus, TV FURG e TV UESB, no atual estágio de produtividade e investimento em atualização tecnológica, apresentam perspectivas promissoras para a pluralidade audiovisual nas regiões em que estão inseridas. Agregadas às inovações que apresentam em interatividade e sistemas de controle público da programação, podem ser compreendidos como modelos a serem utilizados e aperfeiçoados para a consolidação de canais de produção regionalizada de interesse público. É preciso ainda esclarecer se própria legislação apresentada pela Norma Regulamentar do Canal da Cidadania, que exige a instituição de associação comunitária, não apresenta possibilidade dos canais universitários serem utilizados como núcleos produtores a serviço das instituições locais.

Às emissoras ainda com restrita capacidade de produção alinhada à temática local, como a TV FURB, agravada pela ampla abrangência do sinal aberto, e com resistência interna à identificação do potencial regional, como a Unitevê da UFF, cabe a espera por reorientações políticas, de gestão, ou evolução nos processos de obtenção de outorga em sinal aberto, ainda que alguns desses casos possam ser entendidos também como contextos distantes das possibilidades ou objetivos de evolução ou consolidação como polo regional.

Finalmente, cabe concluir que esta tese, evidentemente, não esgota o estudo deste tema, pelo contrário, tem o intuito de ser recebida como uma tentativa de abertura de um caminho para pesquisas que aprofundem a compreensão do campo de emissoras de televisão de interesse público no país, ainda alvo de escassas investigações nos programas de pós-graduação em Comunicação. A ampliação do entendimento deste grupo de emissoras universitárias engloba ainda todas as TVs ligadas a instituições particulares e filantrópicas, parte delas com predominância na administração de canais universitários regionais e congregando parte significativa da produção regionalizada.

A discussão que envolve o campo público de emissoras de televisão no Brasil necessita também de um aprofundamento teórico sobre os conceitos de interesse público e televisão pública, ainda reféns de uma discussão que concentra suas forças em referenciais externos à área de Comunicação, no modelo consagrado da BBC e no padrão tecno-estético consolidado pela televisão comercial no imaginário brasileiro.

O lugar das televisões universitárias público-estatais, assim como as TVs comunitárias, educativas, ligadas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e a própria TV Brasil, não está em consonância com o modelo mercadológico de televisão, desde seu financiamento, objetivos, modo de produção e características de programação. A audiência não deve ser um parâmetro, assim como os formatos e conteúdos podem e devem buscar a pluralidade não visível no padrão hegemônico. A Fase da Multiplicidade da Oferta já evidenciou a diversidade de opções à disposição do telespectador, a amplificação das possibilidades de exploração e acesso aos produtos midiáticos e audiovisuais, denunciando uma nova etapa do desenvolvimento das relações entre as indústrias e consumidores de Comunicação, onde a permanência dos padrões hegemônicos é a cada momento mais fluida e instável.

Há, portanto, contexto e oportunidade. Há experiências, dentre as quais algumas delas retratadas por este trabalho, que demonstram as potencialidades e as possibilidades de núcleos que trabalham a pluralidade de conteúdos ligados aos regionalismos característicos do Brasil. Pluralidade essa desconsiderada pelas grandes redes de televisão durante décadas, mas que agora passa a ser reconhecida como condição essencial da programação de um meio de comunicação que exerceu papel estratégico de integração nacional e formação dos valores e representações sociais cotidianas. O Estado assumiu, nos últimos anos, um papel central na demarcação de novos espaços para a pluralidade audiovisual, mas se encontra agora em um momento emblemático para inaugurar uma nova fase na televisão brasileira.

No atual contexto de transição para o sistema digital de televisão no Brasil, o processo de convergência das TVs universitárias público-estatais no interior do País encontra-se relacionado a duas questões centrais: definição de um modelo de financiamento e garantias legais de espaço no espectro audiovisual de sinal aberto. Enquanto as negociações de estruturação do SBTVD e do Operador Único de Rede Nacional de Televisão Pública Digital não evoluírem para o reconhecimento desta demanda, permanecendo a sociedade civil inerte às articulações que determinarão essas definições, a tendência mais forte é de reprodução do antagonismo atualmente predominante na divisão do espectro analógico de televisão aberta no Brasil.

A oportunidade histórica de recolocação das forças representativas dos interesses público e privado, com a ocupação de espaços por atores não-hegemônicos, depende de uma posição clara, defendida politicamente e estrategicamente, nos níveis da infra e da super estrutura. Não basta apenas vontade política entre as lideranças

relacionadas ao setor: a sociedade brasileira terá de manifestar o que espera da nova televisão no País, e os movimentos sociais terão de demonstrar que há condições de estruturar um novo modelo. Do contrário, teremos apenas a migração de um sistema tecnológico que seguirá mantendo privilégios econômicos e negando ao público telespectador a oportunidade de poder optar entre uma programação diversificada que retrate a diversidade cultural e social características do Brasil.

Referências

AARÃO, Pedro. **Manifestação do conselheiro da Empresa Brasil de Comunicação** durante audiência pública do Conselho Curador da EBC. Porto Alegre: Casa de Cultura Mario Quintana. Em 13 nov. 2012

Agência Nacional de Telecomunicações. ANATEL. **Mapa da TV por assinatura no Brasil.** Disponível na internet em: [http://www.anatel.gov.br/hotsites/ conheca_Brasil_SATVA/ default.asp?nomeCanal=TV%20por%20Assinatura&codigoVisao=$visao.codigo&site=$visao.tipoSite.codigo] Acesso em: 30 out. 2012.

Agência Nacional de Telecomunicações. ANATEL. **TV por assinatura cresce 30,4% em 2011**. Disponível na internet em: [http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortal Noticias.do?acao =carregaNoticia&codigo=24534] Acesso em 18 maio 2012.

Associação Brasileira de Televisão por Assinatura. ABTA. **Resultados setoriais**: TV por assinatura – operadoras. São Paulo: ABTA, 2010.

Associação Brasileira de Televisão Universitária. ABTU. **ABTU defende participação das TVs universitárias no Canal da Cidadania.** Disponível na internet em: [http://abtu.org.br/index.php?option=com_content&view =article &id=129%3Aconsulta &catid=36%3Anotabtu&Itemid=1] Acesso em 15 nov.201

Associação Brasileira de Televisão Universitária. ABTU. **I Fórum Nacional de TVs Públicas –** Diagnóstico Setorial ABTU. Disponível em: [http://www.cultura.gov.br/upload/ diag_abtu_ 1164650797.pdf] Acesso em 03 mar. 2010. P. 3

ÁVILA, Lucimar de. **Questionário respondido pelo diretor de Programação** da TV UFU à pesquisadora. 15 jul. 2012.

BARBOSA, André. **Entrevista ao site GingaDF**. Disponível na internet em: [http://www. gingadf.com.br/blogGinga/?p=814] Acesso em 07 nov.2012.

BLUMLER, Jay. **Televisíon e interes público.** Barcelon: Boch, 1992.

BOLAÑO, César. **Indústria cultural, informação e capitalismo.** São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.

BOLAÑO, César. **Políticas de Comunicação e Economia Política das Comunicações no Brasil.** 2ª. Ed. Aracaju: Editora UFS, 2003. p.32

BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério Cruz. **A televisão brasileira na era digital**: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes. São Paulo; Paulus, 2007.

BOLAÑO, César; BRAZ, Rodrigo. A regulação das comunicações no Brasil: conservadora ou liberal? O caso da TV por assinatura. In: BRITTOS, Valério (Org.). **TV digital, economia política e democracia.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010. p. 87-103. p. 88.

BORELLI, Silvia; PRIOLLI, Gabriel. **A deusa ferida** – por que a Rede Globo não é mais a campeã absoluta de audiência. São Paulo: Summus, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL. Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa a Lei 4.117, de 27 de

agosto de 1962. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0236.htm] Acesso em: 05 jul. 2010.

BRASIL. Decreto 4901, de 26 de novembro de 2003. Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 27 nov. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4901.htm] Acesso em: 17 abr. 2012.

BRASIL. Decreto no. 5.820, de 29 de junho de 2006. Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T,... e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 30 jun. 2006. Disponível em: [http:// ww.planalto.gov.br/ civil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.ht]> Acesso em: 17 abr. 2010.

BRASIL. Decreto nº 7670, de 16 de janeiro de 2012. Altera dispositivos do Regulamento dos Sistemas de Radiodifusão (...) **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 16 jan. 2012. Disponível na internet em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/ Decreto/D7670. htm] Acesso em 11 nov. 2012.

BRASIL. Lei no. 8977, de 6 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o serviço de TV a cabo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 9 jan. 1995. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br /CCIVIL/leis/L8977.htm] Acesso em: 10 jan. 2010.

BREVE, Nelson. **Manifestação do Diretor Presidente da Empresa Brasil de Comunicação** durante audiência pública do Conselho Curador da EBC. Porto Alegre: Casa de Cultura Mario Quintana. Em 13 nov. 2012.

BRITTOS, Valério. **As barreiras à entrada dos processos televisivos.** Revista Diálogos Possíveis. Salvador (BA): Ano 4, Ed. 1. Jan/ Jul 2005. P. 75-87.

BRITTOS, Valério. Digitalização, democracia e diversidade na fase da multiplicidade da oferta. In: BRITTOs, Valério (Org.). **Digitalização, diversidade e cidadania**: convergências Brasil e Moçambique. São Paulo: Annablume, 2009. P.17-29.

BRITTOS, Valério. **Os 50 anos da TV brasileira e a fase da multiplicidade da oferta**. Observatório – Revista do Obercom, n. 1, p. 47-59, 2000.

BRITTOS, Valério e SIMÕES, Denis Gerson. **Para entender a TV digital:** tecnologia, economia e sociedade no século XXI. São Paulo: Intercom, 2011. p.21-22.

BRITTOS, Valério Cruz. Televisão e barreiras: as dimensões estética e regulamentar. In: JAMBEIRO, Othon; BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério (Orgs**). Comunicação, informação e cultura: dinâmicas globais e estruturas de poder**. Salvador: Edufba, 2004. p. 15-42.

BRITTOS, Valério; LADEIRA, João; PREVEDELLO, Carine; FINGER, Jessica. Radiodifusão, cabodifusão e internet: os canais das TVs universitárias e suas diferenças. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2011, Recife (PE). **Anais do Congresso Intercom 2011**. Recife: Intercom/ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2011.

BRITTOS, Valério Cruz; MIGUEL, João. Políticas de comunicação e sociedade civil: implicações conceituais e desafios práticos. In: BRITTOS, Valério Cruz (org.). **Digitalização e práticas sociais.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009, p.43-59.

BRITTOS, Valério Cruz; MIGUEL, João. Indústria cultural: conceito, especificidades e atualidade no capitalismo contemporâneo. In: BRITTOS, Valério; CABRAL, Adilson (Orgs.). **Economia Política da Comunicação** – Interfaces Brasileiras. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

p.37-56.

BLUMLER, Jay. **Televisíon e interes público**. Barcelon: Boch, 1992.

BUSTAMANTE, Enrique. Políticas de comunicación e cultura: nuevas necessidades estratégicas. In: BOLAÑO, César, MASTRINI, Guillermo; SIERRA, Francisco (Orgs.) **Economia política, comunicación y conocimiento**: uma perspectiva critica latinoamericana. Buenos Aires: La Crujía, 2005, p.251-268.

BUCCI, Eugênio. A TV Pública não faz, não deveria dizer que faz e, pensando bem, deveria declarar abertamente que não faz entretenimento. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. **I Fórum Nacional de TVs Públicas**: Diagnóstico do campo público de televisão. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. 112p., p.13-17.

CABRAL, Adilson. Apropriação social das TICs: para afirmar a comunicação como um direito humano. **XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Intercom: Rio de Janeiro (UERFJ), 2005.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. **A grande mídia diante do local e do comunitário.** In: BRITTOS, Valério; CABRAL, Adilson (Orgs.). Economia Política da Comunicação – Interfaces Brasileiras. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. p. 164-179.

CAJAÍBA, Moises. **Entrevista concedida pelo diretor técnico** da TV UESB por telefone à pesquisadora. Em 01 nov. 2012.

Carta Capital. **Telebrás conclui rede para TV Digital no NE e SE até o fim do ano.** Disponível na internet em: [http://www.cartacapital.com.br/economia/telebras-conclui-rede-para-tv-digital-no-ne-e-se-ate-o-fim-do-ano/] Acesso em 11 jul. 2012.

CEBRIÁN HERREROS, Mariano. **Modelos de televisión:** generalista, temática y convergente com internet. Barcelona: Paidós, 2004.

CUNHA, Rodrigo**. Política rege concessões de rádio e tv.** ComCiência – Revista Eletrônica de Jornalismo e Comunicação. Campinas (SP): SBPC, 2006, Ed. 106. Disponível em [http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=18&id=189] Acesso em 02 jul. 2010.

DANTAS, Marcos. **TV Brasil: de público e públicos.** Observatório do Direito à Comunicação. Disponível na internet em: [http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option =com_content&task=view&id=4914]. Acesso em 04 maio 2012.

EBC. **Site da Empresa Brasil de Comunicação**. Operador Único da Rede Nacional de Televisão Pública Digital Terrestre. Disponível na internet em: [http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/sala-de-imprensa/2011/06/operador-unico-da-rede-nacional-de-tv-publica-digital terrestre] Acesso 07 nov.2012.

EBC. **TVs e entidades do Campo Público** cobram definição governamental sobre Operador Único da Rede Publica Digital. In: EBC. Disponível em: [http://www.ebc.com.br/content/tvs-e-entidades-do-campo-p%C3%BAblico-cobram-defini%C3%A7%C3%A3o-governamental-sobre-operador%C3% BAnico-da-rede]. Acesso em 19 maio 2012.

FNDC. **Bases de um programa para a democratização da Comunicação no Brasil.** Salvador: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, 1994. Disponível em: [http://www.fndc.org.br/ internas.php?p=docinst&categ_key=25] Acesso em 26 out.2012.

FEDERAL Radio Commission. Interpretation of the Public Interest: statement made by the commission on august 23, 1928, relative to Public Interest, Convenience, or ecessity. [s.l.]: 2 FRC Ann. Rep. 166, 1928. In: KAHN, Frank J. (ed.). **Documents of American roadcasting.** Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

Folha online. **TV Digital**: TCU avalizará edital para operador nacional de rede pública. Disponível na internet em: [http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=21726&sid=8] Acesso em 11 jan.2012.

FONSECA, Virginia Pradelina**. O jornalismo no conglomerado de mídia**: reestruturação produtiva sobre o capitalismo global. Tese de Doutorado; Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

FÓRUM NACIONAL DE TVS PÚBLICAS. **Carta de Brasília**, 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, Brasília, 8 a 11 de maio de 2007.

FÓRUM SBTVD. **Normas brasileiras da TV Digital garantem sucesso do sistema**. Disponível na internet em: [http://www.forumsbtvd.org.br/materias.asp?id=6]. Acesso em 15 jul. 2011.

FÓRUM SBTVD. **UIT avança e aprova mais uma recomendação ao padrão nipo-brasileiro de TV Digital em 8 MHz.** Disponível na internet em: [http://www.forumsbtvd.org.br/matérias.asp?id=40] Acesso em 6 jul.2011.

FRAGA, Kátia. **Entrevista concedida pela Coordenadora de Programação** da TV Viçosa à pesquisadora. Viçosa (MG), UFV. Dezembro, 2011.

FREIRE, Carol. **Questionário respondido pela coordenadora de Relações Públicas** da TV UESB à pesquisadora. Em 30 nov. 2012.

FURB. Fundação Universidade Regional de Blumenau**. Site oficial da TV FURB**: [http://www.tvfurb. furb.br] Acesso em 16 ago. 2012.

GARCIA LEIVA, Maria Trinidad e STARKS, **Digital switchover across the globe: the emergence of complex regionals pattems.** Sage Publications, Glasgow Library, 2009. p.786-806.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania** – Estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito do cidadão à informação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GRUPO DE MÍDIA SÃO PAULO. **Mídia Dados 2012.** Disponível na Internet em: [http://midiadados.digitalpages.com.br/home.aspx?edicao=4] Acesso em 22 setembro 2012.

GUIMARÃES, André Luiz de Souza; LEAL, Rodrigo Mendes; LIMA, Jorge Cláudio Cavalcante de Oliveira; SÉCCA, Rodrigo Ximenes; MENEZES, Natalia Maria Lopes. O financiamento do BNDES ao ensino superior: uma avaliação dos impactos do primeiro Programa IES. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 33, 2010.

JAMESON, Fredric. **A cultura do dinheiro:** ensaios sobre a globalização. Petrópolis: Vozes, 2001. P.39.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência.** 2ª ed. São Paulo: Alphe, 2009.

KALIKOSKE, Andrés. **Mercado latino-americano de televisão**. In: BRITTOS, Valério. Tv digital, economia política e democracia. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010. p.105-122. p.105

KALIKOSKE, Andres. Padrões tecno-estéticos e hegemonia televisiva no Brasil. **XI Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul**. São Paulo: Intercom, 2010.

KELLEN, Suzen. **Questionário respondido pela Coordenadora de Jornalismo da TVU UFLA** à pesquisadora. 03 set.2012

KOCH, Carlos Henrique. **Questionário respondido pelo Coordenador de Jornalismo da FURB TV** à pesquisadora. Em 04 set.2012

LEAL FILHO, Laurindo. **"TV Pública."** In: BUCCI, Eugênio (org.). A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinqüentenário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

LEAL FILHO, Laurindo. **A melhor TV do mundo**. São Paulo: Summus, 1997.

LEITE, Rosane Borges. **Questionário respondido pela coordenadora da TV FURG** à pesquisadora. Em 14 maio 2012.

LIMA, Rui Cirne. **Princípios do Direito Administrativo**. 5ª edição. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1982.

MAGALHÃES, Mariza Alvarenga. **Questionário respondido pela diretora administrativa da TVU** à pesquisadora. 03 set.2012.

MARCHEZAN, Martha. **Entrevista concedida pela diretora da TV Campus** à pesquisadora. Santa Maria. Santa Maria, 01 nov. 2010.

MARX, Karl. Para **uma crítica da Economia Política. Disponível** na Internet em: http://www.unioeste.br/projetos/histedbropr/bibliografia/critica_economia_politica.pdf Acesso em 10 jan. 2010.

MATTOS, Sergio. **História da televisão brasileira** – uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Vozes, 5.ed., 2010.

MELO, José Marques de. **Teorias do jornalismo:** identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006, p. 94.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **I Fórum Nacional de TVs Públicas**: Diagnóstico do campo público de televisão. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. 112 p.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Canal da Cidadania.** Disponível na internet em: [http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/canal-da-cidadania] Acesso em 11 nov. 2012

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Portaria nº 189**, de 12 de março de 2010 – Estabelece as diretrizes para operacionalização do Canal da Cidadania. Disponível em: [http://pfdc.pgr. mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/comunicacao/radios-comunitarias/ portaria_ 189_24_marco_2010.pdf]. Acesso em 13 de janeiro de 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portal do MEC** - Seção Universidades. Disponível em: [http:// portal.mec.gov.br/index.html]. Acesso em 20 set.2010.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **TV Digital.** Disponível na internet em: [http://www.mc.gov. br/acoes-e-programas/tv-digital] Acesso em 11 nov. 2012

MOSCO, Vincent. **La economía política de la comunicación**. Barcelona: Editorial Bosch, 2009.

MARCHEZAN, Martha. **Entrevista concedida pela diretora da TV Campus, UFSM**, Santa Maria. Em 01 nov. 2010.

MURDOCK, Graham. Transformações continentais: capitalismo, comunicação e mudança na Europa. In: SOUSA, Helena (Org.). **Comunicação, economia e poder**. Porto: Porto, 2006. p. 13-28.

NAZÁRIO, Paola. **TV Digital, Estado e sociedade civil:** trajetórias e perspectivas. São Leopoldo: Unisinos, 2009. p.1-115

NENO, Luiz. **Entrevista concedida pelo Diretor da TV Viçosa** à pesquisadora. Viçosa (MG), UFV. Dezembro, 2011.

OBSERVATÓRIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO. **Sistema Público de Comunicação no Brasil**: as conquistas e os desafios. Série Debates Fundamentais. Disponível na internet em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/boletim/gerar_boletim.php?boletim=65. Acesso em 10 jun. 2012.

PAIVA, José Eduardo. **Entrevista concedida pelo coordenador da TV Unicamp** por telefone à pesquisadora. Em 12 ago. 2012

PEIXOTO, Fabiana; PRIOLLI, Gabriel (Orgs.). **A televisão universitária no Brasil** – Os Meios de Comunicação nas instituições universitárias da América Latina e Caribe. São Paulo: UNESCO, 2004.

PEREIRA, Fabiano. **Questionário respondido pelo Coordenador de Programação** da TV USP Piracicaba à pesquisadora. Em 17 jul.2012.

PIERANTI, Octavio Penna. **Entrevistas concedidas pelo diretor** de Avaliação e Acompanhamento de Serviços Eletrônicos do Ministério das Comunicações à pesquisadora. Entre 22 maio 2012 e 14 nov.2012

Portal Donos da Mídia: **Comunicação e Políticos**. Disponível na internet em: [http://donosdamidia.com. br/levantamento/politicos]. Acesso em 30 out. 2012.

Portal Donos da Mídia: **Os grupos nacionais.** Disponível na internet em: [http://donosdamidia.com. br/grupos]. Acesso em 04 jul. 2012.

PORCELLO, Flavio. **TV universitária –** limites e possibilidades.Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

PRIOLLI, Gabriel. Elas ainda não são aproveitadas em todo o seu potencial**. Revista Nacional de Ensino Superior. São** Paulo: Andes, Ed.91. Disponível na internet em: [http://www.cnu.org.br/clippings. asp?clip=3]. Acesso em: 10 jul. 2009.

RAMOS, Murilo César. Sobre a importância de repensar e renovar a idéia de sociedade civil. In: RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos (Orgs.). **Políticas de comunicação:** buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007. p. 19-47.

RAMOS, Murilo. Televisão a cabo no Brasil: desestatização, re-privatização e controle público. In: CAPPARELLI, Sérgio (Org.). **Enfim, sós**: a nova televisão no Cone Sul. Porto Alegre: L&PM, 1999.

REBOUÇAS, Edgard; MARTINS, Mariana. Evolução da regulamentação da mídia eletrônica no Brasil. In: V Congresso Nacional de História da Mídia, 2007, São Paulo. **Anais do Congresso Intercom 2007**. São Paulo: Intercom/ Universidade Católica de Santos, 2007.

SANTOS, Suzy. Get back to where you once belonged*:* alvorada, ocaso e renascimento da economia política nas análises da comunicação. In: BRITTOS, Valério; CABRAL, Adilson (Orgs.). **Economia Política da Comunicação** – Interfaces Brasileiras. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. p.14-36.

SANTOS, Suzy. O dono do mundo: o Estado como proprietário de televisão no Brasil. In: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005, Rio de Janeiro. **Anais** do Congresso Intercom 2005. Rio de Janeiro: Intercom/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

SANZ, José Luiz. **Entrevista concedida pelo diretor da Unitevê** por telefone à pesquisadora. Em 16 maio 2012.

SIQUEIRA, Carlos Mafra. **Entrevista concedida pelo diretor da Fratevi** à pesquisadora. UFV, Viçosa (MG). Viçosa, dezembro 2011.

SOUZA, Carlos Alberto. **O fundo do espelho é outro**: quem liga a RBS, liga a Globo. Dissertação de Mestrado; Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre: UFRGS, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **Teoria do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

TORRES, Rodrigo. **Televisão pública no Brasil**: um estudo preliminar sobre suas múltiplas configurações. In: Revista Contemporânea, N. 12. Salvador: UFBA, 2009, p.27-39.

TV BRASIL. **Conselho Curador da EBC debate implantação do Operador de Rede Pública de TV**. In: Seção Novidades, TV Brasil. Disponível na internet em: [http:// www.tvbrasil.org.br/novidades/ ?p=171]. Acesso em 22 set. 2010.

UNESCO. **Um mundo, muitas vozes** (Relatório MCBride). Rio de Janeiro: FGV, 1983.

Universidade Estadual de São Paulo. USP. **História da TV USP**. In: Sítio da Tv USP no Portal USP. Disponível na Internet em:[www.usp.br/tv/sobre/blog.php#texto, 05_08_2006,historia] Acesso em 20 fev. 2010.

Universidade Estadual de São Paulo. USP. **Site oficial da TV USP.** Disponível na internet em: [http://www.usp.br/tv]. Acesso em 16 ago. 2012

Universidade Federal de Brasília. UNB. **Quem somos**. In: Sítio da TV UnB no Portal UNB. Disponível na Internet em: [www.cpce.unb.br/quemsomos.html] Acesso em 20 fev. 2010.

Universidade Federal de Santa Maria. UFSM. **TV Campus transmite em sistema digital.** In: Sítio da UFSM. Seção Notícias. Acesso em 05 nov. 2010.

Universidade Federal Fluminense. UFF. **Site oficial da Unitevê**. Disponível em: [http://www.uniteve. uff.br] Acesso em 16 ago. 2012

VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. **TV Pública no Brasil** – A criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira. Dissertação de Mestrado; Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UNB). Brasília: UNB, 2009.

Sites consultados para a pesquisa empírica

Estados

ESTADO DA BAHIA. [http://www.ba.gov.br/]

ESTADO DA PARAÍBA. [http://www.paraiba.pb.gov.br/?home]

ESTADO DE ALAGOAS. [http://www.governo.al.gov.br/]

ESTADO DE GOIÁS. [http://www.goias.gov.br/]

ESTADO DE MINAS GERAIS. [http://www.mg.gov.br/]

ESTADO DE PERNAMBUCO. [http://www.pe.gov.br]

ESTADO DE RONDÔNIA. [http://www.rondonia.ro.gov.br/

ESTADO DE RORAIMA. [http://www.rr.gov.br/]

ESTADO DE SANTA CATARINA. [http://www.sc.gov.br/]

ESTADO DE SÃO PAULO. [http://www.saopaulo.sp.gov.br/]

ESTADO DE SERGIPE. [http://www.se.gov.br/]

ESTADO DO ACRE. [http://www.ac.gov.br]

ESTADO DO AMAPÁ. [http://www.ap.gov.br/ amapa/site/index.jsp]

ESTADO DO AMAZONAS. [http://www.amazonas.am.gov.br/]

ESTADO DO CEARÁ. [http://www.ceara.gov.br]

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. [http://www.es.gov.br/Home/default.aspx]

ESTADO DO MARANHÃO. [http://www.ma.gov.br/]

ESTADO DO MATO GROSSO. [http://www.mt.gov.br/]

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. [http://www.ms.gov.br/]

ESTADO DO PARÁ**.** [http://www.pa.gov.br/]

ESTADO DO PARANÁ. [http://www.cidadao.pr.gov.br/]

ESTADO DO PIAUÍ. [http://www.piaui.pi.gov.br/]

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. [http://www.rj.gov.br/]

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. [http://www.rn.gov.br/]

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. [http://www.rs.gov.br/]

Núcleos audiovisuais e TVs universitárias

FURB TV. [http://www.furbtv.furb.br]

FURG TV. [http://www.furgtv.furg.br/]

IPTV UFJF. [http://www.ufjf.br/iptv/]

TV Caatinga. [http://www.rtvcaatinga.univasf.edu.br

TV Campus UFSM. [http://www.ufsm.br/tvcampus]

TV Olhos D'água. [http://tvolhosdagua.uefs.br/]

TV UEL. [http://www.tvuel.com.br]

TV UEM. [http://www.tv.uem.br]

TVU UFLA. [http://www.tvu.ufla.br]

TV UFOPA. [http://www.youtube.com/user/comunicaufopa]

TV UFRV. [tvprofissional.com/ufrb/]

TV UFU. [http://www.rtu.ufu.br/v1/]

TV UFV. [http://www.rtv.ufv.br/]

Unicamp TV. [http://www.rtv.unicamp.br]

Unitevê UFF. [http://www.uff.br/uniteve/]

Universidades

FURB. [http://www.furb.br/web/10/português]

FURG. [http://www.furg.br/]

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portal do MEC** - Seção Universidades. Disponível em: [http:// portal.mec.gov.br/index.php].

UEFS. [http://www.uefs.br/]

UEG. [http://www.ueg.br/]

UEL. [http://www.uel.br/portal/]

UEM. [http://www.uem.br/]

UENF. [http://www.uenf.br/portal/index.php/br/]

UENP. [http://www.uenp.edu.br/]

UEPG. [http://portal.uepg.br/]

UESB. [http://www.uesb.br/]

UERN. [http://www.uern.br/]

UESC. [http://www.uesc.br/]

UFABC. [http://www.ufabc.edu.br/]

UFCG. [http://www.ufcg.edu.br/]

UFERSA. [http://www2.ufersa.edu.br/portal/]

UFF. [http://www.uff.br/]

UFFS [http://www.uffs.edu.br/]

UFGD. [http://www.ufgd.edu.br/]

UFJF. [http://www.ufjf.br/portal/]

UFOP. [http://www.ufop.br/]

UFOPA. [http://www.ufopa.edu.br/]

UFPEL. [http://www.ufpel.edu.br/]

UFRB. [http://www.ufrb.edu.br/portal/]

UFRPE. [http://www.ufrpe.br/]

UFRRJ. [http://www.ufrrj.br/abertura/index.php]

UFSCAR. [http://www2.ufscar.br/home/index.php]

UFSJ. [http://www.ufsj.edu.br/]

UFSM. [http://www.ufsm.br/]

UFTM. [http://www.uftm.edu.br/]

UFU. [http://www.ufu.br/]

UFV. [http://www.ufv.br/]

UFVJM. [http://www.ufvjm.edu.br/]

Unicamp. [http://www.unicamp.br/unicamp/]

Unicentro. [http://www.unicentro.br/]

UNIFAL. [http://www.unifal-mg.edu.br/portal/]

UNIFEI. [http://www.unifei.edu.br/]

UNILA. [http://www.unila.edu.br/]

Unimontes. [http://www.unimontes.br/]

Unioeste. [http://www.unioeste.br/]

Unipampa. [http://www.unipampa.edu.br/portal/]

Unitau. [http://www.unitau.br/]

UNIVASF. [http://www.univasf.edu.br/]

UNILAB. [http://www.unilab.edu.br/]

URCA. [http://www.urca.br/portal/]

UVA. [http://www.uvanet.br/ini_cien/inicial.php]

ANEXOS

ANEXO 1 – Questionário de Entrevista semi-estruturada para coordenadores de TVs universitárias

Questionário

Entrevista semi-estruturada

I – PREPARAÇÃO PARA A CONVERGÊNCIA

a) Nível estrutural-técnico

- Quando foi criado o canal universitário e com que objetivos?
- Qual o sistema de transmissão original, e em que plataformas a TV opera hoje?
- Se há canal na internet, por que foi criado?
- Em estrutura operacional, o que já está digitalizado?
- O que se projeta ser necessário para investimentos em novos equipamentos?

b) Nível de recursos humanos

- Quantos funcionários compõem a equipe, e com que funções?
- Existe treinamento/ atualização dos funcionários para a transição digital?
- Que tipo de investimento está sendo feito pela universidade para a convergência digital?
- Que iniciativas a TV apresenta para inserir-se no contexto de interatividade?

c) Nível político

- Qual a inserção dos funcionários/ diretores, na negociação política do SBTVD?
- Se há transmissão apenas por TV a cabo, há interesse e estratégia para migração para a TV aberta?
- Como a TV prepara-se para o contexto de transição para a TV Digital?

II – TEMATIZAÇÃO LOCAL

- Que vantagens/ especificidades apresenta um canal universitário ligado a universidade pública fora das capitais?
- A TV tem prioridade pela temática local? De que forma esses conteúdos são explorados?
- Quais são as prioridades editoriais do canal?

ANEXO 2 – Questionário de Entrevista semi-estruturada sobre Operador Único de RNPTD

Questionário
Entrevista semi-estruturada

OPERADOR NACIONAL DE REDE PÚBLICA

a) Nível estrutural-técnico

- Em que modelo de financiamento será estruturado o Operador de Rede Pública? Existirá algum custo para as emissoras que aderirem a este sistema?
- Qual a expectativa do Governo em relação a investimento financeiro mínimo nesta estrutura?
- Como será instituída acoordenaçãoda gestão operacional?
- Qual será a capacidade de abrangência do sinal digital, e que emissoras estarão credenciadas a dispor deste sistema de transmissão?
- O Operador permitirá multiprogramação, ou trabalhará apenas com dois canais standard?
- Qual a expectativa do Governo para que este instrumento esteja em funcionamento adequado?
- Qual a capacidade do espectro digital que entrará em atividade no ano de 2016?
- Há possibilidade de ampliação deste espectro?

b) Nível de recursos humanos

- Como será formado o quadro de servidores técnicos à disposição da manutenção do Operador?
- Haverá um grupo gestor da programação exibida em rede?
- Quais são os atores envolvidos hoje na discussão da implantação do Operador?

c) Nível político

- As emissoras públicas poderão fazer a transmissão exclusiva de sua programação própria, na região de abrangência local da TV, ou terão de integrar uma grade nacional de programação compartilhada?
- As emissoras estaduais e regionais educativas que hoje estão no espectro analógico terão migração garantida para os canais digitais, ou terão de inserir programação nos canais da Cultura, Cidadania ou Educação? Neste caso, estas TVs perdem a concessão de canal próprio em sinal aberto?
- Existe alguma discussão no Governo Federal que encaminhe possibilidade de abertura de canais no espectro para a migração dos chamados “canais de acesso público”, hoje localizados na TV a cabo?
- Que canais poderão inserir programação nos Canais da Cultura, da Educação e da Cidadania, já previstos para o SBTVD-T?
- Existe alguma outra discussão em andamento no Ministério das Comunicações sobre linhas de financiamento à digitalização nas TVs públicas, incluindo os canais comunitários e universitários, hoje localizados na TV por assinatura?

ANEXO 3 – E-mails trocados com Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações

Assunto:	**Entrevista - Operador de Rede Pública**
De:	**Carine Felkl Prevedello** <carine-prevedello@seplag.rs.gov.br>
Data:	Terça-feira, 22 de Maio de 2012 16:07
Para:	octavio.pieranti@mc.gov.br

Boa tarde, sr. Octavio,

desenvolvo tese de doutorado sobre Convergência Digital e TVs públicas, e preciso realizar uma entrevista com a pessoa responsável pelo Operador de Rede da Rede Pública de TV no Governo Federal. Em consulta à Casa Civil (a quem cabia a coordenação), me foi encaminhado o contato da Assessoria de Imprensa do MC, que me repassou o seu nome.

Preciso enviar um questionário com algumas perguntas, ou se possível conversar por telefone, conforme a disponibilidade.

Agradeço o retorno,
atenciosamente

Carine Prevedello
Doutoranda / Unisinos
Coord. de Comunicação / Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
Governo do Estado do RS
(51) 3288-1424 / 8593-2024

Data:	Terça-feira, 22 de Maio de 2012 18:18
De:	Octavio Penna Pieranti < octavio.pieranti@mc.gov.br >
Para:	Carine Felkl Prevedello < carine-prevedello@seplag.rs.gov.br >
Assunto:	RES: Entrevista - Operador de Rede Pública

Oi, Carine,

tudo bem?

Qual é o seu cronograma? Estamos discutindo o tema neste momento.

Octavio Penna Pieranti

De: Carine Felkl Prevedello [/direto/Direto?call=CorreioBusiness&task=novaMensagem&email=carine-prevedello@seplag.rs.gov.br]
Enviada em: quarta-feira, 23 de maio de 2012 08:04
Para: Octavio Penna Pieranti
Assunto: Re:RES: Entrevista - Operador de Rede Pública

Olá, Octavio,

obrigada pela resposta.

Minha defesa será no final de novembro, portanto preciso entregar o trabalho em outubro.

O ideal seria que pudesse ter as informações - o mais atualizadas possível - até agosto, ou no máximo início de setembro.

Evidentemente, se houver alguma definição importante depois disso também seria viável incluir, mesmo que pontualmente.

Poderia encaminhar um questionário preliminar para sua avaliação.

Aguardo,

atenciosamente

Carine Prevedello
Jornalista/ Ms. em Comunicação (Mtb 9575/RS)
Coordenadora - Assessoria de Comunicação Social
Sec. Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
3288.1424 - 8593.2024

Data:	Quarta-feira, 23 de Maio de 2012 09:54
De:	Octavio Penna Pieranti < octavio.pieranti@mc.gov.br >
Para:	Carine Felkl Prevedello < carine-prevedello@seplag.rs.gov.br >
Assunto:	RES: Re:RES: Entrevista - Operador de Rede Pública

Oi, Carine,

Pode enviá-lo, mas o ideal seria conversarmos mais à frente.

Octavio Penna Pieranti

Assunto:	**Questionário - Operador de Rede Pública**
De:	**Carine Felkl Prevedello** <carine-prevedello@seplag.rs.gov.br>
Data:	Segunda-feira, 20 de Agosto de 2012 10:07
Para:	Octavio Penna Pieranti <octavio.pieranti@mc.gov.br>

Bom dia, Octavio,
encaminho em anexo o questionário com as perguntas sobre o Operador de Rede Pública.
Aguardo retorno, se possível até o final deste mês,
atenciosamente

Carine Prevedello
Jornalista/ Ms. em Comunicação (Mtb 9575/RS)
Coordenadora - Assessoria de Comunicação Social
Sec. Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
3288.1424 - 8593.2024

Data:	Terça-feira, 21 de Agosto de 2012 09:34
De:	Octavio Penna Pieranti < octavio.pieranti@mc.gov.br >
Para:	Carine Felkl Prevedello < carine-prevedello@seplag.rs.gov.br >
Assunto:	RES: Questionário - Operador de Rede Pública

Carine,

Ainda não temos definições para questões que você levanta.

Att.,

Octavio Penna Pieranti

Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Ministério das Comunicações

Telefone: (061) 3311-6603/6890

Assunto:	**Re:RES: Questionário - Operador de Rede Pública**
De:	**Carine Felkl Prevedello** <carine-prevedello@seplag.rs.gov.br> Adicionar contato Bloquear remetente Aceitar remetente
Data:	Quinta-feira, 23 de Agosto de 2012 11:49
Para:	Octavio Penna Pieranti <octavio.pieranti@mc.gov.br>

Octavio,
obrigada pelo retorno, mas precisaria de algumas informações mínimas,

ainda que não existam respostas às questões específicas. Como:

Já foi definido o modelo de financiamento do Operador?
Que etapas de implantação do Operador o Governo espera cumprir neste ano?
O Operador será destinado exclusivamente aos canais integrantes dos Canais da Cultura, da Cidadania, da Educação e do Executivo?
Os canais educativos hoje na TV aberta terão migração direta para o Operador?
O Governo apresentará outra alternativa de financiamento da digitalização para as TVs públicas?

Será que não conseguimos algum indicativo sobre estas questões?
Aguardo, obrigada

Carine Prevedello
Jornalista/ Ms. em Comunicação (Mtb 9575/RS)
Coordenadora - Assessoria de Comunicação Social
Sec. Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
3288.1424 - 8593.2024

---------- Mensagem Original ----------

Data: Terça-feira, 21 de Agosto de 2012 09:34

De: Octavio Penna Pieranti < octavio.pieranti@mc.gov.br >

Para: Carine Felkl Prevedello < carine-prevedello@seplag.rs.gov.br >

Assunto: RES: Questionário - Operador de Rede Pública

Carine,

Ainda não temos definições para questões que você levanta.

Att.,

Octavio Penna Pieranti

Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Ministério das Comunicações

Telefone: (061) 3311-6603/6890